

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

SANDRA MARIA DO AMARAL

**O TEATRO DO PODER:
AS ELITES POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO SUL NA
VIGÊNCIA DO ESTADO NOVO**

Porto Alegre (RS)

Dezembro de 2005

SANDRA MARIA DO AMARAL

**O TEATRO DO PODER:
AS ELITES POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO SUL NA
VIGÊNCIA DO ESTADO NOVO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas – Doutorado, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em História.

Orientador: Professor Doutor René E. Gertz

Porto Alegre (RS)

Dezembro de 2005

SANDRA MARIA DO AMARAL

**O TEATRO DO PODER:
AS ELITES POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO SUL NA VIGÊNCIA
DO ESTADO NOVO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas – Doutorado, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em História.

Doutor René E. Gertz
(PUCRS – Orientador)

Doutora Sandra Maria Lubisco Brancato
(PUCRS)

Doutora Cláudia Musa Fay
(PUCRS)

Doutora Eliane Lucia Colussi
(UPF)

Doutor Flávio Madureira Heinz
(UNISINOS)

Com muito amor:

Ricardo,

Rafael,

Rodrigo e Emanuela.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só conseguiu se efetivar com o auxílio de algumas pessoas, às quais sou muito grata, apesar de o trabalho final ser de minha inteira responsabilidade:

- professor Dr. René E. Gertz, que desde abril de 2002 me acolheu para orientar este trabalho, principalmente pelo olhar crítico que sempre dedicou a ele;
- às professoras Dra. Margareth Marchiori Bakos e Dra. Sandra Maria Lubisco Brancato, pela participação nas bancas de qualificação do projeto e da tese, pelas críticas, sugestões e indicações de textos;
- aos colegas do Departamento de Ciências Sociais/Unijuí, em especial aos do curso de História, que concederam auxílio financeiro para que eu pudesse me dedicar exclusivamente a esta pesquisa;
- à Carla Helena Carvalho Pereira, secretária do curso, pela ajuda aos que moram tão longe da capital;
- à professora Dra. Ruth Fricke, pela assessoria na área estatística;
- à professora Dra. Gesualda Rasia, minha primeira leitora;
- ao Marcio B.da Silva, pela ajuda na coleta de dados dos políticos rio-grandenses;
- à querida Márcia, pelo acolhimento em seu cantinho em Porto Alegre;
- aos meus pais, Antonio, *in memorian*, e Gerda, que nunca mediram esforços para que fôssemos professoras;
- e aos meus sogros, Nilsa, *in memorian*, e Lídio, que sempre torceram por nós.

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco principal a elite política que atuou durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul. A tese central de nossa investigação é que nesse período ocorreu a desarticulação de antigas elites políticas do Rio Grande do Sul. Essa desarticulação não foi integral, pois estávamos em um período ditatorial, e, em função disso, o governo, através da Interventoria, fazia acordos com políticos que haviam atuado anteriormente, mas foi o momento em que os atritos ocorreram de forma aguda, o que ajudou a retirar do cenário político atores rivais. Essa recomposição da elite política ocorreu a partir da interferência do Governo Federal, através da Interventoria e do Conselho Administrativo de Estado. Para comprovar a tese, foi realizada uma análise comparativa das elites políticas rio-grandenses que atuaram em 1930-1937, 1937-1945 e 1945-1947, para verificar se ocorreram mudanças e se foi o Estado Novo o momento histórico em que elas se efetivaram. O método para essa análise comparativa foi a prosopografia, ou seja, um levantamento das características básicas comuns de um grupo de indivíduos por meio do estudo coletivo de suas vidas. Além disso utilizamos o método quantitativo com o auxílio de técnicas estatísticas.

Palavras-chave: Política. Elite política. Estado Novo.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1 A ELITE POLÍTICA RIO-GRANDENSE: 1930-1937.....	24
1.1 O Cenário.....	25
1.2 O Palco	28
1.3 Os Atores	35
1.3.1 O Legado e a Herança Familiares	38
1.3.2 Escolaridade.....	42
1.3.3 Profissão	50
1.3.4 Local de Nascimento.....	61
1.3.5 As Três Gerações das Elites	71
1.3.6 A Participação nos Partidos Políticos e Cargos Públicos.....	79
1.3.7 Entidades: lugares de socialização do poder	93
1.4 As Vozes: os discursos sobre a implantação do Estado Novo	110
2 O ESTADO NOVO: 1937-1945.....	120
2.1 O Cenário.....	121
2.2 O Palco	125
2.3 Os Atores	147
2.3.1 O Legado e a Herança Familiares	147
2.3.2 Escolaridade.....	149
2.3.3 Profissão	153
2.3.4 Local de Nascimento.....	157
2.3.5 As Três Gerações da Elite	161
2.3.6 Participação nos Cargos Públicos	164
2.3.7 Entidades: lugares de socialização do poder	167
2.4 As Vozes: o combate à ditadura	189
3 A ELITE POLÍTICA: 1945-1947.....	207
3.1 O Cenário.....	208
3.2 O Palco	220
3.3 Os Atores	225
3.3.1 O Legado e a Herança Familiares	226
3.3.2 Escolaridade.....	228
3.3.3 Profissão	231
3.3.4 Local de Nascimento.....	237
3.3.5 As Três Gerações da Elite	241

3.3.6 A Participação nos Partidos Políticos e Cargos Públicos.....	243
3.3.7 Entidades: lugares de socialização do poder	247
3.4 Recomposição das Elites Políticas: exclusão e inclusão.....	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
FONTES.....	273
ANEXOS	285
Anexo I - Quadro de Integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul (1930-1937)	286
Anexo II - Quadro de Integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul (1937-1945).....	314
Anexo III - Quadro de Integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul (1945-1947).....	321
Anexo IV - Quadro 2: Árvore das Funções Políticas do Período de 1930 a 1937	338
Anexo V - Quadro 3: Árvore das Funções Políticas – Período de 1937 a 1945	343
Anexo VI - Quadro 4: Árvore das Funções Políticas – Período Pós-1945	344

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Árvore dos partidos políticos – 1930-1937	83
Quadro 2 -	Secretários estaduais do Rio Grande do Sul – 1930-1937	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Profissão de parente – 1930-1937	38
Tabela 2 - Escolaridade de nível superior – 1930-1937	43
Tabela 3 - Pessoas com mais de 10 anos que possuem curso completo ou diploma de estudos, por grau de ensino – RS – 1940	44
Tabela 4 - Escolaridade – 1930-1937	44
Tabela 5 - Local onde efetuaram os cursos superiores de direito – 1930-1937	47
Tabela 6 - Profissão – 1930-1937	53
Tabela 7 - População de 10 anos e mais, por ramo de atividade principal exercida no RS – 1940	56
Tabela 8 - Local de nascimento – 1930-1937	65
Tabela 9 - População segundo regiões do Rio Grande do Sul – Censo de 1940	69
Tabela 10 - Período de nascimento – 1930 – 1937	73
Tabela 11 - Partidos políticos – 1930-1937	80
Tabela 12 - Participações em cargos políticos e públicos – 1930-1937	87
Tabela 13 - Participações em entidades – 1930-1937	97
Tabela 14 - Profissão de parente – 1937-1945	147
Tabela 15 - Escolaridade de nível superior – 1937-1945	150
Tabela 16 - Pessoas com mais de 10 anos que possuem curso completo ou diploma de estudos, por grau de ensino – RS – 1940	151
Tabela 17 - Escolaridade – 1937-1945	151
Tabela 18 - Profissão – 1937-1945	153
Tabela 19 - Local de nascimento – 1937-1945	157
Tabela 20 - População segundo regiões do Rio Grande do Sul – Censo de 1940	159
Tabela 21 - Período de nascimento – 1937-1945	162
Tabela 22 - Número de participações em cargos públicos – 1937-1945	164
Tabela 23 - Participação em entidades – 1937-1945	167
Tabela 24 - Eleições para Presidente da República no Rio Grande do Sul em 1945	220
Tabela 25 - Profissão de parente – 1945-1947	226

Tabela 26 - Escolaridade de nível superior – 1945-1947	228
Tabela 27 - Pessoas com mais de 10 anos que possuem curso completo ou diploma de estudos, por grau de ensino – RS – 1940	229
Tabela 28 - Escolaridade – 1945-1947	230
Tabela 29 - Local onde efetuaram os cursos superiores de direito	231
Tabela 30 - Profissão – 1945-1947	232
Tabela 31 - Local de nascimento – 1945-1947	238
Tabela 32 - População segundo regiões do Rio Grande do Sul – Censo de 1940	239
Tabela 33 - Período de nascimento – 1945-1947	241
Tabela 34 - Partidos políticos –1945-1947	244
Tabela 35 - Participações em cargos políticos e públicos – 1945-1947	245
Tabela 36 - Participação em entidades – 1945-1947	248

LISTA DE ABREVIACOES

AIB	–	Ação Integralista Brasileira
ANL	–	Aliança Nacional Libertadora
CPDOC	–	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTG	–	Centro de Tradição Gaúcha
DASP	–	Departamento Administrativo do Serviço Público
FUG	–	Frente Única Gaúcha
IHGB	–	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGRS	–	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
LEC	–	Liga Eleitoral Católica
LEP	–	Liga Eleitoral Proletria
MDB	–	Movimento Democrático Brasileiro
PAN	–	Partido Agrrio Nacional
PCB	–	Partido Comunista Brasileiro
PDC	–	Partido Democrata Cristão
PDN	–	Partido Democrático Nacional
PF	–	Partido Federalista
PL	–	Partido Libertador
PMDB	–	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	–	Partido Popular Socialista
PR	–	Partido Republicano
PRC	–	Partido Republicano Castilhista
PRD	–	Partido Republicano Democrático
PRL	–	Partido Republicano Liberal
PRP	–	Partido de Representação Popular
PRP	–	Partido Republicano Progressista
PRR	–	Partido Republicano Rio-grandense
PSD	–	Partido Social Democrático
PTB	–	Partido Trabalhista Brasileiro
RC	–	Representação Classista
RJ	–	Rio de Janeiro
RS	–	Rio Grande do Sul
SP	–	São Paulo
UDN	–	Uno Democrática Nacional
USB	–	Uno Social Brasileira

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática proposta nesta pesquisa é a rearticulação das **elites políticas no Rio Grande do Sul** durante a vigência do **Estado Novo**, possibilitada, provavelmente, quando ocorreu uma centralização política, pelo dismantelamento dos poderes estaduais, atuantes durante todo o período denominado de República Velha. Diante disso, o poder regional constitui um palco privilegiado a ser investigado com a finalidade de verificar até que ponto esses poderes foram efetivamente destituídos.

A justificativa para realizar esta pesquisa decorre da necessidade de levantamentos mais específicos e com bases empíricas suficientemente articuladas para comprovar teses generalizantes sobre o processo de rearticulação da elite política brasileira no pós-1930, algumas das quais passamos a arrolar.

Uma dessas teses foi levantada por Luciano Martins, quando discute o significado político da Revolução de 30, e as forças sociais envolvidas no conflito, o que se convencionou denominar de “crise da oligarquia”. Para o autor, não se justificam as interpretações de que a Revolução de 30 marcaria um conflito de classes em que estariam em oposição as camadas urbanas e industriais frente às classes dominantes agrárias, e também que 30 marcaria a ruptura da dominação oligárquica.¹

Já na visão de Aspásia Camargo, que aborda o Estado Novo como último grande momento da Revolução de 1930, é ele momento de consenso, embora precário, obtido pelo afastamento de um número expressivo de próceres revolucionários. E argumenta que a estratégia de centralização, incentivada por Vargas e Góes Monteiro, é resultado da composição dos segmentos que comandam o período revolucionário e da lógica das alianças

¹ MARTINS, Luciano. A revolução de 30 e seu significado político. In: *A revolução de 30*: seminário realizado pelo CPDOC. Brasília: UnB, 1983.

que conduzem ao seu desfecho. Essa estratégia permite a reconstituição dos arranjos regionais que garantem viabilidade política, reforçando a coesão das novas elites.²

Em *O golpe silencioso*, Aspásia Camargo tem como objetivo principal reconstituir como ocorreu o gradual esvaziamento dos principais redutos do poder oligárquico, principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que fortaleciam novas e eficazes composições políticas. Em suas conclusões, argumenta que o golpe de 37 foi o desfecho quase pacífico de inúmeras tensões e conflitos que se desenvolveram ao longo da década de 30.³

Outro estudo, o de Maria do Carmo C. de Souza, afirma que o sistema de interventorias foi a forma utilizada para sobrepor atores políticos à estrutura do Estado, os quais não tinham raízes nas velhas estruturas eleitorais coronelistas originárias da Velha República. Tal afirmação remete aos interventores estaduais, que eram indicados pelo Executivo Federal, o que levou à restrição da ampla autonomia da “política dos governadores”. Salienta também que os novos chefes políticos eram socialmente oriundos do setor agrário, e estes se identificavam com a cultura e os interesses políticos deste setor.⁴

Com relação ao levantamento da historiografia sobre o Estado Novo no Rio Grande do Sul, no âmbito político, produzida até agora, elegemos o texto de René Gertz, intitulado *Estado Novo: um inventário historiográfico* e baseamos as nossas interpretações a partir deste artigo.⁵

Conforme René Gertz, a produção historiográfica sobre a política durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul era escassa, dentre ela destacamos o texto de Carlos Cortés, que aborda a história política sul-rio-grandense de 1930-1964, produzida no início da década de 1970. A referida obra, no entanto, em seu capítulo 6, onde aborda o período do Estado Novo, realiza efetivamente uma história desse período, porém, a análise abrange o nível nacional.⁶

² CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC*. Brasília: UnB, 1983, p. 17.

³ CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 249 e 256.

⁴ SOUZA, Maria do Carmo C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 41.

⁵ GERTZ, René. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: WERNECK DA SILVA, José Luiz (Org.). *O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

⁶ CORTÉS, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974.

Há também a dissertação de Dilan D’Ornellas Camargo, cujo objeto principal é o papel desempenhado pelo Conselho Administrativo de Estado, sendo esse um dos órgãos que aplicou e consolidou a estratégia institucional e política do Estado Brasileiro surgido com a Revolução de 1930, “que era a centralização econômica e política e de intervenção nas autonomias regionais”.⁷ Numa de suas considerações finais, argumenta que no Rio Grande do Sul o terreno estava fértil para receber a nova forma de Estado, imposta pelo poder central federal. Isso ocorreu tanto do ponto de vista de valores políticos, da vigência das instituições políticas, como também da prática política vigente durante a República Velha, sob a hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Afirma também que a nova forma de Estado, imposta pelo poder central federal, foi mais uma continuidade do que propriamente um rompimento do sistema político vigente.⁸

Eliane Colussi fez uma análise do Estado Novo a partir de um recorte do poder municipal. A preocupação central foi verificar se a centralização ocorrida durante o período mudou de forma substancial a política local – no âmbito do município, e se o sistema coronelístico foi também alterado de forma substancial. Em suas considerações finais, a autora argumenta que do ponto de vista político manteve-se uma linha continuísta e conservadora dos períodos anteriores, ocorrendo uma aproximação real entre o Estado e os poderes municipais, visto que um dos objetivos do governo Vargas era “o enfraquecimento político dos poderes estaduais pelo viés municipalista”.⁹

Em nossa dissertação de mestrado, intitulada *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí, (1938-1945)*, tínhamos como objetivo verificar as relações de poder em Ijuí, durante o Estado Novo, a partir das elites políticas. Partimos da hipótese de que, no período entre 1938 e 1945, ocorreu a emergência de uma contra-elite nos cargos do poder formal no município. Essa contra-elite articulou-se com alguns integrantes da elite política que havia estado no poder de 1912 até 1937, bem como com novos integrantes. Essa disputa pelo poder local ocorreu devido, também, à grande diversidade étnica, traço marcante na formação da população ijuicense, refletida na composição dessa elite política.¹⁰

⁷ CAMARGO, Dilan D’Ornellas. *Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul. O Conselho Administrativo de Estado RS*. Porto Alegre: UFRGS, 1983. p. 1 (Dissertação de Mestrado).

⁸ Id., *ibid.*, p. 191.

⁹ COLUSSI, Eliane L. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996. p. 168.

¹⁰ AMARAL, Sandra Maria do. *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí – 1938-1945*. Ijuí: Unijuí, 2003, p. 170.

No texto intitulado *O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia*, René Gertz afirma que ainda são relativamente escassos os estudos sobre a história do Rio Grande do Sul no período posterior a 1937. Segundo ele:

Por alguma razão que ainda está por ser esclarecida, houve, nos anos 1980/90, um *boom* de estudos sobre a República Velha, mas não se avançou cronologicamente. Pelas restrições à atividade política de 1937 a 1945 é compreensível que os trabalhos sobre esse período tenham dado mais atenção a aspectos culturais e à questão da “nacionalização”, que atingiu uma parte muito significativa da população gaúcha. A busca de uma identidade étnico-cultural está, evidentemente, relacionada à preocupação contemporânea com as populações de origem “estrangeira”. Não admira, pois, a ênfase da historiografia nesses temas.¹¹

No entanto, com relação à política, de forma específica, parece que são os textos acima citados que constituem a historiografia produzida até então. Para tanto, achamos de grande conveniência propor uma pesquisa sobre o Estado Novo no Rio Grande do Sul, principalmente pela pouca importância dada até então a esse tema por parte da produção acadêmica no campo político.

O recorte temporal que estamos propondo nesta pesquisa é o período denominado pela historiografia de Estado Novo (1937-1945). Esse recorte é estabelecido a partir do golpe decretado por Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, quando fechou a Câmara Federal, os Legislativos estaduais e municipais, e o Senado, e revogou a Constituição brasileira promulgada em 1934. Além de ter substituído, quando necessário, todos os cargos executivos estaduais e municipais no país. O término é delimitado com a deposição de Getúlio Vargas da presidência da República, em outubro de 1945. No entanto, para que consigamos verificar a circularidade na elite política rio-grandense, faz-se necessário ampliar o período de estudo de 1930 até 1947. Esse período terá como o palco o Rio Grande do Sul, numa perspectiva de história regional. A escolha do Rio Grande do Sul justifica-se por ser um estado em que o bipartidarismo vai ser um elemento característico desde a proclamação da República. Portanto, nesse pano de fundo de elites políticas rivais, que vai se configurar durante toda a República Velha, acreditamos que a tentativa de retirar atores do cenário só ocorrerá no pós-30 e se consolidará no Estado Novo. Este novo recorte poderá ajudar a explicitar se efetivamente ocorreu um processo de mudança, mesmo que tênue, durante esse período.

¹¹ GERTZ, René. *O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia*. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 359.

Para tanto, propomos uma análise comparativa das elites políticas que atuaram no cenário político rio-grandense durante os períodos de 1930-1937, 1937-1945, e, finalmente, em 1945-1947, quando já haviam ocorrido as primeiras eleições no país. Esse tipo de estudo enquadra-se numa perspectiva de análise comparada, para verificarmos se ocorreram mudanças e se foi o Estado Novo o momento histórico em que elas se efetivaram de modo significativo, ou seja, mudança dos atores políticos. Assim, nada mais coerente do que focar os anos imediatamente anteriores e posteriores. Entretanto, não podemos avançar nesses períodos, pois assim não estaríamos privilegiando as elites políticas que atuaram no Estado Novo, objeto de investigação desta proposta de estudo.

Para realizar essa análise comparativa utilizaremos o método denominado pelos ingleses de *prosopography*, que traduzido significa prosopografia, ou seja, um estudo das características básicas comuns de um grupo de indivíduos por meio do estudo coletivo de suas vidas.¹²

Utilizar o método prosopográfico no estudo desses grupos, conforme Flávio Heinz, é conhecer os processos históricos nos quais eles se inserem à luz de suas características mais ou menos constantes. E afirma o autor:

Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição ns trajetórias dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ou as estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar, via mecanismo de reconversão social, *um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta*.¹³

Discutir prosopografia é participar de um debate sobre o retorno da biografia na historiografia. Giovanni Levi elaborou uma tipologia das abordagens que se fazem da biografia, para discutir a complexidade da perspectiva biográfica. São elas: prosopografia e biografia modal; biografia e contexto; biografia e os casos extremos; e, biografia e hermenêutica. Ao elaborar essa tipologia, enfatiza que estas formas de utilização biográfica

¹² DECCA, Edgar S. de. Apresentação. In: BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 7. Salienta o autor da apresentação, em nota de rodapé, que prosopografia, em português, conforme o *Novo Dicionário Aurélio* (2004, p. 169), significa a descrição das feições do rosto ou esboço de uma figura.

¹³ HEINZ, Flávio. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos – Revista de divulgação científica*. Canoas: Ulbra, n. 1, maio.1999. p. 47. v. 11.

são soluções parciais, mas que ainda contêm aspectos bastante problemáticos. Estes problemas são

a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada. Minha intenção é tão-somente colocar em debate alguns temas e ressaltar que as quatro orientações mencionadas têm em comum o fato de passar em silêncio por questões fundamentais. Estas dizem respeito sobretudo ao papel das incoerências entre as próprias normas (e não mais apenas as contradições entre a norma e seu efetivo funcionamento) no seio de cada sistema social; em segundo lugar, ao tipo de racionalidade atribuído aos atores quando se escreve uma biografia; e, por fim, à relação entre um grupo e os indivíduos que o compõem.¹⁴

Quanto ao retorno da biografia, conforme Vavy Pacheco, estaria vinculado com o retorno da história política, que surge da ampla renovação historiográfica que está ocorrendo nas últimas décadas. Esse interesse pelas biografias estaria vinculado a duas grandes preocupações: os movimentos da sociedade e o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem e a sociedade.¹⁵

Em relação ao primeiro eixo, podem ser assim explicados: o individualismo sendo reforçado e os indivíduos com mais espaço na sociedade se detendo nele mesmo. Outra discussão é a liberdade do indivíduo e sua relação com a sociedade, mediada por normas e valores, resultantes das decepções da crise das utopias. Com relação às mudanças nas disciplinas, lembra da crise dos grandes paradigmas resultando nas alterações da forma de escrever a história. Também as críticas aos conceitos totalizantes – classe e mentalidades –, contra categorias predeterminantes – revolução – e um favorecimento da experiência.¹⁶

Vavy Pacheco Borges escreve:

Ao ler sobre a biografia, percebe-se de imediato quantas áreas importantes da história se cruzam ou mesmo com ela se confundem, quantos temas nela estão contidos ou próximos: as micro-história/os estudos de caso; as autobiografias; a prosopografia ou biografia coletiva de um grupo; a história oral/as histórias de vida; os dicionários biográficos; a discussão sobre a memória, sobre geração/gênero/família.¹⁷

¹⁴ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M.; AMADI, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 179.

¹⁵ BORGES, Vavy P. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. *Horizontes*. Bragança Paulista, jan./dez. 2001. p. 4. v. 19.

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 4.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 5.

Ou seja, a autora resgata um histórico sobre o retorno da biografia na historiografia e inicia uma discussão teórico-metodológica argumentando que não há métodos canônicos para produzir uma biografia. Para ela, os problemas que se colocam são os mesmos que em outras pesquisas históricas, que são: a *verdade* em história; a relação entre pesquisador e seu objeto; o que narrar; como estabelecer os laços indivíduo/sociedade e a relação indivíduo-contexto; e, finalmente, como pensar e narrar o tempo de uma vida.

Quando nos propomos a utilizar a prosopografia, não é somente para ver as características comuns dos grupos que atuavam no poder político no Rio Grande do Sul, mas também para demarcar a singularidade de possíveis emergências de novos atores que poderiam vir a se constituir como integrantes da elite política. Para tanto, utilizamos biografia coletiva e contexto, que Giovanni Levi refere como biografia e contexto. Vejamos: a biografia coletiva enquanto método de averiguar a homogeneidade, mas também poderemos verificar as singularidades de novos atores.¹⁸

No caso específico de nossa proposta de pesquisa, os objetivos são verificar as mudanças, ou não, das elites políticas que atuaram antes e depois do Estado Novo; conhecer as propriedades sociais desses grupos; verificar a composição ou atributos culturais, econômicos ou sociais dos membros da elite política regional e também verificar as estratégias dos membros da elite política para manter uma carreira ou, ao contrário, se ocorreu declínio de seus membros. Se isso ocorreu, qual foi o grau de declínio e se houve uma tentativa de reconversão social após o período do Estado Novo, articulado por processos eleitorais. E também o contexto político resultado das ações ou da falta de ações dos integrantes da elite política no cenário do Rio Grande do Sul entre 1930-1947.

Além da prosopografia, utilizaremos o método quantitativo com o auxílio de técnicas estatísticas. E novamente conforme Peter Burke:

A “história quantitativa” ou “cliometria” – às vezes chamada de um modo, às vezes, de outro –, no entanto, assume várias formas. No caso da análise de pesquisa histórica, é necessário estabelecer uma distinção óbvia entre pesquisas totais e pesquisas por amostragem. O Senado romano e o Parlamento inglês foram estudados por meio das biografias de seus membros, método conhecido como “prosopografia” (Stone, 1971). Nesses casos estudou-se todo o grupo, a “população total”, como diriam os estatísticos. Esse método é apropriado para o estudo de elites relativamente pequenas ou para sociedades sobre as quais há poucas informações, de forma

¹⁸ LEVI, Giovanni. Op. cit., 1998, p. 176.

que os historiadores dedicados a esses campos devem coletar todos os dados que puderem encontrar.¹⁹

É nesta perspectiva que propomos a nossa investigação, ou seja, a elite política rio-grandense é definida como uma população relativamente pequena e delimitada num período de aproximadamente 17 anos.

Passamos a apresentar os conceitos fundamentais que vão alicerçar o quadro teórico de nossa pesquisa. Para isso, achamos de suma importância a exposição dos conceitos de política, poder, elite, elite política, contra-elite e circularidade.

Em primeiro lugar, entende-se por *política* uma referência ao poder, ou seja, é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder. Nessa perspectiva, salienta-se que o político tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, mas não se reduz a isso. Para tanto, compreende política não como um domínio isolado, porém, considerando-o sem limites definidos e comunicando-se numa perspectiva global, ou seja, como um ponto de condensação.²⁰

Por *poder* entende-se a capacidade ou a possibilidade de os indivíduos agirem ou produzirem efeitos sobre outro grupo de pessoas. Ou ainda, a capacidade de um governo de dar ordens aos seus cidadãos, sendo que é no campo da política que o poder obtém seu papel crucial.²¹ Portanto, as relações de poder têm como ponto fundamental o campo político, onde grupos atuam e disputam poder de influência.

Por outro lado, os grupos que disputam o poder são denominados de elites políticas. Ou seja, *elite* é um grupo reduzido de pessoas, que têm o controle político de uma sociedade, ou ainda a capacidade e o privilégio de tomar decisões, por estarem ocupando cargos políticos e públicos. Portanto, a elite política é um conjunto de indivíduos que exerce o poder político num determinado tempo histórico e que ocupa cargos de poder.²²

¹⁹ BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 55.

²⁰ RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 443-445.

²¹ STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília: UnB, 1994, p. 933. v. 2.

²² Optou-se pelas considerações conceituais de José Murilo de Carvalho para sustentar os posicionamentos sobre elites, que são grupos especiais marcados por características que se distinguem do conjunto da população, ou mesmo de outros grupos de elite. Argumenta o autor que o critério para definir a elite política, em seu estudo, foi o das posições formais de poder. Ou seja, as pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 17 e 43.

Para Bottomore, o “termo elite(s) é hoje em dia em geral aplicado, na verdade, referindo-se a grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem status elevado em uma sociedade”.²³ Ou seja, a constituição de uma elite, como um grupo social distinto, numa determinada sociedade, que tem como características interesses econômicos e políticos em comum, é o que vai definir sua conduta num momento histórico em oposição a outros grupos que têm interesses divergentes. Em suas palavras, assim define a elite política:

os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época. A extensão da elite política é, portanto, relativamente fácil de ser determinada: incluirá membros do governo e da alta administração, chefes militares, e em alguns casos famílias politicamente influentes [...].²⁴

O autor, mesmo fazendo distinção entre elites, e para referir-se a todos os grupos que exercem poder ou influência política, utiliza o termo “classe política”, sabendo que os grupos que exercem poder político em uma determinada sociedade são denominados de elite política.

Portanto, a classe política será a elite política, mas também, “contra-elites”, compreendendo os chefes de partidos políticos que estão fora do governo e representantes de novos interesses sociais ou classes, bem como de grupos de homens de negócios e intelectuais ativos politicamente.²⁵

A classe política compreende também a contra-elite, que pode ser entendida como os representantes dos partidos políticos de oposição ao governo. Por exemplo, os deputados estaduais que num determinado momento passaram a não apoiar mais o Governo Federal no período compreendido de 1930-1937. Ou mesmo os que foram desalojados do poder durante o Estado Novo, mas retornaram ao campo político após as eleições de 1945-47. Nesse sentido, é que empregaremos o conceito de *contra-elite*.

A partir do exposto, levantamos como hipótese central em nossa investigação o fato de que durante o Estado Novo houve o início da desarticulação de antigas elites políticas que atuavam no campo político no estado do Rio Grande do Sul. Essa desarticulação não foi integral, pois estávamos em um período ditatorial, e em função disso, o governo, através da Interventoria, fez acordos com políticos que haviam atuado anteriormente. No entanto, foi o

²³ BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 15.

²⁴ Id., *ibid.*, p. 16.

²⁵ Id., *ibid.*, p. 16.

momento em que os atritos ocorreram de forma aguda, o que ajudou a retirar do cenário político atores rivais. Essa circularidade da elite política ocorreu a partir da interferência do Governo Federal, através da Interventoria e do Conselho Administrativo de Estado.

Para a verificação das hipóteses utilizamos como objeto central da pesquisa a **elite política rio-grandense**, que atuou durante o período de 1930 até 1947. O critério para definir quem eram os integrantes da elite política rio-grandense é o dos cargos no âmbito formal do poder político. Tais cargos são: presidente/governador/interventor, vice-presidente/vice-governador, secretário do interior e da justiça, secretário da fazenda, secretário da educação e saúde pública, secretário das obras públicas, chefe de polícia, deputados estaduais, deputados federais, senadores, integrantes do conselho administrativo de estado e presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Para a biografia coletiva elaboramos um Banco de Dados²⁶, constando de: nome, data e local de nascimento, data e local de falecimento, escolaridade, profissão, participação em entidades culturais e profissionais, função política, função pública e partido político de cada integrante dessa elite política rio-grandense.

As fontes mais utilizadas foram as correspondências recebidas e emitidas pelas autoridades estaduais, constantes no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, correspondências recebidas pelas autoridades estaduais no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, jornal *Correio do Povo* do acervo do Museu da Comunicação Social Hypólito José da Costa e do Arquivo Histórico Moysés Vellinho. Também outras fontes e locais de pesquisa foram utilizados, somente em menor número, o que colocamos no final da nossa pesquisa.

A pesquisa está dividida em três capítulos, que assim se organizam. No primeiro, apresentamos a elite política que atuou no Rio Grande do Sul no período de 1930-1937. No segundo os que atuaram durante a vigência do Estado Novo e, finalmente, no terceiro, os que atuaram entre 1945 até 1947.

No primeiro capítulo analisamos o contexto político partidário no estado no período de 1930-1937. Também fazemos uma análise das disputas inter e intrapartidárias, iniciando o

²⁶ As fontes e os locais de pesquisa utilizadas para montar o Banco de Dados **Quadro de Integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul** estão citadas em separado no final dessa pesquisa. Não colocamos aqui as fontes e os locais de pesquisa em virtude da extensa relação que foi utilizada, aliás, característica comum entre pesquisadores que utilizam o método prosopográfico.

mapeamento dos integrantes da elite política e suas possíveis diferenças no campo político regional. Em seguida, mapeamos os atores integrantes da elite política rio-grandense nesse período, buscando explicitar quais as suas características na formação e atuação profissional, local de nascimento, participação em entidades culturais e profissionais e os cargos que ocuparam no poder político. E, por último, analisamos os discursos e as correspondências produzidas pelos integrantes da elite política sobre a implementação do Estado Novo no estado, acompanhando a continuidade dos atritos no campo ideológico com relação às proposições para governar o Rio Grande do Sul.

No segundo capítulo, elaboramos uma análise do cenário para a implementação do Estado Novo no estado e as relações que foram estabelecidas com o governo federal, e principalmente a articulação com o exército brasileiro, em virtude do fato de o interventor do estado ser membro dessa instituição. Também, investigamos as disputas entre os representantes dos diversos partidos políticos que conseguiram se fazer representar no poder político, no plano estadual, em particular quando ocorreram as trocas dos interventores, ou seja, quando morreu Daltro Filho, e depois da substituição de Cordeiro de Farias por Ernesto Dornelles. Os cargos dos quais faremos um acompanhamento serão as Secretarias Estaduais, a Comissão Mista e o Conselho Administrativo de Estado, para verificarmos quais os partidos políticos que conseguiram manter seus representantes, e a atuação deles, principalmente através dos discursos que pronunciaram na imprensa do estado. Na continuidade, mapeamos os integrantes da elite política rio-grandense nesse período (1937-1945), para conhecer quais foram as suas características quanto à formação e atuação profissional, local de nascimento, participação em entidades culturais e profissionais e quais os cargos ocupados no poder político. Procedemos a uma análise das características desses integrantes, comparando-os com a primeira elite política. E finalizamos com uma análise dos discursos produzidos pelos integrantes da elite política sobre o combate à ditadura no Estado Novo e sobre a luta pela implementação do regime democrático no estado, tendo como objetivo verificar quais as mudanças significativas dos discursos frente ao novo momento político. Também enfocamos os líderes da oposição e a sua reentrada no palco político e as articulações frente às eleições que aconteceram em 1945.

No último capítulo, fazemos uma análise da reorganização político-partidária no estado no período de 1945-1947 e suas relações com o cenário nacional. Também analisamos o processo eleitoral que ocorreu em 1945 e em 1947. Essa análise tem como objetivo mapear as forças político-partidárias rio-grandenses e seus respectivos integrantes que estavam

participando das eleições e que os levaram a ocupar cargos em âmbito estadual. Em seguida, mapeamos os integrantes da elite política rio-grandense que atuaram nesse período, para revelar quais foram suas características quanto à formação e atuação profissional, local de nascimento, participação em entidades culturais e profissionais, e quais os cargos ocupados no poder político. E por fim, fazemos uma análise comparativa dessa elite política com as duas elites anteriormente analisadas para revelar quais as características que foram mantidas ou modificadas, quais integrantes que foram excluídos ou incluídos nesse novo cenário político rio-grandense, ou seja o período inicial da redemocratização brasileira.

1 A ELITE POLÍTICA RIO-GRANDENSE: 1930-1937

Uma das fraquezas das elites vitoriosas é sua incapacidade de reproduzir novas elites adequadas para novas tarefas. Elas são as primeiras vítimas de seu próprio êxito.¹

Inicialmente, iremos recompor o quadro político partidário do Rio Grande do Sul tal como se constituía no período imediatamente anterior ao Estado Novo. Nessa reconstituição, teremos como preocupação central mapear os partidos que atuavam no cenário rio-grandense e suas relações políticas com o governo federal.

Num segundo momento, tentaremos reconstituir as disputas inter e intrapartidárias, dando início ao mapeamento dos integrantes da elite política e suas possíveis diferenças no campo político regional.

Em seguida, mapearemos os atores integrantes da elite política rio-grandense nesse período (1930-1937), buscando explicitar quais as suas características na formação e atuação profissional, local de nascimento, participação em entidades culturais e profissionais, e por último, quais cargos ocuparam no poder político. A questão principal, subjacente a todas essas, é: quem eram esses integrantes?

Por fim, analisaremos os discursos e as correspondências produzidos pelos integrantes da elite política sobre a implementação do Estado Novo no estado, acompanhando a continuidade dos atritos no campo ideológico com relação às proposições para governar o Rio Grande do Sul.

¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996, p. 216.

1.1 O Cenário

A política no Rio Grande do Sul caracterizou-se, durante toda a República Velha, por um confronto de clivagem ideológica entre duas correntes que vão manifestar-se em diferentes movimentos e estruturas partidárias: os conservadores-liberais e os conservadores-autoritários. Essa classe política originava-se de um setor rural apoiado na grande propriedade e numa economia do tipo agropecuária.²

Para Hélió Trindade, esse confronto, que se estendeu ao longo de quase meio século da história política, deve ser explicado a partir de dois modelos de organização do sistema político, ou seja, a república liberal e a república autoritária.³

Os conservadores autoritários terão uma longa permanência no poder político. As características de sua base de legitimação situam-se no planalto, região serrana e zona colonial do estado rio-grandense, onde assentaram uma base política com características coronelistas. Não podemos generalizar que estas regiões, em sua totalidade, estavam apoiando de forma sistemática os governos estaduais dessa linha de conservadores-autoritários, até porque podemos averiguar locais destas regiões onde existiram oposições.⁴

O que se evidencia é que nestas regiões foi centrado o esforço de uma nova proposta sócio-econômica para o Rio Grande do Sul. Primeiramente, com o incentivo de imigrantes europeus, assentados em pequenas propriedades rurais para a produção agrícola. Esse tipo de proposta, implementada pelos governos vinculados aos conservadores-autoritários, que constituíram o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), vai emergir a partir do início do século XX e trará como característica o fato de que as lutas desses dois grupos não serão as mesmas dos imigrantes, ou mesmo de migrantes de origem européia.

Na sucessão presidencial brasileira ocorrida em 1929, o Rio Grande do Sul foi o único estado politicamente unificado, o que garantiu todo o seu eleitorado para o candidato liberal. Isso foi resultado de o presidente do estado ter sido o candidato – Getúlio Vargas –, fato que

² TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). RS: economia e política. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 119.

³ Id., *ibid.*, p. 122.

⁴ FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996, demonstrando os conflitos entre os coronéis na região serrana do planalto do Rio Grande do Sul.

acentuava ainda mais sua importância na Aliança e sua projeção no cenário político nacional.⁵ Mesmo que o objetivo tenha sido captar o peso dos políticos do estado na nova correlação de forças nacionais, sendo essa, a chave da questão partidária e da dinâmica política no estado no pós-30, conforme Ângela Castro,⁶ para nossa pesquisa interessa ver a dinâmica política interna e externa do Rio Grande do Sul.

Para entendermos a unificação política ocorrida em 1929 no estado, é importante um parêntese e voltarmos para a República Velha, quando ocorreu a entrada no cenário político regional de políticos oriundos da *geração de 1907*, assim denominada pela historiografia. Conforme Luciano Aronne de Abreu, é a partir de meados da década de 1910 que o governo de Borges de Medeiros passa a ser alvo de ataques em virtude de grupos opositores terem ganhado mais força política. Essas críticas eram apresentadas pelos Libertadores na Assembléia dos Representantes, e foi preciso que os deputados Republicanos defendessem o governo com muito vigor. E foram os membros da geração de 1907 que realizaram tal defesa. Continua o autor:

Podemos perceber três importantes alterações no cenário político gaúcho: os republicanos históricos começam a perder prestígio político; a geração de 1907 ganha espaço internamente no PRR; os federalistas conquistam importante espaço na política gaúcha. O clima político no Estado vai-se tornando mais tenso, com ataques cada vez mais severos ao governo borgista, o que desencadeia a Revolução de 1923. Com o Pacto de Pedras Altas, que marcou o fim de mais essa revolução gaúcha, configurou-se de forma mais clara o quadro acima exposto. A geração de 1907 e os Federalistas passam a ocupar um lugar de proeminência nas decisões políticas do Estado. O relacionamento direto entre os dois grupos, gradativamente, torna-se mais amistoso que anteriormente, vindo a configurar, anos depois a Frente Única Gaúcha. A Frente Única selou a união de Federalistas e de Republicanos, em defesa de interesses do Rio Grande, e teve como representante máximo a figura de Getúlio Vargas, candidato à Presidência da República. [...].⁷

No plano nacional, as contradições internas começaram a emergir enquanto resultado das ações dos líderes civis e militares de diferentes orientações políticas. Conforme Hélió Trindade:

⁵ CASTRO GOMES, Ângela Maria de (Coord.) *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 43.

⁶ Id., *ibid.*, p. 44.

⁷ ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-30)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 21-22. Para maiores detalhes sobre a cisão dentro do PRR entre os republicanos históricos e a geração de 1907 ver o capítulo 1 (p. 25-47).

A fase, pois, que se inicia nos primeiros meses de 1931 e termina com a Revolução Paulista de julho de 32, será marcada por uma contradição fundamental na qual os níveis ideológicos e regionais se superpõem: de um lado, os defensores da manutenção da “ditadura” do Governo Provisório e de outro, os propugnadores de um retorno ao regime constitucional.⁸

Sandra Pesavento analisou a realidade rio-grandense dos anos 30 a partir do ângulo das relações da economia pecuária e seus representantes com o Estado gaúcho. Um dos pontos levantados por ela foi a análise das cisões internas da classe dominante e suas formas de atuação. Em suas conclusões, assim escreveu:

No plano local, os momentos de 1932 e 1937 são dois marcos fundamentais. Em 1932, acontece a cisão política gaúcha: a ala regional, tendo em vista a ameaça de perda do poder das oligarquias regionais, rebela-se contra o governo central, enquanto que a ala “nacional”, mais tarde consubstanciada no PRL, identifica-se com a orientação do Governo Provisório, posicionando-se pela ordem e pelo desenvolvimento econômico nacional, no qual o Rio Grande do Sul cumpriria seu papel de “celeiro do País”.⁹

Portanto, sua análise se desenvolve no sentido de diferenciar as facções políticas, seus posicionamentos quanto ao problema econômico e as articulações e cisões políticas regionais e nacionais dos grupos que eram a classe dominante no Estado. Se isso já foi estudado pela historiografia gaúcha, faz-se necessário investigar em que época integrantes das regiões coloniais iniciam a sua entrada no poder político.

No final da década de 20, com o governo estadual de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, é viabilizada a aliança política dos “conservadores-autoritários com os conservadores-liberais (Frente Única), bem como a formação, após 30, de uma nova força político-partidária reunindo os autoritários e liberais moderados através do Partido Republicano Liberal”.¹⁰ Essas alianças vão cooptar novos grupos, os quais representavam cidades com origens coloniais. Esses núcleos urbanos vão surgir tutelados pelos coronéis do PRR, mas acreditamos que após 1930 há uma mudança desta articulação política.

Se nos reportarmos à configuração das alianças políticas no Rio Grande do Sul em 1930, teremos a formação da Frente Única Gaúcha (FUG), que será responsável pela vitória da Aliança Liberal no estado. Essa aliança será desfeita em 1932, com a eclosão do Movimento Paulista de 32. Temos a partir daí a transformação da FUG (PRR aliado ao PL),

⁸ TRINDADE, Héliogio et al. (Orgs.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 103.

⁹ PESAVENTO, Sandra J. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 185.

¹⁰ TRINDADE, Héliogio et al. (Orgs.). *Op. cit.*, 1980, p. 120.

sob a liderança de Borges de Medeiros e de Raul Pilla, como oposição aos governos revolucionários em âmbito estadual e federal. Já a situação organiza o Partido Republicano Liberal (PRL), que servirá para dar respaldo às políticas dos governos federal e estadual. Também teremos o surgimento de novas tendências, tanto de direita como de esquerda, e também de cisões no interior dos partidos. Essas mudanças partidárias levam a um fim da tradicional bipolaridade do sistema gaúcho. No entanto, terão uma duração efêmera, devido ao golpe do Estado Novo.¹¹

1.2 O Palco

No Rio Grande do Sul, palco da elite política rio-grandense, houve uma preocupação com a política nacional, o que resultou em um processo de unificação das forças políticas regionais. Para Carlos Gilberto Pereira Dias,

a ascensão de Getúlio Vargas, em 1928, ao governo estadual do Rio Grande do Sul assinala uma mudança na relação do Governo estadual com o Governo Federal. A segunda geração de republicanos – na qual Vargas destaca-se desde cedo como a figura de maior projeção – elabora um projeto político mais amplo e ambicioso. Articula-se desta forma uma relação mais flexível e menos regional, que busca atender os interesses de ambas as facções políticas historicamente divergentes e viabiliza posteriormente unilas na Frente Única Gaúcha. Getúlio Vargas representa um governo progressista e mais aberto ao debate político com a oposição, distanciando-se do autoritarismo borgista.¹²

No entanto, tal unificação já em 1932 estava em processo de decomposição. E é nesse processo que podemos verificar os atritos entre os diferentes grupos políticos constituídos em elite política. Esses atritos podem ser nomeados primeiramente no campo ideológico, e, também, na disputa pelo poder político no estado para garantir privilégios que resultaram desta apropriação.

A crise que desencadeou o rompimento de políticos gaúchos com o governo provisório foi o atentado ao *Diário Carioca* – o jornal criticava a atuação tenentista e defendia a constitucionalização. Esse atentado foi uma demonstração de força da ala autoritária que estava contrária à convocação da Constituinte. Tal acontecimento provocaria as demissões de

¹¹ TRINDADE, Hélijo; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991, p. 56-58.

¹² DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antonio Chimango no limiar da velhice* (Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1930-1934). Porto Alegre: PUCRS, 2001, p. 80 (Dissertação em História).

integrantes gaúchos da elite em postos do governo provisório federal: Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho; Baptista Lusardo, Chefe de Polícia; Mauricio Cardoso, Ministro da Justiça; João Neves da Fontoura, Consultor do Banco do Brasil; dentre outros.¹³

Como referimos acima, os cargos de Ministro do Trabalho, Ministro da Justiça, Chefe de Polícia e Consultor do Banco do Brasil, dentre outros, eram de grande importância, diante do que constatamos que Getúlio Vargas sabia costurar alianças políticas com as oposições.¹⁴ Mas as demissões foram um retorno da crise política interna no Rio Grande do Sul, que chegaria ao ápice com o apoio deste grupo aos paulistas, desencadeando a Revolução Constitucionalista de 32.¹⁵

Os líderes políticos que articularam o apoio à Revolução Constitucionalista foram: Borges de Medeiros¹⁶, Baptista Lusardo e Raul Pilla, sendo que João Neves da Fontoura participou *in loco*.

Conforme Hégio Trindade, essas articulações não foram respaldadas pelas bases partidárias devido à ausência de Flores da Cunha no movimento, como também de Assis Brasil, que passaria a defender a pacificação. O fracasso também se deu nos levantes armados para levar forças da Brigada Militar para o “front” paulista. Resultado: Borges de Medeiros é preso e exilado no Recife; Raul Pilla, Baptista Lusardo e Lindolfo Collor foram para o Uruguai, terminando com a participação gaúcha no movimento de 1932.¹⁷

A consequência disso, segundo o autor, é que:

Encerrava-se assim a conjuntura política que se inicia com a tomada do poder de Vargas, com o apoio integral da Frente Única Gaúcha, e que, após longo processo de tensões entre o poder central e as lideranças regionais, terá como epílogo o exílio das lideranças mais expressivas dos partidos rio-

¹³ TRINDADE, Hégio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 107.

¹⁴ Luciano Aronne de Abreu, ao analisar a formação da Frente Única Gaúcha, destaca Vargas como um político com características conciliatórias e afirma: “a) por um lado, a Frente Única é um passo importante para a construção do mito Vargas, dada a capacidade conciliatória de Getúlio, visto como o homem certo no lugar certo.” (ABREU, Luciano Aronne. Op. cit., 1996, p. 96).

¹⁵ Voltamos a citar Luciano Aronne de Abreu: “b) por outro lado, é preciso ressaltar que o Rio Grande não foi unânime no apoio à candidatura Vargas à Presidência da República. Houve forte resistência, por parte de setores federalistas, em apoiar Vargas, contrariando a orientação da diretoria do Partido Libertador.” (Id., *ibid.*, p. 96). E verificamos que em 1932 ocorreu o primeiro atrito entre os políticos rio-grandenses que haviam apoiado a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.

¹⁶ Uma análise detalhada das divergências e posterior afastamento de Borges de Medeiros da política regional, no período de 1930-1934, ver em DIAS, Carlos Gilberto Pereira. Op. cit., 2001, p. 95-145.

¹⁷ TRINDADE, Hégio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 108-109.

grandenses e a passagem da própria F.U.G. da posição situacionista para opositora sistemática dos governos Vargas e Flores da Cunha.¹⁸

Continuamos acompanhando a análise do autor para o período de 1932-1934, quando afirma que o exílio dos líderes da FUG resulta num vazio de poder, ocorrendo uma redefinição no sistema partidário. A FUG passa a se caracterizar não como uma união de dois partidos, PRR e PL, mas de um grupo de oposição tanto ao governo de Getúlio Vargas quanto ao de Flores da Cunha.¹⁹

O que vamos assistir são as cisões internas dos partidos: Borges de Medeiros, líder do PRR, rompe com Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas, seus antigos companheiros. Raul Pilla, do Partido Libertador, em conjunto com Borges de Medeiros, João Neves e Lindolfo Collor, radicaliza suas posições, enquanto Assis Brasil é contra qualquer processo antipacífico, mesmo não deixando evidenciada sua adesão ao governo federal. Também Simões Lopes Filho, integrante do PL, manifesta em carta pública a Vargas seu descontentamento com os rumos políticos do seu partido. Igualmente Francisco Antunes Maciel Junior fez declarações no sentido de provocar seu rompimento com o PL.²⁰

Até aqui podemos constatar que o governo de Getúlio Vargas, possivelmente por conhecer muito bem seus companheiros e inimigos partidário do Rio Grande do Sul, promove as cisões intrapartidárias. Essas cisões, tanto dentro do PRR quanto do PL, e depois da própria FUG, decorrerão do aceno com cargos tanto na esfera federal quanto estadual e municipal. São as acomodações políticas que se constituem em práticas usuais na cultura política brasileira. A melhor forma de cooptar um inimigo político vacilante é convidá-lo para cargos e retirá-lo quando a sua permanência no cargo não convier mais. Na terceira parte deste capítulo, quando estaremos tratando da elite política, poderemos verificar quais líderes foram cooptados dessa forma, tanto para altos cargos na esfera federal, como no âmbito estadual. O único problema que Getúlio Vargas ainda não tinha resolvido seria com o Interventor no Rio Grande do Sul – Flores da Cunha.

Novamente o Rio Grande do Sul viveria uma situação de vácuo político, pelo fato de os dois partidos estarem afastados do poder em virtude dos confrontos com o governo provisório e da própria Interventoria estadual. Para Héglio Trindade, o grupo que daria

¹⁸ TRINDADE, Héglio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 110.

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 155.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 155-156.

suporte ao governo já existia, pois poderia ser localizado em todos os níveis com os indivíduos que tivessem alguma vinculação com a Interventoria.²¹

A rearticulação do grupo de apoio ao governo provisório e da Interventoria, visando às eleições de 1933, resultou, em primeiro lugar, na criação do Partido Republicano Liberal (PRL), em maio de 1932. A fundação do PRL, por Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, teria como prioridade o apoio ao governo federal e estadual. Voltaremos depois à crise que levaria à deposição de Flores da Cunha da Interventoria no Rio Grande do Sul.

Quanto às forças de oposição, que estavam com seus líderes exilados, as mesmas são reorganizadas num congresso em abril de 1933, em Rivera (Uruguai), visando às eleições do mesmo ano. As decisões do Congresso do Partido Libertador foram a manutenção da Frente Única, a constituição de uma plataforma para o partido defender na Assembléia Constituinte e a escolha dos seus candidatos para a Assembléia Constituinte. Os nomes indicados foram: Joaquim Francisco de Assis Brasil, Bruno Mendonça Lima, Edgar Schneider, Oscar Fontoura, Alberto Pasqualini, Minuano de Moura, Camilo Teixeira Mércio e João Gonçalves Viana.²²

Já o PRR articulou-se através das Comissões Executivas Municipais, sendo Maurício Cardoso o solicitante, em virtude de Borges de Medeiros estar exilado. O resultado dessas indicações foi a constituição da seguinte nominata: Maurício Cardoso, Sérgio Ulrich de Oliveira, Ariosto Pinto, Nicolau Vergueiro, Joaquim Luis Osório, Adroaldo Mesquita da Costa, Osvaldo Vergara, Arnaldo Faria.²³

Os resultados das eleições de 1933 demonstram uma vitória do PRL, pois consegue eleger 13 deputados para a constituinte federal, e a FUG as outras três cadeiras.

Essa hegemonia do PRL será mantida nas eleições de 1934 e de 1935. Porém, teremos a partir de 1934 a articulação de novos grupos políticos e movimentos que vão participar das eleições de 1934. Esses grupos foram a Ação Integralista Brasileira (AIB), que seria organizada em Porto Alegre somente em janeiro de 1934, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), oficialmente organizada em junho de 1935. Também teremos a Liga Eleitoral Proletária (LEP), que articularia o movimento operário visando às eleições de 1934.²⁴

²¹ TRINDADE, Hégio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 156.

²² Id., *ibid.*, p. 160.

²³ Id., *ibid.*, p. 161.

²⁴ Id., *ibid.*, p. 218.

Apesar de nenhuma das três organizações conseguirem eleger representante, podemos considerá-las como o início de organizações políticas representantes de grupos sociais que não tinham uma identidade política com os partidos tradicionais existentes até então no cenário político rio-grandense.

Com relação às eleições municipais de 1935, o partido vitorioso foi o PRL, pois dentre 86 municípios gaúcho, venceu em 60. Para Héglio Trindade e Maria Izabel Noll, essas eleições tiveram características distintas:

Realizadas em novembro de 1935, sob o signo, por um lado, de uma crescente mobilização social e conseqüente tentativa de controle por parte do executivo federal, e, de outro, sob a ameaça iminente de um rompimento entre Flores e Vargas, as eleições significaram para o PRL algo de mais fundamental: um teste para o funcionamento de suas máquinas municipais (eleição de prefeitos e vereadores) e reconhecimento da política local levada a cabo desde sua fundação.²⁵

Chamam a atenção os autores para o fato de que estas eleições foram caracterizadas pelo uso da violência, em virtude de inúmeros prefeitos, que tinham sido nomeados por Flores da Cunha, concorrerem sem se afastarem dos cargos. Isso demonstra a continuidade do uso da violência em processos eleitorais, características oriundas do período pré-1930 no Brasil.

Passamos agora a analisar a crise no Rio Grande do Sul que levou à renúncia de Flores da Cunha do cargo de governador do estado, ajudando na implantação, sem resistências, do Estado Novo. Para Héglio Trindade, entender o processo político rio-grandense na conjuntura que precede a instalação do Estado Novo pressupõe duas questões fundamentais:

Ela refere-se, de um lado, à tentativa de reaproximação da Frente Única com o governo Flores da Cunha, através de um acordo denominado “modus vivendi”, que visava à pacificação regional e ao fortalecimento político do Rio Grande do Sul face ao crescimento do poder central; de outro, após o rompimento do acordo (antes de completar um ano de vigência), se desencadeia um processo de desarticulação do sistema partidário rio-grandense atingido por cisões no seio dos três partidos regionais (PRL, PL e PRR).²⁶

Mais uma vez seria articulado um acordo para se opor ao governo central. Tal articulação, de curta duração – nove meses – deixaria fissuras extremamente graves nos

²⁵ TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. Op. cit., 1991, p. 61.

²⁶ TRINDADE, Héglio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 251.

partidos políticos, com a evidente interferência de Getúlio Vargas e seu irmão Benjamin Vargas.

Importante narrar o que foi o “modus-vivendi”: um acordo realizado no Rio Grande do Sul entre o PRL e a FUG, o qual dispunha sobre as responsabilidades que os secretários assumiam frente ao governador e aos dois partidos e a possibilidade de ingerência do Legislativo nas decisões introduzidas pelo executivo. Também que cada partido teria completa autonomia e liberdade de ação, desde que observado o acordado.²⁷

Feito o acordo, este teria uma duração de nove meses, sendo que os motivos de sua crise foram a demissão de Raul Pilla da Secretaria da Agricultura e representante do PL, e de Lindolfo Collor da Secretaria da Fazenda e representante do PRR. Tais demissões foram motivadas pelo voto de oposição a Flores da Cunha efetuada pela bancada da FUG na Assembléia Legislativa. Conforme o acordo, quem deveria indicar seus substitutos era o próprio partido, ou seja, a FUG. Questionado pelo PRL, pois deveria comunicar suas decisões internas, a FUG relembra os termos do “modus vivendi”: de autonomia de ação dos partidos. Para Héglio Trindade,

com as demissões de Pilla e Collor rompe-se o acordo. A fragilidade desta política cooptativa era patente e, como já foi lembrado, devia-se mais a atitudes táticas de ambos os lados (oposição e situação) numa conjuntura caracterizada por uma profunda indefinição do jogo político, do que uma real articulação dos partidos com a finalidade de executar mudanças políticas efetivas. A participação marginal da FUG (apesar das duas secretarias) e a manutenção da política tradicional de Flores demonstram o conteúdo puramente formal do acordo.²⁸

Além do rompimento do acordo entre a FUG e o PRL, no decorrer do ano de 1937, teremos a desarticulação interna dos três partidos rio-grandenses. O primeiro seria o PRR, quando Lindolfo Collor manifestou-se contrário à aproximação da FUG com o governo de Getúlio Vargas, principalmente contrário a uma adesão à política do Catete, ao adiamento do mandato do presidente e ao afastamento da FUG das oposições coligadas. A questão que Lindolfo Collor levantou versou em torno da decisão do Diretório de romper o pacto sem consulta prévia às bases partidárias. Em resposta a Collor, o Diretório argumentou utilizando

²⁷ TRINDADE, Héglio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 252.

²⁸ Id., *ibid.*, p. 255.

o próprio discurso dele, quando faz referência à disciplina partidária, ou seja, abandono de pontos de vista pessoais em vista de uma opinião que represente a coletividade partidária.²⁹

No PL,³⁰ a cisão será causada pela existência de duas correntes dentro do partido: a corrente predominante, liderada por Raul Pilla, de tendência conservadora-liberal; e uma segunda, de características mais radicais, preocupadas diante do fato de que o PL não conseguia apontar soluções frente ao crescimento dos problemas sociais, essa tendência tinha a liderança de Bruno Lima. Este, membro do diretório do PL de Pelotas, foi cogitado para assumir a Secretaria da Agricultura, em substituição a Raul Pilla. Bruno Lima não aceitou e acabou por apoiar as declarações de Lindolfo Collor sobre o momento político.³¹

Lindolfo Collor, atraindo partidários do PRR, fundaria o Partido Republicano Castilhistas (PRC), no início do ano de 1937, tendo como fundamento os dogmas de Júlio de Castilhos, aproximando-se politicamente do PRL.³²

Outra dissidência foi no PRL, iniciando quando surgiu a questão da eleição do vice-presidente da Assembléia, sendo que esta dissidência crescia na medida em que estreitava a relação com o presidente Vargas. Esta se denominou Dissidências Liberais, e foi constituída por Viriato Dutra, Loureiro da Silva, Moysés Vellinho, Coelho de Souza, Julio Diogo, Xavier da Rocha, Paulino Fontoura, Cylon Rosa e Benjamin Vargas. Este grupo acarretaria a perda da maioria que Flores da Cunha tinha na Assembléia Legislativa, em virtude de sua aliança com a FUG numa oposição ao governo Flores da Cunha.³³

Estava construída a fragmentação dos partidos políticos no Rio Grande do Sul, possibilidade essa de continuar o processo de centralismo político no Brasil, que teria como resultado a decretação do Estado Novo no Brasil, e como consequência a intervenção federal no Rio Grande do Sul, dentre outros estados.

²⁹ TRINDADE, Hégio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 255-256.

³⁰ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 14. É um estudo, a partir do personagem Waldemar Ripoll para “aprofundar o conhecimento sobre o conflito ocorrido entre os diferentes setores da elite política sul-rio-grandense e desses com o governo federal no período compreendido entre 1928-1938”.

³¹ TRINDADE, Hégio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 256.

³² Id., *ibid.*, p. 257.

³³ Id., *ibid.*, p. 257.

1.3 Os Atores

Para Aspásia Camargo, a Revolução de 1930 não representou, de imediato, deslocamento de poder da antiga classe para novos segmentos emergentes, no entanto a autora chama a atenção para a renovação geracional³⁴ das elites,³⁵ que acompanha importantes mudanças funcionais do aparelho de Estado. E acrescenta que essa recomposição dá origem a

³⁴ Sobre o conceito de geração ver LYRA, Pedro. *Sincretismo: a poesia da geração 60: introdução e antologia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 25-41, quando afirma que a geração abriga, num mesmo tempo-espaço histórico, um grande número de pessoas, de diferentes tipos e regiões, níveis e posições, que só precisam ter em comum o nascimento numa mesma faixa temporal. Mas salienta que as gerações se imbricam uma na outra, confundindo-se em seus marcos, sem cortes e com margens abertas para o livre fluxo dos fronteiriços. E exemplifica a partir do encadeamento geracional onde ocorrem entrecruzamentos a partir de uma faixa de 20 anos. Isto demonstra que numa mesma geração podemos ter uma pessoa de 20 anos e uma de 40, ou numa outra faixa uma pessoa de com 40 e 60 anos.

³⁵ Os estudos sobre elites políticas realizados no Brasil, no período republicano, do qual temos conhecimentos, são: LOVE, Joseph L. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Estes três estudos abarcam o período que vai da Proclamação da República, em 1889, ao estabelecimento do Estado Novo, em 1937. São estudos independentes, mas coordenados, sobre a dinâmica regional do federalismo brasileiro. Têm como objetivo o estudo comparativo do ponto de vista regional, apontando semelhanças e diferenças entre os três estados e a interação no nível nacional. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. Este livro tem como objeto de análise a elite política do estado do Rio de Janeiro durante a República Velha. Persegue dentre outros objetivos observar a fragmentação das elites políticas fluminenses funcionando como um obstáculo à tentativa de construção de um eixo alternativo de poder à dominação Minas-São Paulo e que possibilitasse um melhor posicionamento do Estado do Rio no contexto do federalismo brasileiro. A falta de uma integração entre os setores produtivos e a elite política em torno de programas de reforma para a agricultura criou entraves para um consenso na política fluminense. A proximidade entre o estado do Rio e a capital do país fez com que os políticos fluminenses fossem em boa parte absorvidos pela política nacional, e suas propostas tendessem a ser de preocupações mais amplas em detrimento dos interesses regionais. E por último, o personalismo provocou dificuldades de organização partidária, provocando também a fragmentação política do Estado do Rio. BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Piracicaba/Campinas: Unimep/Unicamp, 2001, p. 12. O estudo tem como objetivo específico analisar as elites políticas a partir da composição e recomposição desse grupo, na cidade do interior paulista – Rio Claro –, durante o período de 1900 a 1964. E ainda como se estruturaram os novos espaços de participação dos atores e grupos sociais, ou seja, como se organizam e reorganizam os antigos atores políticos e como entram em cena os novos atores. MICELI, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983, Tomo III, v. 3. Neste estudo, o objeto central é os grupos de organizadores e representantes de dois setores da elite política que se agruparam no Partido Social Democrático (PSD) e na União Democrática Nacional (UDN) em 1945. Tem como objetivo um levantamento das relações entre grupos econômicos, redes de sociabilidade e organização partidária para desvendar os móveis das lutas que estão na raiz das clivagens decisivas no âmbito do sistema partidário. CANÊDO, Letícia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). In: *Pro-Posições*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 3 (39), set./dez. 2002, p. 169-198, v. 13. Conforme a autora o “artigo procura pensar práticas políticas, reconhecendo o caráter operatório dos laços sociais no universo político contemporâneo. Analisa a entrada na política de 22 indivíduos que obtiveram o sucesso em suas carreiras – 11 de Minas Gerais e 11 de São Paulo –, na década de 50. O interesse está em compreender o que garante a determinados grupos, em determinados momentos de reestruturação do espaço político, a força suficiente capaz de lhes permitir entrar na luta pelo monopólio do poder. Para tanto, levanta características fundamentais da socialização dos políticos estudados, bem como as de sua formação (escolar, e no interior dos partidos políticos), relacionado-as com a aprendizagem das competências necessárias às funções de um profissional da política”.

uma nova classe política que ascende ao poder. Assim, cabia precipitar e reforçar processos já desencadeados, os quais esbarravam no modelo político baseado em uma confederação de estados.³⁶

Para a autora, a Revolução de 1930, que denomina de *revolução das elites*, ao mesmo tempo, em que recompõe pactos sociais e pautas de convivência, pois se beneficia dos espaços vazios deixados por antigos quadros, também enquadra, isola, expurga, manipula os diversos segmentos da elite e da contra-elite, os quais permanecem em cena até a década de 1980.³⁷ E argumenta em outro artigo:

A grande estratégia foi fragmentar ao máximo as velhas e as novas lideranças emergentes dos estados para fortalecer o poder central, usando como escudo os militares, mas infiltrando aos poucos lideranças mais fiéis e dóceis ao Estado centralizado, às suas novas regras e às suas novas composições econômicas e sociais. Resumindo, houve estratégias centrais em torno de atores regionais manipulados e de atores militares; e estratégias de apoio, de alargamento das alianças, que Eli Diniz descreveu aqui muito bem, e que significaram a incorporação de atores novos.³⁸

Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan, que estudaram o período que vai de 1930 ao golpe de 1937, com o objetivo principal de entender a dinâmica de um processo que retirou do poder importantes segmentos das elites civis e militares, argumentam que esta evidência ocorreu por ocasião da instalação do Estado Novo, quando uma expressiva parcela de pessoas que foram vitoriosas em trinta e que passaram a ocupar cargos importantes, havia sido desalojada do poder. E afirmam:

Mesmo concordando com a tese de que a Revolução de 30 não provocou alterações substantivas em termos de estrutura de classes [...], pode-se afirmar que são visíveis as transformações operadas a partir de então no País. A inexistência de deslocamentos traumáticos de classes e a manutenção dos segmentos inferiores da sociedade dentro de rígidos limites garantiram o apoio significativo das oligarquias ao projeto de modernização que passou a ser adotado. Supor, entretanto, que a implantação de tal projeto se deu naturalmente, isto é, sem conflitos, é negar a complexidade de um processo regido pela ambição que tinham os diversos segmentos da sociedade de assegurar para si o controle da nova máquina de Estado que se montava. Supor, por isso mesmo, que a instalação do Estado Novo ocorreu de forma consensual é aceitar e incorporar o discurso dos atores vitoriosos.³⁹

³⁶ CAMARGO, Aspásia. A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A revolução de 30: seminário internacional*. Brasília: UnB, 1983, p. 15.

³⁷ Id., *ibid.*, p. 16.

³⁸ CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FVG/CPDOC, 1999, p. 41.

³⁹ PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mário. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, n. 9, 1997, p. 8.

Além dessa argumentação inicial, ou seja, de que ocorreu a rearticulação de novos segmentos na composição da elite política, os autores demonstram com alguns nomes e cargos a substituição de muitas pessoas, denominando esse movimento de “rotatividade das elites políticas”. Mostram também que no período de 1936 e 1937 a conjuntura política teve três pontos fundamentais, que foram: o combate ao comunismo, a sucessão presidencial e a desarticulação do governador Flores da Cunha. O congresso, o governo federal e estadual, e o Exército foram os centros da discussão desses temas, ocorrendo sucessivos alijamentos e realinhamentos, resultando, no final de 1937, num núcleo em torno de Getúlio Vargas, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, que foram unânimes na necessidade de um golpe de Estado, contrapondo-se a forças que não tinham condições de reagir.⁴⁰ No entanto, afirmam os autores:

se o golpe de dez de novembro de 1937 se voltou contra os setores extremistas e contra os agrupamentos oposicionistas, ele também atingiu aquelas elites situacionistas que, sem questionar a proposta vencedora em 1930, apenas se contrapuseram ao continuísmo de Vargas como a única solução para superar os impasses vividos pela Nação. Na verdade, o golpe representou mais um importante momento de processo de depuração das elites que se tornou perceptível a partir de trinta.⁴¹

Essas afirmações serão o ponto de partida para a nossa análise das elites políticas do Rio Grande do Sul. Para tanto, iniciaremos a investigação das elites políticas que atuaram no poder político no estado, durante o período de 1930-1937, selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos neste trabalho. Os critérios para integrar esse grupo foram ter ocupado os seguintes cargos no poder político: presidente/governador/interventor; vice-presidente/vice-governador;⁴² secretários do estado do Rio Grande do Sul; chefe de polícia; deputados estaduais e federais; senadores e presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Os critérios para definir a composição da elite política basearam-se na ocupação de cargos em três instâncias de poder político: o executivo estadual, os legislativos estadual e federal, e o poder judiciário do estado. Essa opção decorreu do fato de que estes cargos seriam

⁴⁰ PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mário. Op. cit., 1997, p. 15.

⁴¹ Id., ibid., p. 22.

⁴² Na vigência do Estado Novo, o Interventor era substituído quando: “As licenças e impedimentos do Interventor não poderiam ultrapassar de 30 dias, sob pena do Presidente da República nomear substituto. Durante o período de impedimento, o Interventor, ou Governador, era substituído por um dos Secretários de Estado, previamente designado, em portaria do Ministério da Justiça, em conformidade com o art. 11.” (CAMARGO, Dilan D’Ornellas. *Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. O Conselho Administrativo de Estado RS. Porto Alegre: UFRGS, 1983, p. 42).

os mais elevados no campo da decisão política, constituindo-se em 124 integrantes no período de 1930-1937. Passamos a analisar as características dos integrantes da elite política.

1.3.1 O Legado e a Herança Familiares

Ao montarmos nosso banco de dados, colocamos como um dos elementos a serem coletados os parentes (avós, pais, irmãos, filhos, etc.) e suas respectivas profissões. Ao totalizarmos os dados conseguimos informações de 26 integrantes⁴³ da elite política, no que tange às profissões dos seus parentes.

Tabela 1: PROFISSÃO DE PARENTE segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1930-1937⁴⁴

Profissão de parente	Período 1930-1937	
	Nº	Percentual
Político	10	38,5
Militar	07	26,9
Estancieiro	01	3,8
Funcionário público	02	7,7
Desembargador	01	3,8
Advogado	01	3,8
Militar e político	01	3,8
Militar e estancieiro	01	3,8
Funcionário público e político	02	7,7
Total	26	100,0

Fonte: Todas as tabelas foram confeccionadas a partir do Banco de Dados intitulados **Quadro de integrantes da elite política do Rio Grande do Sul**. Esses Quadros são divididos em três anexos: Anexo I referente ao período de 1930-1937, anexo II referente ao período de 1937-1945 e Anexo III do período 1945-1947. Sempre que não indicado de outra maneira, esses anexos serão a referência básica para os cálculos das tabelas referentes à elite política.

⁴³ Consideramos elevado o número de pessoas – 26 integrantes – dos quais conseguimos informações, pois uma das limitações do método prosopográfico é a insuficiência de dados, conforme advertência do professor Lawrence Stone, retomada por Peter Burke. Mais detalhes desses comentários ver em BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 15-24.

⁴⁴ Esta tabela segue a seguinte lógica: como parâmetro, toma-se o integrante da elite política e vê-se qual a profissão que seus parentes tiveram, nomeando uma ocorrência, mesmo que tenha avô, pai, irmão, tio, dentre outros, na mesma profissão; no caso de um integrante ter dois parentes com profissões diferentes nomeiam-se uma ocorrência e as duas profissões. Portanto, quando constarem duas profissões, cada uma refere-se a um parente.

Desse total, tivemos dois índices: 10 foram políticos e 7 militares. Um número revelador que não surpreendente para o Rio Grande do Sul, pelas características de ocupação do território gaúcho por militares, os quais se constituíram estancieiros e ocuparam o poder político no Rio Grande do Sul.⁴⁵

Ernesto Seidl, ao analisar os padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no período de 1850-1930, destaca que no período compreendido entre 1890-1930, tivemos 13 generais ocupando cargos políticos, dentre os quais três governadores; um vice-governador; três interventores; e seis deputados.⁴⁶

Vejamos alguns exemplos desses parentes dos políticos gaúchos que estavam ligados à política.⁴⁷

Augusto Simões Lopes era filho de João Simões Lopes, sendo este presidente da província do Rio Grande do Sul em 1871, além de ser coronel e estancieiro em Pelotas. Seu tio, Ildefonso Simões Lopes, foi deputado federal. Seu irmão, Ildefonso Simões Lopes (com o mesmo nome do tio), foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, casado com Clara de Sampaio, filha de desembargador, e ministro do Supremo Tribunal Federal. Outro irmão, Ismael Simões Lopes, foi deputado estadual. Com todo este capital familiar passou também o seu legado ao filho Luis Simões Lopes, que foi um dos organizadores e presidente do DASP, também fundou e presidiu a Fundação Getúlio Vargas. Outro que acabou entrando para a política foi seu sobrinho, Ildefonso Simões Lopes Filho, que foi deputado estadual – uma família que teve vínculos com a política rio-grandense desde meados do século XIX – e que acabou por pertencer ao PRR, e após 1930 apoiou o

⁴⁵ Letícia Bicalho Canêdo efetuou um estudo sobre os modos de transmissão de um capital político familiar em Minas Gerais a partir de uma genealogia publicada por Waldemar Alves Pequeno, intitulada *Raízes Mineiras e Cearenses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970, que reconstituiu a descendência de sua trisavó, Balbina Honória Severina Augusta Carneiro Leão (1797-1874) até 1970. O objetivo de Letícia é trazer elementos para ajudar a pensar a noção de *duração* em política. Além de discutir também a genealogia como instrumento político (CANÊDO, Letícia Bicalho. A produção genealógica e os modos de transmissão de um capital político familiar em Minas Gerais. In: *Brasil genealógico*: revista do Colégio Brasileiro de Genealogia. Rio de Janeiro: MIRGraph, n. 3, 2003, p. 9-37, tomo 4). Esse estudo, que aborda um longo período – imperial e republicano –, consegue apontar o jogo dos interesses familiares ligados aos postos da administração do Estado. A nossa pesquisa por ficar restrita a um curto período – 1930-1947 –, não se propõe a tal empreendimento investigativo como o de Letícia Canêdo, o que acreditamos que é possível empreender em pesquisas futuras, pois nossos dados apontam indícios do capital familiar como importante na carreira política da elite política rio-grandense.

⁴⁶ SEIDL, Ernesto. *A espada como “vocação”*: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 194. (Dissertação de Mestrado).

⁴⁷ As ocupações desses integrantes geralmente aparecem com mais de uma. Por decisão nossa optou-se por uma ocupação, dando prioridade   **função política**, por ser este objeto de nosso estudo.

governo Getúlio Vargas.⁴⁸ Eis um exemplo típico de herança familiar recebida e transmitida, que poderia ser visto como um modelo na política rio-grandense do Império até a República Velha, avançando posteriormente à década de 1930.

Outro exemplo é o de Francisco Antunes Maciel Júnior, também natural de Pelotas. Seu pai, Francisco Antunes Maciel, foi ligado ao Partido Liberal, sendo deputado (1881-1889), ministro do Império, líder do Partido Federalista, tendo participado da revolução federalista (1893-1895). Devido à derrota, foi exilado no Uruguai; e, novamente, deputado federal (1906-1911). Seu irmão, Artur Antunes Maciel, foi interventor em Mato Grosso (1931-1932). Sua mãe, Francisca de Castro Moreira Maciel, era filha do Barão do Butuí.⁴⁹

E, finalmente, o exemplo de Getúlio Vargas, natural de São Borja. Evaristo José Vargas, seu avô paterno, participou da Guerra do Paraguai como voluntário. Serafim Dornelles, avô materno, foi major de milícias, comerciante e um proeminente estancieiro em São Borja. Manuel do Nascimento Vargas, seu pai, participou da guerra do Paraguai como cabo e terminou-a como tenente-coronel. Após ter se desligado do exército, estabeleceu-se como fazendeiro, sendo que no final do Império tornou-se líder político do PRR. Participou da Revolução Federalista, quando teria combatido as tropas de Dinarte Dornelles (tio materno de Getúlio Vargas). Após a vitória dos republicanos, Manuel recebeu uma promoção de coronel e de general-de-brigada, e, em 1907, passou a ser intendente de São Borja, cargo ocupado depois por dois de seus filhos, Viriato e Protásio (irmãos de Getúlio Vargas).⁵⁰

A continuidade da participação na política brasileira da família Vargas continuou: seu filho, Lutero Sarmanho Vargas, foi um dos fundadores do PTB, deputado federal pelo distrito federal (1951-1959), deputado constituinte na Guanabara (1961), depois embaixador em Honduras (1962) e no México (1963); sua filha, Alzira Sarmanho Vargas foi auxiliar de gabinete da Presidência da República (1937-1945) e casada com Ernani do Amaral Peixoto, passou a assinar-se Alzira Vargas do Amaral Peixoto, assumindo após a morte de sua mãe, em 1968, a presidência da Casa do Pequeno Jornaleiro; seu filho Manuel Antonio (Maneco) Sarmanho Vargas foi prefeito de Porto Alegre (1958-1960). Além de seus filhos, ainda Válder de Lima Sarmanho, irmão de Darci Vargas, atuou no Gabinete Civil da Presidência da

⁴⁸ Os dados biográficos foram retirados do nosso Banco de Dados intitulado *Quadro de integrantes da elite política do Rio Grande do Sul*, em anexo.

⁴⁹ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984, p. 1998.

⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 3436.

República (1930-1939), embaixador do Brasil no Uruguai (1958-1963) e no Peru (1963-1964). Seu primo, Ernesto Dornelles, foi interventor no Rio Grande do Sul (1943-1945), deputado constituinte (1946), senador pelo Rio Grande do Sul (1946-1951), governador (1951-1955) e ministro da Agricultura (1956). Manuel do Nascimento Vargas Neto, filho de Viriato, irmão mais velho de Getúlio, foi deputado federal (1946-1951); outro filho de Viriato, Serafim Dornelles Vargas, além de militar foi prefeito de São Borja.

Já a outra geração, Cândida Ivete Vargas Martins, neta de Viriato, foi deputada federal por São Paulo (1951-1969) e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).⁵¹

Ainda na família Vargas, Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio, foi interventor no Rio de Janeiro (1937-1945), presidente do Partido Social Democrático (PSD), de 1952 até 1965, governador do Rio de Janeiro (1951-1955), embaixador do Brasil em Washington (1957-1959), ministro da Viação (1959-1961), ministro extraordinário da Reforma Administrativa (1963), deputado federal (1963-1971) e depois senador.⁵² Conforme verbete atual disponível no site do CPDOC,

Celina Vargas do Amaral Peixoto, filha de Alzira e Ernani Amaral Peixoto, tornou-se chefe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas desde sua criação em 1973 até 1990, diretora do Arquivo Nacional, de 1980 a 1990, e superintendente e depois diretora-geral da FGV de 1990 a 1997. Foi casada com Wellington Moreira Franco, deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1975 a 1977, governador do Rio de Janeiro de 1987 a 1991 e novamente deputado federal de 1995 a 1999.⁵³

Esses dados demonstram que cinco gerações da família de Getúlio Vargas passaram pela política brasileira, e isto foi resultado de uma herança no processo de ocupação das terras no Rio Grande do Sul, no qual o tripé militar/estancieiro/político era um modelo para constituírem-se figuras proeminentes. Ou seja, participar do exército, tornarem-se pessoas de posse de terras e por extensão com poder político, padrão esse que iremos analisar no capítulo 3, em termos da continuidade ou não, desta característica, no Rio Grande do Sul.

Também teremos exemplos em que os pais tiveram a ocupação de estancieiro, como é o caso do pai de Joaquim Francisco Assis Brasil, Francisco de Assis Brasil. Seu irmão, Ptolomeu de Assis Brasil, foi militar e atuou como interventor em Santa Catarina (1930-

⁵¹ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). Op. cit., 1984, p. 3504.

⁵² Id., *ibid.*, p. 3504.

⁵³ VERBETE DE GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 5 mar. 2004. p. 54.

1932). E foi cunhado de Júlio de Castilhos, pois casou com Cecília Prates de Castilhos, sua primeira esposa.

Poderíamos citar outros exemplos, porém, a elite política se caracteriza a partir do vínculo com o tripé militar/estancieiro/político, conforme mostram os dados coletados sobre os parentes dos integrantes da referida elite. Somente dois integrantes da elite política não tiveram parentes ligados às atividades de militar/estancieiro/político, que foram: Antonio Augusto Borges de Medeiros, seu pai foi desembargador, e Paulo Germano Hasslocher, seu pai exerceu as atividades de advogado, fugindo ao padrão analisados anteriormente.

Joseph Love, que tem como objetivo o estudo do Rio Grande do Sul e o seu papel na política nacional durante a República Velha, escreve:

De maneira geral, entretanto, os estancieiros continuaram a dominar o Rio Grande do Sul durante a República, assim como no Império. Ao mesmo tempo, a nova constelação de poder refletiu-se, em termos regionais, sobre a elite política. Nas posições, em outros tempos ocupadas em sua maioria por líderes políticos vindos da Campanha, assentavam-se cada vez mais, agora, os naturais da Serra. Uma conseqüência relacionada com o fato traduziu-se em nova aliança entre o Litoral e a Serra, substituindo as ligações próximas entre a Campanha e o Litoral. Esta mudança, porém, somente aos poucos se tornaria aparente, conforme a Serra e o Litoral fossem aumentando sua liderança em *relação à Campanha, em população e crescimento econômico*.⁵⁴

1.3.2 Escolaridade

As informações que temos sobre escolaridade referem-se a um grupo de 81 integrantes, com cujos dados realizamos a tabela abaixo, que passamos a analisar:

⁵⁴ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 80.

Tabela 2: ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR, segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1930-1937

Escolaridade	Período 1930-1937	
	Nº	Percentual
Curso Superior	76	93,8
Sem educação superior	01	1,2
Militar	04	4,9
Total	81	100,0

Dos 81 integrantes, 76 possuem curso superior, e quatro curso militar; apenas um não possui formação acadêmica, de modo que o grupo segue o padrão das elites estudadas por José Murilo de Carvalho, ou seja, tratava-se de uma elite política altamente educada.⁵⁵ Como também queremos analisar a representatividade dessa elite em relação à população do Rio Grande do Sul, faremos alguns paralelos⁵⁶ com dados estatísticos referentes aos períodos de 1940 e 1920.

No Rio Grande do Sul, teremos em 1940 uma população total de 3.320.689 habitantes, destes, 1.790.640 habitantes não sabem ler e escrever⁵⁷, ou seja, uma população de 53% que é analfabeta. Se nos reportarmos ao Censo de 1920 teremos uma população de 2.182.713 habitantes, destes 1.334.771 habitantes não sabem ler e escrever, ou seja, uma população de 61% que é analfabeta.⁵⁸ Vemos que em 20 anos há um decréscimo no número de analfabetos no Rio Grande do Sul em 8%, o que é muito significativo para a época.

A elite política rio-grandense caracteriza-se quanto à instrução como homogênea.⁵⁹ Vejamos os dados da população com mais de dez anos do Rio Grande do Sul, que possuem um curso completo ou diploma de estudos.

⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 1996, p. 68-78.

⁵⁶ Estas análises serão realizadas numa perspectiva metodológica usada por José Murilo de Carvalho no seu citado livro sobre a elite política imperial brasileira.

⁵⁷ Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: 1986, p. 190.

⁵⁸ Id., ibid., p. 190.

⁵⁹ Quando nos referimos a uma elite com características **homogêneas** estamos considerando um conjunto de pessoas que tem alguma afinidade. Na nossa análise será uma afinidade profissional, de escolaridade, local de nascimento, participação em entidades culturais e ou profissional e participação em partidos políticos. Quando não ocorrer uma afinidade, definimos como uma elite **heterogênea**.

Tabela 3: Pessoas com mais de 10 anos que possuem curso completo ou diploma de estudos, por grau de ensino – RS – 1940

Grau elementar	Grau médio	Grau superior	Não declarado	Total
74.193	26.015	8.292	4.606	113.106

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: 1986, p. 144.

Se compararmos a população total do Rio Grande do Sul com a população que tinha realizado um curso completo em qualquer grau de ensino teremos um índice de somente 3,40% da população que possuem um curso completo, em um dos graus de ensino. Se compararmos com a população total e as pessoas que tinham realizado um curso superior completo esse índice cai vertiginosamente para 0,24%. Ou seja, a população do Rio Grande do Sul apresentava índices muito reduzidos de escolaridade. No entanto, a elite política era altamente educada. Estes dados caracterizam a elite política do Rio Grande do Sul com uma falta de representatividade, haja visto que essa se distanciava da população rio-grandense, por exemplo, em relação ao seu índice de escolaridade, o qual, nesse período, estava muito acima da população.

Dos integrantes que haviam realizado curso superior, a grande maioria (53) realizou-o na área do direito, seguido por medicina, com 17 integrantes, engenharia com cinco, área militar com quatro, e humanas com um integrante. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 4: ESCOLARIDADE segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1930-1937

Escolaridade	Período 1930-1937	
	Nº	Percentual
Direito	53	65,4
Engenharia	05	6,2
Medicina	17	21,0
Humanas	01	1,2
Militar	04	4,9
Sem educação superior	01	1,2
Total	81	100,0

Novamente teremos um quadro que segue o padrão das elites brasileiras pesquisadas em Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco. Vejamos o exemplo de Pernambuco:

Como mostra a tabela, alguns profissionais sem curso superior conseguiram abrir caminho e integrar a elite, principalmente no correr do tempo. Mas a Faculdade de Direito do Recife continuou a ser o principal campo de provas para o aspirante a político.⁶⁰

No entanto, baseando-se nos estudos de Levine, há um dado muito interessante quanto aos integrantes que realizaram o curso de bacharel em direito. Como foi utilizado o critério de geração, conseguiu-se fazer uma subdivisão: da primeira geração (nascidos antes de 1869), 85 cursaram direito; da segunda geração (nascidos entre 1869-88), 74 cursaram direito; e, da terceira geração (nascidos em 1889 e depois), 53 integrantes cursaram direito.⁶¹ Ocorreu, portanto, um declínio no número de integrantes que cursaram direito no estado de Pernambuco em sua elite política no período compreendido entre 1889-1937. Esse dado poderá também ser acompanhado na elite política rio-grandense pós-1930, para constatar se houve este declínio e quem vai ocupar esse espaço (discussão que será realizada no capítulo 3 de nossa pesquisa).

Importante aqui fazermos uma retrospectiva do que existia no Brasil nesse período de ensino superior, e de forma mais específica no Rio Grande do Sul. Os integrantes da elite política que atuaram no Rio Grande do Sul de 1930-1937 tiveram sua formação anterior a 1930. Daí a importância de se saber que tipos de ensino superior tinham à disposição para frequentar. Para Otaíza de Oliveira Romanelli, citando Fernando Azevedo, a educação na Primeira República pouco se alterou afirmando:

Se se leva em conta que as elites, que passaram desde logo a controlar o poder, representavam as oligarquias do café, às quais se juntaram, pouco a pouco, as velhas oligarquias rurais de atuante ação política, no tempo do Império, é justo concluir-se que o tipo de educação reivindicado por essa classe para a Nação só poderia ser aquele ao qual ela mesma vinha sendo submetida. A renovação intelectual de nossas elites culturais e políticas foi um fato que não se deu, visto que o comando político, econômico e cultural se conservou nas mãos da classe que tinha recebido aquela educação literária e humanística, originária da Colônia e que tinha atravessado todo o Império sem modificações essenciais.⁶²

⁶⁰ LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 169.

⁶¹ Id., *ibid.*, p. 168.

⁶² ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984, p. 43.

Nessa perspectiva, a educação superior no Brasil que vigorou durante a República Velha continuou nos mesmos moldes do período imperial. Vejamos uma síntese da educação superior, realizada por José Murilo de Carvalho:

O quadro da educação superior da colônia só começou a mudar com a chegada da Corte em 1808. Uma Real Academia dos Guardas-Marinhas e uma Academia Real Militar foram criadas (1808 e 1810), seguidas pelas Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815) e, em 1820, pela Academia de Belas-Artes. Mas as escolas dedicadas explicitamente à formação da elite política só surgiram após a Independência. Trata-se dos dois cursos de direito criados em 1827 e iniciados em 1828, um na cidade de São Paulo, outro em Olinda, transferido em 1854 para Recife. Além desses, uma Escola de Farmácia criada em Ouro Preto em 1839 e no mesmo local instalou-se uma Escola de Minas em 1876. Em 1858 a engenharia civil foi retirada da Academia Militar e transferida para a Escola Central, que por sua vez, se transformou na Escola Politécnica em 1874, copiando a instituição francesa do mesmo nome.

Após o Ato Adicional de 1834, a educação superior se tornou responsabilidade tanto do governo geral como dos governos provinciais, mas nenhuma escola superior foi criada pelas províncias durante o Império, reproduzindo-se internamente efeito semelhante ao buscado pela política colonial na centralização e homogeneização da formação das elites.⁶³

Conforme Daniel Pécaut, não havia uma tradição universitária no país e acrescenta:

Havia escolas superiores – sobretudo de engenharia – e faculdades especializadas – de direito, por exemplo –, algumas das quais altamente prestigiadas. Quanto à criação de universidades, porém, prevaleciam as reticências. Nos anos 1880, os positivistas fizeram uma campanha contra todas as iniciativas nessa área, temendo que se fornecessem ao Estado os meios de assegurar sua tutela sobre o ensino superior. Apesar de tudo isso, em 1920 foi fundada a Universidade do Rio de Janeiro. O grande passo, contudo, só seria dado após 1930, com a criação da Universidade de São Paulo em 1934 e da Universidade Federal em 1937, substituindo no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal que a precedera.⁶⁴

No Rio Grande do Sul, teremos à disposição da elite política a Escola de Farmácia e Química, fundada em 1895, seguida pela Escola de Engenharia. Em 1900 foram fundadas a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito em Porto Alegre. Uma realidade do que ocorria no Brasil – Direito, Medicina, Engenharia, Farmácia e Química. Quanto ao local em que os integrantes da elite realizaram seus cursos, tivemos alguns que não conseguimos levantar, mas vamos aos dados somente daqueles que estudaram nas Faculdades de Direitos,

⁶³ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 1996, p. 64.

⁶⁴ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 33-34.

em seus diferentes locais. Quando aparecem duas faculdades freqüentadas pela mesma pessoa, optamos por classificar a referida pessoa no local onde se formou.

Tabela 5: Local onde efetuaram os cursos superiores de direito

Local desconhecido	São Paulo	Rio de Janeiro	Recife	Porto Alegre	Belo Horizonte	Total
12	03	14	02	21	01	41

Nesta tabela, temos um indicativo de 41 integrantes dos quais conseguimos detectar o local onde efetuaram os seus cursos superiores de direito, destes, 51% realizaram seus estudos em Porto Alegre. No entanto, o número de políticos que fizeram os cursos superiores fora do estado do Rio Grande do Sul ainda é muito elevado. Isto se deve a dois fatores: o curso de direito em Porto Alegre só é aberto em 1900, do que podemos concluir que uma geração mais velha desta elite política ainda tinha de se deslocar para outros centros; o que fazia com que se elitizasse ainda mais a entrada de pessoas nesses cursos, devido ao elevado custo, do próprio curso e da manutenção em local diferente de sua residência. Vejamos os comentários de José Murilo da Carvalho, que apesar de se referirem ao período imperial, podem ilustrar o assunto:

De modo geral, os alunos das escolas de direito provinham de famílias de recursos. As duas escolas cobravam taxas de matrícula (que no primeiro ano de funcionamento foi de 51\$200 réis). Além disso, os alunos que não eram de São Paulo ou do Recife tinham que se deslocar para essas cidades e manter-se lá por cinco anos. Muitos, para garantir a admissão, faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores particulares.⁶⁵

Fica evidenciado que fazer um curso superior era possível somente para famílias que possuíam riquezas e poderiam garantir aos seus filhos uma formação que lhes garantisse a continuidade da família na esfera política.

Também temos que nos referir à “geração de 1907”, formada na Faculdade de Porto Alegre, que acabou influenciando decisivamente a política regional e nacional.⁶⁶ A Faculdade

⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 1996, p. 64-65.

⁶⁶ BERTOL, Silvana Fátima. *Quem faz caso de estudantes?* Um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhistas. Porto Alegre: PUCRS, 1993 (Dissertação em História). A autora tem por objetivo analisar a formação do Bloco Acadêmico Castilhistas e sua profissionalização política através do engajamento no Partido Republicano Rio-grandense – PRR –, representando para este uma alternativa de manutenção do

de Direito, mas não só, passou a ser um local de formação educacional para a elite rio-grandense e nacional. Dentre os que eram integrantes do Bloco Acadêmico Castilhista, estavam Getúlio Vargas, Mauricio Cardoso, João Neves da Fontoura e Firmino Paim Filho, todos da Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Nesta elite política teremos ainda um número significativo de pessoas que realizaram seus cursos superiores em outros estados brasileiros. O grupo mais significativo foi o dos que realizaram o curso no Rio de Janeiro, conforme já nos referimos anteriormente, devido ao fato de essa constituir-se numa única possibilidade, pois os cursos superiores só iniciam sua formação a partir do final do século XIX em Porto Alegre. Vejamos quais foram os que realizaram curso fora do estado do Rio Grande do Sul, para exemplificar nossa argumentação.

Carlos Barbosa Gonçalves era natural de Pelotas, nascido em 1851, filho do militar Antonio Gonçalves da Silva. Sua formação foi no Colégio D. Pedro II e na Faculdade de Medicina, ambos no Rio de Janeiro. Realizou um curso de especialização no Hospital Necker e Val-de-Grâce, em Paris.

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos era natural de São Jerônimo, nascido em 1873. Iniciou seus estudos no Curso de Humanidades em Porto Alegre, continuando na Faculdade de Direito em Ouro Preto e depois em Belo Horizonte, ainda em 1913, tendo posteriormente realizado estudos na Europa.

Ildefonso Simões Lopes nasceu em 1866, na cidade de Pelotas, filho do ex-presidente da província do Rio Grande do Sul João Simões Lopes Filho, estudou no Rio de Janeiro, tendo cursado Engenharia. Seu filho, Ildefonso Simões Lopes Filho, também seguiu para o Rio de Janeiro, cursando a Faculdade de Direito, tendo se formado em 1920.

Esses exemplos confirmam nossa argumentação, ou seja, trata-se de filhos de famílias de posse que tinham possibilidade de manter seus filhos fora do estado, inclusive garantindo cursos no exterior. No terceiro exemplo, há uma exceção com relação à ida ao exterior, pela

comando político do Estado. O Bloco é constituído por estudantes da Faculdade de Direito, Engenharia, Medicina e Escola de Guerra, que se unem em torno da defesa do candidato republicano na campanha político-eleitoral de 1907, de onde sairia o nome do sucessor de Borges de Medeiros. Para a autora, na competição de 1907 o partido enfrenta uma crise política que pode desestabilizar o controle da sociedade rio-grandense. Os acadêmicos castilhistas representam, então, uma alternativa de continuidade no poder, sendo os responsáveis pela renovação de quadros do PRR. Outra pesquisa que trata sobre a “geração de 1907” é de autoria de GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada geração de 1907*. Porto Alegre: UFRGS, 1998 (Dissertação em Ciência Política).

manutenção do seu filho no Rio de Janeiro, possivelmente pelas raízes familiares adquiridas no então Distrito Federal. Quando analisarmos as profissões e, posteriormente, as funções políticas e públicas, veremos como era comum a permanência no Distrito Federal e a entrada na burocracia do Estado brasileiro como garantia de emprego estável, pois a continuidade da carreira política era instável.

Nos três primeiros casos, temos algo em comum, ou seja, variam as datas de nascimento num período de 22 anos, podendo ser considerados de uma mesma geração, 1851, 1866 e 1873, mas todos chegando à idade ideal de realizar seus cursos superiores⁶⁷ antes da fundação das faculdades na capital gaúcha. O que podemos concluir é que cursar um nível superior de estudos significava ascensão à elite política rio-grandense, e que o curso de direito continuava a ser eficaz para alcançar este objetivo, pelo menos neste período que estamos analisando. Se compararmos os que cursaram direito, 65,4%, com os que cursaram a medicina, 21%, o direito perfaz um alto índice, pois a medicina ficou em segundo lugar em nossa tabela, com um grande distanciamento.

Em virtude da realidade de formação histórica do Rio Grande do Sul, faremos alguns comentários sobre os políticos que realizaram cursos na área militar. Vamos aos exemplos:

Argemiro Dornelles nasceu em Encruzilhada em 1887, passando pela Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo, com início em 1903. Acabou exercendo as atividades de militar de 1912 a 1942, chegando à patente de general de brigada.

Cipriano da Costa Ferreira nasceu em 1861, em Santana do Livramento, e realizou seus estudos na Escola Militar por volta de 1884. Exerceu as atividades de oficial do exército e comandante da brigada militar.

Firmino Soares de Oliveira nasceu em Goiás, em 1876, em sua biografia a referência é ter cursado a Escola Militar.

E, por último, Jaime da Costa Pereira, natural de Rio Grande, nascido em 1887, que cursou a Escola Militar e também a Faculdade de Direito em Porto Alegre.⁶⁸

⁶⁷ Conforme José Murilo de Carvalho, um estudante típico, no período imperial, entraria num curso de Direito ou Medicina com idade de 16 anos e se formaria entre 21 e 22 anos (CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 1996, p. 64).

⁶⁸ No Banco de Dados, quando o integrante estivesse cursado mais de um curso, optamos por um que mais se aproximasse das funções profissionais que exercia. No caso de Jaime da Costa Pereira, era tenente coronel e professor da Escola militar e também foi inspetor federal do ensino secundário.

Não temos os dados completos desses últimos integrantes da elite política que tiveram formação militar. O importante a destacar é que o número de pessoas com formação militar é reduzido, levando em conta que, quando analisamos as profissões dos parentes da elite política, os militares tiveram um número significativo na Tabela 1. Outra explicação possível seria o grande envolvimento dos militares gaúchos na política, durante a República Velha, os quais, conforme Ernesto Seidl, seriam de treze generais, o que já comentamos anteriormente. A partir de 1930, explicaríamos o baixo número de militares como integrantes na elite política, a partir da hipótese de uma renovação nos quadros.

Mas os nossos estudos apontam para uma mudança das características da formação escolar da elite política rio-grandense. Sobre essa formação, dos que efetuaram o curso de direito em diferentes locais, podemos afirmar que se nota um início de indício de heterogeneidade da elite política rio-grandense. Diferentes lugares de formação levam a supor que as diretrizes dos cursos não eram as mesmas. Os cursos de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre dariam uma formação com visões de mundo diferenciadas.

Para sustentar melhor a nossa hipótese de que a elite política rio-grandense, em virtude de efetuar os cursos superiores em diferentes lugares, levou a uma característica que é da heterogeneidade, passaremos às suas atividades profissionais.

1.3.3 Profissão

Partimos da premissa de que todos os integrantes da elite política têm como atividade principal o serem **políticos**. No entanto, sabemos que os políticos têm uma profissão ou ocupação. Além das atividades políticas e públicas, esses integrantes exercem uma atividade profissional ou mais de uma. Quando elaboramos nosso banco de dados, optamos por apontar a atividade profissional que eles exerciam no período em que eram políticos ou imediatamente anterior às atividades políticas.

Um exemplo, para ilustrar as nossas opções, pode ser a biografia de Getúlio Vargas. Ele foi um que já exercia as atividades políticas antes de 1930, e também posteriormente ao período delimitado em nosso estudo, ou seja, após 1947. A sua atividade profissional, dos 16 anos até os 21 iniciais, 1898-1903, foi de militar. O abandono das atividades militares se deu

quando iniciou a Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1904, começando a atuar na política, pois era parte integrante da “geração de 1907”. No final de 1907, formou-se em advocacia, e pela sua atuação no PRR, ganhou uma nomeação de segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre, a partir de janeiro de 1908. No entanto, seu nome foi incluído na lista de candidatos à Assembléia dos Representantes, pelo que acabou passando o cargo de promotor a João Neves da Fontoura, e foi para São Borja, onde constituiu uma banca de advocacia.⁶⁹ Em 1909, eleito, inicia sua longa carreira política, com a atividade de advogado. Portanto, a profissão que Getúlio Vargas exerceu foi de advogado. Vejamos textualmente:

A Assembléia reunia-se durante três meses por ano com o fim exclusivo de votar o orçamento e examinar as contas do governo. Getúlio iria aproveitar os longos períodos de recesso parlamentar para dedicar-se às suas atividades de advogado.

[...].

Em 1913, foi novamente eleito deputado estadual, mas renunciou ao mandato em protesto contra a intervenção de Borges de Medeiros nas eleições de Cachoeira, atual Cachoeira do Sul. [...].

Interrompida a carreira parlamentar, Getúlio voltou a São Borja e à sua banca de advocacia.⁷⁰

Vargas iniciou sua carreira profissional em conjunto com a política, e sempre que o tempo o permitia, exercia essas atividades em sua terra natal: São Borja. Apesar de sempre se fazer referência às suas atividades de estancieiro, não era esta atividade que exercia, e possivelmente foi assim reconhecido porque seu pai era estancieiro em São Borja, propriedade que Vargas acabou herdando posteriormente. Esta opção que acabamos de ilustrar com a vida profissional de Getúlio Vargas é para que fique clara a decisão de escolher somente uma profissão para cada integrante da elite política.

Em relação à categoria de funcionário público, inserimos nela todos os que exerciam qualquer atividade para o Estado, ou seja, em órgãos públicos, com exceção de Presidente do Tribunal da Justiça, o qual mantemos neste cargo. Quando o integrante exercia mais de uma atividade profissional, optamos pela que mais se vinculasse a sua formação superior. Quando não tínhamos referência aos períodos trabalhados, optamos por aquela que tinha vinculação com sua formação acadêmica, ou ainda por considerarmos se exercia atividade no mesmo ramo. Vejamos alguns exemplos das nossas opções:

⁶⁹ BELOCH; Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). Op. cit., 1984, p. 3437.

⁷⁰ Id., ibid., p. 3437.

Annibal Falcão de Barros Cassal foi jornalista, diretor da Imprensa Nacional em 1931 e ainda trabalhou em o *Estado de São Paulo* e colaborou para o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, e *A Tarde*, em Porto Alegre. A opção profissional designada para ele foi a de **jornalista**.

Adroaldo Mesquita da Costa foi promotor público (1918-1919), além de professor na Faculdade de Direito em Porto Alegre, posteriormente foi procurador da República (1927-1928). Nomeamos sua função como sendo a de **funcionário público**.

Aníbal Di Primio Beck exerceu as seguintes atividades: proprietário rural, criador, comerciante, industrial e diretor-presidente do jornal *A Hora*, em Porto Alegre. A atividade que nomeamos para ele foi a de **empresário**.

Antonio Augusto Borges de Medeiros foi advogado, delegado de polícia em Cachoeira do Sul. Em 1892, assumiu como desembargador do Tribunal Federal do estado do RS. Em 1895, foi chefe de polícia do estado. A partir de 1908, após Carlos Barbosa ter vencido o pleito, Borges de Medeiros,

fixou residência em Cachoeira do Sul, onde se dedicou ao cultivo de arroz na fazenda de Irapuazinho, que comprara de seu cunhado através de empréstimos. Arrendou ainda outras terras mais próximas de Porto Alegre, mas os lucros obtidos não foram suficientes para cobrir as dívidas contraídas no início do empreendimento.

Apesar da situação precária que passou a enfrentar depois dessa experiência fracassada com o cultivo do arroz, Borges se recusou sempre a reabrir sua banca de advogado, por considerar inadequado defender suas causas perante os tribunais e, ao mesmo tempo, chefiar o partido situacionista do estado.⁷¹

Mesmo que no verbete citado transpareça uma honestidade da parte do político Borges de Medeiros, neste momento não vamos discutir esse aspecto. O que nos interessa é que ele inicia sua atividade de produtor de arroz, daí a nomeação de **proprietário rural**. Esta opção decorreu do fato de que quando estava fora dos cargos políticos era esta atividade que ele exercia, compreendida entre 1927-1932 e posteriormente a 1937, períodos da nossa pesquisa.

Os exemplos acima mencionados foram uma tentativa de ilustrar as nossas opções, principalmente através dos indivíduos que exerceram diversas atividades econômicas no decorrer de suas vidas, ou ainda de forma concomitante, além de serem políticos.

⁷¹ BELOCH; Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). Op. cit., 1984, p. 2145.

Quanto aos presidentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, optamos por não incluir este cargo no conjunto dos funcionários públicos, devido ao alto grau de representatividade de poder no judiciário frente aos poderes legislativo e executivo. Os integrantes que ocuparam este cargo foram Manoel André da Rocha, que assumiu em 1921 e permaneceu até 1935; Luiz Mello Guimarães, que assumiu em 1935; e Espiridião de Lima Medeiros, que assumiu em 1936 e permaneceu até 1937.

Passamos à análise de nossa tabela, que novamente nos forneceu um elevado índice de informações, pois totalizamos 93 integrantes com informações coletadas dentre os 124 integrantes desta elite política. Geralmente, os políticos que tiveram uma breve permanência em cargos políticos foram aqueles sobre os quais não encontramos dados, ou seja, foram integrantes que não registraram uma permanência de médio ou longo prazo na política rio-grandense.

Tabela 6: PROFISSÃO segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1930-1937

Profissão	Período 1930-1937	
	Nº	Percentual
Funcionário público	23	24,7
Advogado	22	23,6
Médico	13	14,0
Proprietário rural/estancieiro	09	9,7
Professor	07	7,5
Militar	06	6,5
Jornalista	04	4,3
Empresário (ind./com.)	04	4,3
Presidente do Tribunal de Justiça	03	3,2
Padre	1	1,1
Engenheiro	1	1,1
Total	93	100,0

Como pudemos observar, a profissão dos integrantes com maior número de ocorrências foi a de funcionários públicos – 24,7%, os quais, se somados ao segundo grupo, de advogados, 22 integrantes, perfazem um total de 48,3% do total. Ainda, se acrescentarmos os três presidentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, teremos 51,5% do total. Estes

dados podem nos dar um grau aparente de homogeneidade da elite política rio-grandense. A importância do funcionário público possivelmente se deva ao fato de estar vinculado à burocracia do Estado, o que tornava mais fácil a sua penetração na esfera do poder político. Vejamos alguns exemplos:

Ariosto Pinto de Araújo Correia iniciou suas atividades em 1911 como Juiz distrital em Pinheiro Machado, em 1912 foi promotor público em Bagé, posteriormente, a partir de 1915, promotor público em Porto Alegre, e chefe da polícia durante o período de 1918-1921, a partir de 1939 passou a ocupar cargos na Caixa Econômica Federal. cursou a Faculdade de Direito em Porto Alegre e terminou seus estudos na Faculdade de Direito em Recife.

Florêncio Carlos de Abreu e Silva foi juiz em Taquara (1907-1908), em São Borja (1908-1913), em Rio Pardo (1913-1917) e em Santa Maria (1917-1919). Ocupou o cargo de procurador geral do estado do RS, em concomitância foi professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre (1924/1933). Também ocupou o cargo de diretor do Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul, além de ter sido desembargador da Corte de Apelação no estado (1924/1933); aposentou-se em 1934. Posteriormente, foi presidente do IBGE no Rio de Janeiro, sua cidade natal. Também cursou a Faculdade de Direito em Porto Alegre, transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1904.

Ildefonso Simões Lopes iniciou suas atividades como engenheiro civil em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (1890-1895); a partir de 1895 até 1905, foi diretor-presidente da companhia Hidráulica Pelotense, e a partir de 1930 até o ano de seu falecimento (1943) foi diretor do Banco do Brasil. Exerceu a atividade de produtor de arroz e de adubos fosfatos no período de 1909-1911. Diferente dos outros dois exemplos, a sua formação foi na área de engenharia, no Rio de Janeiro.

João Batista Luzardo exerceu as atividades de medicina no Rio de Janeiro e depois em Uruguaiana. Foi chefe de polícia no Distrito Federal (1930/1932) e embaixador no Uruguai e na Argentina (1937/1945), voltou a ser embaixador na Argentina (Maio/1946 e Agosto/1951-1953), posteriormente foi presidente da Caixa Econômica Federal Julho/1954-Agosto/1954, diretor da Carteira de Consignação da Caixa Econômica Federal (Setembro/1954-julho/1959) e terminou como estancieiro (1960). Realizou os cursos superiores de Medicina e de Direito, ambos no Rio de Janeiro. Optamos por enquadrá-lo na profissão de médico, em virtude de ser essa a profissão que exercia quando iniciou sua carreira na esfera política.

José Loureiro da Silva exerceu as seguintes atividades: fazendeiro em Tapes, advogado em Porto Alegre, promotor público em Camaquã (1923), São Luis Gonzaga (1923), Taquara e São Gabriel. Delegado de polícia em Porto Alegre (1926) e subchefe de polícia em Alegrete e Santa Maria. Também foi diretor da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil no Rio de Janeiro (1943-1959) e diretor do Banco de Expansão Econômica (1956-1959).

Todos os políticos citados foram parte integrante da máquina burocrática do Estado, no entanto, temos algumas particularidades: em primeiro lugar, a aparente homogeneidade desta elite parece não se confirmar quando verificamos estes exemplos nas ocupações profissionais. Em segundo lugar, constatamos que há funcionários públicos com formação em direito, engenharia e medicina. Em terceiro lugar, alguns iniciam as atividades como fazendeiro, enquanto outros terminam nestas atividades. Os dois primeiros iniciam sua carreira na área judiciária e terminam em instituições estatais.

Se somarmos todas as outras atividades, elas representam um total de 48 integrantes, incluindo os três presidentes do Tribunal da Justiça, esses superam o grupo dos funcionários públicos e dos advogados, ficando em 51,7% da elite política. Do ponto de vista profissional, esta elite seria um indicador das crises vividas no palco político rio-grandense durante o período em que atuaram (1930-1937)? As aparentes homogeneidades levariam a supor que efetivamente esta elite estava mais caracterizada pela heterogeneidade? Isto poderia ser um resultado da formação do Rio Grande do Sul, quando do projeto do PRR em colonizar a região norte do estado com imigrantes em pequenas propriedades? Ou a diversidade econômica do Rio Grande do Sul já poderia ser sentida?

Façamos comparações com algumas características da população do estado conforme o censo de 1940, para verificar a representatividade da elite com relação à população. Salientamos que a população, no Rio Grande do Sul, em 1940, era de 3.320.689 habitantes, sendo que destes somente 31,15% viviam em núcleos urbanos. No entanto a elite política ligada ao setor rural era composta pelos proprietários rurais, num percentual de 9,6%. Portanto, não há uma correspondência, muito pelo contrário, a população rural é mais alta, sendo que a elite ligada às ocupações rurais é a mais baixa. Vamos verificar a população do Rio Grande do Sul, com mais de 10 anos, e as atividades que exerciam, também em 1940:

Tabela 7: População de 10 anos e mais, por ramo de atividade principal exercida no Rio Grande do Sul – 1940

Ramos de Atividades	Total
Agricultura, pecuária, silvicultura	756.392
Indústria Extrativa	10.779
Indústria de Transformação	103.350
Comércio de mercadorias	65.742
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	4.749
Transporte e comunicações	41.714
Administração pública, justiça e ensino público	26.095
Defesa nacional, segurança pública	28.621
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	11.593
Serviços, atividades sociais	64.954
Atividades domésticas e atividades escolares	1.006.352
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	207.675
Total da população ativa	2.328.016
Total da população	3.320.689

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: 1981. p. 144.

Vamos elaborar algumas comparações a partir das duas tabelas anteriormente expostas (6 e 7). Em primeiro lugar, nos deteremos nas atividades de pecuária, agricultura e silvicultura, as quais, se relacionadas à população ativa, chegam a representar 32,49% e com relação à população total representam 22,78%. Trata-se de um percentual relativamente alto em relação ao total da população. No entanto, conforme demonstra a tabela 6, o índice de proprietários rurais na elite política é baixo, corresponde a apenas 9,67% sobre o total da elite. Isso demonstra que a representatividade em percentual do total dos integrantes da elite não acompanha o percentual de população pertencente a este ramo de atividade. Eis mais um dado do distanciamento da população do Rio Grande do Sul da elite política, gerando uma baixa representatividade.

Comparando o grupo de profissionais denominados de funcionário público e presidente do Tribunal de Justiça com o ramo de atividade denominada de Administração pública, justiça e ensino público, em relação à população ativa, o índice é de 1,12%, mas o índice é mais baixo com relação à população total, ou seja, 0,78%. Em nossa tabela, eles representam um total de 27,9%. Este grupo tem um peso significativo na elite política, mas com baixa representatividade da população do Rio Grande do Sul.

Relacionando os grupos em nossa tabela denominados de advogados e médicos, percebemos que perfazem um total de 37,6% da elite política rio-grandense. O ramo de atividades com profissões liberais, culto,⁷² ensino particular, administração privada em relação à população ativa perfaz um total de 0,49% e com a população total reduz-se para 0,34%. Ou seja, quanto maior o índice em nossa tabela, mais se reduz o índice em relação à população ativa e total, esta é mais uma confirmação da falta de representatividade da população na elite política deste período.

Analisaremos agora os militares, que totalizam 6,65% do total de nossa elite política. O ramo de atividades denominadas pelo Censo de 1940 de Defesa Nacional e Segurança pública é de 1,2% em relação à população ativa, e com relação à população total é de 0,86%. Essas comparações só reafirmam a falta de representatividade da população na elite política rio-grandense, ou seja, as características da sociedade rio-grandense em 1940 com relação às atividades econômicas e profissionais não correspondem às características dos integrantes da elite política na década de 1930.

Nossas análises apresentam alguns problemas aos quais devemos estar atentos: não computamos os professores, pois teríamos dificuldade de especificar se exerciam a atividade em redes privadas ou públicas, visto que o censo de 1940 elabora esta distinção, daí a opção de não fazermos esta análise comparativa, e sim a omitirmos. Também, não conseguimos fazer aproximação de nossa tabela com a do Censo de 1940 com relação às seguintes profissões: jornalista, empresário, padre e engenheiro, pois o enquadramento da tabela em comparação com a do Censo poderia comprometer a nossa análise.

Mas devemos acrescentar que nossas análises tiveram uma aproximação quanto às atividades e que também corroboram o distanciamento da elite política em relação à

⁷² Culto é a expressão usada pela Fundação de Economia e Estatística e se refere às pessoas com atividades ligadas à religião de diferentes credos. In: *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos de RS: 1803-1950. Porto Alegre: 1981. p. 144.

população rio-grandense. Esta falta de representatividade está exatamente respeitando momentos históricos muito próximos – a elite era oriunda do pré-1930 e pós-30 e os dados são os levantados em 1940 –, o que confirma nossas conclusões, principalmente em relação ao ensino, discutidos anteriormente, e agora, quanto ao ramo de atividades. Este tipo de análise é importante para a nossa pesquisa, pois um dos nossos objetivos é averiguar em que momentos a população antes fora dos núcleos do poder político inicia a sua aproximação deste poder.

Em relação à heterogeneidade da elite política quanto às profissões, a mesma é evidenciada em nossa tabela elaborada a partir dos dados coletados de 93 integrantes. Retomamos esta discussão, agora apresentando exemplos de integrantes das elites políticas que não são funcionários públicos, nem advogados, ou seja, que desempenham outras profissões.

Neste grupo, se somados os três presidentes do Tribunal de Justiça, temos: treze médicos, nove proprietários rurais, sete professores, seis militares, quatro jornalistas, quatro empresários (indústria/comércio), um padre e um engenheiro. Estes superam em 51,7%, o grupo dos funcionários públicos e dos advogados, ou seja, são pouco mais da metade.

Victor Russomano, com formação em medicina, em sua biografia informa que foi jornalista, colaborando para jornais de Pelotas e Porto Alegre. No entanto nomeia as atividades como professor nas seguintes instituições, todas em Pelotas: Ginásio Pelotense, Instituto Técnico Profissional, na Faculdade de Farmácia e Odontologia, além de ter lecionado medicina legal na Faculdade de Direito.⁷³ Não há indicação de que tenha exercido a atividade de médico, daí nossa opção por classificá-lo como professor.

Renato Rodrigues Barbosa, com formação em Medicina, iniciou suas atividades como médico em Cruz Alta e depois em Porto Alegre. Posteriormente teria sido professor na Faculdade de Medicina em Porto Alegre, no entanto nós o nomeamos como médico.

Raul Pilla, formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, a partir de 1917 foi ser professor interino desta mesma faculdade. A partir de 1924, ano em que realizou concurso público, passa a ser livre-docente, e já em 1926 foi professor titular de fisiologia. A partir deste ano passa a ter maior dedicação à vida política, mas continua a manter ligações com a Escola de Medicina, colaborando com o laboratório de fisiologia desta instituição. Quando

⁷³ BELOCH; Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). Op. cit., 1984, p. 3023.

ocorreu a decretação do Estado Novo, Raul Pilla passou a se dedicar exclusivamente a atividades de docente na Faculdade de Medicina, suspendendo sua colaboração aos jornais.⁷⁴ Assim sendo, tinha como atividade principal a função de professor.⁷⁵

Com estes integrantes, notamos que existe uma proximidade entre as atividades de médico e professor, inclusive com defesa de idéias liberais, como é o caso de Raul Pilla e Renato Rodrigues Barbosa, que são oriundos do Partido Libertador (PL).

Nicolau Marx cursou Humanidades (Filosofia e Teologia), e tinha como atividade principal o sacerdócio na igreja católica. Esta atividade era complementada com a de jornalista, além de ter ocupado cargos como membro Conselho Consultivo do estado em Porto Alegre (1930), foi inspetor de ensino primário (1931-1934) e depois delegado regional do ensino público (1934-1954). Sua atividade profissional principal foi de padre.

Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor formou-se em Farmácia em Porto Alegre e posteriormente na Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, no entanto nunca exerceu as atividades ligadas a estes cursos. Iniciou as atividades de jornalista em Bagé, no *Jornal do Comércio* (1909/1910), em 1911 foi morar no Rio de Janeiro para trabalhar como repórter no jornal *O País*, visto que não conseguiu, acabou como diarista no Jardim Botânico no Rio de Janeiro (1911), em seguida foi trabalhar no *Jornal do Comércio* e no folhetim *O meu sábado*, no Rio de Janeiro. Casou-se, em 1914, e assumiu a direção do jornal *A Tribuna*, de propriedade de seu sogro – deputado Bartolomeu de Souza Silva. Após completar seus estudos no Rio de Janeiro e candidatar-se no Distrito Federal à vereança, passou a aspirar a uma cadeira na Câmara Federal, pelo Rio de Janeiro. No entanto, aconselharam-no a concorrer à Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul. A partir de 1919, passou a dirigir o jornal *A Federação* em Porto Alegre. Voltou ao Rio de Janeiro como deputado federal e passou a ser redator chefe do jornal *O País*, em 1923, posteriormente foi também diretor do

⁷⁴ BELOCH; Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). op. cit., 1984, p. 2718 e 2720.

⁷⁵ Importante trabalho onde analisa os discursos dos políticos Dyonélio Machado e de Raul Pilla foi desenvolvido por GAGLIETTI, Mauro José. *Os discursos de Dyonélio Machado e Raul Pilla: o político e suas múltiplas faces*. Porto Alegre: PUCRS, 2005, p. 6 (Tese de Doutorado). Conforme o autor: “Os pronunciamentos feitos pelos deputados Dyonelio Machado e Raul Pilla, respectivamente, na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1947, e na Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, consistem no objeto de estudo deste trabalho. O exame dos referidos discursos foi efetuado à luz dos traços biográficos dos dois parlamentares e, também, de elementos contidos em seus textos autobiográficos. A pesquisa permitiu verificar, para além das várias semelhanças existentes nas trajetórias de ambos – e a par das inúmeras peculiaridades que caracterizam as idéias e as formas de ação desses indivíduos -, os pontos de contato entre as cosmovisões que estruturaram o pensamento político de tais parlamentares. A investigação se insere na linha de pesquisa da história das idéias e foi desenvolvida, sobretudo, mediante a análise de conteúdo de fontes documentais.”

jornal *A Pátria*, no Distrito Federal, a partir de 1930. Após sua renúncia ao Ministério do Trabalho, retorna a Porto Alegre para assumir o cargo de diretor do jornal *A Federação*. No mesmo ano é exilado para a Argentina devido ao apoio à Revolução Constitucionalista de São Paulo. Lá passou a escrever para a imprensa argentina. Foi diretor da Companhia Sul América de Seguros no Peru, em 1934, e retornou ao Rio de Janeiro no mesmo ano, continuando como diretor da Companhia Sul América. Em 1937, assumiu a direção da Companhia Sul América de Seguros em Porto Alegre e tornou-se professor na Escola de Comércio. Em 1938 foi preso e exilado na Europa. A profissão a ele atribuída nesta pesquisa foi a de jornalista.

João Simplício Alves de Carvalho, além de formação militar também efetuou curso de engenharia. As suas atividades profissionais sempre foram ligadas ao exército: em 1900 passou a capitão, no período de 1915 a 1918 foi diretor da Escola de Engenharia em Porto Alegre; em 1920 passou a general de brigada, tendo sido reformado nesse posto. Nomeamos esse político como militar. Curiosamente, a partir de 1937 até 1939 foi presidente da Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro.

Gastão de Brito, cursou o ensino básico no Ginásio Anchieta. Como atividades profissionais, dedicou-se à indústria no ramo de fabricação de papel, nossa indicação para ele foi de empresário.

Sobre Demétrio Mércio Xavier constam em sua biografia as seguintes atividades: proprietário de terras, pecuarista e advogado em sua cidade natal: Dom Pedrito. Também fundou o jornal *A Época* em sua cidade. A nossa opção foi indicá-lo como proprietário rural, devido às suas vinculações com a Associação Rural do Rio Grande do Sul e por ter presidido o I Congresso de Criadores em Porto Alegre.

Antonio Jacob Renner teve as seguintes atividades profissionais: funcionário na Refinaria de Banha de seu pai. Proprietário de Ourivesaria em São Sebastião do Caí, sócio da firma J. Trein & Cia. Ltda., em 1907; fundou a empresa Frederico Engel & Cia., em 1911, a qual em 1916 passou denominar-se A. J. Renner & Cia. Em nosso banco de dados o nomeamos como empresário.

Os exemplos nos indicam uma grande variedade de carreiras profissionais que essas pessoas tiveram, o que resulta em uma heterogeneidade de funções das pessoas relacionadas à política. As atividades profissionais projetam um tipo de proposição para o governo e a permanência destes indivíduos com carreiras profissionais tão diversas no conjunto levam a

intuir que tinham contato com projetos distintos para o estado do Rio Grande do Sul. Importante para nossa pesquisa é que a heterogeneidade na elite política provocou uma disputa grande para a ocupação de cargos, o que nesse sentido vai ocorrer até o golpe do Estado Novo em 1937, e posteriormente até serem acomodados todos os representantes dos partidos políticos que atuavam no Estado.

Quanto aos presidentes do Tribunal de Justiça do Estado, foram eles: Manoel André da Rocha, que ocupou o cargo por longos catorze anos (1921-1935), e era natural de Natal (RN); Luiz Mello Guimarães, entre 1935 e 1936, e era natural de Rio Grande (RS); e por último Espiridião de Lima Medeiros, que assumiu de 1936 a 1937, e curiosamente era natural da Paraíba. Esses indivíduos, devido ao posto que ocupavam poderiam ser a pedra angular do poder no Rio Grande do Sul, em anos tão tumultuados como o foram o pós-1930? Pessoas de **fora** poderiam ter uma visão mais ampla destas disputas pelo poder ou poderiam ser consideradas na perspectiva do não envolvimento com as disputas políticas internas do estado? Passamos a discutir estas questões.

1.3.4 Local de Nascimento

Vamos elaborar uma análise da ocupação no Rio Grande do Sul e como esta ocupação se processou levando em conta as características fisiográficas do estado. Essa discussão se faz necessária numa perspectiva de que estas ocupações estão vinculadas às diferentes unidades morfológicas do Rio Grande do Sul. Para Nilo Bernardes, estas unidades são: o Litoral, as Serras do Sudeste, a Depressão Central, a Campanha, o Planalto e a Encosta.⁷⁶ Joseph Love adota uma divisão em três regiões, baseando-se em aspectos econômicos e culturais, que são: Litoral, Campanha e Cima da Serra (ou Serra). Quanto à Serra, para fins históricos, o autor acrescenta uma divisão em três sub-regiões, que são: a Zona Colonial, o Planalto Central e o Distrito das Missões.⁷⁷

A nossa divisão das regiões no Rio Grande do Sul levará em conta critérios fisiográficos e de ocupação. Faremos esta distinção em virtude de separarmos algumas regiões que normalmente são designadas de Campanha e de Planalto. Essa subdivisão vem ao

⁷⁶ BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997. p. 18.

⁷⁷ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 5.

encontro da necessidade de nossa análise demonstrar quais as regiões que conseguem representação na elite política rio-grandense, e quais as que perdem hegemonia no decorrer do tempo. Paralelamente, demonstrar nesta mesma divisão a concentração de população nas referidas regiões. Queremos avançar numa análise realizada por René Gertz quando nos chama atenção sobre o crescimento material da **metade norte** do estado frente ao **sul**. Dividiu o Rio Grande do Sul em duas partes, através de uma linha que vai de São Borja a Osório, excluindo Porto Alegre, para que não ocorresse um desequilíbrio no exercício comparativo. Em termos de população, a metade norte, apesar de territorialmente ser menor que a do sul, pelo censo de 1920 tinha aproximadamente o mesmo número de habitantes, mas em 1940 a região norte tinha uma população cinquenta por cento superior à do sul.⁷⁸ Em relação aos dados econômicos considera o autor, que o norte está conseguindo equiparar-se ao sul e afirma:

É claro que ninguém fez esses cálculos estatísticos na época, mas os representantes do Rio Grande tradicional devem ter sentido a “estrangeirização”. [...].

Concluindo: uma interpretação adequada da campanha de nacionalização deve levar em conta no mínimo três fatores: o subjetivo, de longa tradição, a ideologia do “perigo alemão”; o objetivo, a existência do germanismo, nazismo e integralismo; e o material, o crescimento da região norte do Estado frente ao sul.⁷⁹

Ou seja, a divisão do Rio Grande do Sul em duas partes, metade norte e metade sul, no caso das elites políticas em um curto espaço de tempo não trará muitos avanços, por isso a tentativa de uma divisão regional no estado levando em consideração as características fisiográficas, mas também de ocupação econômica e cultural. E é exatamente da década de 30 para a de 40 que a região norte passará a ultrapassar em termos quantitativos a região sul. Porém, será necessário procedermos a uma subdivisão na região norte, daí a necessidade de incorporar a regionalização utilizada por Joseph Love, com algumas modificações. Além disso, há necessidade de separarmos a região da Campanha, em virtude das características eleitorais. Vejamos os resultados eleitorais em 1933 e 1934 na análise de Héglio Trindade e Isabel Noll, período no qual relacionamos resultados eleitorais com as regiões do estado:

Em 1933, das 16 cadeiras que cabiam ao Rio Grande, o PRL consegue obter 13, sendo derrotado apenas em 5 municípios (Candelária, São Pedro, D. Pedrito, Caçapava e São Sepé), dos 82 municípios do Estado. A FUG

⁷⁸ GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991, p. 75.

⁷⁹ Id., *ibid.*, p. 75.

permanecia encravada na **zona sul** do Estado mostrando seu traço libertador mais marcante.

Em 1934, para a Câmara Federal o PRL elege 13 deputados das 20 cadeiras que cabem ao Rio Grande do Sul, ao passo que na constituinte estadual domina 21 das 32 cadeiras existentes. O PRL mantém-se hegemônico no **Planalto norte** mas perde votos na **zona colonial** (provavelmente para a AIB que cresce sensivelmente nesse período). Ampliando um pouco mais seu espectro, a Frente Única domina a **Campanha** e tende a crescer no **centro e zonas mais urbanas**.⁸⁰

Os autores estabelecem diferentes critérios para nomear as regiões e realizar as leituras dos mapas com relação aos resultados eleitorais que ilustram o texto. Ao nomear as regiões utilizam: zona sul, planalto norte, zona colonial, campanha, centro, e ainda zonas mais urbanas. Os diferentes critérios ajudam a caracterizar os partidos e vincular as suas votações às diversas partes do estado do Rio Grande do Sul.

Queremos estabelecer uma divisão regional para o estado, relacionando ao ano de nascimento das nossas elites políticas para estabelecer alguns vínculos regionais.

Vamos discutir nossas opções metodológicas para realizar a divisão no Rio Grande do Sul. Conforme Roberto Lobato Correa, “a região, neste novo contexto [da **nova** geografia], é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares.”⁸¹

Acrescenta o autor ainda que a divisão regional tinha dois enfoques: o primeiro com relação à região simples, onde se considera um único critério ou variável; o segundo, no que se refere à região complexa, quando se leva em consideração mais de um critério ou variáveis, frisando que os dois não são excludentes.⁸² No nosso caso, a escolha de região seguirá o enfoque complexo. Ou seja, temos como critérios a divisão a partir das regiões morfológicas, uma região definida pela capital (alta concentração urbana) e, finalmente, a denominação da região colonial, devido à diferenciação de ocupação neste espaço. Portanto, são critérios diferenciados para constituir regiões que consigam nos dar subsídios para o local de nascimento dos integrantes da elite política rio-grandense e elaborar uma análise da região que consegue perder ou ganhar representatividade no poder político do estado.

⁸⁰ TRINDADE; HÉLGIO; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991, p. 58. (grifo nosso).

⁸¹ CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 32.

⁸² Id., *ibid.*, p. 34.

Roberto Lobato Corrêa acrescenta ainda que

a divisão lógica é uma classificação caracterizada pela divisão sucessiva do todo (superfície da Terra ou de um país, por exemplo) em partes. Dedutiva, de cima para baixo, pressupõe que o pesquisador já tenha uma visão do todo e queira, analiticamente, chegar a identificar, através de critérios selecionados, as partes componentes do todo, os indivíduos, (lugares).⁸³

O todo, neste caso, é aqui caracterizado espacialmente com o estado do Rio Grande do Sul no período de 1930-1947. Já as partes referem-se às regiões: Campanha, Campos de Cima da Serra, Campos do Centro/Missões, Capital, Colonial, Depressão Central, Litoral, e Serra/Encosta do Sudeste. A análise será dedutiva, pois temos os dados dos componentes da elite política rio-grandense e queremos identificar quais são as regiões em que predominou o maior número de integrantes no poder político.

No entanto, acrescenta o autor:

O agrupamento ou classificação indutiva caracteriza-se pelo fato de partir-se do indivíduo (lugar, município) e, progressivamente, por agregação, que implica a perda de detalhes ou generalização crescente, chegar-se ao todo. O procedimento por sínteses sucessivas, ao contrário da divisão lógica, não pressupõe conhecimento prévio do todo, que pode ser obtido indutivamente, agregando-se, pouco a pouco, o conhecimento sobre as partes.⁸⁴

Ao coletarmos os dados, iniciamos pela biografia dos indivíduos. Nela, coletamos o local de seu nascimento. A partir de agora podemos agregar indivíduos de um conjunto de município a partir de vários critérios, estabelecendo as regiões do Rio Grande do Sul. Isto se faz necessário porque os políticos que representavam a hegemonia eram oriundos da Campanha. Se partirmos dessa realidade, poderemos elaborar análises sobre diferenciações e regularidades. O autor ainda argumenta que os dois modos de se estabelecer um sistema regional ou uma hierarquia de regiões apresentam uma diferença fundamental, e escreve:

A divisão lógica, na medida em que é um procedimento de trajetória descendente, procura diferenciações entre os lugares, enquanto o agrupamento, ascendente, procura regularidades. E diferenciações e regularidades são meios complementares de se conhecer a realidade.⁸⁵

Acreditamos que vamos perseguir tanto as diferenciações quanto as regularidades. Pois se alguma região se sobressair em número de representação haverá mudanças

⁸³ CORRÊA, Roberto Lobato. Op. cit., 1991, p. 36.

⁸⁴ Id., *ibid.*, p. 37.

⁸⁵ Id., *ibid.*, p. 38.

significativas na política regional do Rio Grande do Sul. Se a permanência de regiões sofrer pouca alteração, estas políticas regionais poderão fazer mudanças pouco evidentes. Para exemplificar, se a hegemonia dos estancieiros continuar com um número elevado de representação na elite política, as mudanças serão muito restritas, mas se regiões com concentração urbana de maior densidade, com sujeitos oriundos de regiões onde a estrutura fundiária se assentou em pequenas e médias propriedades rurais, como a região colonial, por exemplo, haverá significativas mudanças, ou se ainda em regiões com elevada concentração urbana, como Porto Alegre, prevalecerem, teremos mudanças significativas no âmbito das políticas regionais, além de outras alterações que poderão ocorrer independentes dos critérios até agora mencionados.

Vamos à tabela em que relacionamos as regiões e o número de integrantes que nasceram em cada uma delas.

Tabela 8⁸⁶ – Local de nascimento segundo o número de ocorrência e percentual no período de 1930-1937⁸⁷

Regionalização do RS	Período 1930-1937	
	Nº	Percentual
Campanha	23	27,06
Campos de Cima da Serra	00	00
Campos do Centro/Missões	04	4,71
Capital	16	18,82
Colonial	07	8,24
Depressão Central	10	11,76
Litoral	04	4,71
Serra/Encosta do Sudeste	15	17,65
Sem informação	01	1,18
Outros Estados	05	5,88
Exterior	00	00
Total	85	100,0

⁸⁶ Tabela confeccionada pelo técnico administrativo Valdecir Schenkel, do Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Ciência Sociais/Unijuí, baseando-se em nosso Banco de Dados, em anexo.

⁸⁷ A seguir relacionamos a região e os respectivos municípios. **Campanha:** Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana. **Campos de Cima da Serra:** Vacaria. **Campos do Centro/Missões:** Carazinho; Cruz Alta; Julio de Castilhos, Passo Fundo, Santiago (do Boqueirão), Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Soledade. **Capital:** Porto Alegre. **Colonial:** Bento Gonçalves, Três Passos (citado no Banco como Campo Novo), Candelária, Caxias do Sul, Estrela, Garibaldi, Montenegro, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Venâncio Aires. **Depressão Central:** Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Santa Maria, São Jerônimo, São Pedro do Sul, Taquari, Triunfo. **Litoral:** Rio Grande. **Serra/Encosta do Sudeste:** Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Jaguarão, Pelotas. As relações dos municípios estão relacionadas a todo o período que abrange a pesquisa, de 1930-1947.

Nesta primeira tabela destacamos o número elevado de integrantes dos quais conseguimos informação – num total de 124 – de 85 integrantes. Queremos chamar a atenção sobre o fato de que o local de nascimento não significa necessariamente que o político em questão tenha passado toda a sua existência naquele local. Mas é esse um indício de que sua família ali residia e que isso poderia favorecer a continuidade do poder político, visto que a região lhe serviria como base eleitoral. Vejamos alguns exemplos:

Francisco Antunes Maciel Júnior era natural de Pelotas. Realizou seus estudos em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro. Retornou, depois de formado, para sua terra natal, onde exerceu atividades de advogado, e posteriormente passou a ser funcionário público.

João Simplício Alves de Carvalho era natural de Jaguarão, não temos dados se exerceu atividades em sua terra natal, o primeiro indício sobre suas atividades data de 1915, quando já atuava na capital do estado.

Os dados de nossa tabela confirmam a hegemonia das pessoas oriundas da Campanha, com 23 integrantes; seguidas por dezesseis integrantes oriundos da Capital; quinze da Serra/Encosta do Sudeste, e em quarto maior número a Depressão Central, com dez integrantes. No entanto, esses dados nos levam para mais uma argumentação da heterogeneidade quanto ao local de nascimento da elite política rio-grandense.

Em primeiro lugar, devemos salientar que com exceção dos Campos de Cima da Serra, todas as outras regiões têm representação na elite política. Portanto, se a Campanha tem o maior número, este deverá se aliar a outras regiões para adquirir uma maioria.

Hélgio Trindade e Maria Izabel Noll, ao analisarem o momento da proclamação da República no Rio Grande do Sul, afirmam que o PRR ainda era muito frágil e que precisava de elementos de sustentação para permanecer no poder. Para se tornar um partido hegemônico, em menos de cinco anos, foi devido a características como a juventude dos seus membros, instrução superior, ausência de experiência partidária e uma base ideológica positivista. Estas foram as características que transformaram o PRR num partido modelo, com controle sem igual na República Velha no estado. E escrevem:

Celi Pinto em seu estudo sobre o republicanismo gaúcho chama atenção para o fato de que os fundadores do PRR, mesmo sendo membros da elite econômica rio-grandense, não pertenciam à tradicional camada política vinculada à pecuária na Campanha. Eram antes, provenientes da região norte do estado, de ocupação mais recente “e mais pobre do que a campanha, quer

pela ausência de indústria do charque, quer pela distância dos centros consumidores”. E, também, pelo tamanho das propriedades.⁸⁸

Para reforçar essa idéia, sobre o controle do PRR no estado, é importante o livro de Margareth Marchiori Bakos, que analisa a administração municipal de Porto Alegre, durante os anos de 1897 a 1937. A autora constatou a permanência de apenas três intendentess ou prefeitos no período. Ao contrário de outras capitais, como São Paulo, que teve 15 governantes, Recife, 18, Belo Horizonte, 21, e Rio de Janeiro, 27. Para a autora, Porto Alegre

gozava de uma importância singular pelo papel desempenhado na consolidação da hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Tornava-se assim imperativo que o Intendente fosse pessoa do Partido, gozando das simpatias e das confianças do Presidente do Estado e de grande parte dos correligionários.⁸⁹

Foram três os intendentess de Porto Alegre: José de Aguiar Montauryy governou a cidade entre 1897 até 1923, impedido de continuar em decorrência de uma cláusula do Pacto de Pedras Altas que pôs fim a Revolução de 1923, vetando reeleições; em seguida assumiu Otávio Rocha, que faleceu tendo assumido o seu vice-intendente, Alberto Bins. Em 1928, Alberto Bins é novamente escolhido para a Intendência de Porto Alegre. Em 1930 é reconduzido à chefia de Porto Alegre e sai do governo somente em 1937, quando é decretado o Estado Novo.⁹⁰

Margareth Bakos afirma, entre outras conclusões, que a capital foi um espaço perfeito para a realização dos projetos político-administrativo do Governo Estadual. E sustenta:

Sob essa ótica, [Porto Alegre ser uma espécie de sala de visitas do Estado] foi possível verificar, nos governos de José Montauryy de Aguiar Leitão, Otávio Rocha e Alberto Bins, pontos em comum, diante da representatividade de que estavam investidos nos seus cargos políticos e das atividades coordenadoras que exerceram no funcionamento dos aparelhos de Estado. Nessa interação, houve limites e opções que nortearam as decisões dos chefes municipais de Porto Alegre, desvelando-se então as razões que permitiram a ascensão ao poder e que explicam o continuísmo, em meio ao movimento de transformação da história.⁹¹

⁸⁸ TRINDADE; HÉLGIO; NOLL, Maria Izabel. Op. cit., 1991, p. 41.

⁸⁹ BAKOS, Margareth Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentess*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 13.

⁹⁰ Id., *ibid.*, p. 48, 58, 62, 66 e 72.

⁹¹ Id., *ibid.*, p. 185-186.

O que estamos analisando entre 1930-1937 é uma mudança que já se efetivava no final do século XIX, uma lenta alteração de poder das antigas oligarquias regionais vinculadas à região da Campanha. Esta lenta transformação levará a um quadro heterogêneo, de representantes das diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Temos que levar em consideração o grau de articulação do PRR no decorrer da República Velha, mas sempre contestado pela oposição rio-grandense – os conflitos de 1893 e 1923, dentre outros, comprovam isso.

Se nos referirmos aos resultados eleitorais, veremos que algumas regiões do Rio Grande do Sul são redutos de um partido ou de outro, além de regiões que vão originar novas agremiações partidárias, em virtude dos novos grupos que emergiram na esfera política no pós-30. A complexidade de ocupação no Rio Grande do Sul será refletida em suas composições partidárias. Vamos às palavras de Héglio Trindade e Maria Izabel Noll:

A década de 20, portanto, marca um avanço significativo da oposição. Se, além dos indicadores eleitorais, observarmos a dinâmica partidária, veremos que a Aliança Libertadora se articula com os movimentos tenentistas (origem da Coluna Prestes), assume vínculos nacionais com o Partido Democrático e, finalmente, deságua na fundação do Partido Libertador em 1928.

A votação obtida pelo PL em 1929 para a Assembléia dos Representantes, mesmo reproduzindo o padrão constante de predominância na **zona da campanha**, mostra como há uma expansão levando a um equilíbrio das forças opositoras no estado.⁹²

No decorrer da República Velha, teremos a hegemonia do PRR, porém, também um avanço gradual da oposição, e esta se fazendo sentir na região da Campanha. Esta referência à região da Campanha, em nossa tabela está subdividida em Campanha e Serra/Encosta do Sudeste. Os totais de integrantes nascidos nestas duas regiões foram de 38. Vejamos que esse é um número significativo, num total de 85 pessoas, mas não constitui um percentual a ponto de colocar em risco as outras regiões, ou pelo menos seus representantes. Se somarmos as outras cinco regiões, teremos 41 pessoas assim distribuídas: a Capital com dezesseis representantes, Depressão Central com dez, região Colonial com sete, o Litoral e Campos do Centro/Missões com quatro integrantes cada. Além destes, mais cinco integrantes de outros estados brasileiros e também uma pessoa da qual conseguimos informações de que é do estado, mas não temos referência a sua cidade natal. Está aí a heterogeneidade de uma elite política que já estava constituída e se instala no poder nos anos pós-30. Reafirmamos, não podemos dizer que nenhuma região, do ponto de vista dos nascimentos, tivesse hegemonia no

⁹² TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. Op. cit., 1991, p. 49 (grifo nosso).

poder político do Rio Grande do Sul durante os anos que antecederam o golpe do Estado Novo.

Outro aspecto é uma análise comparativa com o número populacional das regiões que ora definimos. Está aí uma discussão que necessitamos fazer para verificarmos se há avanços em relação à representatividade numérica da elite em relação à população ou confirmarmos que esta relação ainda era muito frágil. Novamente aqui nos deteremos no Censo de 1940.

Tabela 9:⁹³ População segundo regiões do Rio Grande do Sul – Censo de 1940

Regionalizações do RS	Nº de municípios	População absoluta	População relativa - %
Campanha	13	380.525	11,45%
Campos de Cima da Serra	4	133.560	4,02%
Campos do Centro/Missões	11	586.046	17,64%
Capital/Metropolitana*	5	351.289	10,57%
Colonial	28	967.131	29,11%
Depressão Central	8	298.798	8,99%
Litoral	6	206.766	6,22%
Serra/Encosta do Sudeste	13	396.574	11,94%
Total	88	3.320.689	100,00%

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: 1981, p. 147-148.

(*) Incluídas as regiões de Viamão, Canoas e Guaíba.

A região do Rio Grande do Sul que apresenta a maior concentração da população é a Colonial, com 29,11% do total, sendo que a representação política ficou em quinto lugar, com 8,24%.

A segunda é Campos do Centro/Missões, com 17,64% em termos populacionais, mas que na tabela anterior, referente às cidades onde nasceram os integrantes da elite política, ficou em sexto lugar, com 4,71%.

A região denominada de Serra/Encosta do Sudeste é a única que apresenta uma relação numérica igual, ou seja, ficou como terceira maior região em população, perfazendo 11,94%,

⁹³ Tabela confeccionada pelo técnico administrativo Valdecir Schenkel, do Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Ciências Sociais/Unijuí.

e seus representantes também ficaram em terceiro lugar, com total de 17,65% da representação política nesta mesma região.

A grande disparidade é da Campanha, que apresenta a quarta região com relação à população, 11,45%, mas em relação a seus representantes está em primeiro lugar, com 27,06%. Ainda, possivelmente reflexo das formas de votação que continuavam escusas, no âmbito de regiões mais vinculadas a atividades rurais.

Na Capital, que apresenta um quinto lugar em relação à população total, ou seja, 10,57%, seus representantes políticos tendem a ocupar um privilegiado segundo lugar em termos de representação na elite política, com 18,82%. Aqui, poderíamos verificar que as tentativas de iniciar uma reforma eleitoral já estariam refletidas, principalmente por ser esse um setor urbanamente mais denso, no qual as práticas coronelistas tendiam a não funcionar mais da mesma forma em que ainda funcionavam em regiões onde a atividade rural predominava.

A seguir, em sexto lugar, está a Depressão Central, com 8,99% da população total, sendo que a relação dos representantes da elite política também apresenta um número razoável, ocupando quarto lugar, ou seja, 11,76%.

O Litoral também apresenta um certo equilíbrio de índices: população em sétimo lugar, com 6,22%, e sua representação política também em sexto lugar, com uma percentagem de 4,71%.

Em último lugar estão os Campos de Cima da Serra, com 4,02% da população total, mas sem nenhuma representação política.

Com estes índices, passamos a algumas considerações parciais: primeiro, regiões onde aparece um elevado índice populacional – Colonial, Campos do Centro/Missões, e uma baixa representação nas elites políticas; segundo, regiões onde aparece um baixo índice populacional – Campanha, Depressão Central – e uma alta representação nas elites políticas. Em terceiro, regiões intermediárias, onde há um equilíbrio entre os índices da população e da elite política, que são o Litoral e a Serra/Encosta do Sudeste. Ainda temos que frisar duas comparações proporcionais, que são os Campos de Cima da Serra, os quais têm o menor número populacional e não apresentam nenhum representante na elite política; e, por último, a Capital/Metropolitana, que apresenta índices intermediários: uma média concentração

populacional, ficando em segundo lugar na representação da elite política. Esse é mais um dado que vem confirmar a grande heterogeneidade da elite política nesse período.

As regiões não hegemônicas, apesar de terem representação na elite política, necessitam de alianças para promover mudanças a partir de suas necessidades regionais, tanto no campo econômico quanto cultural, com outras regiões. Quando acompanharmos os discursos e as tomadas de posições, veremos a necessidade de elites que não estavam vinculadas a estas regiões estabelecerem nomenclaturas carregadas de preconceito em relação aos *colonos*, como *estrangeiros*. Como vai funcionar esta cooptação se a partir da década de 30 haverá uma tentativa de deixar mais transparentes os processos eleitorais? Possivelmente, a construção de uma identidade, não a partir destes grupos étnicos, mas vinculados a uma cultura da estância, do cavalo ou do *gaúcho*. Se a campanha perder com o decorrer do tempo, poder, em termos numéricos, ainda terá a oportunidade de imprimir na identidade regional o mito do gaúcho, onde ficará cristalizada no imaginário regional a região da campanha.

Nos dados analisados a partir da população, teremos as regiões mais afetadas à Campanha e à Depressão Central, onde poderia haver um processo de inversão, pois quanto maior a concentração de população, maior a possibilidade, em processos eleitorais, de uma correspondência nas elites políticas. Ou seja, a perda gradativa do poder políticos dos estancieiros gaúchos.

1.3.5 As Três Gerações das Elites

Para analisarmos a heterogeneidade da elite política acreditamos que trabalhar com o conceito de gerações nos trará mais subsídios para entendermos o grau da circularidade da elite política rio-grandense. Se ocorria a circularidade queremos verificar se políticos que estavam iniciando a carreira passaram a integrar a elite política. Também averiguarmos qual o tempo de permanência das pessoas na carreira política.

Para iniciarmos esta discussão, vejamos como Pedro Lyra argumenta sobre as gerações:

Essa coletividade [geração] entra em cena histórica num determinado momento, sob certas condições e com uma certa missão a cumprir. Nascida da anterior, sua tarefa radical consiste em elevar a humanidade para um nível

de cultura e de vida superior àquele em que a encontrou. Por isso, cada geração é um degrau na escala da evolução humana: se não for, fracassa. Para poder promover esse avanço, ela tem que trabalhar sobre a realidade da sua época: como seja diferente das anteriores, a fisionomia de uma geração não pode ser jamais igual à de uma outra. Cada uma tem datas, problemas, marcos, desafios, bandeiras, temas e ideais próprios – mas também agentes e meios para enfrentá-los. Tem não apenas que dar respostas satisfatórias às questões novas, colocadas por seu próprio tempo, mas ainda que dar respostas novas às questões eternas e às deixadas em suspenso pela geração anterior. Aliás, ela tem que superar a geração anterior. Superar não no sentido banal de “ser ou fazer melhor” mas no sentido dialético de conduzir para a frente e para cima – para o novo, para o próprio. Nessa tarefa, ela conta com a grande vantagem de acumular a experiência de todas as gerações passadas, que desembocam nela. Por esta razão, ela pode fazer o que as anteriores não fizeram, na mesma medida em que as anteriores não podiam ter feito o que ela deve fazer. Além disso, os atos históricos e os instrumentos tecnológicos decisivos do destino de uma nova geração normalmente são produzidos por indivíduo(s) na faixa de maturidade – portanto, da geração precedente, que está no poder, ou seja: em condições de produzi-los. Os novos agentes apenas e já entram em cena num mundo modificado por outros, como eles também devem fazer para uns terceiros que, do mesmo modo, vão reagir às mudanças introduzidas à sua revelia e às vezes contra seus interesses e expectativas.⁹⁴

Este longo trecho nos remete à centralidade da nossa preocupação, ou seja, cada geração não pode ser vista desmembrada da anterior, embora tenha diferenças em relação a ela e novos desafios a serem enfrentados. Em virtude de trabalhar sobre a realidade de seu tempo, ela nunca será igual à anterior, pois sempre terá de enfrentar novas realidades, propor novas soluções para novos problemas, que não foram superados pela anterior. Uma geração tem de considerar o que herda das anteriores, e a partir disso propor o novo, a sua criação. Aqui novamente o autor faz referência a estes dois pontos: o herdado (que recebe das anteriores) e o próprio (que tem de criar). E escreve:

Diz Ortega (1975:17) que “O espírito de cada geração depende da equação que esses dois ingredientes formem, da atitude que a maioria de seus indivíduos adote diante de cada um deles”: quando predomina o herdado, tem-se uma época cumulativa, fruto de uma geração que não foi capaz de abrir um novo tempo e, portanto, fracassou; quando predomina o próprio, tem-se uma época eliminatória, fruto de uma geração que soube romper com o passado, libertar-se da herança recebida e afirmar a própria marca.⁹⁵

A pergunta que se coloca é: em que grau as elites políticas podem ser vistas como resultado de criações? Ou estaria predominando nelas o herdado? Isso seria possível se tivéssemos de contar numericamente as pessoas, pela quantidade estaríamos possibilitando

⁹⁴ LYRA, Pedro. *Sincretismo: a poesia da geração 60: introdução e antologia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 27-28.

⁹⁵ Id., *ibid.*, p. 28-29.

algumas explicações possíveis sobre as diferentes gerações que compõem a elite política rio-grandense. Numericamente estaríamos compondo o grau de participantes que poderia ser um indicador de qual a geração que estaria prevalecendo. Para fazer esta análise, procedemos à divisão em três faixas de nascimento, separadas por vinte anos, admitindo que a primeira corresponderia à *velhice*, nascidos antes de 1880, a segunda denominamos de *maturidade*, nascidos no período de 1881 a 1900, e, em terceiro lugar, a *juventude*, nascidos após 1900.⁹⁶ Partimos do princípio de que quem estava na elite política em 1930, os nascidos antes de 1880, teria 50 anos ou mais, na faixa seguinte os de 30 a 49 anos e na terceira os que contavam com até 30 anos. Estas faixas serviram para fazer análises no período e verificar o grau de heterogeneidade do grupo, mas também dar suporte para uma análise entre as três elites e verificar quais as mudanças significativas entre elas para apontar mudanças, a fim de atingirmos o cerne de nossa investigação, ou seja, que o Estado Novo foi o momento de desarticulação de antigas elites políticas que atuavam até então. Mesmo que admitamos que esta desarticulação não tenha sido integral, pois se tratava de um período ditatorial, e em função disto, o Estado, através da Interventoria e do Conselho Administrativo de Estado, fez alianças com políticos que estavam atuando anteriormente, foi esse o momento em que os atritos ocorreram de forma aguda, o que ajudou a retirar do cenário político atores rivais.

Passemos à tabela número 10, para realizarmos uma análise para posteriores exemplificações com alguns políticos.

Tabela 10: PERÍODO DE NASCIMENTO segundo o número de ocorrências e percentagem no período de 1930-1937

Faixa de Idade Nascimento	Período 1930-1937	
	Nº	Percentual
Até 1880	18	21,7
1881 a 1900	57	68,7
Após 1900	08	9,6
Total	83	100,0

As gerações consideradas na presente tabela foram divididas em três grupos: o primeiro composto por pessoas nascidas até 1800, acompanhando todo o processo de

⁹⁶ LYRA, Pedro. Op. cit., 1995, p. 30-41. Para estabelecer estas etapas, nos baseamos no texto intitulado *Etapas vitais e faixas geracionais*, onde se realiza um amplo debate sobre o assunto.

implantação da república no Brasil; o segundo por pessoas nascidas entre 1881 e 1900, durante a implantação da República; e o terceiro grupo pelos nascidos após 1900, que iniciaram a sua participação a partir de 1920, quando ocorreu o agravamento da crise denominada de República Velha.⁹⁷

O primeiro índice a ressaltar é que a grande maioria da elite política que atuava em cargos estava numa faixa que denominamos de *maturidade*, com 68,7%, seguida pela *velhice*, com 21,7%, e um pequeno número denominado *juventude*, 9,6%. Esses índices apontam para uma heterogeneidade da elite política, pois temos uma representação, mesmo que desigual, de diferentes gerações, o que poderia ser uma explicação dos grandes atritos entre eles.

As pessoas nascidas até 1880 estariam com 20 anos ou mais, em 1900, e teriam a sua formação escolar durante a implantação da República no Brasil. Essas pessoas tiveram a possibilidade de acompanhar esta implantação de forma mais próxima, vivenciando tais acontecimentos e passando por todo o período denominado de República Velha. As experiências políticas dos integrantes dessa geração estavam centradas num processo de mudanças significativas no Brasil no plano político, ou seja, seriam eles os construtores da implantação da república brasileira. No entanto, estariam ainda com uma forte herança do poder da oligarquia tradicional do estado do Rio Grande do Sul. Em 1930, estariam com 50 anos ou mais e passariam a integrar a faixa da velhice, ou seja, uma geração que seria substituída pela nascida entre 1881-1900.

Esta segunda geração, nascida entre 1881 a 1900, teve a sua formação escolar nos primeiros anos do século XX, num período da implantação da república e vivenciando todas as crises resultantes deste processo. Seus integrantes estariam propensos a instigar mudanças que refletissem as que estavam ocorrendo no Brasil, tanto no plano sócio-econômico como na implantação de novas diretrizes no âmbito político, que desembocariam na Revolução de 1930. E é exatamente nesta geração, chamada pela historiografia gaúcha por “geração de 1907”, já comentada anteriormente, que estaria incluída a geração nascida entre 1881-1900. Esse um exemplo típico de uma geração que assume a liderança de um processo político no âmbito regional e também no plano nacional.

⁹⁷ Apoiamos nossa divisão no mesmo padrão metodológico utilizado por LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 224.

Quanto à cisão entre os republicanos históricos e a geração de 1907, Luciano Aronne de Abreu elabora uma argumentação sobre as divergências entre eles, resultando numa cisão partidária em duas tendências. A alegação do autor é de que o contexto da formação das duas gerações, política e culturalmente, foram distintas. A geração dos históricos teve a formação, tanto política quanto cultural, nos anos finais do império, quando a ideologia positivista teve grande influência na formação de setores militares e de alguns grupos de republicanos. No caso do Rio Grande do Sul, a proximidade entre o exército e setores políticos ocorreu, resultando numa grande influência sobre eles do positivismo. Influência essa que só ocorreu com os Republicanos, ao contrário dos Liberais (federalistas), que defendiam um sistema parlamentar e eram hostis ao ideário positivista.⁹⁸

Luciano Abreu, ainda sobre esta geração, escreve:

Os consolidadores da República no Rio Grande do Sul eram assim adeptos do positivismo e extremamente intransigentes em relação à oposição. Júlio de Castilhos, através da Constituição de 14 de julho de 189, impôs o positivismo no Rio Grande, o que se convencionou chamar de positivismo-castilhista, face às alterações sofridas em relação às idéias de Augusto Comte.⁹⁹

Sobre a geração de 1907, o processo de sua formação foi distinto. Em primeiro lugar, quando iniciaram sua participação na política regional, a República já estava consolidada. O que deveria ser garantido era a supremacia do PRR, ameaçada pela união das oposições no processo eleitoral. Para essa geração, a influência do positivismo não foi tão marcante. Eles não eram tão intransigentes com os grupos da oposição, como eram os da geração histórica, ocorrendo um melhor relacionamento entre ambos – geração de 1907 e oposições.¹⁰⁰

Dentre outros aspectos que marcaram as diferenças entre as gerações de Republicanos, conforme Luciano de Abreu, gostaríamos ainda de citar o posicionamento frente à atuação política de Pinheiro Machado. Esse político, integrante da geração de Republicanos históricos, de atuação política no cenário nacional, revelando-se um autêntico mediador entre o governo do Rio Grande e o Brasil. E afirma:

⁹⁸ ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-30)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 31-32.

⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 32-33.

¹⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 33.

No cenário nacional, Pinheiro Machado garante significativa e decisiva participação política para o Rio Grande do Sul, enquanto, regionalmente, Borges de Medeiros mantém uma política isolacionista com relação ao restante do país. Sendo assim, Pinheiro Machado era o elo de ligação entre as duas instâncias do poder político: a nacional e a regional.¹⁰¹

Analisando as idéias defendidas por Pinheiro Machado e as defendidas pela ala jovem do PRR, há uma grande proximidade no que tange às idéias nacionalizantes. E citando alguns trechos dos discursos efetuado por Getúlio Vargas, Luciano de Abreu acrescenta:

Tais discursos autorizam-nos a apontar Pinheiro Machado como um modelo de atuação para os membros da geração de 1907. Conforme dissemos, a forma de atuação política de Pinheiro Machado diferia daquela adotada pelos demais integrantes da ala histórica. Quanto à geração de 1907, seus membros tinham uma visão política que os aproximava mais de Pinheiro Machado do que de Borges de Medeiros.¹⁰²

Outro aspecto que consideramos relevante na argumentação de Luciano de Abreu refere-se à característica que comprova Getúlio Vargas como um político conciliador. E a título de conclusão escreve:

- a) o espaço para o surgimento de tantos políticos destacados, principalmente na década de 1920, como João Neves, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e outros, foi possível face à decadência da dominação política borgista, que era extremamente centralizadora e limitava o aparecimento de novas lideranças.
- b) o destaque de Vargas na política, tanto em nível regional como nacional, também faz parte do processo de decadência da dominação borgista e do positivismo castilhistas. Devido a esse fato, como podemos depreender das afirmações de João Neves, a oposição ganha força e leva ao surgimento dos líderes de bancada, Nesse contexto, Getúlio destaca como um político conciliador.¹⁰³

Ou seja, a geração de 1907 finalmente se consolida no poder e adquire características distintas da geração dos históricos. Principalmente quanto à forma conciliatória da arte de fazer política de Getúlio Vargas. À medida que se consolida no poder político em âmbito nacional, Getúlio Vargas e seu grupo elaboram uma articulação no campo regional para que esse estado não fosse empecilho para todo um projeto que Vargas acabou liderando na política nacional, que inicia em 1930 e só termina com sua queda em outubro de 1945, da presidência da República. E é exatamente nesse período que conseguimos revelar uma grande

¹⁰¹ ABREU, Luciano Aronne. Op. cit., 1996, p. 34.

¹⁰² Id., *ibid.*, p. 35-36.

¹⁰³ Id., *ibid.*, p. 53-54.

vantagem, do ponto de vista numérico dessa nova geração, ou seja, os que nasceram entre 1881 a 1900.

Neste período, 1930-1937, os dados apontam para uma entrada significativa de pessoas nascidas após 1900, 9,6%, indicando para uma circularidade da elite política. Estes números demonstram que esta circularidade, em termos geracionais estava ocorrendo, o que seria natural com um índice baixo se comparadas às duas outras faixas de nascimento. Ao mesmo tempo, já havia tentativas de elevados índices de atritos com uma geração mais antiga, que ainda representava interesses vinculados aos tempos da República Velha.

Sobre o conceito de circularidade de elites, baseamo-nos em Marie Kolabinska, comentando por T. B. Bottomore, referindo-se a três tipos de circulação:

Em primeiro lugar, temos a circulação que se dá entre diferentes categorias da própria elite governante. Em segundo lugar, há a circulação entre a elite e o resto da população, a qual pode assumir uma das duas formas seguintes: I) indivíduos dos extratos inferiores podem conseguir penetrar na elite existente, ou II) indivíduos dos extratos inferiores podem formar novos grupos de elite que se empenham em uma luta pelo poder com a elite existente.¹⁰⁴

Essas três formas de luta pelo poder podem ser acompanhadas em nossa pesquisa: a circulação da própria elite governante, aqui no caso por entrada de integrantes de gerações mais novas; pessoas vinculadas às atividades profissionais que antes não tinham representação, e que estavam ganhando importância econômica, e como consequência dessas transformações econômicas, novos grupos sociais – operários – que iniciam uma luta pelo poder com a elite existente.

Vejam alguns exemplos de pessoas da geração *velhice* que poderiam ilustrar nossas argumentações.

Antonio Augusto Borges de Medeiros nasceu em 1863, representou a geração que estaria com 67 anos em 1930, portanto em processo de declínio no campo político rio-grandense. Francisco Flores da Cunha, nascido em 1875, contava com 55 anos em 1930. Joaquim Francisco Assis Brasil, nascido em 1857, estava com 73 anos em 1930. Estes três exemplos mostram que os referidos sujeitos foram desalojados do poder na década de 30. A exceção foi Borges de Medeiros, que retornou à política em 1945 como presidente de honra

¹⁰⁴ KOLABINSKA, Marie apud BOTTOMORE. T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p. 45.

da UDN, mas não participou em cargos de confiança ou eletivos. Exemplos típicos de pessoas que tiveram uma atuação na época da República Velha, daí a nomenclatura por nós utilizada de geração *velhice*.

Edgar Luís Schneider nasceu em 1893, portanto, estaria, em 1930, no auge de seus 37 anos. Mesmo que tenha entrado na vida política no final da década de 1920, passaria a constituir um integrante que permaneceria no poder durante todo o período que ora estamos pesquisando. Benjamin Dornelles Vargas, nascido em 1897, em 1930 estaria com 33 anos, porém, só entraria na política em 1935, como constituinte estadual, sendo sua estréia com 38 anos, conforme os dados que conseguimos. Firmino Paim Filho, nascido em 1884, com 46 anos em 1930, iniciou sua carreira política como conselheiro municipal, e depois intendente de Vacaria, em 1909, então com 25 anos. Se nos reportássemos à República Velha, ele estaria incluído na outra faixa, que denominamos de *juventude*, mas no período ora pesquisado já integrava a faixa *maturidade*.

O mesmo exemplo poderia ser dado no caso de Getúlio Dornelles Vargas. Nasceu em 1882, tendo iniciado suas atividades políticas em 1909 na Assembléia dos Representantes, portanto com 27 anos, e em 1930 estaria com 48 anos. Estaria, portanto, na faixa da *maturidade*, já tendo passado pela *juventude*. Encerrou sua carreira política com 72 anos, na faixa *velhice*. Uma longa carreira típica de um político brasileiro.

Este grupo representa a elite política que na juventude teria realizado processos de renovação, e na maturidade teria imprimido as reformas importantes para instituir uma política de reformas profundas na sociedade brasileira. Seria esta a geração que teria um efeito próprio, eliminatório, que, conforme Pedro Lyra, foi uma geração que soube afirmar a própria marca.

Passemos aos exemplos do grupo designado por *juventude*: Aníbal Di Primio Beck nasceu em 1902, tendo iniciado suas atividades de conselheiro municipal em Porto Alegre, mas não temos referência à data. A primeira que temos foi quando atuou como secretário na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1936, e já contava com 34 anos.

O segundo exemplo é de Carlos da Silva Santos, nascido em 1904, e que passou à legislatura estadual em 1935, com 31 anos. Mas continuou atuando entre 1959 até 1983 no legislativo estadual e federal. Foi alçado à política em 1934 como representante classista, e

após 1945, retorna ao PTB, depois MDB e PMDB. Foi um típico representante da classe operária, mesmo sendo funcionário público, pois conseguiu cursar a Faculdade de Direito.

E, por último, Moysés de Moraes Vellinho, nascido em 1902, e que também iniciou suas atividades políticas em 1935 como constituinte estadual, então com 33 anos.

Pensamos ter conseguido, com os exemplos acima, tornar mais clara a recomposição das diferentes gerações que compunham a elite política, traço mais marcante da heterogeneidade desta elite.

1.3.6 A Participação nos Partidos Políticos e Cargos Públicos

Como já analisamos no início deste capítulo, a vida partidária no Rio Grande do Sul pós-30 continuou bastante tumultuada. Esses tumultos são resultados de acomodações entre os partidos políticos e os executivos federal e estadual nos cargos que ora estavam disponíveis. Tais acomodações direcionavam os diferentes interesses dos grupos representados no poder político.

Em primeiro lugar, queremos destacar os resultados de três eleições: em 1933 para a constituinte federal, em 1934 para deputado federal e constituinte estadual e os respectivos resultados com relação aos partidos políticos. Em 1933, das 16 cadeiras que deveriam ser ocupadas pelos rio-grandenses, 13 são do PRL e três da FUG.¹⁰⁵ Em 1934, das 20 cadeiras que deveriam ser ocupadas, 13 são do PRL e sete da FUG. Em relação à constituinte estadual, o PRL ficou com 21 cadeiras, sendo 11 conseguidas pela FUG.¹⁰⁶ Como podemos observar, numericamente o PRL conseguiu manter uma hegemonia nos processos eleitorais.

Queremos destacar que com relação a alguns integrantes da elite política não foi possível estabelecer sua filiação partidária. Houve uma certa dificuldade de conseguir dados sobre os partidos políticos e seus filiados. O caminho que perseguimos para encontrar as informações foram as relações dos políticos eleitos e seus respectivos partidos políticos; notícias em jornais em que ocorriam manifestações dos políticos e sua filiação partidária,

¹⁰⁵ Sobre a atuação da bancada gaúcha na constituinte federal, consideramos a importante análise de Maria Helena Magalhães Castro no trabalho intitulado *O Rio Grande do Sul no pós-30, de protagonista a coadjuvante*. In: CASTRO GOMES, Ângela Maria de (Coord.) *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 41-131.

¹⁰⁶ TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. Op. cit., 1991, p. 58-60.

principalmente quando os líderes mais proeminentes se manifestavam; e por último um grupo que foi nomeado integrante da elite política devido ao cargo que ocupava, mas não foi possível saber de sua filiação partidária (por exemplo os presidentes do Tribunal da Justiça do Rio Grande do Sul, ou chefes de polícia, dentre outros). Quanto à filiação partidária, conseguimos informações de 112 integrantes da elite política.

Com os dados disponíveis passamos à tabela número 11:

Tabela 11 – PARTIDOS POLÍTICOS citados segundo número de ocorrências e percentagem no período de 1930-1937

Partido	Período 1930-1937	
	Nº	Percentual
PRR	54	33,5
PRL	47	29,2
FUG	22	13,7
PL	20	12,4
RC	09	5,6
PF	05	3,1
PRD	02	1,2
PDN	01	0,6
PRC	01	0,6
Total	161	100,0

Essa tabela, além de apresentar algumas indicações dos partidos existentes entre 1930-1937, mostra também partidos existentes antes de 1930. Esses dados estão em nosso banco de dados em anexo em virtude de trazerem informações de indivíduos que eram oriundos das atividades políticas antes de 1930. Optamos por deixá-las, para mostrar algumas indicações nas migrações partidárias.

Outra questão em relação a esta tabela (11) é que ela não pode ser considerada com o total dos integrantes da elite política que conseguimos informações, ou seja, de 112 pessoas, pois ela tem um total de 161 ocorrências. Expliquemos: existem políticos que atuaram em um partido (71), outros em dois partidos (35), em três partidos (5) e uma pessoa que atuou em cinco partidos. Por isso o total dessa tabela é de 161 ocorrências, pois o objetivo é verificar as mudanças partidárias, o que acaba acumulando o número de ocorrências. No entanto, se referem a informações de 112 políticos.

Se o PRL, oriundo do PRR, conseguiu manter a hegemonia no plano eleitoral, isto se refletiu também na nossa elite política. A elite política oriunda do PRR, depois PRL, se mantém em índices elevados, 33,5% para 29,2%, apresentando uma ligeira queda.

O Partido Libertador (PL), criado em 1928, tem um número de 20 integrantes, que posteriormente passará a integrar a Frente Única Gaúcha (FUG), em conjunto com dissidentes do PRR, com 22 integrantes, aumentando o número.

Um dado a ser levado em conta são as representações classistas, integradas por nove pessoas, que asseguravam a presença de grupos sociais em formação e que não estavam representados no poder até então. Esta representação foi iniciada conforme Decreto nº 22.653, de 20 de abril de 1933, pelo Chefe do Governo Provisório:

Segundo o decreto, tomariam parte na Assembléia 40 representantes classistas, cabendo 17 aos empregadores, 18 aos empregados, três aos profissionais liberais e dois aos funcionários públicos. No distrito federal, os deputados classistas seriam eleitos por delegados – eleitos escolhidos pelos sindicatos devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.¹⁰⁷

Para Ângela Maria de Castro Gomes, a representação classista seria um dos pontos-chaves em torno do qual muitas negociações foram realizadas. Se tomarmos seu caráter de instrumento, teria a função de neutralizar o domínio das grandes bancadas estaduais na Assembléia, o que se refletiria em vários documentos do próprio governo e dos grandes partidos regionais. A oposição dos grandes partidos não impediu o Governo Provisório de colocar em prática tal representação na Assembléia, mesmo contrariando decisão do Superior Tribunal Eleitoral.¹⁰⁸ Portanto, ocorreram novas formas de representação de poder de grupos que até então não estavam representados em partidos políticos mais tradicionais no Rio Grande do Sul, como o PRR, PL e depois PRL ou mesmo a FUG.

A atuação da bancada da representação classista, ainda conforme a autora, concentrou suas atividades relacionadas à política econômica e social, partindo daí suas colocações sobre problemas de organização do Estado. A bancada dos empregadores vai defender medidas que estimulem o desenvolvimento industrial e comercial do país, alegando a importância destes segmentos da economia para a modernização das atividades agrícolas, e também para o papel

¹⁰⁷ CASTRO GOMES, Ângela Maria de. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: CASTRO GOMES (Coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 437.

¹⁰⁸ Id., *ibid.*, p. 482.

na “defesa armada” do país. E continua a autora com relação às críticas que a bancada classista vai receber:

Todas essas críticas vinculavam-se a um movimento ruralista, francamente antiindustrialista e antiurbano, existente no país desde o início do século. A atuação do empresariado na Assembléia tem no combate ao ruralismo uma de suas principais preocupações; revela um duplo movimento de defesa e ataque a tal tendência, desmascarando seus argumentos e demonstrando sua insuficiência e inadequação para o atual momento nacional. Busca-se, particularmente, desvincular ruralismo e nacionalismo, na medida que se procura ressaltar que o urbano tanto quanto o rural são partes do mesmo todo nacional.¹⁰⁹

Em relação à Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em março de 1935, ainda não havia representação na elite política, o mesmo ocorrendo com a Ação Integralista Brasileira (AIB), as quais no pós-1945 estarão representados.

Outros partidos que aparecem na tabela são: o Partido Federalista (PF), que não existe no pós-1930; o Partido Republicano Democrático (PRD), fundado em 1908, tendo como líder Joaquim Francisco Assis Brasil, mas de duração efêmera,¹¹⁰ o Partido Democrático Nacional (PDN), criado em 1928; e, por fim, o Partido Republicano Castilhistas (PRC), liderado por Lindolfo Collor, fundado em 1937 e de breve vigência.

Podemos apresentar conclusões já solidificadas na historiografia gaúcha: o bipartidarismo, traço marcante no Império e República Velha, quadro este que no pós-30 tenderá a mudar, mas será interrompido pela implantação da ditadura no Brasil, em 1937.

Apresentamos uma análise a partir da Árvore dos Partidos Políticos e as mudanças mais significativas que seus membros realizaram entre os partidos políticos. Em primeiro lugar, observamos que a troca de partidos é muito reduzida no estado, neste período. Salientamos que levamos em consideração as mudanças individuais, e não as ocorridas em bloco, em virtude de mudanças conjunturais da época, por exemplo, a criação do PRL e da FUG.

A opção no plano estatístico foi construir esta árvore, que demonstra alguns agrupamentos partindo da vinculação aos partidos políticos. Como os dados são muito esparsos, faremos uma análise que no curto prazo, 1930-37, não será muito rica, mas a faremos, pois precisamos apresentar pelo menos os maiores números de ocorrências para que

¹⁰⁹ CASTRO GOMES, Ângela Maria de. Op. cit., 1980, p. 484.

¹¹⁰ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). Op. cit., 1984, p. 465.

tenhamos uma descrição mesmo parcial destes dados. Apresentamos abaixo, o quadro de número 1:

Quadro 1: ÁRVORE DOS PARTIDOS POLÍTICOS segundo o número de ocorrências no período de 1930-1937

Partido 1	Partido 2	Partido 3	Partido 4	Partido 5	Nº	%
PRL					29	25,9
PRR					28	25,0
PRR	PRL				13	11,6
PRR	FUG				10	8,9
RC					9	8,0
PL	FUG				6	5,4
PL					5	4,5
PF	PL	FUG			3	2,7
PL	PRL				2	1,8
FUG	PL				1	0,9
PF	PL				1	0,9
PF	PRL				1	0,9
PRD	PL	PRL			1	0,9
PRR	PRD	PDN	PL	FUG	1	0,9
PRR	PRC				1	0,9
PRR	FUG	PRL			1	0,9
Total					112	100,0

Novamente teremos de salientar que esta árvore leva em consideração quantos integrantes da elite política efetuaram trocas de partido político no período ora analisado. Alguns são partidos oriundos da República Velha, devido a sua trajetória ter se iniciado naquela época.

Temos de acrescentar que um número significativo de pessoas teve somente um partido político, que são: PRL 29; PRR 28; RC 9; e PL 5, perfazendo um total de 71 pessoas.

Dentre as pessoas que participaram de dois partidos políticos, temos: mudança do PRR para PRL 13; PRR para FUG 10; PL para FUG 6; PL para PRL 2; FUG para PL 1; PF para PL 1; PF para PRL 1; e, PRR para PRC 1. Totalizando 35 pessoas.

Dentre as pessoas que trocaram três vezes de partido político foram: PF para PL e FUG 3; PRD para PL e PRL 1; e PRR para FUG e PRL 1. Totalizou cinco pessoas. E somente uma pessoa passou por cinco partidos políticos.

Diante disso, podemos levantar algumas questões, primeiramente sobre o fato de que a alta concentração de pessoas ligadas a um partido político foi em decorrência de uma carreira política muito curta. Isso pode ser resultado das cooptações que eram realizadas num período em que ainda havia muito resquício de indicações por parte das executivas partidárias, de modo que as pessoas ficavam mais comprometidas com os líderes dos partidos políticos, práticas comuns durante a República Velha. Depois, a constatação de um significativo número de pessoas que estavam iniciando sua carreira política, e que continuariam após 1945, quando os partidos políticos foram novamente organizados no Brasil.

Vamos a alguns exemplos de políticos que militaram num só partido e tiveram uma carreira brevíssima: Adalberto Correa e Augusto de Assumpção Junior, ambos deputados federais entre 1935-1937, tendo pertencido ao PRL. Antonio Gageiro Filho e Homero Fleck, que foram deputados estaduais de 1935 a 1937, tendo pertencido a RC. Carlos Cavalcante Mangabeira e Firmino Soares de Oliveira, os quais integraram a Assembléia dos Representantes no período de 1929 a 1930 e atuaram no PRR.

Dos que iniciaram a carreira na década de 1930, e neste período aqui analisado – 1930-1937 –, passaram por somente um partido: Antero Moreira Leivas atuou no PRR até 1930, sendo eleito para a Assembléia dos Representantes de 1929 a 1930 e retornou à política em 1946, como deputado federal, pelo Partido Social Democrático (PSD). Carlos da Silva Santos atuou na RC como deputado estadual em 1935-1937, retornando à política em 1946 como suplente de deputado estadual, mas chegou a atuar até 1983, com algumas interrupções na Câmara Federal, participando do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em segundo lugar, o número dos políticos que trocaram duas vezes de partido, eram pessoas que estavam no núcleo do poder, ou ainda a *elite da elite política*¹¹¹ e participaram

¹¹¹ MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar do pós-constituinte: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 15. A autora analisa a presença de uma elite parlamentar no âmbito do Poder Legislativo brasileiro no período de 1989 a 1994. E afirma: “É amplamente reconhecido entre parlamentares, estudiosos da política e mesmo leigos que, no interior do Poder Legislativo, a capacidade de tomar e impor decisões válidas a todos os membros da instituição concentra-se num círculo restrito de pessoas. Essa característica elitista do Parlamento é entendida neste livro não como fenômeno natural, mas o resultado de um processo em que se estabelecem

das trocas conjunturais que ocorriam na época. Os políticos deveriam fazer essas trocas partidárias pois era a forma de se manterem nos cargos. Ou realizavam as trocas ou seriam desalojados do poder político.

Vejamos alguns exemplos:

Walter Só Jobim participou do PL e depois da FUG. Assumiu pela primeira vez um cargo eletivo em 1935 como deputado federal, do qual em seguida renunciou,¹¹² foi secretário da Secretaria das Obras Públicas nos períodos compreendidos entre 1937-1939 e 1943-1945; secretário do Interior e Justiça em 1946 e governador entre 1947-1951. Mesmo sendo do PL, ou seja, oposição, aparece na década de 30 como um político que esteve nas entranhas do poder, podendo ser considerado um integrante do núcleo do poder.

Joaquim Mauricio Cardoso era do PRR, e a partir de 1930 integrou a FUG. O primeiro cargo eletivo que ocupou foi como deputado estadual, entre 1913-1914; Assembléia dos Representantes em 1929-1930; constituinte federal em 1934; constituinte estadual em 1935; deputado estadual entre 1935-1937; secretário do Interior em 1937; interventor interino do Rio Grande do Sul de janeiro até março de 1938 e secretário estadual da Agricultura em 1938. Sua carreira foi interrompida pelo seu falecimento, em 1938. Esse é outro exemplo de um típico integrante do núcleo do poder.

José Antonio Flores da Cunha integrou o PRR depois o PRL. Ocupou o seu primeiro cargo como deputado estadual entre 1909-1910; deputado federal (pelo Ceará) em 1912-1915; intendente provisório de Uruguaiana em 1917-1918; deputado federal entre 1918-1920; intendente de Uruguaiana em 1920-1924; deputado federal entre 1927-1928; senador entre 1928-1930; interventor entre 1930-1935 e governador de 1935 a 1937. Retorna à política em 1946-1950 como deputado federal, atividade que só é interrompida em 1959, quando fica na quarta suplência e vindo a falecer em 4 de novembro do mesmo ano. Mais um típico

critérios seletivos – também produtos sociais – mediante os quais se opera o recrutamento de determinados parlamentares para a ocupação de ‘espaços de poder’. Tais espaços referem-se tanto às posições estratégicas na estrutura da organização quanto a determinadas práticas que criam e envolvem recursos de poder. Tem-se, assim, configurada no âmbito do Poder Legislativo a presença de uma elite parlamenta.”

¹¹² “Valter Jobim retornou à atividade política nesta ocasião [1934], lançando sua candidatura a deputado federal. Foi um dos cinco libertadores eleitos, os quais, aliados a mais um deputado republicano, constituíram a bancada da FUG. A direção política da frente gaúcha decidiu alterar sua representação, de modo a manter a igualdade numérica e o equilíbrio de forças entre o PL e o PRR. Assim, no dia 9 de maio de 1935, quatro dias após o início da legislatura, Jobim leu seu pedido de renúncia, no que foi acompanhado pelos deputados Alberto de Araújo Cunha e Francisco Simões.” (In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). Op. cit., 1984, p. 1637).

representante do núcleo do poder, que é perseguido e preso durante o Estado Novo, mas retorna, após 1946, via legislativo, quando fica até o seu falecimento, em 1959.

Essas características de trocas conjunturais podem refletir uma cultura política rio-grandense, que a população, normalmente, não aceita, quando realizadas de forma individual. Aqui podemos iniciar mais uma discussão desta característica bi-partidária no Rio Grande do Sul, onde desde o Império a opção partidária era algo impensável de ser trocado, pois significava a transmutação da personalidade política. Atualmente podemos recorrer a alguns exemplos, que ainda permanecem, em relação a pessoas que fizeram estas trocas e foram rechaçadas pela população rio-grandense.¹¹³

Quanto aos que realizaram trocas em três partidos, eram eles pessoas que já tinham uma trajetória política na República Velha e avançaram no pós-30 com esta herança política, podemos ainda considerá-los pessoas que tiveram um comportamento atípico em relação à maioria dos integrantes da elite política. Apesar de esse caso contar com um número reduzido de pessoas, vamos aos exemplos:

Raul Pilla iniciou sua atuação no PF, depois no PL e na FUG. Só ocupou cargos em 1935 como constituinte estadual, mas iniciou sua participação na política rio-grandense em 1922, quando foi formada a Aliança Libertadora e acontecia o lançamento da candidatura de Assis Brasil para o governo do estado, tendo vencido o pleito o situacionista Borges de Medeiros e a oposição foi às armas, na Revolução de 1923.¹¹⁴ Foi secretário da Agricultura, Indústria e Comércio (1936), e deputado estadual entre 1935 e 1937. Retornou à política em 1946 pelo PL, quando ocupou o cargo de deputado federal, até 1966. Foi crítico feroz do Estado Novo, ocupou um espaço significativo na imprensa gaúcha, principalmente no *Correio do Povo*, quando a censura assim permitia.

Plínio de Castro Casado foi do PF, depois do PL e da FUG. Iniciou como deputado federal em 1897-1900, tendo sido deputado federal de 1922 até 1930. Ainda assumiu em 1930 o cargo de interventor do Rio de Janeiro, e no mesmo ano passou a ser ministro do Supremo Tribunal Federal, até 1938, quando se aposentou compulsoriamente.

¹¹³ Antonio Britto não voltou a se eleger nas eleições de 2001 para Governo do Estado, tendo mudado de partido político.

¹¹⁴ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). Op. cit., 1984, p. 2718.

O último caso não segue um padrão, constituindo exatamente a exceção da amostragem que conseguimos realizar: é o exemplo de Joaquim Francisco Assis Brasil, que iniciou sua carreira política em 1891 como deputado federal, apesar de ter sido embaixador de 1890-1912. Retornou a dois cargos como deputado federal em 1927-1929, e depois em 1933-1934, quando renunciou. Assumiu o Ministério da Agricultura de 1930 a 1932. Passou por cinco partidos políticos: PRR até 1893, PRD em 1908, PDN em 1928, PL em 1929 e na FUG no período de 1930-1937. Assis Brasil foi um líder-chave em todas as disputas que ocorreram no Rio Grande do Sul, desde a proclamação da República até sua morte em 1938, foram poucas vezes em que se manteve ao lado dos governantes, tendo sido um típico opositor do governo em toda sua vida.

Quanto à ocupação de cargos políticos¹¹⁵ e públicos,¹¹⁶ também construímos uma árvore das funções políticas, conforme anexo IV, referente ao período de 1930-1937. Elaboramos a partir desta árvore uma tabela com relação à quantidade de vezes em que os integrantes da elite política participaram de cargos, para realizarmos uma análise mais específica de um núcleo de poder mais reduzido.

Tabela 12: Participações em cargos políticos e públicos do período de 1930-1937

Uma função	Duas funções	Três funções	Quatro ou mais funções	Total
39	38	14	31	122

Fonte: Anexo IV.

A tabela nos mostra um equilíbrio de dados sobre os integrantes com relação a sua atuação, exceção aos que tiveram três funções políticas e públicas. Não há uma hegemonia de um grupo sobre o outro, dado interessante, pois denota mais uma característica que reforça nossa análise quanto à heterogeneidade do grupo que atuava no poder político no Estado. Nesse período, existia um grupo, em torno de 25%, que tinha uma longa carreira, mas não era maioria. Todas as vezes em que um grupo não consegue hegemonia no poder, parte-se do pressuposto de que negociem, realizem alianças, daí talvez o grande número de pessoas que

¹¹⁵ Cargos políticos são todos os cargos que foram ocupados através de processos eleitorais.

¹¹⁶ Cargos públicos são cargos ocupados nas instituições públicas, vinculados ao estado brasileiro, ou por nomeação ou por concurso público.

tiveram só um cargo, pois poderiam ser cooptados de forma conjuntural, principalmente para o momento conturbado que foi o pós-1930 no Rio Grande do Sul.

Passemos a analisar os integrantes que tiveram quatro ou mais funções em cargos políticos e públicos. Consideramos que esses indivíduos compõem o núcleo do poder político no Rio Grande do Sul, ou seja, a permanência ao longo de sua vida passou pelas entranhas do Estado. Esse grupo subdivide-se em três grupos: primeiro, o dos que iniciaram a carreira em âmbito municipal, nove integrantes; segundo, o dos que iniciaram a carreira em cargos estaduais, com quinze participantes; e, terceiro, sete integrantes que iniciaram em cargos federais.¹¹⁷

Isso leva a um quadro de carreira política e pública também heterogênea, prevalecendo o grupo que iniciou com cargos na esfera estadual, seguidos dos cargos na esfera municipal, e por último os cargos no plano federal, ou também que tinham uma atuação de poder em todas as esferas, ou seja, do local para o nacional, passando pelo estado. Esse dado é importante, pois demonstra um alargamento do poder de forma estruturada, com a preocupação de verticalizá-lo, ou ainda, manter-se no poder, principalmente porque a partir da década de trinta, o que se vislumbra é uma certa transparência dos processos eleitorais. Para sustentar nossa argumentação, passamos a alguns exemplos dos que iniciaram a carreira no plano estadual.

Antes de passarmos aos exemplos, queremos salientar que muitos políticos já foram mencionados na nossa pesquisa e voltamos a citá-los. Isso ocorre em virtude de analisarmos características diferentes – herança e legado familiar, escolaridade, profissão, local de nascimento, dentre outros – em cada subcapítulo de nosso trabalho. Também, temos de evidenciar que de um grupo da elite política conseguimos informações mais completas de sua biografia e que acabam sendo usados como biografia modal.¹¹⁸

¹¹⁷ Ver anexo IV: Quadro II, Árvores das Funções Políticas do Período 1930-1937.

¹¹⁸ Para uma melhor explicitação de biografia modal, nos apoiamos em Giovanni Levi quando afirma: “Esse tipo de biografia, que poderíamos chamar de modal porquanto as biografias individuais só servem para ilustrar formas típicas de comportamento ou status, apresenta muitas analogias com a prosopografia: na verdade, a biografia não é, nesse caso, a de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo. Alias, é prática corrente enunciar primeiro as normas e as regras estruturais (estruturas familiares, mecanismos de transmissão de bens e de autoridade, formas de estratificação ou de mobilidade sociais etc.) antes de apresentar os exemplos modais que intervêm na demonstração a título de provas empíricas.” (In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 175).

Demétrio Mercio Xavier iniciou como deputado estadual (1924-1926), posteriormente foi subchefe de polícia na fronteira (1932), prefeito em Dom Pedrito, constituinte federal em 1934 e deputado federal em 1935-1937, tendo pertencido ao PL e depois ao PRL.

Edgar Luís Schneider integrou a Assembléia dos Representantes (1929-1930), foi secretário das Obras Públicas (1930-1932), constituinte estadual (1935), deputado estadual (1935-1937), pertenceu ao PL e depois à FUG.

Getúlio Dornelles Vargas integrou a Assembléia dos Representantes por quatro legislaturas, foi deputado federal por duas vezes, ministro da Fazenda (dezembro/1926-dezembro/1927), presidente do estado do Rio Grande do Sul (1928-1930), presidente da República (1930-1945) e senador (1946-1949), integrou o PRR e posteriormente o PSD.

Ildelfonso Simões Lopes foi deputado estadual (1897-1904), deputado federal por quatro legislaturas (1906-1908, 1913-1919, 1922-1923, 1924-1930), além de ter sido ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1919-1922), pertenceu ao PRR e depois PRL.

João Neves da Fontoura foi deputado estadual por duas legislaturas (1921 até 1928), deputado federal (1927-1929) e vice-presidente do estado do Rio Grande do Sul (1928-1930), também foi integrante do PRR.

José Antonio Flores da Cunha iniciou como deputado estadual (1909-1910), foi deputado federal pelo Ceará (1912-1915), intendente provisório em Uruguaiana (1917-1918), deputado federal (1918-1920), intendente em Uruguaiana (1920-1924), deputado federal (1927-1928), senador (1928-1930), interventor e governador (1930-1937), e retornou à política como deputado federal em 1946-1950. Pertenceu ao PRR, PRL e posteriormente à UDN.

Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor começou como deputado estadual (1921-1923), foi deputado federal por três vezes (1923-1930), ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1930-1932), secretário das finanças (1936), da Secretária da Fazenda (1936), atuou no PRR e PRC.

João Simplício Alves de Carvalho foi deputado estadual duas vezes (1901-1908), deputado federal por sete vezes (1908-1929), secretário da Fazenda (1930-1933), constituinte federal (1933-1934) e deputado federal (1935-1937), tendo atuado no PRR e no PRL.

João Vespúcio de Abreu e Silva foi deputado estadual por duas vezes (1900-1908), deputado federal por quatro vezes (1909-1920), senador (1920-1930) e novamente deputado federal (1935-1937), pertenceu ao PRR e depois à FUG.

Joaquim Mauricio Cardoso iniciou a carreira como deputado estadual (1913-1914), fez parte da Assembléia dos Representantes (1929-1930), foi ministro da Justiça (1931-1932), constituinte federal (1934), constituinte estadual (1935), deputado estadual (1935-1937), secretário do Interior (1937), interventor interino (janeiro a março de 1938) e secretário da Agricultura (1938), foi do PRR e da FUG.

O ponto comum nesses exemplos são as longas carreiras, iniciadas na esfera estadual; as diferenças relacionam-se à trajetória em distintos cargos e com participação em diferentes partidos. Isso demonstra que não havia um só caminho para a carreira política. Posteriormente há uma grande diversidade dos cargos ocupados, variando em cargos legislativos e executivos.

Agora vamos enumerar alguns exemplos de políticos que iniciaram a carreira política no âmbito municipal:

Augusto Simões Lopes iniciou sua carreira como intendente em Pelotas (1924-1928), prefeito de Pelotas (1932-1933), constituinte federal (1933-1934) e senador (1935-1937), atuando no PRR e depois no PRL.

Firmino Paim Filho inicia sua carreira como conselheiro municipal e intendente, os dois cargos em Vacaria (1909-1913), deputado estadual (1909-1913), diretor geral da Secretaria do Interior e Exterior e chefe da Casa Civil no RS (1913-1915), deputado estadual (1918-1922), deputado federal (1924), deputado federal (1927-1928), secretário da Fazenda (1928-1930), senador (1930), constituinte estadual (1935) e deputado federal (1935-1937). Foi do PRR e da FUG. Retorna à política em 1945 como presidente do diretório do PSD, permanecendo até 1950.

Francisco Flores da Cunha atuou como prefeito em Quaraí (1900-1904), foi deputado estadual (1906-1924), senador (1930) e novamente senador (1935-1937), atuando no PRR e depois no PRL.

João Ascânio Moura foi conselheiro municipal (1920), intendente (1924-1928), ambos os cargos em Quaraí, Assembléia dos Representantes (1929-1930), novamente prefeito em

Quaraí (1931-1933), constituinte federal (1924) e deputado federal (1935-1937), sendo ligado ao PRR e PRL.

José Loureiro da Silva foi intendente em Taquara e Garibaldi (1930), prefeito em Gravataí e Tapes (1934), constituinte estadual (1935), deputado estadual (1935-1937) e prefeito em Porto Alegre (1937-1943), atuando no PRL. Retornou ao cargo de prefeito em Porto Alegre (1960-1963) no PTB.

Oswaldo Euclides de Sousa Aranha iniciou sua carreira em Alegrete, como intendente (1925-1927), foi deputado federal (1927-1929), secretário do Interior e Justiça (1928-1930), substituiu Getúlio Vargas na presidência do estado do Rio Grande do Sul em outubro de 1930, foi ministro da Justiça e Negócios Interiores (1930-1931), ministro da Fazenda (1931-1934), embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1934-1937), ministro das Relações Exteriores entre 1938 e 1944 e embaixador do Brasil na ONU (1947), atuando no PRR. Retornou como ministro da Fazenda em 1953-1954.

Viriato Pereira Dutra foi conselheiro municipal em Júlio de Castilhos (1928-1930), constituinte estadual (1935), deputado estadual (1935-1937), secretário da Agricultura (1937-1939) atuando no PRL.

Esses exemplos nos mostram uma grande maioria de integrantes do PRR, que acabaram ocupando cargos na esfera estadual e federal. Também que, apesar da maioria acabarem no PRL, teremos um integrante que vai para a FUG. Estes exemplos mostram a hegemonia do PRR e PRL na política regional.

Passemos aos políticos que iniciaram a carreira na esfera federal:

Antonio Augusto Borges de Medeiros foi deputado federal (1890-1892), presidente do Rio Grande do Sul (1898-1907, 1913-1922 e 1923-1927) e deputado federal (1935-1937) atuando no PRR.

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos foi deputado federal (1911-1914), integrou a Pasta da Justiça e Negócios Interiores (1914-1918), deputado federal (1918-1923), consultor Geral da República (1932-1933), constituinte federal (1934), procurador Geral da República (1935-1936) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1936-1941), atuando no PRR e PRL.

Francisco Antunes Maciel Júnior foi deputado federal por quatro legislaturas (1915 até 1930), secretário da Fazenda (1930-1932) e ministro da Justiça (1932-1934), atuou no PF e no PL.

Joaquim Francisco Assis Brasil iniciou sua carreira como embaixador (1890-1912), deputado federal (1891 e em 1927-1929), ministro da Agricultura (1930-1932), deputado federal constituinte (1933). Atuou no PRR, PRD, PDN, PL e na FUG.

Plínio de Castro Casado foi deputado federal por três vezes (1897-1900, 1922-1926 e 1927-1930), interventor federal no Rio de Janeiro (1930-1931) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1931-1938) quando se aposentou compulsoriamente. Pertenceu ao PF, PL e na FUG.

Estes exemplos indicam alguns integrantes vinculados à oposição que conseguiam chegar ao parlamento federal e que acabavam sendo aglutinados em cargos da esfera federal. Outros mais vinculados à política regional, voltavam ao estado onde continuaram suas atuações, como Borges de Medeiros. Mas conseguimos detectar que o grupo que tinha exercido quatro ou mais cargos foi dos que estiveram no centro do poder no Rio Grande do Sul e também com alguns representantes no governo federal. Mesmo que este grupo apareça como uma hegemonia do PRR e do PRL no âmbito estadual, isto não vai ocorrer no plano federal. Demonstra bem que as cooptações efetuados por Getúlio Vargas foram no sentido de manter a Aliança Liberal, pelo menos até 1932, quando seus opositores acabam unindo-se aos paulistas – na Revolução constitucionalista de 32 – contra o governo federal. Nesse microcosmo de poder merece ser salientado que era cuidadosamente articulado para que o projeto dos revolucionários de 1930, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, não fosse atrapalhado por empecilhos. Quando isto ocorresse, eram simplesmente retirados dos cargos, daí a tese de Aspásia Camargo:

Procuramos, em outro trabalho, sugerir que o pacto agrário que se renova em 1930 não é simples resultado do poder residual das oligarquias, mas um acordo deliberado que elimina alguns de seus recursos políticos ampliando outros. Em troca de maior subordinação ao Estado, ampliam-se os favores recebidos dentro de um aparelho que se expande. Velhas lideranças oligárquicas são substituídas por novas oligarquias, em um complexo sistema de alianças que muitas vezes reforça segmentos marginais ou decadentes, neutralizando setores de maior dinamismo, por isso mais resistentes e menos maleáveis aos projetos e interesses do centro.¹¹⁹

¹¹⁹ CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC*. Brasília: UnB, 1983, p. 12.

Vamos ver se no decorrer de nossa pesquisa essa idéia central da autora, com relação ao governo central, se confirma em nossa investigação no plano regional. Ou seja, todas as discrepâncias surgidas no Rio Grande do Sul entre liberais e republicanos, e que se reagrupam posteriormente no PRL e na FUG, são tomados por novas divisões em 1937, já no final do segundo semestre, como que se preparando para o golpe do Estado Novo. São essas as novas divisões que conseguimos acompanhar: o PL com Raul Pilla, o PRR com Borges de Medeiros, Lindolfo Collor com seu novo PRC, PRL com Flores da Cunha e a Dissidência Liberal com Viriato Dutra, Loureiro da Silva, Moysés Vellinho, Coelho de Souza, Julio Diogo, Xavier da Rocha, Paulino Fontoura, Cylon Rosa e Benjamin Vargas. Acompanharemos na última parte do presente capítulo como esses partidários vão manifesta-se frente à instalação da ditadura de Getúlio Vargas no Brasil.

1.3.7 Entidades: lugares de socialização do poder

Simon Schwartzmann, ao elaborar um texto sobre Gustavo Capanema, baseando-se em seu arquivo pessoal, assim escreve:

Elites tendem a gerar seus intelectuais, e Minas Gerais não seria exceção. São as elites que têm recursos para mandar seus filhos às melhores escolas, dar-lhes familiaridade com diversas línguas, abrir-lhes o mundo dos livros e das idéias. Ao mesmo tempo, os homens de elite tendem a viver muito, a manter suas posições de poder até a velhice, e, desta forma, custam a passar para os mais jovens suas posições. Nem todos os intelectuais, evidentemente, têm esta origem, mas este parece ter sido o caso do grupo dos jovens que, na década de 20, agitavam as ruas de Belo Horizonte com suas estrepolias, acompanhavam como podiam os modismos intelectuais do Rio e São Paulo e se preparavam, uns para a vida política, outros, principalmente, para a vida contemplativa.¹²⁰

Mesmo referindo-se aos intelectuais de Minas Gerais, a afirmativa vale também para os que agitavam as ruas de Porto Alegre. Se nos reportarmos à análise efetuada até agora, a elite política rio-grandense é que podia mandar seus filhos fazerem cursos superiores em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, na Europa, dentre outros lugares. Nesses cursos, estariam em contato com o mundo dos livros e das idéias e também com novos colegas, com os quais formariam uma nova elite. A elite rio-grandense caracterizava-se também por uma

¹²⁰ SCHWARTZMANN, Simon. O intelectual e o poder: a carreira política de Gustavo Capanema. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC*. Brasília: UnB, 1983, p. 368.

longevidade, o que fazia com que permanecessem por longos períodos em suas posições de poder. No Rio Grande do Sul, as gerações se encontraram e se entrelaçaram no poder, até que uma mais nova – que denominamos de maturidade – atingisse postos hegemônicos no poder político. Portanto, a elite política rio-grandense gerou os intelectuais, e por ser heterogênea, possivelmente esses intelectuais também o fossem.

Em nossa pesquisa estamos tratando com elite política, mas constatamos que seus integrantes foram também intelectuais,¹²¹ pois se encontravam em uma relação de poder, e desse lugar emitiam uma mensagem determinada.

Para Daniel Pécaut, os intelectuais dos anos de 1925-1940 estavam preocupados com o problema da identidade nacional e das instituições. Para eles, já havia uma identidade nacional latente, mas isso não bastava para que se pudesse considerar o povo brasileiro politicamente constituído. Apenas instituições ajustadas à *realidade* permitiriam que se alcançasse esse patamar. Para tanto, era conveniente acabar com as instituições da República que professavam um liberalismo, na ilusão de atingir a modernidade imitando modelos estrangeiros, o que era um obstáculo à afirmação nacional. *Organizar* a nação, esta era uma tarefa urgente que caberia às elites. Os motivos de intelectuais participarem desse projeto residiam no fato de constituírem uma realidade indissolúvelmente cultural e política: a criação de um povo também é fazer uma cultura capaz de garantir a sua unidade.¹²²

Afirma o autor que nem todos os intelectuais da época tinham as mesmas concepções políticas. E acrescenta:

Muitos simpatizam com os diversos movimentos autoritários surgidos após 1930, ou mais tarde aderem ao Estado Novo instaurado em 1937. Outros mantêm-se distantes dessa questão. Em sua grande maioria, contudo, mostram-se de acordo quanto à rejeição da democracia representativa e ao fortalecimento das funções do Estado. Acatam também a prioridade do imperativo nacional e aderem, explicitamente ou não, a uma visão hierárquica da ordem social. Assim, apesar de suas discordâncias,

¹²¹ Conforme Amando de Miguel, intelectual, de forma mais específica e política, seriam as pessoas que nas sociedades modernas pretendem influir com sua palavra em uma determinada relação de poder. Por palavra entende que é dizer, com conteúdo e através de algum meio – entre as pessoas, revistas, livros, cinema, televisão, etc. O importante é a mensagem, e sobretudo, a finalidade oculta expressa nessa mensagem que vai configurar uma determinada imagem da sociedade, o nível de conhecimento que interessa a determinado grupo político. E acrescenta o autor, os intelectuais são fundamentalmente legitimadores ou debeladores de certas idéias que apóiam determinados interesses na consecução, manutenção do poder, e com tais idéias, nesse exercício, se convertem em ideologia (MIGUEL, Amando de. *El poder da la palabra: lectura sociológica de los intelectuales en Estados Unidos*. Madrid: Tecnos, 1978, p. 74-75).

¹²² PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 14-15.

convergem na reivindicação de um status de elite dirigente, em defesa da idéia de que não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir “de cima” e “dar forma” à sociedade.¹²³

O autor está se referindo aos intelectuais instalados em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, mas podemos aceitar a afirmação como dinâmica também ocorrida entre os intelectuais do Rio Grande do Sul. Ou seja, confirma-se que a heterogeneidade da elite política analisada até aqui era bastante acentuada. Em relação às suas posições frente à política estadual e nacional, principalmente no que tange à instalação da ditadura do Estado Novo, tal poderá ser verificado no final deste capítulo. A elite política que vai permanecer no poder durante o Estado Novo, aparentemente, estará a salvo de divergências específicas, em concordância com a rejeição da democracia representativa e à aceitação do fortalecimento do Estado, premissas aliás fundamentais para quem quisesse permanecer nos cargos do poder político. Os que não aceitassem a defesa intransigente do governo Federal durante o Estado Novo eram simplesmente retirados do poder, característica essa de estados antidemocráticos. Importante é perguntar se até 1937 a elite teve uma heterogeneidade quanto à visão de uma identidade nacional, e se seria esta unidade mantida pela elite que atuou durante o Estado Novo.

Nossa preocupação central é acompanhar alguns intelectuais que vão delinear uma identidade regional no Rio Grande do Sul – no pós 1930 até 1947. Identidade essa que poderá vir a se converter numa ideologia.¹²⁴ Estamos nos referindo à ideologia do gauchismo, que passaria identificar o Rio Grande do Sul frente ao Brasil.¹²⁵

¹²³ PÉCAUT, Daniel. Op. cit., 1990, p. 15.

¹²⁴ Sobre o conceito de ideologia e as formas de estudá-la: “é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação”. O autor prossegue afirmando que as formas simbólicas interessam, não se são verdadeiras ou falsas, mas se estas formas simbólicas servem, em situações particulares, para sustentar e estabelecer relações de dominação. Com relação às formas de dominação, acrescenta o autor que além das relações de classe como base da desigualdade e de exploração, que para Marx era enfático, Thompson acrescenta as relações entre os sexos, grupos étnicos, indivíduos e o Estado, entre Estado-nação e blocos de Estados-nação, salientando que vai além da exclusividade das relações de classe (In: THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 76-78).

¹²⁵ Por se tratar de um sub capítulo, não pretendemos explorar de forma exaustiva este tema – a identidade regional do gaúcho – mas apenas levantar mais este ponto, como forma de tornar nossa pesquisa mais consistente no que tange à argumentação sobre a heterogeneidade da elite política. A identidade do gaúcho se faz necessária, em virtude da campanha de nacionalização impetrada pelo Governo federal, durante a vigência do Estado Novo. No caso do Rio Grande do Sul, teremos uma parcela significativa da população rio-grandense oriunda dos processos de imigração, principalmente alemã e italiana, dentre outros, e que deveriam ser convertidos em brasileiros. Como explicar a ascensão desses imigrantes na esfera do poder político formal? Não poderiam ser considerados estrangeiros, daí a necessidade de incorporação no plano cultural e político com uma identidade regional criada pelos intelectuais rio-grandenses.

Para estabelecermos alguns parâmetros de análise, iniciaremos com a participação dos integrantes da elite política em diversas entidades que passaram a ser constituídas durante o século XX.

Para efetuarmos esta análise, se fazem necessárias algumas explicações: as entidades que conseguimos detectar na participação da elite política foram reagrupadas por uma classificação. Esta classificação foi por nós realizada para que pudéssemos melhor produzir uma análise. Quanto à classificação assim nomeamos: área de **Letras e Cultura**, as entidades foram a Academia Brasileira de Letras, Academia de Letras do Rio Grande do Sul, Academia Sul Rio-grandense, Associação Rio-grandense da Imprensa, Academia Passofundense de Letras, Academia Portuguesa de Cultura Internacional, Fundação Eduardo Guimarães, Conselho Federal da Cultura (RJ), Instituto Histórico e Geográfico Rio Grande do Sul (IHGRS), Instituto Brasileiro de Cultura, Instituto de Ciência Política (RJ), Instituto de Cultura Hispânica, Instituto Genealógico (SP); **Advogados**, as entidades foram Instituto Brasileiro de Direito Social (SP), Instituto dos Advogados do Brasil, Ordem dos Advogados, Sociedade Rio-grandense de Criminologia; **Médicas**, as entidades foram Sociedade de Medicina de Bagé, Sociedade Médica de Porto Alegre, Sindicato dos Médicos Brasileiros, Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal (RJ), Sociedade Médica (RJ), Sociedade de Psiquiatria e Médico Legal (RJ), Academia Militar Médica (RJ); **Militar**, as entidades foram Círculo Militar e Sociedade Amparo Mútuo dos Empregados Civil e Militares; **Engenharia**, as entidades foram Clube de Engenharia (RJ) e Sociedade de Engenharia (RS); **Economia**, as entidades foram Associação Rural e Comercial de Bagé, Câmara de Comércio Teuto-brasileira, Sociedade União Popular (RS) e União Sul Brasileira de Cooperativas; e as entidades as quais classificamos como **Outras** foram Centro Acadêmico Republicano, Conselho Nacional de Educação, Ordem Primeira dos Irmãos Menores de São Francisco de Assis e União Social Brasileira.

Entre as entidades destacadas nos deteremos nas que pertencem à área de Letras e Cultura. Como podemos verificar, tratava-se de um número relativamente grande de entidades que agrupadas em nossa tabela abaixo demonstram um número significativo de pessoas que tinha preocupação em atuar nas entidades de cunho cultural. Conforme nossa tabela abaixo, as entidades que nomeamos da área de Letras e Cultura, era uma das que mais agrupava integrantes da elite política rio-grandense, sendo que treze pessoas participaram de uma só entidade, outras oito de duas entidades e três pessoas de três entidades de cunho cultural. Ao contrário dos advogados, mesmo sendo eles maioria em termos de educação superior, não

aparecem em primeiro lugar em participação nas suas entidades ligadas à profissão advocatícia. O mesmo acontece com relação aos médicos, que ficam na segunda posição na formação superior e com apenas dois médicos participando de uma entidade; e um médico em duas entidades ligadas às suas atividades profissionais. Em relação aos militares, só aparece um integrante em uma só entidade.

Tabela 13: PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1930-1937

Entidades	Entidade 1		Entidade 2		Entidade 3		Entidade 4		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Letras/Cultura	13	65,0	08	80,0	03	50,0	-	-	24
Advogados	03	15,0	01	10,0	02	33,3	01	33,3	07
Médicas	02	10,0	01	10,0	-	-	01	33,3	04
Militar	01	5,0	-	-	-	-	-	-	01
Outros	01	5,0	-	-	01	16,7	01	33,3	03
Total	20	100,0	10	100,0	06	100,0	03	100,0	39

Vejamos alguns exemplos das pessoas que participaram e as respectivas entidades:¹²⁶

Adroaldo Mesquita da Costa foi sócio fundador do IHGRS e do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, além de Membro do Instituto Brasileiro de Direito Social de São Paulo e da Ordem Primeira dos Irmãos Menores de São Francisco de Assis.

Álvaro Baptista ajudou a fundar a Sociedade de Amparo Mútuo dos Empregados Civis e Militares.

Antonio Carlos Penafiel foi membro da Sociedade Psiquiatra e Medicina Legal do Rio de Janeiro.

Darcy Pereira de Azambuja integrou a Academia Sul Rio-grandense e do IHGRS.

¹²⁶ Muitos integrantes da elite política atuaram em jornais como colaboradores, e outros tantos como diretores de jornais. Também, inicialmente, começamos a coletar os títulos de livros que um número significativo da elite política acabaram publicando. Em relação aos títulos publicados, não os mencionaremos, pois estaríamos abrindo um leque muito amplo em nossa pesquisa. Acreditamos que isto demandaria uma outra pesquisa, com relação às publicações e às respectivas áreas pelas quais se preocuparam.

Edgar Luis Schneider foi membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, do IHGRS e do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

Florêncio Carlos de Abreu e Silva foi membro e presidente do IHGRS, membro da Academia Sul Rio-grandense de Letras; além de ter sido fundador da Revista do IHGRS e da Revista do Arquivo Público (1922).

Francisco Flores da Cunha foi membro do Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Francisco Rodolpho Simch foi membro do IHGRS.

João Neves da Fontoura foi membro da Academia Brasileira de Letras.

Joaquim Luis Osório foi membro do IHGRS e da Academia de Letras do Rio Grande do Sul.

José Loureiro da Silva foi membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

José Pereira Coelho de Souza foi membro do IHGRS e da Academia Sul Rio-grandense de Letras.

Luis Francisco Guerra Blessmann foi membro da Sociedade Médica em Porto Alegre e do Rio de Janeiro, do Conselho Nacional de Educação e da Academia Militar Médica do Rio de Janeiro.

Moysés de Moraes Vellinho foi membro do IHGRS, da Academia Portuguesa de Cultura Internacional e diretor da revista *Província de São Pedro*.

Olivério de Deus Vieira Filho foi membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

Othelo Rodrigues Rosa foi membro da Academia Sul Rio-grandense de Letras e do IHGRS.

Paulo Vaz Rache atuou no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara foi presidente do Instituto Brasileiro de Cultura, atuou no Instituto de Ciência Política no Rio de Janeiro e no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

Walter Só Jobim atuou na Academia Rio-grandense de Letras.

Como podemos constatar, a participação ocorreu em diferentes entidades, mas a grande maioria havia participado de entidades de cunho cultural,¹²⁷ sendo que a mais usual foi o IHGRS. Como exemplo abordaremos esta entidade e o significado dela para a formação e veiculação das idéias da elite política e também aqui intelectual do Rio Grande do Sul. Importante torna-se uma breve discussão sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, e que, conforme Astor Diehl,

assenta-se, como instituto cultural, nos moldes de uma academia, como aquelas do Iluminismo, e tinha como projeto primeiro traçar a origem da nacionalidade brasileira, aliás, uma das preocupações centrais da historiografia do século XIX. O que nos parece importante observar é que houve um vetor permanente ao longo da história do Brasil, uma tentativa de integrar o velho e o novo numa simbiose de forma que as rupturas fossem evitadas. Isso levou à necessidade de orientar a historiografia para um pacto consensual, questão que aparece no IHGB, herdeiro de uma tradição iluminista e vivenciada como tal por seus membros. O instituto assim, propunha-se a levar a cabo um projeto dos novos tempos, cujo fundamento residia na soberania nacional como critério definidor de uma identidade nacional, sem, no entanto, romper com o passado.¹²⁸

Mesmo que o autor se refira ao IHGB e ao século XIX, essa tradição teve sua reprodução nos institutos que foram sendo criados em âmbito estadual, no século XX. Na instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, foram feitos pronunciamentos de três membros da direção e sobressaiu-se a interpenetração da história rio-grandense com a idéia de nacionalidade.¹²⁹ Acompanhamos Astor Diehl em mais uma argumentação quanto ao projeto do instituto, quando escreve:

¹²⁷ Em nossa dissertação de mestrado constatamos que os integrantes da elite política ijuiense utilizaram a entidade de cunho cultural, o Grêmio Ijuicense Literário, durante o Estado Novo, como entidade que exercia atividades de apoio ao prefeito, inclusive com manifestação no jornal *Correio Serrano* para atacar a oposição que havia perdido o cargo de prefeito após 1937 (AMARAL, Sandra Maria do. *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí – 1938-1945*. Ijuí: Unijuí, 2003, p. 130-134).

¹²⁸ DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, p. 27.

¹²⁹ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 24.

O projeto de IHGB pode ser compreendido em duplo sentido: dar conta da gênese da nação brasileira, inserindo-a, sobretudo, na tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao Iluminismo. A nação deveria surgir como o desdobramento de uma civilização branca e europeia nos trópicos, tarefa que exigia imensos esforços, uma vez que a realidade brasileira era constituída de uma realidade muito diversa daquela que se tinha como modelo, a Europa. A criação do IHGB vinculou-se à proposta de incentivar o progresso e o desenvolvimento brasileiro; era uma entidade que possuía nítidas semelhanças com instituições europeias dos séculos XVII e XVIII, as quais, para Imhof, devem ser vistos como parte do processo da centralização do Estado. No IHGB, foram pensados projetos de natureza global de forma a integrar as diferentes regiões e realidades sociais brasileiras, viabilizando a existência da totalidade Brasil.¹³⁰

Ou seja, a origem da nação brasileira se dá numa perspectiva da tradição de civilização e progresso, daí o incentivo ao progresso e desenvolvimento brasileiro. Astor Diehl frisa que a entidade tinha o projeto de unir o Brasil, integrando as diferentes regiões e realidades sociais brasileiras. Ainda argumenta o autor que mudanças internas ocorreram a partir de 1851 no IHGB, mas permaneciam ligadas à concepção de história iluminista, ou seja, tratar a história como um processo linear e progressivo.¹³¹

Mesmo que o autor esteja preocupado em seus estudos com a cultura historiográfica brasileira de meados do século XIX até o início da década de 1930, tem como fio condutor as formas de modernização e de identidade representadas pelos intelectuais por meio de suas narrativas. Considera também o IHGB como a entidade que vai ter a tarefa de pensar a história do Brasil em meados do século XIX, ou ainda a produção de conhecimento historiográfico.¹³² Sabemos que a historiografia produzida passará a corporificar as representações do Brasil para a nação. Daí a importância dos intelectuais gaúchos e da sua participação no IHGB.

José Murilo de Carvalho também afirma que o IHGB foi a instituição que mais se empenhou em difundir o conhecimento do país, ao mesmo tempo em que ajudou a constituir uma identidade particular sobre a nação. O instituto era composto da *flor* da elite política e intelectual do país. Suas funções eram a coleta de documentos históricos, o ensino da história pátria, e contava com filiais nas províncias. Além disso, promovia debates, estudos, expedições científicas, e também uma revista com importante publicação de história, geografia e etnografia. E foi num dos concursos realizados pelo Instituto, que surgiu um texto

¹³⁰ DIEHL, Astor. Op. cit., 1998, p. 27-28.

¹³¹ Id., *ibid.*, p. 30.

¹³² Id., *ibid.*, p. 19 e 24-25.

definindo a tarefa do historiador, sendo o vencedor Karl Friedrich von Martius, natural da Baviera. No texto intitulado “Como se deve escrever a História do Brasil”, o autor fornece os itens fundantes da historiografia imperial:

incorporação das três raças, com ênfase na predominância dos portugueses sobre indígenas e africanos; atenção às particularidades regionais, sempre tendo em vista a unidade do todo; defesa intransigente da monarquia constitucional como garantia da unidade do País; crença em um destino de grandeza nacional.¹³³

Afirma o autor que havia imagens divergentes do país dentro da elite. Os consensos entre os intelectuais estavam em exaltar a natureza, o tamanho do território e sua diversidade, mas em relação à população isto não ocorria. Para José Murilo de Carvalho, enquanto predominou a escravidão, sobreviveu a hesitação. E afirma que desde a independência até 1930, apesar da dificuldade em formular uma imagem da nação que incorporasse a realidade da nação, a única experiência coletiva, neste período, enquanto fator de criação da identidade nacional, foi a guerra contra o Paraguai.¹³⁴

Como podemos averiguar, a importância do IHGB na construção do conhecimento e de uma representação da nação constituía preocupação dos intelectuais, e esta entidade tinha claros objetivos de dar uma organização e veiculação do que seria o Brasil.

Em relação aos intelectuais gaúchos, que participavam também da elite política rio-grandense, alguns foram responsáveis pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS¹³⁵). E o próprio IHGRS foi a entidade que concentrou o maior número de integrantes da elite política rio-grandense – treze pessoas participaram desta entidade, inclusive como fundadores.

Com relação ao IHGRS, o mesmo foi fundado em 5 de agosto de 1920, sendo que sua instalação ocorreu em 19 de novembro do mesmo ano. Zélia Guareschi Fioreze que pesquisou a partir da Revista do IHGRS durante o período de 1921 até 1937, argumenta que ela foi o veículo de publicação da produção e, conseqüentemente, das idéias dos integrantes do IHGRS. A autora teve como objetivo central, a partir dos artigos contidos na revista,

¹³³ CARVALHO, José M. de. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 241-242.

¹³⁴ Id., *ibid.*, p. 245-246.

¹³⁵ Optamos por essa sigla para designar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. No entanto, Zélia Fioreze, em seu livro *A invenção do RS: território e identidade na visão do IHGRS (1920-1937)*, Passo Fundo: Clio, 2002, utiliza a seguinte sigla: IHGRGS.

analisar a visão sobre o território, ou seja, fazer uma leitura geográfica por meio dos olhares lançados ao território rio-grandense. Para tanto, a concepção de território que orienta nossa investigação é a de uma área terrestre sobre a qual se estabelecem as relações sociais e o Estado exerce sua soberania, através de domínio e gestão. Em qualquer dos casos, está presente, primeiro, a noção de superfície terrestre, que corresponde à base física, ou seja, o solo.¹³⁶

Para ser integrante do IHGRS, argumenta a autora, os candidatos eram, em primeiro lugar, indicados por um sócio antigo. Posteriormente, cabia à Comissão de Sócios fazer uma investigação sobre o candidato em relação a sua idoneidade, opinando se convinha a sua entrada na entidade, e depois este parecer era ratificado pelo presidente do IHGRS. Este ingresso, que incluía desde competência intelectual até a projeção política, acabou por formar um grupo fechado, mas heterogêneo, cingido num misto de zelo e controle.¹³⁷

Com relação à influência do poder político do estado no IHGRS, tal era evidenciado desde sua fundação, pois em agosto de 1921, em sessão de assembléia geral, foi proposto e aceito que o presidente do estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, fosse presidente honorário do instituto. Além do governo do estado contribuir anualmente com Rs 10:000\$000, sendo autorizado pela Assembléia dos Representantes, conforme lei nº 278, de 21 de novembro de 1921, havia, também a franquias postal e telegráfica, obtida por ser uma entidade de “utilidade pública”.¹³⁸

Além de outras formas de subvenções, a autora sugere uma vinculação entre o IHGRS e o poder público, mas argumenta:

No entanto, seria prematuro concluir algo sobre o grau de ingerência nas relações que envolvem o Estado e a instituição, por não termos elementos suficientes para tal, o que não permite assumir um caráter conclusivo. Porém, pelo que pudemos apurar, houve, isto sim, um prestígio mútuo entre os representantes do poder público e os membros do IHGRS, o que torna difícil entender a instituição isenta das influências e condicionamentos da conjuntura e dos interesses e práticas políticas.¹³⁹

Em nossa pesquisa, além de frisarmos que a elite política era heterogênea, acreditamos que a ideologia do gauchismo seria a forma de manter uma coesão da elite política. Além de termos constatado que havia um número significativo de integrantes da elite política no

¹³⁶ FIOREZE, Zélia Guareschi. *A invenção do RS: território e identidade na visão do IHGRS (1920-1937)*. Passo Fundo: Clio, 2002, p. 17 e 19.

¹³⁷ Id., *ibid.*, p. 59.

¹³⁸ Id., *ibid.*, p. 58 e 59.

¹³⁹ Id., *Ibid.*, p. 75.

IHGRS, além do apoio financeiro do poder público, o IHGRS e em especial a sua revista seria um dos locais de publicização desta ideologia.

Zélia Guareschi Fioreze, ao fazer uma análise dos títulos publicados pela revista do IHGRS, chama a atenção de que havia uma grande diversidade de temas. Em relação à abrangência e à forma dos temas chega a duas conclusões: primeiro uma forte concentração em temas regionais [refere-se ao Rio Grande do Sul] (70%), seguida de temas de ordem nacional, internacional e geral, sendo que estes três últimos se equivalem. Ou seja, os dados demonstram que o objetivo da revista era, também, construir uma identidade regional, desse modo, mostrar-se à nação.¹⁴⁰

Com relação à temática de âmbito regional, destaca-se a Revolução Farroupilha, com 23% da participação no total dos títulos regionais; no âmbito nacional, 28% do total é para o centenário da Independência, e no internacional, 90% dos títulos relacionam-se às questões platinas. Concluiu a autora:

Mesmo reconhecendo o mérito e o interesse constante do IHGRS de estar presente, juntamente com as instituições congêneres e representantes das demais províncias, na construção do nacional, a ocupação e o interesse pelo regional sempre falaram mais alto, revelando-se nos enfoques relativos à região e tornando legítimos os interesses dominantes.¹⁴¹

Ainda em relação à temática em âmbito regional, o grande destaque dos títulos –16% – estão vinculados ao movimento farroupilha. Sendo que em 1935, ano do centenário da comemoração, a capa tradicional dos quatro volumes da revista foi substituída pela figura do gaúcho montado no cavalo, segurando uma espada. E acrescenta a autora: “Ao fundo, os raios do sol pareciam juntar-se à figura do gaúcho, significando o domínio que ele exerce sobre esse território.”¹⁴²

Mesmo que o objetivo central de Zélia, em sua pesquisa, tenha sido analisar a visão sobre o território que a revista do IHGRS veiculou durante o período de 1921 até 1937, chama a sua atenção o fato de haver uma grande concentração de títulos relacionados à temática regional, e de forma mais específica à Revolução Farroupilha. E escreve em uma de suas conclusões:

¹⁴⁰ FIOREZE, Zélia Guareschi. Op. cit., 2002, p. 106-107.

¹⁴¹ Id., Ibid., p. 109.

¹⁴² Id., Ibid., p. 109 e 111.

O homem típico eleito para representar o Rio Grande é esse homem da Campanha, que, por si só foi capaz de reunir as diversidades internas do estado. [...]. Este continuou moldado pelo gaúcho pecuarista, estancieiro ou peão, afeitos às lides do campo, envolvidos em disputas militares pelas refregas fronteiriças.¹⁴³

Ou seja, a elite intelectual que participou do IHGRS teve também oportunidade de veicular uma identidade regional comprometida com os interesses da elite política. Isto se tornou mais ágil em virtude de um número significativo dos integrantes da elite política serem também integrantes do IHGRS e publicarem artigos na revista do instituto. Para Ieda Gutfreind, estes mesmo integrantes criaram uma história para o Rio Grande do Sul que, apesar de ter duas matrizes historiográficas – a platina e a lusitana –, apresentaram polêmicas entre si e essas foram extrapolando para além do ambiente do IHGRS e chegando ao grande público. Mas ambas as correntes defenderam, após 1920, uma história político-ideológica de alto teor nacionalista.¹⁴⁴ E afirma:

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguido com a Revolução de 1930, foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação.¹⁴⁵

Marlene Medaglia Almeida elabora uma periodização do processo de *institucionalização* da prática historiográfica no Rio Grande do Sul: uma primeira etapa ocorreria com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a Sociedade Partenon Literário, o primeiro com curta duração e o segundo mais voltado à poesia e à crítica literária; uma segunda etapa tem como ponto de referência a influência do positivismo na historiografia, com a produção de três livros ligados fundamentalmente à propaganda republicana, a consolidação da república e a ratificação da hegemonia político-ideológica do PRR (1880-1900); uma terceira etapa, de 1920 a 1935, como um momento significativo do processo de especialização da historiografia rio-grandense em âmbito estadual, com a criação do IHGRS (em 1921) e a realização do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Rio-grandense.¹⁴⁶ E afirma a autora que:

¹⁴³ FIOREZE, Zélia Guareschi. Op. cit., 2002, p. 225-226.

¹⁴⁴ GUTFREIND, Ieda. Op. cit., 1992, p. 25.

¹⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 22.

¹⁴⁶ ALMEIDA, Marlene Medaglia. A análise crítica da historiografia sul-rio-grandense: uma tarefa que se impõe. *Ciência e Letras*. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciência e Letras. Porto Alegre, n. 4, 1985, p. 129-134.

a década de vinte constitui, não só, um momento significativo (o ponto de partida) do processo de especialização da historiografia rio-grandense, como uma conjuntura estratégica na articulação do processo mais complexo de “institucionalização” da prática historiográfica a nível estadual. De forma ainda mais acentuada que na década que precedera a proclamação da República, ou na que a sucedeu, a historiografia rio-grandense participou, nos anos vinte, do processo de fundamentação da prática política, patrocinando – em termos de sustentação histórico-ideológica – a participação da formação social sul-rio-grandense no processo de “integração nacional”, deflagrado com o movimento revolucionário de 1930. Além disso, como tem sido reiteradamente observado pelos críticos da historiografia “oficial”, as tendências teórico-metodológicas e temáticas definidas nos anos vinte – e já plenamente configuradas em 1935, ano de realização do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense – tiveram larga vigência, orientando a prática historiográfica local por um espaço de tempo quase indefinido. Na verdade, estas tendências têm persistido sem alterações substanciais e apresentam-se, ainda hoje, com bastante intensidade, embora contrastadas e contestadas pelas perspectivas críticas [...], que começaram a disseminar-se no sul com a publicação dos trabalhos da “escola” de Florestan Fernandes.¹⁴⁷

Nas palavras da autora, esse período, da fundação do IHGRS até a realização do congresso, em 1935, foram marcantes por muito tempo, tal o grau de solidificação dessa historiografia e do próprio instituto, mesmo que estas afirmações datam de 1985, ano em que a autora publicou o seu texto. Nas palavras dela, a influência desses intelectuais foi relevante, até na própria institucionalização da prática historiográfica.

A identidade regional que estava sendo gestada no Rio Grande do Sul foi a do *Gaúcho*. Conforme Sergius Gonzaga, ao escrever sobre a mudança da figura marginal do gaúcho para a implantação do mito, afirma que esse esteve vinculado às mudanças sociais ocorridas no Rio Grande do Sul desde a sua ocupação. E escreve:

Podemos supor que, em meados do século XIX, a figura marginal do gaúcho esteve praticamente extinta. E, por conseguinte, apta a renascer como instrumento de sustentação e imposição ideológica dos mesmos grupos que a tinham destruído. O processo de transfiguração do gaúcho-pária em gaúcho-aristocrata, cheio de virtudes civis e militares, não foi instantâneo nem uniforme: durou várias décadas, encontrou muitas formulações e teve o seu coroamento apenas no século XX, quando a oligarquia precisou aglutinar a seu projeto político as novas forças sociais existentes na província.¹⁴⁸

Para ele, os “fazendeiros-bacharéis” que disputaram o poder político das antigas elites rio-grandenses vão utilizar, além das formas caudilhescas de liderança, uma idéia-base sobre a hombridade e a coragem do “guasca” rio-grandense. Esta nova elite, que precisou lutar,

¹⁴⁷ ALMEIDA, Marlene Medaglia. Op. cit., 1985, p. 1136-137.

¹⁴⁸ GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: cultura & ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 118.

nomeava os seus inimigos – maragato ou chimango – de antivalores da louvação machista: medo, fraqueza, incapacidade para a vida rústica. E salienta:

O menosprezo daqueles que não se integravam nos moldes e costumes da existência campeira já fora ativado em relação aos colonos açorianos e aos primeiros imigrantes; agora essa ridicularização era reforçada; em seguida, e sobretudo nos anos vinte, seria erigida como um dos pilares do enfrentamento da oligarquia contra o poder central.¹⁴⁹

Além do reforço deste mito internamente no estado, para o autor, esta identidade foi formada em relação ao poder central, como que para alertar sobre a presença de um homem-coletivo, digno e generoso, mas irremovível na defesa de seus direitos e da sua honra. “Em síntese, a ideologia do gaúcho legitimava os interesses dos pecuaristas no contexto geral da República Velha e reafirmava o seu poder dentro da província.”¹⁵⁰

Na década de 1920, ocorreu uma grande produção de textos literários e políticos no estado, apesar da Revolução de 1923, demonstrando que as facções políticas tinham, de forma subjacente, uma identidade e uma convergência na exaltação do gaúcho. E continua o autor:

A aliança entre borgista e assisista – efetivada por Getúlio Vargas em 1928 – significou a coesão do único agrupamento civil brasileiro com larga experiência militar e, logo, em condições de comandar um levante armado contra o poder central (1930). Mas o cimento de tal coesão era uma ideologia que complementava agora o ciclo de sua expansão definitiva, envolvendo todos os segmentos sociais da província. Nenhuma outra ordenação ideológica – nascida nos quadros da oligarquia – tivera um apoio tão variado, uma penetração tão poderosa na consciência das massas rurais e urbanas. Compare-se o mito do gaúcho com o do bandeirante, desenvolvido pelos cafeicultores de São Paulo, e veremos diante de nós, a força espetacular das mentiras organizadas pelos estancieiros rio-grandenses, cujas ressonâncias até hoje se propagam na vida pública e cultural.¹⁵¹

Ligia Leite efetuou estudos sobre o Modernismo no Rio Grande do Sul e destaca que este movimento foi responsável em grande parte por um clima propício à incrementação do Regionalismo e por uma releitura da tradição (com a conseqüente redescoberta de Simões Lopes). E escreve:

Finalmente, numa terceira parte, (intitulada “Retórica e Ficção” e também conservada quase totalmente aqui) busquei essas razões, destacando o compromisso dos escritores novos com a ideologia dominante, detectável na semelhança de linguagem e de interesses (não só a maior parte dos escritores

¹⁴⁹ GONZAGA, Sergius. Op.cit., 1996, p. 121.

¹⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 122.

¹⁵¹ Id., *ibid.*, p. 122.

eram filhos de fazendeiros, como mantinham uma convivência estreita com os novos políticos, entre os quais Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas). Tendo identificado, na análise comparativa dos contos um código narrativo comum e uma mensagem padrão por ele veiculada – o mito do gaúcho-herói – observei então que os contos tinham uma função de propagandear os valores gaúchos, como auxiliar na luta pela projeção política e econômica do Rio Grande, junto ao poder Central; a impossibilidade de renovar parece ter-se devido em grande parte a uma necessidade prioritária: de aperfeiçoar a retórica exaltatória da terra e da raça gaúchas, que seria depois largamente empregada pela propaganda da Aliança Liberal e da Revolução de 30.¹⁵²

Um levantamento de textos publicados nos jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *A Federação*, mais na *Revista do Globo*, de meados de 1929 a novembro de 1930, ou seja, na campanha eleitoral de Getúlio Vargas e na propaganda da Revolução de 30, mostrou que ocorreu uma hipertrofia do otimismo, concretizado num discurso exaltatório do gaúcho-herói e do Rio Grande Heróico. E afirma a autora:

A única diferença é que agora esse quadro atributivo e esse núcleo funcional abarcam não só o homem do campo, da zona pastoril, mas o rio-grandense, em geral, passando o papel de anti-herói ao estados não liberais, principalmente São Paulo, na figura de seus *políticos mais eminentes*, *Washington Luis e Júlio Prestes*.¹⁵³

A análise dos textos publicados pelos jornais e revistas reforça o compromisso do Regionalismo com a ideologia dominante, pois os escritores e os críticos dessa corrente literária se engajaram diretamente nos acontecimentos políticos e, junto com os partidários da Aliança Liberal, fizeram ressurgir o mito do gaúcho-herói, beneficiando a propaganda partidária. E afirma:

Agora, além de uma intenção imediata e de uma forma semelhante, o discurso dos intelectuais e dos políticos vai revelar a mesma intenção imediata: sensibilizar o povo para a causa da Aliança. Servindo-se dos mesmos veículos de comunicação (jornais e *Revista do Globo*) partem de sujeitos determinados, localizáveis num lugar também determinado da estrutura do poder; e revelam uma circunstância idêntica: a disputa do poder central por Minas, Rio Grande e Paraíba, em oposição a São Paulo e os Estados que lhe são solidários; circunstância que eles representam (com emprego de uma retórica comum) como necessária em face do regime de ilegalidade e de opressão instaurado pelo governo.¹⁵⁴

A partir da sua análise em diferentes textos, o que a autora quer demonstrar é como a retórica que serve ao mito do gaúcho-herói foi utilizada em 1930, para ofuscar as verdadeiras

¹⁵² LEITE, Ligia C. Moraes. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Ática, 1978, p. 21.

¹⁵³ Id., *ibid.*, p. 165-166.

¹⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 172.

características da luta pelo poder e as determinações que obrigam o Rio Grande a entrar nela, parecendo que tudo acontecerá resultado de uma divina providência gaúcha, já pré-estabelecida. Salienta a autora, em nota de *rodapé*, que nunca ignorou as divergências internas, entre os grupos da Aliança Liberal: o conservador e o mais radical, que queriam a revolução. Mas afirma:

Acontece que a imprensa não deixava transparecer tais divergências. Tanto aos conservadores interessava manter a imagem do heroísmo gaúcho, embora se referissem a ele sempre de maneira mais discreta, quanto aos radicais interessava compensar a indecisão e fraqueza de Getúlio, com a imagem do herói. A uns e outros convinha, portanto, escamotear a heterogeneidade da Aliança, representando-a como um movimento homogêneo e, para tanto, o mito da “Riograndização do País” era muito útil.¹⁵⁵

O gaúcho-herói, mito utilizado pelos intelectuais e políticos será, neste caso, invocado, dentro do estado, mas também, e principalmente, frente aos outros estados brasileiros. E durante o Estado Novo, será novamente invocado este mito, para confirmar nossa análise de que a heterogeneidade da elite política gaúcha será sempre mascarada com uma veiculação de uma ideologia que a transforme em única, e, portanto, sem diferenças, o que, em situações de confronto entre os integrantes da elite, levará o mito a ser brevemente esquecido, pois as diferenças serão evidenciadas.

Os intelectuais gaúchos que participavam da elite política rio-grandense serão, também, os articuladores no espraio do mito, pois estavam vinculados a entidades de cunho cultural, no interior e na capital do estado, como também vinculados a entidades do distrito federal e também internacional. Além das atuações em diversos jornais e revistas no Rio Grande do Sul, de publicações de livros, estava constituindo-se um sistema literário, e, para que tal ocorresse, eram necessários alguns elementos, conforme demonstra Antonio Cândido:

Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-

¹⁵⁵ LEITE, Lígia C. Moraes. Op. cit., 1978, p. 173.

humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade.¹⁵⁶

Entre os produtores literários, destacaríamos, também, os intelectuais que integraram cargos no poder político e participavam de entidades de cunho cultural, e conscientes do seu papel. Os receptores, ou seja, a população do Rio Grande do Sul, que seria atingida pelas diferentes formas de linguagem – jornais, livros – as quais veiculavam um sistema simbólico baseado na campanha: do gaúcho-herói. Tal campanha visa atingir todas as regiões do estado, principalmente as áreas de colonização, que vão sofrer um processo de nacionalização, a partir de 1937, ou seja, a substituição de suas identidades étnicas ligadas a seus países de origem européia, para se transformarem em brasileiros, mas, antes em gaúchos. Gaúchos estes vinculados a uma ideologia dominante com uma retórica conservadora, exprimindo uma mensagem igualmente conservadora: o mito do gaúcho-herói.

Remetemos ainda às conclusões de Ligia Leite quando afirma:

1. A maior parte dos textos analisados (aparentemente muito diferentes, porque obra de escritores novos e velhos, renovadores e conservadores, simpatizantes e contrários ao Modernismo), caracterizam-se pela escolha de um código narrativo fixo e uma retórica conservadora, que exprimem uma idêntica mensagem: o mito do gaúcho-herói. Como tal, constituem um gênero, que denominei de “caso” regionalista, por oposição a outro tipo de prosa que, contrariando o modelo fixo consegue constituir bons contos, com a temática igualmente regional (a comparação com Simões Lopes prova a pertinência da distinção, mostrando que há Regionalismos e Regionalismos).
2. Essa retórica comum e esse esquema narrativo padrão exprimem, na realidade, o fracasso do projeto renovador do grupo de escritores da Livraria do Globo, pela pobreza das novas produções.
3. Esse fracasso pode ser visto, em grande parte, como decorrente do compromisso dos novos escritores com a ideologia dominante.¹⁵⁷ Mais forte do que seus projetos de renovação revelaram-se as pressões do momento, que impunham a conservação do

¹⁵⁶ CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 7. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993, p. 23.

¹⁵⁷ Em artigo intitulado “As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)” (In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144), Odaci Luiz Coradini, ao investigar sobre elites culturais e concepções de política no RS no século XX, afirma em relação à *Revista do Globo*: “Ocorre que, pelo menos no período inicial, a ‘cultura’ estava diretamente a serviço de uma ‘empresa’ política, a mobilização pela legitimação do movimento que resultou na Revolução de 30. A confluência entre essa ‘empresa’ política e a ‘cultura’ foi facilitada pela preexistência do chamado ‘Grupo da Globo’, o qual se vinculava diretamente a boa parte das elites políticas e intelectuais regionais, entre os quais estavam aqueles que logo após seriam os líderes da Revolução de 30. Em termos mais imediatos, a criação da revista resultou da intervenção direta de Getúlio Vargas, então deputado estadual. Por outro lado, no que tange à ‘cultura’, além das traduções de literatura estrangeira e da ‘bricolagem’ editorial, que visavam a um público mais amplo ou ‘popular’, o regionalismo, numa definição específica, já ocupava posição de destaque. A posição central da versão mais ‘heróica’ ou calcada em ‘panteões’ desse regionalismo, no período inicial, está associada à ocupação do cargo de diretor da revista por M. Bernardi” E este diretor era oriundo da “colônia italiana”.

Regionalismo sem grandes vãos poéticos. Não se podia correr o risco de inventar novas imagens; a hora impunha aperfeiçoar as velhas. E essa imposição tem muito a ver com a crise da economia cafeeira no País, o enfraquecimento das Oligarquias e a cisão da aliança café-com-leite no poder Central; a ascensão de novas forças econômicas e políticas no Estado Gaúcho; o clima de euforia aí predominante e a confiança na conquista breve do Brasil pelo Rio Grande, sonho longamente acalentado pelas elites gaúchas, cujo papel econômico e político no País sempre foi secundário.¹⁵⁸

Do ponto de vista estadual, se as elites gaúchas tradicionais estavam perdendo espaço no poder político, em função da entrada de pessoas vinculadas a outras regiões do estado, pelo menos os mitos veiculados pela elite permaneceriam vinculados à tradição: a campanha gaúcha.

1.4 As Vozes: os discursos sobre a implantação do Estado Novo

O ano de 1937 foi de embates no campo político brasileiro e regional. Em primeiro lugar, devido às eleições para presidente, que deveriam ocorrer em janeiro de 1938. No Rio Grande do Sul, os confrontos foram intensos, sendo que a figura central sobre a qual vão convergir as críticas será o general Flores da Cunha. Carlos Rangel, analisando a queda de Flores da Cunha, argumenta:

Ao elegerem o caudilho Flores da Cunha como o perigo imediato e de maior vulto, os frente-unistas favoreciam a permanência de Getúlio Vargas no poder de duas maneiras: primeiro, dando-lhe apoio político no Congresso Nacional e no aliciamento das oposições; segundo, radicalizando a oposição entre os governos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha ao difundirem os discursos que punha em lados opostos, respectivamente, o modo de vida civilizado e o caudilhismo, a racionalidade política/administrativa e a irascibilidade governamental, a moralidade pública e o desrespeito à lei.¹⁵⁹

Foi sobre a polaridade entre o *bem* e o *mal* que Getúlio Vargas edificou seu discurso legitimador. Quanto mais violenta se tornava a luta entre as esferas estadual e federal, mais enfática era a campanha para identificar o governo Flores da Cunha com o banditismo e a violência próprios do caudilhismo, ou seja, personificar a barbárie regional diante do Estado Moderno e Nacional. E continua o autor:

¹⁵⁸ LEITE, Ligia C. Moraes. Op. cit., 1978, p. 249-250.

¹⁵⁹ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 203-204.

Ninguém mais do que os próprios correligionários do governador difundiram esse discurso no manifesto que fizeram em abril de 1937, quando se inaugurou o dissídio interno no PRL. Viriato Dutra, Loureiro da Silva, Moysés Vellinho, Coelho de Souza, Julio Diogo, Xavier da Rocha, Paulino Fontoura, Cylon Rosa, Benjamin Vargas e Walzumiro Dutra deixaram de apoiar o governo de Flores da Cunha, alegando que a fundação do PRL só ocorreria pela necessidade de apoiar o presidente Getúlio Vargas e que “não seria lícito com efeito, que, depois de levar pelas armas um dos mais eminentes de seus filhos à magistratura suprema da Nação, o Rio Grande, terra de lealdade, o abandonasse à própria sorte, deixando o chefe da revolução por nós mesmo promovida ao inteiro sabor do reacionarismo vigilante”.¹⁶⁰

Para Héglio Trindade, a saída de Flores da Cunha do governo estadual é consensualmente aceita, por ser ele um dos entraves à centralização do Estado. E argumenta:

A necessidade do afastamento (ou derrota política) de Flores se tornava clara na medida em que iam se tornando, também, claros, os mecanismos centralizadores do Estado. A sua política de jogar com as forças regionais, utilizar o legislativo como forma de pressionar e controlar o executivo federal, manter força militar própria e praticar uma política de autonomia estadual, entrava em choque direto com a nova política que vinha sendo posta em prática pela elite governante do centro, civil e militar. Disfuncional, portanto, ao nível federal, Flores da Cunha tornou-se incômodo, internamente, quando perdeu o apoio tático da oposição e da parcela de seu partido (obviamente não se pode desconsiderar, aqui, o papel desempenhado por Vargas – através de Beijo – na desarticulação do PRL).¹⁶¹

E ainda poderíamos acrescentar que a derrota política de Flores da Cunha foi devido a sua atuação no pós-30. Aspásia Camargo assim comenta:

Em 1932, às vésperas da Revolução Constitucionalista, o Governo Provisório consegue adesão do Rio Grande, através de Flores da Cunha, para derrotar São Paulo, inclusive com a ajuda de suas tropas. Inversamente, em 1937, São Paulo não dificultará a renúncia forçada de Flores da Cunha, politicamente cercado em seu próprio estado, graças às dissidências entre as lideranças gaúchas, e militarmente acuado pela presença do general Daltro Filho e pelas diretivas centralizadores de federalização das brigadas estaduais.¹⁶²

Ou seja, se em 1932 as tropas militares rio-grandenses ajudaram o governo provisório, em 1937 elas representavam uma ameaça a este governo, colocando em risco a centralização

¹⁶⁰ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Op. cit., 2001, p. 204.

¹⁶¹ TRINDADE, Héglio et al. (Orgs.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária do RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 260.

¹⁶² CAMARGO, Aspásia. A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC*. Brasília: UnB, 1983, p. 38.

política que estava a caminho no Brasil. Era necessário, para que o golpe do Estado Novo se efetivasse, provocar a renúncia de Flores da Cunha. O Rio Grande do Sul, dentro do projeto nacional, era a pedra angular para Getúlio Vargas, no governo federal, e perder o apoio no estado representaria correr o risco de não acabar um projeto que apenas se iniciara.

No entanto, a articulação política no Rio Grande do Sul, retirados os inimigos que não aceitavam a centralização política, foi sendo costurada, mas nunca abolindo as forças partidárias rio-grandenses que ficaram ao lado de Getúlio Vargas. Carlos Rangel afirma:

Dúvida menor tinha Getúlio sobre o apoio que receberia dos chefes políticos João Neves, Batista Lusardo, Maurício Cardoso e até mesmo de Borges de Medeiros. João Neves e Batista Lusardo participaram das reuniões preparatórias do golpe, nas quais foram discutidos os detalhes da nova Constituição e as medidas de exceção a serem adotadas. Maurício Cardoso foi o responsável pela montagem do novo secretariado que serviria ao general Daltro Filho – interventor no estado – e Borges de Medeiros enfatizou a necessidade de os chefes do PL e do PRR colaborarem com o interventor federal, [...].¹⁶³

E assim foi constituído o novo secretariado do general Daltro Filho, que assumiu após a renúncia de Flores da Cunha ao governo estadual: Joaquim Maurício Cardoso (PRR), José Pereira Coelho de Souza (dissidência liberal), Viriato Dutra (dissidência liberal), Walter Jobim (PL), Oscar Carneiro da Fontoura (PL) e José Loureiro Silva (dissidência liberal).¹⁶⁴ Estava constituída uma elite política, de poucos, mas que iria acomodar as forças partidárias rio-grandenses, mesmo que aparentemente os partidos políticos tivessem deixado de existir. Mas se acompanharmos todas as distribuições de cargos, no Estado Novo, veremos que estas forças estavam presentes em todos os momentos em que haveria mudança de interventor no estado, e mesmo na divisão do poder no Departamento Administrativo, o qual, nas palavras do próprio Getúlio Vargas, seria o lugar que faria as vezes da Assembléia Legislativa, no que alguns componentes até acreditaram. É o que passaremos a analisar no próximo capítulo.

A centralização política no Rio Grande do Sul foi efetivada, mas os integrantes dos partidos políticos rio-grandenses tiveram garantido seus lugares no poder político, mesmo sem a presença legal dos partidos, extintos em dezembro de 1937. Vejamos seus discursos¹⁶⁵

¹⁶³ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Op. cit., 2001, p. 218-219.

¹⁶⁴ Id., *ibid.*, p. 219.

¹⁶⁵ Edward Lopes, baseando-se em Bakhtin, argumenta sobre o conceito de discurso: “a teoria bakhtiniana da literatura radica no conceito de discurso entendido como um mecanismo dinâmico, do qual vocábulo algum pode ser compreendido em si mesmo, pois que todos os termos de um texto vêm inseridos em múltiplas situações, em diferentes contextos lingüísticos, históricos e culturais; assim, para Bakhtin, um texto possui sempre um sentido

na imprensa gaúcha e correspondências de alguns líderes políticos sobre a divisão do poder e suas posições frente ao Estado Novo.¹⁶⁶

Em 11 de novembro de 1937, o *Correio do Povo* noticia o golpe do Estado Novo e já inicia a divulgação de entrevistas com os líderes políticos rio-grandenses sobre suas posições frente ao golpe, tentando garantir seus cargos no poder político rio-grandense. Vejamos o que publicou o *Correio do Povo*:

Maurício Cardoso, Walter Jobim e Oscar da Fontoura pediram demissão dos cargos nas Secretarias do Estado. O interventor Daltro Filho não aceitou. [...].

Loureiro da Silva, prefeito de Porto Alegre e ex-líder da dissidência do PRL declarou:

Que seus amigos – Coelho de Souza e Viriato Dutra – estão desobrigados de qualquer atitude, visto que foram os primeiros a manifestarem no RGS, a favor do governo de Getúlio Vargas.

A ex-comissão do PRR: reuniu-se na casa de Borges de Medeiros e publicaram a seguinte nota: [...] reuniram-se ontem os snrs. General Firmino Paim Filho, Cel. Ramiro de Oliveira, drs. Florecy de Azevedo, Synval Saldanha, Manoel Duarte, Oswaldo Vergara, Camilo Martins Costa, Domingos da Costa Lima, João Soares, João Oswaldo Rentzsch e Vidal de Oliveira da Ex-Comissão Central do PRR e apoiaram a permanência de Mauricio Cardoso no cargo.

A comissão do extinto PL expediram uma nota recomendando que os seus ex-integrantes se abstenham de qualquer atividade política partidária, até que seja promulgado novo regime.

[...].

O mesmo fez a comissão do ex-PRR.¹⁶⁷ E ainda: “Uma comissão dos diretórios central e municipal do PL manifestaram-se a favor da permanência de Walter Jobim e Oscar Fontoura nas secretarias das Obras Pública e da Fazenda.”¹⁶⁸

plural.” (LOPES, Edward. *A identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa*. São Paulo: USP, 1997, p. 254).

¹⁶⁶ Importante trabalho que utilizou como fontes cartas e jornais é a pesquisa de BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, borgismo e escândalos políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004 (Dissertação em História). Sobre a utilização das cartas enquanto fonte afirma o autor: “A análise das missivas permitiu a percepção de um permanente fracionamento do PRR em Santa Maria, com períodos de crise mais agudos que outros, como se evidencia em 1907, quando a candidatura dissidente de Fernando Abbott consegue o apoio de praticamente todo o partido no município, em 1918, com a renúncia do intendente Astrogildo de Azevedo e, em 1926, com a cassação de Ribeiro Tacques” (p. 11). Sobre os jornais escreve: “O Correio da Serra e Gaspar Martins, oposicionistas e o Diário do Interior e O Castilista, situacionistas, surgem como principais focos de articulação entre o poder borgista e as bases do poder local santa-mariense, bem como os principais veículos de propagação das inconformidades dos diversos setores oposicionista” (p. 12). E continua: “A importância da imprensa político-partidária como veículo de circulação de idéias e pensamento em nível local torna-se evidente a partir da análise de suas representações simbólicas, compreendendo como tal à percepção de que o social e seus discursos jamais se darão de forma neutra, isto é, ao ser identificadas diferenças existentes entre os lugares, circunstâncias e momentos em que uma realidade social é construída. Cabe ao pesquisador resgatar a maneira pela qual, nas mais diversas situações históricas, uma determinada realidade social ou acontecimento histórico chega até o presente, possibilitando a sua leitura e construção” (p. 64).

Estas primeiras manifestações demonstram que os partidos estavam dando mostras de que a permanência nos cargos significava o seu apoio ao golpe do Estado Novo. Era a garantia da permanência no poder político.

Vejamos uma entrevista que o secretário da educação concedeu sobre a extinção dos partidos políticos no país:

No Estado forte, o programa único e possível é atentar na realidade ambiente e nas necessidades brasileiras, sem outras idéias pré-concebidas que não estas: ser honesto, ser justo e reconhecer o mérito alheio, sem perguntar a cor partidária de quem o possui [...]. E agora, meu amigo, não me fale em política durante cinquenta anos.¹⁶⁹

Também o secretário da Fazenda, Oscar Fontoura, concedeu uma entrevista sobre uma viagem que havia realizado ao interior do estado do Rio Grande do Sul, sobre a extinção dos partidos políticos:

Demorei-me, [...] mais dias em dois municípios [...] onde a vida municipal girou sempre em torno da política: Bagé e Dom Pedrito, velhos redutos maragatos e libertadores. A primeira impressão [...] foi de dolorosa surpresa, e nem podia deixar de assim ser, pois aquela gente varonil nascera e se criara dentro dos seus velhos partidos. À sombra deles sustentavam campanhas tremendas e por eles muita página bonita da história rio-grandense foi escrita [...]. Logo, não seria de admirar que esses homens, bons e leais, recebessem o decreto lei com o coração confrangido. Evidentemente, os partidos sempre foram um desdobraimento da personalidade do gaúcho.

O coração, entretanto, foi vencido pelo cérebro: todos reconheceram que era uma necessidade o ato do governo da República, principalmente em face da atitude de certas correntes avançadas, que já se apregoavam vitoriosas com a Constituição de 10 de novembro.

Todas as correntes que, no Estado, apóiam o governo, quer antigos republicanos, quer dissidentes liberais, quer libertadores, estão, assim, plenamente satisfeitos [...]. Quem venceu, pois, foi a nação. Hoje, só se está a pensar na felicidade do Rio Grande e da pátria brasileira.¹⁷⁰

E também numa entrevista concedida por Batista Luzardo, quando perguntado sobre política, respondeu: “Como embaixador nada tenho a dizer sobre política. Estou quase como o sr. João Neves: Depois de 10 de novembro deixei de ser político.”¹⁷¹

A preocupação do jornal em publicar manifestações dos políticos e justificar a aceitação da extinção dos partidos políticos, evidencia-se nos trechos acima transcritos. O

¹⁶⁷ CORREIO DO POVO, 5 de dezembro de 1937, p. 32.

¹⁶⁸ CORREIO DO POVO, 7 de dezembro de 1937, p. 5.

¹⁶⁹ CORREIO DO POVO, 4 de dezembro de 1937, p. 14.

¹⁷⁰ CORREIO DO POVO, 19 de dezembro de 1937, p. 3.

¹⁷¹ CORREIO DO POVO, 9 de janeiro de 1938, p. 22.

interventor Daltro Filho, em nota oficial, salienta a importância de atendimento ao público, vetando qualquer interferência partidária nos órgãos públicos. Ainda solicita informações sobre o quadro do funcionalismo público: os que estão afastados de seus cargos e os motivos; os que estão em repartições por mudanças; os funcionários nomeados e que não pertencem aos quadros normais do funcionalismo público. Ainda comunica que não dará audiências públicas, mas responderá às cartas com pedidos ou reclamações, desde que não sejam *supérfluas* e que constem nome e endereço de seus signatários.¹⁷² São preocupações do governo tomar conhecimento da burocracia interna e conter possíveis interferências partidárias, perseguições ou ainda efetivar a centralização do governo gaúcho, em torno do interventor estadual Daltro Filho. Ou ainda, demonstrar publicamente o controle do governo sobre as secretarias estaduais, que haviam sido distribuídas entre os partidos políticos, ou as ex-forças partidárias. Ao lermos a correspondência do governo estadual, os pedidos são os mais variados: denúncias de perseguições e perda de emprego; pedidos de empregos, denúncia de violências das mais diversas, solicitação de publicações (jornais, livros), apoio ao governo, denúncia de funcionários públicos inadimplentes, não cumprimento das leis trabalhistas, dentre outros.¹⁷³ Essas correspondências indicam que havia uma preocupação do interventor em ter um canal direto com a população e as instituições sem a interferência de outras pessoas, ou como forma de fiscalização das atividades nas secretarias estaduais.

Uma notícia intitulada *A política rio-grandense examinada no Rio* demonstra as articulações políticas em torno do governo estadual, ainda antes do decreto do golpe de estado:

O general Daltro Filho recebeu ontem uma homenagem que lhe prestou o chefe da nação por motivo de seu aniversário natalício.

Depois do jantar os srs. Batista Luzardo e José Neves compareceram ao Guanabara, onde também já se encontrava o sr. Camilo Mércio. Esses próceres da Frente Única demoraram-se das 22 horas até cerca de meia noite, em palestra com o sr. Getúlio Vargas, examinando a atual situação política do Rio Grande.

O sr. Luzardo, que como se sabe aí esteve recentemente levando o pensamento político do sr. Borges de Medeiros fez longa exposição, ao presidente da República, a quem fez sentir a unidade de vistas reinante entre o interventor e o secretariado rio-grandense.

Por tudo isso a impressão dominante é de que, pelo menos tão breve, o governo federal não cogita de dar substituto ao general Daltro Filho na governança daí.

¹⁷² CORREIO DO POVO, 21 de outubro de 1937, p. 1.

¹⁷³ Correspondências diversas recebidas pelo interventor, no ano de 1937, constantes no Arquivo Público do Estado do RS.

Hoje, na Câmara, os srs. João Neves e Borges de Medeiros também conversavam demoradamente. Para o jornalista que seguia, de maneira a não despertar suspeitas, os menores gestos dos participantes desse “tete-a-tete”, não passou despercebido o interesse com que o sr. João Neves lia duas cartas que o velho chefe político rio-grandense lhe mostrara. Tratava-se de missivas de que o sr. Luzardo fora portador para o sr. Borges, uma das quais do sr. Maurício Cardoso, e outra, do sr. Raul Pila.¹⁷⁴

Estava preparado, no Rio Grande do Sul, o golpe do Estado Novo, e os partidos políticos apoiaram o governo, pois este seria o critério para ser integrante dele. Este apoio não seria integral, pois muitos políticos gaúchos seriam perseguidos e exilados pelo novo regime. Uns defendendo seus ideais, outros se ajustando aos novos tempos. Exemplo disto, são as declarações de Moysés Vellinho, diante da Comissão Mista Interpartidária, com referência à atuação política daquela entidade frente às realidades municipais:

As publicações feitas pela imprensa a respeito dos trabalhos da Comissão Mista Inter-partidária não têm sido interpretadas convenientemente. A Comissão não propôs, nem pleiteia junto ao governo do Estado a derrubada de prefeitos. Ela limitou-se a estudar as situações, apresentar sugestões ao sr. interventor. Juntamente com essas sugestões levou à consideração de s. excia. uma relação de nomes que, a juízo do governo do Estado, poderão ser aproveitados para as vagas que se registraram nas prefeituras.

Seria um erro supor que os partidos regionais entraram em agonia por força exclusiva da natureza das novas instituições. Quem examinar, por exemplo, com olhos de ver, o que se vem verificando no panorama político do Rio Grande, desde alguns anos a esta parte, não pode alimentar nenhuma dúvida de que a Carta de 10 de novembro veio apenas sancionar um estado de coisas já existente.

Existe, sem dúvida, desde muito, uma razão superior, muito acima da estreiteza programática, que impele os homens a se entenderem entre si, mesmo contra a sua vontade. Prova disso é a formação e sobrevivência da Frente Única como coligação partidária. Como conceber, dentro do conceito clássico de partidos e doutrinas políticas, essa já prolongada aliança de ideologias tão diametralmente opostas, as mais antagônicas já existentes num regime republicano? E mais: como admitir o “modus vivendi” em 17 de janeiro de 1936, senão como um sintoma a mais de que, pouco a pouco, as velhas forças políticas do Rio Grande vão se despreendendo dos seus programas oficiais para se movimentarem em torno de teses mais concretas, que entendem mais diretamente com a vida da coletividade, tais como as que constituem os itens do acordo firmado entre a Frente Única e o Partido Republicano Liberal? Tudo isso me fez receber, sem o menor sobressalto a patriótica atitude da Frente Única em face do Estado Novo, apesar das divergências flagrantes, e aparentemente irremediáveis, entre os veneráveis programas pelos quais já todos nós nos batemos, e as tendências autoritárias e centralizadoras do regime que o sr. Getúlio Vargas outorgou ao país. O que se vê de tudo é que o que poderia parecer um fenômeno da involução

¹⁷⁴ CORREIO DO POVO, 4 de novembro de 1937, p. 1.

partidária, não é menos que a evolução das elites e das massas partidárias no sentido de novos rumos, mais objetivos, mais orgânicos.

O Partido Republicano Liberal, mais novo e por conseguinte mais plástico, sobretudo levando em conta os seus objetivos primaciais em relação ao governo do sr. Getúlio Vargas, sacrifica conscientemente um ideário inadaptável ao novo regime, porque sente nesse sacrifício sua integração definitiva no movimento de larga envergadura nacionalista consubstanciado em novas instituições. Aliás, no artigo que escrevi no último número da “A Federação”, tive ocasião de afirmar que nós os liberais, nunca fomos um partido imobilizado dentro de um rígido sistema de princípios. Somos antes uma idéia em marcha. Somos principalmente ação. Representamos uma força que vive menos das injunções do passado que das inspirações do futuro. Felizmente posso estender a afirmação contida naquele editorial aos gloriosos partidos que compõe a Frente Única, os quais, emancipados de compromissos ideológicos, hoje insustentáveis, se incorporam, com a mesma bravura, no grande movimento renovador em que estão empenhados todos os que sentem para além das fronteiras do Estado os horizontes sem termo da Pátria comum.¹⁷⁵

Trata-se de um discurso que tem a tônica de suplantar as antigas alianças e conflitos inter e intrapartidário no estado. A partir de agora, o discurso é de afinamento a um projeto nacional, inclusive salientando que haveria sacrifícios conscientes do ideário partidário. E frisa de forma categórica que, mesmo liberais, não são imobilistas quanto a princípios, e que não estão dispostos a viver do passado, mas pensando no novo projeto para a pátria.

Já Borges de Medeiros assim se manifesta em correspondência a Maurício Cardoso e Raul Pilla:

Após a surpreendente renúncia do governador Flores da Cunha e conseqüente intervenção federal, voltaram-se as vistas e esperanças da grande maioria para a Frente Única rio-grandense, resumida nos seus dois principais líderes Raul Pilla e Mauricio Cardoso.

Si a situação decaída tenha sido uma constante ameaça á ordem pública e ao poder federal, a que agora se inaugurou deverá ser, ao revés, uma sólida garantia de paz e estabilidade do regime. Urge, portanto, que ela se consolide, para o que faz-se mister que domine sempre a mesma unidade de pensamento político e ação prática.

Pela minha parte, entendo que todas as concessões e transigências nobres são politicamente admissíveis neste momento, contanto que nos assegurem a estabilidade do regime, a ordem e preservem o Rio Grande de novos flagelos.

¹⁷⁵ CORREIO DO POVO, 30 de novembro de 1937, p. 3.

São esses os objetivos supremos que visamos e para atingi-los normalmente não há meio mais seguro do que o fortalecimento da autoridade central, para o que eficaz tem sido a nossa cooperação.¹⁷⁶

Em sua carta, transparece a experiência do passado em seu discurso, ou seja, manter a ordem pública, e que para atingir tal objetivo é necessário fazer concessões. Na realidade, podemos desdobrar essa fala em duas direções: o peso do passado político em sua carta é grande, pois quando se refere a flagelo, possivelmente esteja se referindo aos embates políticos ocorridos dentro do estado, mas também com referência à Revolução Constitucionalista de 1932, e, também, à permanência dos líderes da Frente Única no poder. Ao contrário desta posição, alguns se manifestaram contra qualquer atitude antidemocrática, ou contra qualquer movimento que interrompesse o estado democrático. Estas manifestações podem ser melhor vistas em correspondências entre os líderes políticos. Vejamos alguns trechos:

É com a alma coberta de dó que respondo a sua cara de 24 do mês p. passado, primeira que me vem às mãos depois que lhe escrevi sobre o reaparecimento do nosso jornal. A dramática fuga do caudilho, em vez de parecer-me aurora de um dia radioso, surgiu para mim envolta em negras nuvens. A intervenção, decretada sem a nossa audiência, é um ato ilegal e que nada justifica. Lida a renúncia do Governador perante a Assembléia, só restava que esta lhe elegesse o substituto, nos termos da Constituição. Foi quando se processavam as negociações para isso, que, como um raio, nos caiu o decreto interventório.

Não é duvidoso a significação deste fato. Já não se pode considerar um dos muitos índices, senão uma prova. O que temos aí é uma ditadura. Não se farão eleições e o Getúlio continuará. O plano foi sabiamente concedido e está sendo rigorosamente executado. Ninguém, senão os cegos voluntários, pode ter dúvidas a respeito.

Convidado o nosso Partido a tomar parte no Governo e exigindo-se-nos a resposta dentro de poucas horas, convoquei os companheiros presentes em Porto-Alegre, que constituíam a maioria do Diretório. A minha opinião era que, sob pena de desmoralizar-se, o Partido não poderia colaborar num tal Governo. Deveria limitar-se a não hostilizá-lo. Acompanhou-me apenas o dr. Décio Martins Costa. Declarei então que, em hipótese nenhuma, aceitaria o convite que me fora feito. Está agora consumado o que reputo um verdadeiro suicídio. Temos dois representantes no Governo: os drs. Walter Jobim e Oscar Fontoura. Quanto a mim, já declarei aos companheiros a minha resolução: deixarei a presidência do Diretório e a direção do jornal. [...].

[...]. Oxalá o profeta da desgraça, que eu tenho sido, desta vez se engane redondamente.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Carta de Borges de Medeiros a Mauricio Cardoso e Raul Pilla. Arquivo R. P., NUPERGS/UFRGS. 22/10/37. In: TRINDADE, Héglio et al. (Orgs.) . Op. cit., 1980, p. 294.

¹⁷⁷ Carta de Raul Pilla a Assis Brasil. Arquivo R. P., NUPERGS/UFRGS. 23/10/37. In: TRINDADE, Héglio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 294-295.

Não houve engano por parte de Raul Pilla, ao escrever também para Borges de Medeiros, João Neves e novamente para Assis Brasil,¹⁷⁸ quando reafirma que deveriam lutar por eleições para presidente da república e contra a instalação de uma ditadura. Em suas correspondências, deixa claro que o importante era os ideais defendidos pelo Partido Libertador, e que estes deveriam ser preservados, mas argumenta que praticamente ficou isolado em seu partido, sendo que seus outros companheiros acabaram aceitando o *Getulismo*. E isolado ficou na política rio-grandense durante o Estado Novo, pois acabou não integrando o governo.

Os discursos que arrolamos acima referem-se às decisões no mundo político, que acontecem nos bastidores, e só através de resquícios dessas *vozes* podemos entender a esfera política, ou ainda, entender o mundo complexo da política. Ou seja, entender a peça teatral em sua forma mais completa, e não só como os atores políticos nos insistem em passar, nos discursos públicos, mas, e principalmente, nas articulações realizadas nos bastidores.

E para concluir esta parte, citamos Georges Balandier, que, apoiado em Shakespeare, escreve:

“O mundo inteiro é uma cena”; e suas peças principais são o comentário dramático das formas em que as práticas coletivas se revelam, as dos participantes e as dos confinantes dos poderes e das ações sociais. Um jogo encenado a fim de mostrar os jogos da sociedade, que os faz e desfaz; uma sociologia que não depende de enunciação, mas da demonstração pelo drama.¹⁷⁹

É o que pretendemos perseguir no próximo capítulo, o drama do Estado Novo no Rio Grande do Sul e as estratégias dos seus confinantes, os quais denominamos de atores, para que o público seja convencido de que estava sendo construído um *novo* país.

¹⁷⁸ Estas cartas foram publicadas em TRINDADE, Hélio et al. (Orgs.). Op. cit., 1980, p. 297-299.

¹⁷⁹ BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: UnB, 1982, p. 5. Tomamos emprestada a citação, mesmo que nossa pesquisa não esteja perseguindo as imagens produzidas pelos atores sociais, mas sim os grupos que disputaram o poder político e os bastidores, ou rearranjos efetuados por eles nos bastidores. Portanto, menos os impactos na população, e sim no núcleo do poder político.

2 O ESTADO NOVO: 1937-1945

Frente a tudo isso, a política tornou-se um exercício de castas em busca de poder, de artimanhas e artifícios para consegui-lo, da separação entre o discurso e a ação. Pois, pareceria que a habilidade política consiste em fazer o que não se diz e dizer o que não se faz.¹

Num primeiro momento, faremos uma análise do cenário da implantação do Estado Novo no Rio Grande do Sul e as relações que se estabeleceram com o governo central, e principalmente a articulação através do exército brasileiro, pois a função de interventor no estado ficou a cargo dessa instituição. As questões principais colocadas por esta pesquisa são: esta instituição foi a única instituição com capacidade de conter as forças políticas estaduais durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul? Foi a única a efetivar a centralização política ou essa instituição foi secundária no estado?

A seguir trataremos de investigar as disputas entre os representantes dos diferentes partidos políticos que conseguiram se fazer representar no poder político, no âmbito estadual, principalmente quando ocorreram as trocas dos interventores, ou seja, quando morreu Daltro Filho, e depois da substituição de Cordeiro de Farias por Ernesto Dornelles. Será dado um destaque para as Secretarias Estaduais, a Comissão Mista e o Conselho Administrativo de Estado, dentro dos quais se mantiveram os representantes dos diferentes partidos políticos que apoiaram o golpe do Estado Novo e a atuação dos seus representantes, principalmente através dos seus discursos pronunciados na imprensa da capital do estado.

¹ CALDERA, Alejandro Serrano. *Razão, direito e poder: reflexões sobre a democracia e a política*. Ijuí/São Leopoldo: Unijuí/Nova Harmonia, 2005, p. 60.

Posteriormente, mapearemos os atores integrantes da elite política rio-grandense nesse período (1937-1945), para desvendar quais foram as suas características quanto à formação e atuação profissional, local de nascimento, participação em entidades culturais e profissionais, e quais os cargos ocupados no poder político. A questão fundamental, implícita a todas essas, é: quem eram esses integrantes?

E, por último, analisaremos os discursos produzidos pelos integrantes da elite política sobre o combate à ditadura varguista e a luta pela implementação do regime democrático no estado, com o propósito de verificar quais as mudanças significativas dos discursos dos líderes que acabaram permanecendo no poder político durante o Estado Novo frente ao novo momento político. Também enfocaremos os líderes da oposição e sua reentrada no palco político, e as articulações frente às eleições que aconteceram em 1945.

2.1 O Cenário

Com relação ao exército brasileiro que emergiu da Revolução de 1930, era essa uma instituição fragmentada, com divisões internas, além de conflitos entre militares e lideranças civis, em especial as dos grandes estados. Durante a luta, tais rivalidades seriam deixadas de lado, mas ressurgiriam posteriormente. Com relação à situação gaúcha, havia uma não-aceitação do tenentismo, o que acabaria numa colisão aberta com o Exército. As lideranças gaúchas civis tinham uma prática antiga de detectar e manipular em seu favor as cisões e ambições internas do Exército, e isto continuaria a acontecer, pois seu domínio estava ameaçado.²

José Murilo de Carvalho enfatiza:

Em meio a esse jogo de forças gestar-se-ia um projeto hegemônico por parte de um setor do Exército, que iria aos poucos eliminando propostas alternativas, até consolidar-se com o golpe de 1937, ou melhor, com a derrota do levante integralista de 1938. O projeto incluía aspectos que diziam respeito à estrutura interna da organização militar, às relações da organização com o Estado e a sociedade, e à sociedade em geral.³

² CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política: 1930-1945. In: *A revolução de 30*: seminário realizado pelo CPDOC. Brasília: UnB, 1983, p. 110-111.

³ Id., *ibid.*, p. 111.

O que queremos destacar é a falta de hegemonia de um grupo dentro do exército brasileiro e os atritos com as autoridades civis, pois isso era relevante para a política no Rio Grande do Sul. Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra foram os responsáveis pela implementação do fortalecimento da instituição militar brasileira. Vejamos as trajetórias de suas vidas aqui no estado e suas vinculações com a elite política rio-grandense.

Góis Monteiro ingressou no Exército em 1904, na Escola de Realengo, para se preparar para a Escola Militar da Praia Vermelha. Ainda em 1904, os alunos participaram da Revolta da Vacina, que resultou no fechamento da Escola Militar, sendo os oficiais transferidos do Exército para a Escola de Guerra, em Porto Alegre, onde Góis Monteiro matriculou-se em 1906, quanto terminou o curso preparatório. Continua Sérgio Murillo Pinto:

O período de formação no Rio Grande do Sul foi significativo por várias razões: primeiramente, porque Góis e Eurico Dutra foram contemporâneos na Escola de Guerra; além disso, porque ambos integraram o Bloco Acadêmico Castilhistas, organizado na Faculdade de Direito por um grupo de estudantes do qual fazia parte Getúlio Vargas. O grupo fundou um jornal que Vargas dirigia, do qual Góis foi colaborador. Dutra e Vargas, ademais, já haviam sido colegas na Escola Preparatória de Rio Pardo, de onde Vargas foi expulso, por solidariedade a um ato coletivo de indisciplina.

[...]. De 1906 a 1921, Góis afastou-se do Rio Grande do Sul apenas entre 1916 e 1918, quando cursou engenharia militar no Rio de Janeiro. Sua mulher era de família tradicional de Alegrete; Osvaldo Aranha, mais tarde prefeito da cidade, era amigo da família.⁴

Eis como ocorreu, de forma bastante assídua, o contato de Góis Monteiro com a elite política rio-grandense, resultando na própria formação de Góis Monteiro refletida em sua doutrina. Vejamos as conclusões do autor:

A formação no Rio Grande do Sul, quando predominava o positivismo castilhistas, as antigas ligações com Vargas e Dutra, a admiração pelo exército alemão, toda essa trajetória tem uma coerência cujos eixos são o autoritarismo, a sociedade hierarquizada, a necessidade de disciplina e trabalho para curar o país doente. As influências internacionais, a começar pelos efeitos do imperialismo – tão marcante para a lógica de um oficial do Exército de um país que fazia parte do “bloco dos subordinado” –, e, mais tarde, as transformações que resultaram na ascensão do fascismo.⁵

Isto posto, podemos averiguar que não é por acaso que toda a história do Exército, principalmente pós-1932, terá como figuras centrais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

⁴ PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 303.

⁵ Id., *ibid.*, p. 305.

Quando José Murilo de Carvalho destaca a necessidade, após 30, de um trabalho de homogeneização da cúpula militar em torno do novo sistema de lealdade e das novas concepções do papel das forças armadas, argumenta sobre este processo, referindo-se ao movimento constitucionalista de 1932:

Com o auxílio da guerra, pôde o governo renovar praticamente toda a cúpula militar até o final de 1933. Havia no exército ao todo em torno de 15 generais-de-divisão e 25 generais-de-brigada. Entre 1930 e 1933 foram, por uma razão ou outra, excluídos 14 generais-de-divisão e 18 generais-de-brigada. No mesmo período foram nomeados dez novos generais-de-divisão e 26 novos generais-de-brigada. Destes 26, dez foram promovidos em 1931 e dez em 1932, logo após a Revolução Constitucionalista. Assim é que em 1935 todos os generais-de-brigada tinham já sido promovidos após a revolução. Deste grupo, particularmente dos que tiveram sua lealdade testada durante a revolta paulista, saiu toda a liderança militar até 1945. Entre eles estavam Góis Monteiro, Eurico Dutra, Parga Rodrigues, Guedes da Fontoura, Lúcio Esteves, Paes de Andrade, Manuel Rabelo, José Pessoa, Horta Barbosa, Pantaleão Pessoa, Critóvão Barcelos, Mauricio Cardoso, etc. A união do grupo era reforçada pela liderança de Góis Monteiro e de Eurico Dutra. O primeiro certamente teve papel decisivo inclusive na escolha dos novos generais, dada sua posição de oficial revolucionário mais graduado (Izidoro fora deportado em 1932) e o grande acesso que tinha a Getúlio Vargas. Góis e Dutra completavam-se: o primeiro era o estrategista, o formulador da política militar da época; o segundo era o implacável executor desta política.⁶

Havia, na época, da parte do Exército e da Marinha uma longa luta para que tivessem um melhor aparelhamento e mais recursos para suas instituições, julgando que estas faltas seriam resultado dos descasos das elites civis governantes em relação às referidas instituições. Com relação ao Exército, o aumento dos efetivos – oficiais e praças – durante o período de 1930 até 1944 foi muito elevado. Ou seja, em 1930 existiam 47.997 efetivos, e em 1944 um total de 171.300 oficiais e praças.⁷

A comparação com os efetivos das Polícias Militares, Guardas-Civis e Corpos de Bombeiros de 1933 indica um total de 46.791, e em 1942 61.345. O que estes números mostram é que o aumento foi muito reduzido. E nas palavras do autor:

⁶ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 1983, p. 131-132. Para ilustrar esta homogeneização da cúpula militar, o autor elabora um quadro dos militares que ocuparam o Ministério da Guerra, o Estado-Maior do Exército e a Presidência do Clube Militar, que vai do período de 1930 até 1945, (p. 133). E enfatiza: “O quadro mostra quatro fases bem distintas. A primeira, que vai até o início de 1933, em que dominam ainda os generais de antes da revolução, sobressaindo-se Tasso Fragoso. O segundo, que vai até 1937, em que combinam os dois grupos, já com a participação de Góis e Dutra no ministério e na direção do Clube. O terceiro é de domínio total da dupla, [1937-1943] particularmente na fase em que Meira Vasconcelos (promovido em 1934) ocupou a presidência do Clube. Finalmente o quarto período [1944-1945] em que o controle ainda é mantido, mas já com algumas fissuras, [...]” (p. 132).

⁷ Id., *ibid.*, p. 136.

A luta contra o que os militares chamavam de pequenos exércitos estaduais estava vencida, e pequenas recaídas posteriores à redemocratização de 1945 não chegariam nunca a reproduzir a situação anterior a 1930. Se ainda continuava em situação precária quanto à capacidade de defesa externa, no que se refere ao controle interno dos meios de repressão o Exército se tornara hegemônico. A proibição imposta às polícias de usarem certos tipos de armas como canhões tornaria a superioridade indiscutível.⁸

O Exército não assumiu o poder no Brasil em 1937 devido a sua unificação ser muito recente, e se um general se candidatasse à presidência da República poderia despertar a oposição de outros generais. Por essa razão, o Exército não tinha condições políticas e organizacionais para assumir o poder, e daí a aliança com Getúlio Vargas.⁹ Na opinião de Aspásia Camargo,

dois projetos de cunho autoritário que até então caminhavam paralelamente passaram a confluir para um mesmo objetivo comum. O primeiro, de origem militar, visava à construção de um Exército profissional e nacionalmente organizado; o outro, de origem civil, propugnava uma “nova ordem” mais centralizada, mais corporativa, mais voltada para a administração e a produção do que para o exercício da política. No dizer de Góis Monteiro, “é inútil pensar-se em resolver o problema militar em separado do problema nacional, do qual o primeiro depende em tudo”.¹⁰

No Rio Grande do Sul, a saída para que se instalasse o Estado Novo no estado foi exatamente a colocação de um militar no posto de Interventor federal. A luta política partidária, além de ser muito acirrada, não seria confortadora para o governo central se este acirramento continuasse. A colocação de um militar no referido cargo permitiu que os representantes dos partidos políticos que apoiaram o golpe continuassem no poder, ocupando cargos nas Secretarias de estado, na Comissão Mista e no Conselho Administrativo de Estado e, naturalmente, nos escalões abaixo. Estava garantida a manutenção dos privilégios da elite política na máquina estatal, sendo comandadas por um militar. Para um estado que teve como características de ocupação a presença dos militares, não era muito difícil aceitar esta nova realidade, desde que garantida a manutenção dos privilégios da máquina estatal para a tradicional classe política gaúcha.

No Rio Grande do Sul, três militares comandaram o Estado durante o Estado Novo: Manoel de Cerqueira Daltro Filho, natural da Bahia, governou o estado de outubro de 1937

⁸ CARVALHO, José Murilo de. Op.cit., 1983, p. 137.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In.: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1999, p. 342.

¹⁰ CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso: as origens da república corporativista*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 103.

até seu falecimento, em janeiro de 1938; Osvaldo Cordeiro de Farias, natural de Jaguarão, foi interventor de março de 1938 até setembro de 1943; e, finalmente, Ernesto Rodrigues Dornelles, natural de São Borja, primo de Getúlio Vargas, governou de setembro de 1943 até novembro de 1945.

Passamos a analisar as outras esferas do poder político no Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo, ou seja, as Secretarias estaduais, a Comissão Mista e o Conselho Administrativo de Estado para comprovar como as forças políticas partidárias estavam presentes durante a ditadura varguista, mas aparentemente sob controle do governo federal e de seu representante mais direto, os interventores militares.

2.2 O Palco

A seguir, trataremos de investigar as disputas entre os representantes dos diferentes partidos políticos que conseguiram se fazer representar no poder político, no âmbito estadual, principalmente quando ocorreu a troca de interventores, ou seja, quando Daltro Filho faleceu e assumiu Cordeiro de Farias, e depois quando Ernesto Dornelles passou a ser o interventor no estado. Aqui um destaque para a atuação dos secretários estaduais, principalmente quanto aos discursos pronunciados nas sessões e na imprensa da capital do estado. Teremos como objetivo central comprovar que, apesar de o Estado Novo ser uma ditadura, sendo extintos os partidos políticos e os processos eleitorais, a presença das forças partidárias rio-grandenses foi mantida. Essa manutenção ocorreu nos cargos do secretariado do estado, na Comissão Mista e no Conselho Administrativo de Estado. A única exceção foi no cargo de Interventor federal, que foi ocupado durante toda a ditadura por militares. O que foi conseguido realizar foi a retirada das forças políticas, que até 1937 tiveram um apoio explícito ao então interventor e governador Flores da Cunha.

Quanto ao secretariado que acabou ocupando os cargos, todos se constituíram em oposição ao governo Flores da Cunha, agora situacionistas, os quais foram: Mauricio Cardoso, secretário do Interior e chefe do secretariado, do PRR; Oscar Fontoura, secretário da Fazenda, do PL; Viriato Dutra, secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, da

Dissidência Liberal; José Pereira Coelho de Souza, secretário da Educação e Saúde, da Dissidência Liberal; e Valter Jobim, secretário de Obras Públicas, do PL.¹¹

Sob o prisma do Estado Novo, os novos situacionistas forjaram um instrumento para sua ação política para que pudessem repartir o poder juntamente com o interventor: em 19 de novembro de 1937, foi constituída a Coligação Rio-grandense, agregando os partidos da Frente Única, PRR e do PL, além dos membros da Dissidência Liberal. Também, nesta mesma ocasião foi constituída a Comissão Mista Interpartidária, que tinha a função de coordenar e supervisionar as atividades da Coligação Rio-grandense.¹²

Esta comissão era composta por um representante e um suplente de cada partido. Batista Luzardo era o titular, e Oscar Fontoura o suplente pelo PL; Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho representaram o PRR, e Protásio Alves e Benjamin Vargas a Dissidência Liberal. A primeira ação política dessa Comissão foi telegrafar ao Presidente da República e ao interventor estadual Daltro Filho comunicando a sua criação e manifestando apoio ao novo regime.¹³

Para Eliane Colussi, no período posterior à intervenção federal e à instalação do Estado Novo no estado, os integrantes dos partidos políticos gaúchos, embora fragilizados, conseguiram manter-se no poder. Para isso, tiveram de se adaptar à nova situação nacional e regional. Apesar da extinção dos partidos e do fechamento político, esses integrantes continuaram integrados à política estadual. Acrescenta a autora:

Exemplo disso foi a formação da Comissão Mista logo após a intervenção federal, que distribuiu entre PRR, PL e dissidência liberal os cargos do secretariado do interventor, dividindo os municípios entre as forças políticas da comissão; mais tarde, em 1939, serão eles os integrantes do Dasp gaúcho.¹⁴

Quanto ao secretariado, já enumeramos a divisão do poder político ocorrido entre as forças que acabaram aderindo ao golpe do Estado Novo. Passamos a alguns comentários sobre a divisão do poder nos municípios entre essas forças políticas. Acompanhamos novamente o trabalho desenvolvido por Eliane Colussi, quando argumenta que o município

¹¹ CAMARGO, Dilan D'Ornellas. *Centralização e Intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. O Conselho Administrativo de Estado RS. Porto Alegre: UFRGS, 1983, p. 91 (Dissertação de Mestrado).

¹² Id., *ibid.*, p. 93.

¹³ Id., *ibid.*, p. 93.

¹⁴ COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996, p. 64.

assumiu durante o Estado Novo uma posição de destaque e valorização. Essa valorização estava ligada ao estabelecimento de uma nova hierarquia das esferas do poder, ou seja, enfraquecimento do poder estadual em relação aos poderes federal e municipal.¹⁵

A Comissão Mista, reunida em 26 de novembro de 1937, era formada por representantes dos partidos políticos que haviam se aliado a Getúlio Vargas quando da saída de Flores da Cunha do governo estadual. E nessa data, foram definidos os critérios que balizariam a divisão dos municípios gaúchos entre os partidos políticos já extintos, ou seja, o PRR, o PL e a dissidência liberal.¹⁶ E baseando-se em Hélio Silva, Eliane Colussi frisa os critérios que deveriam ser seguidos para a divisão dos municípios:

Tais indicações obedecem ao seguinte critério, adotado por unanimidade: as prefeituras que vagarem e cujos titulares pertençam ao Partido Republicano Liberal serão providos por elementos pertencentes à dissidência liberal, devendo porém, o candidato ser indicado em harmonia com a Frente Única. Far-se-á exceção para casos especiais, aqueles em que a maioria eleitoral da Frente Única for manifesta.¹⁷

Continua a autora, que a mesma Comissão definiu que o preenchimento das vagas nas subprefeituras teria como critério os índices eleitorais que os partidos tinham conseguido nas últimas eleições municipais. E a Frente Única teria para si, preferencialmente, os distritos em que tivera maioria eleitoral.¹⁸ Nas palavras de Eliane Colussi:

A divisão do poder entre as forças políticas tradicionais rio-grandenses, em nível de municípios, demonstrou que o relacionamento entre os dois níveis de poder, isto é, o local e o estadual, mantinha-se intimamente ligado. A extinção dos partidos políticos, por meio do art. 180 da Constituição de 1937, e a criação do mecanismo de nomeação dos prefeitos pelo interventor federal não conseguiram abalar de forma substantiva os velhos acordos entre as elites gaúchas.¹⁹

Salientamos que nestes acordos não está incluído o grupo de políticos que de forma sistemática nunca aceitou o golpe do Estado Novo, o qual realizou uma campanha, dentro dos limites da censura imposta pelo novo regime. O referido grupo acabou por ser excluído do

¹⁵ COLUSSI, Eliane Lucia. Op. cit., 1996, p. 76.

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 103.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 104.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 104. Sobre a situação dos municípios, conforme a ata de 1937, assim ficou resolvido, conforme Colussi: “num universo de 85 municípios em 1937, quando do golpe, 36 permaneceriam com o mesmo prefeito; 28 passariam a ter prefeito nomeado pela comissão e, em 21 municípios, far-se-ia um estudo metuculoso da situação adotando-se, posteriormente, uma definição. Porto Alegre foi excluída dessa divisão, pois o prefeito Loureiro da Silva assumiu o cargo de prefeito municipal em 21 de outubro, de forma consensual.”

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 105-106.

poder político, tanto na esfera municipal²⁰ quanto estadual. Quando analisarmos a elite política deste período, veremos o quanto foi significativo o enxugamento dos seus integrantes durante a vigência do Estado Novo, no Rio Grande do Sul. Dito de outra forma, durante o Estado Novo ocorreu o desalojamento de parte da elite política rio-grandense, e que à medida que esses integrantes eram desalojados do poder outros foram sendo articulados no poder estadual. No entanto, a característica de continuar a ser uma elite política heterogênea persistiu, pois nesta elite foram conservadas as mesmas forças políticas partidárias anteriores ao golpe, além de integrantes de outras regiões do estado no Rio Grande do Sul, os quais tinham pouca participação numérica no poder até então. O grupo que se negou a aceitar a ditadura de Vargas foi excluído do poder, alguns de forma temporária e outros definitivamente, como analisaremos no terceiro capítulo da presente pesquisa.

Sobre os três interventores que o Rio Grande do Sul teve durante a vigência do Estado Novo, perseguiremos pistas que demonstram o respeito a estas forças políticas partidárias, as quais já atuavam no estado anteriormente ao golpe.

Ainda citando Colussi, quando faz referência à manifestação do interventor Cordeiro de Farias, avaliando o cenário político gaúcho, antes de assumir o cargo de interventor federal no Rio Grande do Sul, em conversa com Getúlio Vargas, ele teria afirmado:

Acho que o senhor deve nomear um interventor que conserve os representantes municipais e que não mude o secretariado de Daltro. Foram todos muito bem escolhidos e não convém arriscar mudanças. Acho que o senhor não deveria escolher os chefes do governo entre os secretários, pois o governo respalda-se em uma composição de partidos bastante equilibrada. A ascensão de qualquer um deles iria ameaçar o pacto político, que está funcionando muito bem. Peço-lhe que me desculpe, o senhor foi presidente do Estado e já teve seu secretariado, mas jamais se reuniu uma equipe tão competente quanto esta.²¹

Sabendo das forças políticas partidárias que compunham seu governo, Daltro Filho, já no início de sua administração, assim se pronunciou, em nota oficial, alertando sobre a importância do atendimento ao público, “sendo vetada qualquer interferência partidária”.²² E

²⁰ Em nossa dissertação de mestrado, analisamos a nova configuração do poder político na cidade de Ijuí (RS), durante a vigência do Estado Novo, sendo que o Coronel Antonio Soares de Barros, mais conhecido como coronel Dico, foi desalojado do poder político logo após o golpe do Estado Novo e não mais conseguiu retornar à política municipal ijuicense. Ele era um representante típico do PRR e depois aliado do político Flores da Cunha no âmbito municipal (AMARAL, Sandra Maria do. *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí – 1938-1945*. Ijuí: Unijuí, 2003).

²¹ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de, apud COLUSSI, Eliane Lúcia. Op. cit., 1996, p. 65-66.

²² CORREIO DO POVO, 21 de outubro de 1937, p. 1.

acrescentou na mesma nota que não daria audiência pública, mas responderia a cartas com pedidos ou reclamações, desde que importantes, com nome e endereço de seus signatários. Era uma forma de controle sobre os diferentes representantes dos extintos partidos políticos que estavam assumindo as secretarias e os outros cargos de confiança que fariam com que a máquina estatal funcionasse. Sobre as correspondências recebidas pelo interventor Daltro Filho em 1937, conforme comentamos no capítulo anterior, as mesmas demonstravam tentativas de manter o controle, ou a possibilidade de ficar sabendo das perseguições políticas que poderiam ocorrer, ou mesmo das acomodações político-partidárias nos diferentes órgãos públicos.

Com relação a uma notícia, denominada *Caso Osvaldo Aranha*, o qual relata que o referido político era devedor relapso do antigo Banco Pelotense, sob a responsabilidade do Banco do Rio Grande do Sul, foi divulgado nela que o interventor Daltro Filho mandou fazer cobrança judicial da referida dívida. Em virtude dessa cobrança, os diretores do Banco pediram demissão. O interventor Daltro Filho, tomando melhor conhecimento do assunto e da absoluta improcedência da dívida apontada, não teve dúvida em reconhecer a sua precipitação, autorizando os irmãos do embaixador em Washington a publicar toda a documentação de que dispunham. E esclareceu: “Que nem por um momento teve em mira ferir a honorabilidade do antigo chefe revolucionário”.²³ Temos um indício de que o interventor estadual tentava trabalhar no sentido de cumprir o discurso do governo federal de que era necessário construir um novo Estado.

Outro aspecto que deve ser analisado, é que em virtude de existirem as diferentes correntes políticas partidárias no governo Daltro Filho, essas disputas eram uma forma de exercer maior poder de pressão dentro dos órgãos públicos, de modo que a referida notícia pode ser uma demonstração do jogo de forças entre eles, para estabelecer qual o grupo que teria a hegemonia sobre o interventor.

Vejamos uma notícia divulgada pelo jornal, sem assinatura, de um jornalista que teria acompanhado a comitiva presidencial na viagem realizada ao Rio Grande do Sul, sobre a articulação do novo interventor que deveria assumir o cargo, em virtude do falecimento de Daltro Filho, ocorrido em janeiro de 1938:

²³ CORREIO DO POVO, 17 de dezembro de 1937, p. 1.

Não existem mais, no Rio Grande, os velhos chefes que antigamente eram verdadeiros “tabus” e sem cujo apoio nunca se conseguia chegar a nenhuma solução satisfatória. O sr. Getúlio Vargas os destruiu um a um, mostrando que eles em nada valiam. Viviam das glórias do passado e fora do ambiente, sem contatos com as massas populares e sem coragem para entrar na luta desde que tivessem a certeza da vitória. Ora, os velhos partidos só existiam pela projeção dos seus Chefes. Desde que estes perderam o prestígio de seus correligionários começaram a debandar. Assim não foi difícil eliminar, depois de 10 de novembro, as atividades partidárias e concentrar toda a autoridade política nas mãos do Sr. Getúlio Vargas, que é o único chefe que o Rio Grande conhece e acata. Nessas condições, não há exagero em dizer que o presidente da República nomeará o interventor que quiser para a interventoria e o seu ato será plenamente acatado pelos homens que, despojados das posições de direção política, procuravam instalar-se nas posições de governo, nos quais foram aproveitados pelo Gal. Daltro Filho. O Sr. Mauricio Cardoso, por exemplo, tudo tem feito para ser interventor, apesar da oposição que lhe fazem os líderes da extinta dissidência liberal e os próprios elementos frentistas. Mas, se não for, não se zangará e se contentará em continuar como secretário da Justiça. E o mesmo acontece com os demais secretários e outros graduados auxiliares da interventoria, escolhidos nos antigos quadros partidários.²⁴

Com base nessa notícia, é possível fazer duas interpretações: em primeiro lugar, ela reforça para o público que os antigos chefes políticos estavam fora da política, e isto se deveria a um único *chefe*, Getúlio Vargas, ou seja, manter e publicizar que o Brasil vivia um momento de transformação e que era necessário apoiar este governo; em segundo lugar, acomodar as forças políticas partidárias que estavam presentes no governo, sinalizando que o cargo de interventor deveria ficar para alguém de fora das disputas regionais, mas que mantivesse nas Secretarias e escalões abaixo esses representantes. Daí a figura de Cordeiro de Farias e seu pronunciamento que já descrevemos acima, ou seja, sua aceitação de que o novo interventor não deveria alterar as pessoas que estavam nas Secretarias, alegando serem de grande competência. Na realidade, revelou ao próprio Getúlio Vargas que era conhecedor da política regional gaúcha, e acabou ficando no cargo por um longo período.

Quanto a este pacto, pelo qual deveriam ser mantidos os mesmos secretários de Estado, não titubeou em divulgá-lo na imprensa o próprio Cordeiro de Farias, quando regressou de sua viagem realizada ao Rio de Janeiro, ocasião em que teria afirmado a um jornalista:

E diz, então, que se vier a ser governo em sua terra – pois é filho de Jaguarão –, conservará todos os que, atualmente, estão ocupando os posto do Secretariado gaúcho, organizado pelo saudoso general Daltro Filho. Aliás, acrescentou, são todos homens de grande capacidade, de patriotismo e ação,

²⁴ CORREIO DO POVO, 21 de janeiro de 1938, p. 1.

com a vantagem de serem, todos conhecedores das verdadeiras necessidades da nossa terra.²⁵

Mas inicia uma mudança em algumas esferas do poder, não atingindo as Secretarias estaduais, pelo menos na primeira quinzena de março de 1938. Algumas pessoas foram substituídas nos cargos: o chefe da polícia, José da Costa Monteiro, foi substituído por Aurélio da Silva Py; na secretaria da Interventoria saiu Nelson Cardia e assumiu Ibanes Verney.²⁶ E em 4 de março de 1938 o jornal *Correio do Povo* publicou os nomes de pessoas que foram substituídas, inclusive o novo reitor da Universidade de Porto Alegre, tendo assumido Aurélio de Lima Py Filho.²⁷ Outros pediram demissão, alegando serem cargos de confiança do Interventor, mas Cordeiro de Farias acabou não aceitando, os quais foram Octacílio Pereira, do cargo de diretor geral da Viação Férrea, e a diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – constituída por Alberto de Oliveira, Aldo Figueiras, José Coroliano de Almeida e Renato Costa.²⁸

Em 15 de março foi noticiada a primeira mudança no secretariado do Interventor Cordeiro de Farias. É importante ressaltar que o jornal, ao divulgar a notícia, deixa transparecer que a saída era uma aspiração *antiga* do próprio secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, Viriato Dutra, mas que teria aceito permanecer no cargo devido à insistência do interventor, quando esse assumiu o cargo, no início do mês de março. A alegação divulgada pelo jornal era de que a demissão foi solicitada por motivos particulares. Em seu lugar, assumiu Maurício Cardoso, que ocupava o cargo de secretário do Interior.²⁹ Para a Secretaria do Interior, foi nomeado Miguel Tostes, que não era político, mas funcionário público, exercendo as atividades de delegado de Polícia em Porto Alegre, e posteriormente foi transferido para o Rio de Janeiro, onde foi secretário do Interior do então Distrito Federal.³⁰ Podemos afirmar que ele era, antes de tudo, uma pessoa de confiança de Getúlio Vargas. Saía do governo estadual Viriato Dutra, representante da Dissidência Liberal, entrando uma pessoa que aparentemente não tinha uma participação na esfera político-partidária rio-grandense até então.

Em meados de maio, é a vez de Walter Jobim solicitar a demissão do cargo de secretário das Obras Públicas, a alegação do referido secretário era devido a assuntos

²⁵ CORREIO DO POVO, 25 de fevereiro de 1938, p. 3.

²⁶ CORREIO DO POVO, 3 de março de 1938, p. 16.

²⁷ CORREIO DO POVO, 4 de março de 1938, p. 1.

²⁸ CORREIO DO POVO, 6 de março de 1938, p. 13.

²⁹ CORREIO DO POVO, 15 de março de 1938, p. 18.

³⁰ CORREIO DO POVO, 17 de março de 1938, p. 1 e 18 de março de 1938, p. 7.

particulares.³¹ Retorna a pedir demissão da Secretaria de Obras Públicas em dezembro de 1939, alegando novamente motivos de ordem particular.³² Vejamos a demissão e nomeação do novo titular:

Em data de 27 do corrente, por motivos de ordem particular, pediu demissão das altas funções que exercia na Secretaria de Obras Públicas, desde 21 de outubro de 1937, o Secretário do Estado dr Walter Jobim.

Em conferência realizada ontem no Palácio do Governo entre o Sr. Interventor Federal e esse titular, foi concedida a demissão solicitada e assentada a nomeação do atual Diretor Geral da referida Secretaria, engenheiro civil Antonio Meirelles Leite, para seu substituto.³³

Tal alegação, muito utilizada na esfera política, é possível de ser inverídica, em virtude de ter retornado ao secretariado ainda durante o Estado Novo, quando o Interventor Cordeiro de Farias é substituído pelo Coronel Ernesto Dornelles, na mesma secretaria em 1943-1945, e em 1946 passa a ser secretário do Interior e Justiça. Em 1947 foi eleito governador do estado pelo PSD.

Com o falecimento de Maurício Cardoso, no final de maio de 1938, quando ocupava o cargo de secretário, foi possível, novamente, provar todo o movimento político que acontecia quando vagava um cargo, e todo o movimento realizado pelos políticos. Vejamos mais uma notícia que deixa implícito tal argumento:

Os prováveis nomes que poderão substituir Mauricio Cardoso:

Drs. Joaquim Luis Osório, ex-deputado federal e que fez parte várias vezes da comissão da agricultura da antiga câmara; Paim Filho ex-secretário da fazenda; Ariosto Pinto, delegado no Rio de Janeiro da Federação das Associações Comerciais; Dr. Camilo Martins Costa, ex-deputado estadual; Dr. Annibal de Primio Beck, ex-titular da Agricultura; Dr. Ataliba de Figueiredo, atual diretor geral da Secretaria da Agricultura; Dr. Renato Costa, diretor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Edgar Schneider, ex-deputado estadual.³⁴

A forma de manter a pressão sobre as decisões era a publicação de nomes para ocuparem os cargos e permanecerem no poder estadual, pois quem permanece no cargo é Ataliba de Figueiredo Paz. Num pronunciamento na imprensa de Oscar da Fontoura, em julho

³¹ CORREIO DO POVO, 15 de maio de 1938, p. 32.

³² CORREIO DO POVO, 29 de dezembro de 1939, p. 16.

³³ CORREIO DO POVO, 30 de dezembro de 1938, p. 5. O novo titular foi ex-prefeito de Rio Grande.

³⁴ CORREIO DO POVO, 29 de maio de 1938, p. 11.

de 1938, é possível inferir sobre a divisão dos cargos entre os partidos que apoiaram o golpe do Estado Novo:

Nunca imaginei pudesse algum dia vir a ser Secretário das Finanças do meu Estado. Médico e criador, se alguma aspiração pudesse ter tido, o que jamais aconteceu, seria por outro setor mais condizente com aquelas profissões.

Entretanto postas à disposição do Partido Libertador as duas Secretarias da Fazenda e das Obras Públicas, quando o saudoso Sr. Mauricio Cardoso organizava o Secretariado do ínclito general Daltro, fomos destacados pelo nosso Diretório o dr. Walter Jobim e eu para ocupá-las. Foi talvez a circunstância de encontrar-me na capital como diretor do Instituto de Carnes, ou com a intenção de homenagear os criadores gaúchos ou quiçá o desejo de colocar um médico à cabeceira de nossas finanças enfraquecidas... que levaram os meus companheiros a indicar o meu nome para o exercício destas árduas funções.³⁵

As razões que aventou sobre as indicações do seu nome são três: estar na capital, ser diretor do Instituto de Carnes e representante dos criadores gaúchos, ou mesmo a sua profissão de médico, pela qual saberia cuidar das finanças que estavam *enfraquecidas*. Mas a fundamental é por ser ligado ao Partido Libertador, e os libertadores terem apoiado o golpe do Estado Novo. As fontes até aqui arroladas levam à conclusão de que devido a esse apoio o Partido Libertador teria direito a duas Secretarias estaduais. Portanto, a Intervenção Federal no Rio Grande do Sul só seria efetivada a partir do momento em que as forças políticas partidárias concretizassem o apoio ao governo de Getúlio Vargas, e esse, em contrapartida, não os tiraria do poder político estadual. A retirada foi somente parcial, ou seja, de integrantes que não abriram mão das posições políticas que haviam adquirido até então e passaram a opositores do governo durante a vigência do Estado Novo.

Continuamos a verificar tais mudanças no secretariado no decorrer do governo Cordeiro de Farias e posteriormente de Ernesto Dornelles. Para tanto construímos um quadro onde podemos verificar que as mudanças foram reduzidas, e praticamente se mantiveram após as modificações ocorridas no início do governo do interventor Cordeiro de Farias, demonstrando que as forças partidárias rio-grandenses foram mantidas, sendo que desses representantes alguns viriam a atuar no PSD ou PTB no pós-1945.

³⁵ CORREIO DO POVO, 24 de julho de 1938, p. 24.

Quadro 2: Secretários Estaduais do Rio Grande do Sul (1937-1945)

Secretaria	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Interior e Justiça	Maurício Cardoso	Miguel Tostes	Idem	Idem	Idem	Idem	Miguel Tostes/ Alberto Pasqualini	Alberto Pasqualini/ João Nogueira	João Nogueira
Fazenda	Oscar Fontoura	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Agricultura	Viriato Dutra	Maurício Cardoso/ Ataliba Paz	Ataliba Paz	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Educação	Coelho Souza	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Antonio Brochado da Rocha
Obras Públicas	Walter Jobim	Idem	Antonio Leite	Idem	Idem	Idem	Antonio Leite/ Walter Jobim	Walter Jobim	Idem
Depto Estadual de Saúde ³⁶	-	-	José B.P. Costa	Idem	Idem	Idem	José B.P. Costa/ Eleyson Cardoso	Eleyson Cardoso	Eleyson Cardoso

Fonte: Anexo II.

As mudanças realizadas pelo Interventor Cordeiro de Farias acabaram se mantendo até o final de seu governo, e sua promessa de não substituir o secretariado acabou não ocorrendo. Mudança significativa foi realizada na Secretaria do Interior, colocando à sua frente uma pessoa que aparentemente não estava envolvida com as disputas político-partidárias no estado.

Em 1943, Ernesto Dornelles assume a interventoria do estado. Em sua administração, a secretaria que teve uma gestão tumultuada foi a ocupada por Alberto Pasqualini. Uma coincidência: na interventoria de Cordeiro de Farias as secretarias que vão sofrer modificações serão as ocupadas pelo PRR – Maurício Cardoso – e por Walter Jobim, do PL. Com a morte de Mauricio Cardoso, este problema estaria encerrado. Walter Jobim seria colocado de lado e só voltaria à cena política com o novo interventor, Ernesto Dornelles. Esse

³⁶ Conforme René Gertz, o interventor Cordeiro de Farias atribui grande importância ao Departamento Estadual de Saúde (DES), convidando José Bonifácio Paranhos da Costa, gaúcho, estabelecido no Rio de Janeiro ocupando cargo no Departamento Nacional de Saúde, para ser diretor do DES. Em virtude de desentendimentos entre o secretário da educação e o médico-chefe do DES, Coelho de Souza elaborou, em 1940, um parecer sugerindo a autonomização do Departamento, sugestão essa concretizada pelo decreto lei no. 31, de 6 de setembro de 1941 (GERTZ, René. *Educação e saúde*. Manuscrito, 2005. p. 10).

novo interventor acabaria tendo um outro problema, Alberto Pasqualini, também do PL, que como secretário não pactuaria com o discurso antiliberal e acabaria saindo do governo no ano seguinte. Acaba assumindo a secretaria João Antonio Alves Nogueira, que não tinha uma participação na política partidária regional. A mesma fórmula para o mesmo problema: Maurício Cardoso (PRR) é substituído por Miguel Tostes; e Alberto Pasqualini (PL) é substituído por João Antonio Alves Nogueira. O interessante é que o PL acaba conseguindo maior participação no governo de Ernesto Dornelles, mas não consegue manter-se neste poder, pois já em 1944 Alberto Pasqualini é substituído na Secretaria do Interior.

Para Miguel Bodea a

ruptura de Pasqualini com o Estado Novo, em 1944, centra-se na questão democrática – as críticas de Pasqualini à censura, às restrições à liberdade, aos métodos de indicação de dirigentes políticos (como no caso da escolha do prefeito de Cachoeira do Sul, que serviu de estopim para a crise) e não em um distanciamento em relação ao programa social e econômico do governo Vargas.³⁷

Dentre as figuras que compunham o secretariado, podemos comprovar até agora a ampla negociação que ocorria entre os partidos que haviam apoiado o golpe do Estado Novo, sendo que esses acabaram permanecendo no governo.

O Departamento Administrativo de Estado do Rio Grande do Sul foi criado pelo Decreto-Lei n. 1.202 de 8 de abril de 1939 [sendo que pelo Decreto-Lei 5.511, de 21 de maio de 1943 passou a denominar-se Conselho Administrativo de Estado]. Nos primeiros três meses de funcionamento, as sessões foram integralmente destinadas às elaborações do Regimento Interno, votado na sessão de 11 de agosto e finalmente aprovado em 5 de setembro de 1939, pelo Ministro da Justiça. Esse conselho era integrado por sete membros.³⁸

Dilan Camargo afirma que a nomeação dos membros do referido Conselho era de competência do presidente da República, do ponto de vista jurídico. Mas, salienta que a indicação de fato pertencia às forças políticas do estado, com a anuência do interventor federal, e exemplifica:

Moisés Vellinho [...] pertencia ao PRL, e depois à Dissidência Liberal. Olivério de Deus Vieira Filho e Adroaldo Mesquita da Costa eram membros do PRR, enquanto que Alberto Pasqualini pertencia ao PL. Afora estes, outros membros desses partidos compunham o secretariado da Interventoria.

³⁷ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 153.

³⁸ CAMARGO, Dilan D'Ornellas. Op. cit., 1983, p. 53, 116-117.

Isso demonstra a perfeita integração de interesses entre a classe dominante gaúcha no exercício do poder político do Estado nesse período.³⁹

A atribuição do Departamento Administrativo, juntamente com o interventor, era ser um órgão de administração do Estado. Em seu artigo 5º, estabelecia as funções executivas para o Interventor e os prefeitos, em colaboração com o Departamento Administrativo de legislar as matérias de competência dos estados e dos municípios. Isto deveria ocorrer até serem constituídos os órgãos legislativos, mas estes nunca foram constituídos.⁴⁰

Dilan Camargo, que realizou a pesquisa sobre os mecanismos centralizadores dos órgãos executivos e administrativos durante o Estado Novo, argumenta que o Decreto-Lei nº 1.202 era aquele que estabelecia as regras básicas com relação à organização política e administrativa, do funcionamento e dos limites dos órgãos públicos. E frisa que esse decreto substituíra as constituições estaduais e as leis municipais no que se refere à natureza constitucional. Afirma o autor que ocorreram alterações significativas quando o Departamento Administrativo, através do Decreto-Lei nº 5.511, de 21 de maio de 1943, transformou-se em Conselho Administrativo de Estado.⁴¹

Além de sua denominação modificada para Conselho Administrativo de Estado, o Decreto-Lei nº 5.511 passa a instituir mais de um sentido à administração dos Estados e dos municípios. O primeiro é jurídico-formal. As mudanças procuram o aperfeiçoamento técnico das disposições do Decreto-Lei 1.202, ajustando-as às regras gerais da técnica legislativa. Mas também, elas têm um sentido político fundamental.⁴² Afirma Camargo:

Na ausência das Assembléias Legislativas, ele passa a exercer funções de verdadeiro Conselho Político de Estado, participando, então dos atos mais importantes da administração e governo do Estado. Dessa forma, também passa a cumprir o papel de controle sobre o próprio Interventor. Trata-se de uma característica do sistema político estadonovista, onde uns controlam os outros sob chefia centralizada do Presidente da República e do Ministro da Justiça.⁴³

A partir desta transformação, ocorrida em 1943, o Conselho Administrativo de Estado passou a cumprir o papel de controle sobre o interventor, sendo importante salientar que desde a sua institucionalização, em 1939, como Departamento Administrativo de Estado, quando foi

³⁹ CAMARGO, Dilan D'Ornellas. Op. cit., 1983, p. 117-118.

⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 39.

⁴¹ Id., *ibid.*, p. 53.

⁴² Id., *ibid.*, p. 57-58.

⁴³ Id., *ibid.*, p. 58.

instalado no Rio Grande do Sul, sempre teve uma característica de órgão legislador, contando com pessoas oriundas dos partidos políticos que haviam apoiado o golpe do Estado Novo. Era um organismo político, e como tal articulador dos diferentes representantes dos extintos partidos políticos que continuaram atuando durante o Estado Novo, com um discurso próprio para a época.

Em novembro de 1940, numa visita efetuada por Getúlio Vargas ao Rio Grande do Sul, esse é homenageado na sede do Departamento Administrativo de Estado do Rio Grande do Sul, e Alberto Pasqualini é quem discursa. A tônica de seu discurso é a defesa do Estado Novo. Como integrante da corrente liberal, o seu discurso centrou força no debate que deveria ocorrer no Departamento. Vale destacar que Pasqualini, ao mesmo tempo em que defende as idéias de um Estado Liberal, realiza adaptações conceituais para defender a ditadura varguista. Para essa defesa alegou que não bastava simplesmente discordar dos outros integrantes, e sim para aprimorar as leis. Passamos a transcrição quase integral do discurso de Pasqualini e nossos comentários, em virtude de sintetizar o pensamento⁴⁴ dos que apoiaram o golpe do Estado Novo:

Senhor Presidente:

O Departamento Administrativo que, neste momento, tem a honra excepcional de receber-vos em sessão plenária, é uma delegação direta da nossa confiança e da vossa autoridade. Ele vos deve, portanto, contas do mandato que lhe conferistes e da forma pela qual o tem exercido.

Órgão colateral dos executivos estaduais e municipais, a sua função na administração geral do Estado se desenvolve precipuamente no exame e debates das iniciativas governamentais que, em razão de uma natureza e relevância, postulem provimentos legislativos. Incumbe-lhe ainda a vigilância das arrecadações e dos gastos públicos, o estudo e a proposição dos meios e processos de aperfeiçoamento da administração estadual e municipal além de outras funções de caráter informativo.

O Departamento Administrativo, no regime vigente, é o órgão que exerce a crítica da administração estadual e municipal: crítica no sentido técnico da expressão, que é a forma mais elevada da colaboração e que consiste no discernimento das soluções mais adequadas aos problemas administrativos e

⁴⁴ Lúcia Lippi Oliveira elabora uma análise da ideologia política do Estado Novo, onde escreve: “No artigo desta coletânea onde abordo o pensamento de Almir Andrade, procuro mostrar como o projeto ideológico desse autor foi formulado à base de uma proposta eminentemente cultural, valorizando o papel da tradição como fonte de legitimidade da nova ordem política. Aqui, tentarei explicitar como Azevedo Amaral apresenta uma proposta distinta, ao apelar para o valor da autoridade na tarefa de comandar o processo de transformação brasileira” (p. 48). Esse trabalho é de grande relevância, pois ajuda a entendermos os discursos proferidos pelos políticos rio-grandenses durante a vigência do Estado Novo (In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de et al. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982).

às quais só é possível chegar-se pelo confronto e discussão das diversas formas de concebê-las.

No desempenho dessas amplas e importantes atribuições, o Departamento Administrativo do Rio Grande do Sul tem procurado realizar a finalidade e o espírito da lei que o instituiu, agindo com discricção, com objetividade, suaviter in modo, fortiter in re.

Entre ele e os demais órgãos da administração pública, estadual e municipal a colaboração é a mais íntima e o entendimento o mais cordial.

Esse perfeito sincronismo de ação deriva da identidade de orientação e de propósitos que animam os responsáveis pela administração pública rio-grandense, e que não exclui a possibilidade de divergências acidentais no tocante ao modo de apreciar tecnicamente determinadas questões. Essas divergências, porém, são antes variações angulares sob os quais visam os mesmos objetivos e existem, naturalmente, onde cada qual conserva autonomia de pensamento e onde se não menospreza a nobre e elegante atitude do espírito que consiste em admitir a possibilidade de que haja acerto não só na própria opinião como também na alheia.

Devemos preferir que nos apontem os enganos a que nos aplaudam os êxitos, pois, para os que têm a responsabilidade dos negócios públicos o erro é quase um delito, o êxito apenas um dever.

A discussão das opiniões é ainda útil e salutar porque estimula o estudo mais cuidadoso e aprofundado dos temas administrativos, propiciando o descobrimento da melhor solução. O essencial é que os pontos de vista se originem do estudo objetivo das questões, não como acontece nas assembléias políticas onde as discordâncias, na generalidade dos casos, derivam de motivos e considerações absolutamente estranhos ao mérito dos assuntos debatidos.

O plano em que se exercem as atividades do Departamento Administrativo permite-lhe a observação particularizada de todos os setores da administração pública estadual e municipal. O Departamento pode informar para que ela se realize em segurança e com esforço cada vez crescente no sentido do aperfeiçoamento.⁴⁵

Inicialmente, o orador frisa que o departamento é uma delegação de poderes do próprio presidente, e para tanto deve prestar contas pelas suas atividades. Acrescenta que é um órgão *colateral* dos executivos estadual e municipal, tendo como função o debate e exame das iniciativas governamentais, e mais, a vigilância da arrecadação e dos gastos públicos, além do aperfeiçoamento das administrações pública estadual e municipal. Em nenhum momento realiza confronto com o centralismo político que estava ocorrendo nos planos federal e estadual. Acentua que o órgão tem como função exercer a crítica, e salienta, a crítica técnica, e para tanto necessita de discussão e confronto, pois só assim seria possível solução

⁴⁵ CORREIO DO POVO, 17 de novembro de 1940, p. 13.

mais adequada para os problemas administrativos. Interessante é que chega a mencionar elegantemente que ocorre um entendimento cordial e de colaboração entre o Departamento e demais órgãos públicos. Frisa, no entanto, que existem divergências, só que estas são variações angulares, com objetivos comuns. Destaca ainda que as divergências são fruto da autonomia de pensamento, mas que se conserva o respeito em admitir que haja acerto também na opinião do outro, e não só na própria opinião. E continua afirmando que as divergências só levam a um maior cuidado e aprofundamento dos temas administrativos, o que leva a uma melhor solução.

É esse um discurso que aponta as divergências como benéficas, mas frisa que são divergências técnicas, e poderíamos ler *não políticas*. Argumenta que o dever da função pública não é receber aplausos nos acertos, mas que sejam apontados os enganos, pois *errar é quase um delito, o êxito apenas um dever*. Transparece em sua fala justificar possíveis atritos que estão ocorrendo, não podemos esquecer que o discurso foi proferido em novembro de 1940. Esses atritos devem ser resultado dos diferentes grupos que compuseram o executivo estadual. Tanto que faz referências elogiosas ao executivo estadual quando afirma:

O Rio Grande tem muitas razões para felicitar-se e porque não dizê-lo? Tem razões para orgulhar-se de ter na chefia do seu governo, secundado por um ativo e brilhante secretariado, um dos mais ilustres soldados do nosso exército, o nobre e culto coronel Cordeiro de Farias. Essas razões aparecerão um dia ainda mais vivas, quando, realçadas na perspectiva do tempo e talvez de saudade, os rio-grandenses puderem melhor avaliar os serviços que lhes foram prestados, lealmente, impessoalmente, sem reclame, sem o alarde que é a ressonância da tolice e o mecanismo de compensação da mediocridade. Tem sido comum propósito do governo e do Departamento aperfeiçoar a administração pública e assentá-la em bases racionais.⁴⁶

Mesmo que destacasse a importância do interventor Cordeiro de Farias, no seu discurso parabenizou o secretariado estadual, e afirmou que os propósitos eram do conjunto daqueles que dirigiam o Rio Grande do Sul: o interventor e seu secretariado como governo e o próprio Departamento. Aqui fica ressaltado o grau político do discurso de Pasqualini, pois ao fazer referência à interventoria, e o faz, circunda o discurso com os outros responsáveis pela administração estadual, pelo secretariado e pelo próprio Departamento. É um discurso no qual, supostamente, está apontando que a direção do governo estadual não está em uma única pessoa. Podemos aventar a possibilidade de que a centralização política no Rio Grande do Sul

⁴⁶ CORREIO DO POVO, 17 de novembro de 1940, p. 13.

ocorreu, mas foi neutralizada pela continuidade das forças políticas nos órgãos governamentais durante a vigência do Estado Novo.

Ao fazer referência à normalização das finanças do estado e dos municípios, argumenta que é uma das preocupações fundamentais da administração, e que apesar de ocorrer déficit para o ano de 1941, na prática ele não ocorrerá, pois o governo pretende saná-lo na própria execução orçamentária, assegurando que será um déficit nominal. E continua:

O governo do Estado, porém, com a colaboração deste Departamento, está firmemente empenhado em corrigi-las [as finanças do Estado].

Esperamos vencer a rotina e a burocracia, eliminando o desperdício de meios e de energias. A Administração pública não deve ter o aspecto pesado e os movimentos lerdos dos organismos anquilosados, mas deve funcionar com o máximo de eficiência, de agilidade e de economia. [...].

Finanças sólidas e administração bem organizada constituem as duas condições essenciais, a base e o ponto de partida de qualquer programa de administração intensiva.

Podemos afirmar com segurança que, si se persistir na atual orientação e si se mantiver sempre vivo o senso crítico, que é o mecanismo de prevenção e de correção dos erros, dentro de curto período o Rio Grande do Sul terá resolvido satisfatoriamente todos os seus problemas fundamentais.⁴⁷

Destaca-se nesse pronunciamento a importância e a responsabilidade do Departamento e do executivo estadual para o saneamento do Estado.

Quanto à função do Estado, também são elaboradas algumas diretrizes. Essas são permeadas por idéias liberais, e têm a preocupação de constituir uma argumentação em defesa do Estado Novo. É o momento, na carreira do político, em que o discurso sofre mutações estranhas, no entanto é necessário passar o recado aos seus pares, de que apesar de manter-se fiel às idéias liberais, é a favor do Estado Novo. E frisa que o Estado brasileiro é corporativista no plano econômico, mas *não no plano político*. Vamos acompanhar essas idéias:

Desejamos que o Estado seja o ponto de apoio, o coordenador de todas as iniciativas e atividades úteis à coletividade, um instrumento não de opressão, mas de defesa de todos os direitos.

Desejamos que não se alterem a paz e a concórdia entre os rio-grandenses, e que todos eles se sintam livres, seguros e confiantes, encarando o poder público e os seus agentes não com suspeita e inquietação, mas como a garantia do seu próprio bem estar. Tudo será perfeito si os governantes com

⁴⁷ CORREIO DO POVO, 17 de novembro de 1940, p. 13.

mentalidade de governados e si estes elegerem os governantes árbitros dos seus interesses e das suas necessidades.

Temos, por fim, sempre presente que a Administração pública deve ter paredes de cristal para que cada um possa verificar como foi empregada a contribuição que lhe exigiu o poder público.

Por esses princípios temos orientado a nossa ação e é sob a inspiração deles, senhor presidente, que desejamos continuar a prestar-vos o nosso leal concurso na objetivação do vosso e do nosso grande sonho e que é a construção moral e material de uma grande e forte nação. Grande e forte, não para oprimir outras nações, mas para cooperar com elas na realização dos grandes ideais da humanidade.⁴⁸

Aqui fica manifesta a transparência que o Estado deveria constituir, não como um opressor, mas agregador da nação brasileira, não com o dispositivo de fomentar rivalidades, mas de união entre os rio-grandenses. Possivelmente já havia aí uma referência aos imigrantes e seus descendentes, os quais passariam a ser vigiado pelo Estado em virtude da segunda guerra mundial. Novamente um discurso essencialmente político, representando os diferentes segmentos sociais rio-grandenses, mas sempre com a responsabilidade de submissão às diretrizes federais.

Vejamos quais são estas diretrizes formuladas para apoiar o Estado Novo, no discurso de Pasqualini, integrante do extinto Partido Libertador:

É também com essa disposição de ânimo que estamos decididos a praticar o Estado Novo porque o compreendemos e o interpretamos não apenas como alteração de organização política, mas principalmente como renovação de mentalidade, de orientação governamental e de métodos de administração. Estes devem assentar em princípios técnicos, devem ser ditados pelo interesse público e não por conveniências pessoais ou político-partidárias.

A própria constituição política do país deve ser o sistema fundamental dos processos técnico-jurídicos mais aptos a realizar o constante ajustamento da sociedade às novas condições espirituais e materiais da vida. O Estado é a integração desses processos e está para a coletividade como o sistema nervoso para os seres animados. Ele deve, portanto, ser estruturado de tal forma que permita a pronta e rápida percepção das necessidades de todas as partes do organismo social e assegure a rapidez das reações específicas destinadas a satisfazê-las. O Estado é, essencialmente, um órgão de ajustamento e equilíbrio social. [...].

Creio ser esta a filosofia do Estado Novo e a sua justificação histórica. Ele não é uma ameaça à liberdade individual, mas pretende ser a garantia da liberdade dentro dos princípios da justiça social e dos interesses nacionais. Não pode haver liberdade para a prática da injustiça e da iniquidade. O individualismo exagerado conduz à opressão dos fracos e é uma tese de

⁴⁸ CORREIO DO POVO, 17 de novembro de 1940, p. 13.

plutocracia. O outro extremo, a anulação do indivíduo e o aniquilamento da personalidade, é obra da barbárie e do despotismo. A personalidade e a dignidade humana devem ser respeitadas, a liberdade individual precisa se assegurada, mas a medida e o critério da liberdade é o interesse social. O indivíduo é livre, porém ele deve ver e medir a sua liberdade não com os seus olhos e as suas medidas, mas com os olhos e o estalão da coletividade.

Esses postulados acham-se inscritos na Constituição de 10 de novembro de 1937. Como conseqüência lógica, instituiu ela os processos considerados mais adequados a garantir a sua execução prática.

Se o Estado Nacional é forte, ele o é para defender o direito e não para destruí-lo. O direito, porém, que ele defende é o conjunto das condições que garantem a cada um uma justa parcela na distribuição dos bens da civilização.

Afirma-se que uma das características do Estado Nacional é o de ser autoritário. Esse qualificativo exige interpretação. Autoritarismo não é aqui, como vulgarmente se supõe, sinônimo de arbítrio e de ilegalismo. Estado autoritário é o Estado provido dos meios eficazes ao cumprimento de sua missão. Estado autoritário é sinônimo de Estado ativo em contraposição ao passivismo determinado pela supremacia do indivíduo.

A ampliação da esfera da atividade estatal é uma decorrência do ritmo, do estilo da vida moderna e da complexidade crescente dos seus problemas. Estado autoritário não significa, pois, arbítrio governamental, mas uma maior sensibilidade e uma maior receptibilidade no ajustamento contínuo dos interesses individuais aos interesses coletivos.

Somos democratas e o nosso regime é democrático, mas a democracia não deve proceder como o homem insensato da Escritura que foi aconchegar e aquecer ao calor do peito as víboras que encontraram enregeladas no caminho.

A democracia, si quiser sobreviver, deve ser menos piedosa e, diante dos perigos que a ameaçam, munir-se dos necessários meios de defesa. [...].

A vossa sensibilidade política, senhor presidente, pressentiu, na agitação do mundo, o ponto de equilíbrio, sem oscilar nos extremos. Em linguagem hegeliana, poderíamos dizer que, no panorama político social brasileiro de 1937, o individualismo era a tese; os extremismos a antítese; vós, senhor presidente, realizastes a síntese. [...].

O regime instituído pela Constituição de 37 é corporativista. Não é, porém, totalmente corporativista, porque o seu corporativismo é econômico e não político.

O regime instituído pela Constituição de 37 é democrático, mas a sua democracia não é ultra-individualista, liberal e contemplativa. É ela literalmente, temperada pela instituição corporativa e, centralmente, pelo intervencionismo estatal e pelo reforçamento do poder executivo.

Se alguém perguntasse si é esse o regime verdadeiro, responderíamos que, filosoficamente, a pergunta não tem sentido, porque não há, em tese, regimes verdadeiros ou falsos. Há regimes que convêm ou não convêm a um determinado movimento histórico, que se adaptam ou não se adaptam a uma determinada nação.

Os regimes políticos, como instrumentos de adaptação do organismo social às condições históricas, são funções do espaço e do tempo, variam, alteram-se, retificam-se, aperfeiçoam-se. [...].

Se fosse lícito ao humilde intérprete do Departamento ilustrar a tese com uma documentação pessoal, pediria vênua para repetir as seguintes palavras proferidas no momento em que um grupo de moços cheios de idéias e de ilusões, transpunham os umbrais da academia e tomavam uma atitude diante dos problemas da vida:

Estamos vivendo o período da doutrinação que precede às grandes transformações sociais. A consciência coletiva já começa a perceber que a organização política e econômica, da sociedade atual não corresponde às suas necessidades materiais e aos seus postulados morais. [...].

Para que reine a ordem e a harmonia na sociedade é necessário que se não a reforme, que se não pretenda deter levemente a evolução que normalmente se deve operar. É preciso orientar e dirigir as forças sociais, perscrutando e prevendo, cientificamente, o termo a que se dirigem. É mister não obstar-lhes insensatamente o desdobramento, para que, acumuladas, e potencializadas, não explodam formidáveis e irresistíveis, revertendo violentamente instituições e arruinando coletividades.⁴⁹

A citação é longa, para que não percamos o fio condutor de seu discurso no que concerne à atualização das idéias liberais e à sua adaptação ao gosto de uma ditadura, embora aparentemente houvesse uma luta para que se constituísse uma democracia em prol da coletividade. Daí a oportunidade de este discurso ser realizado por um integrante do Departamento e do extinto Partido Libertador, dentro de um órgão – o Departamento Administrativo – de Estado fundado numa ditadura que tentava se revestir de conteúdo democrático. A justificativa para a incorporação desse novo Brasil alude a movimentos extremos, que ao atacá-lo reforçam o conservadorismo no seu discurso político:

Em todos os momentos históricos da sociedade, em todos os pontos da curva evolutiva, a sua constituição econômica e política deve ser a mais adequada diferenciação das funções, que nela se opera e ao desdobramento rítmico de todas as atividades. Si a harmonia deixa de existir, si se rompe o equilíbrio funcional, a sociedade necessariamente se perturba e se debate, como sucede nas regiões atmosféricas quando o desequilíbrio barométrico agita as camadas aéreas deslocando-as, revolvendo-as, convulsionando-as, desencadeando, enfim, os tufões e as tempestades.

É necessário que a organização econômica, o regime da produção, o sistema político e jurídico evoluam incessantemente, como a própria sociedade.

Mas o processo deve ser lento e progressivo. Não é de crer-se por isso que esse objetivo possa ser alcançado, com revoluções apocalípticas, com doutrinas que pretendem destruir e aniquilar em vez de integrar e construir; com sistemas que visem eliminar uma das causas de injustiça social,

⁴⁹ CORREIO DO POVO, 17 de novembro de 1940, p. 13.

implantando outra, quiçá mais perigosa e mais temível. A reação é sempre o equivalente da opressão e padece dos mesmos erros, dos mesmos vícios e das mesmas iniquidades.⁵⁰

Aqui constam críticas aos movimentos extremistas que tentam resolver os problemas do país com *revoluções apocalípticas*. Tais críticas incorporam o discurso do governo federal em relação a movimentos tanto de esquerda quanto de direita,⁵¹ os quais foram combatidos por Getúlio Vargas, através da campanha de nacionalização.

Em seu discurso, não deixa de destacar o que considera extirpado da sociedade rio-grandense, e reforça todo o sentimento de apoio ao Governo de Getúlio Vargas:

Extirpado o caudilhismo, que menos nos oprimia do que nos desagradava, transformou-se o potencial das nossas energias polêmicas em energias orgânicas de trabalho e de reconstrução. O Rio Grande do Sul transfigurou-se. O Rio Grande das turmas rodoviárias, das fanfarrônicas e das ameaças ridículas, o Rio Grande caudilhesco – reviviscência anacrônica e caricatural de tempos heróicos – esse Rio Grande, desapareceu para sempre e jamais reviverá, porque o Rio Grande, sem deixar de ser heróico, quer ser aquilo a que o votou a sua predestinação histórica: uma expressão racional de trabalho, de cultura e de civilização.

A quem deve o Rio Grande a realização do seu maravilhoso destino?

Responde o povo, senhor Presidente, nas consagrações que nos tem tributado e lhe vos diz que enquanto a gratidão não se apagar do coração dos homens, a sua dívida para convosco será imprescindível e irrefragável.

Quando aqui lutamos, não pela supremacia de partidos ou de homens, o que seria subalterno, mas para integrar o Rio Grande na civilização, a mocidade de voz exortou: “libertai Rio Grande e tereis seu coração”!

Vós acudistes e aqui tendes os nossos corações. São corações altivos e por isso mesmo, corações leais!

Corações altivos, sim, corações altivos! porque não seria digno de um grande e nobre chefe comandar homens que não marchassem de cabeça erguida e não trouxessem nos lábios o que sentem no coração”!

O Rio Grande contou convosco numa das horas mais sombrias do seu destino. Podeis estar certo de que contaís conosco e de que essa certeza jamais vos decepcionará!⁵²

No final, aproveita para fazer críticas ao Rio Grande caudilhesco, o qual considerava como recordação anacrônica e caricatura de tempos heróicos, mas que não existe mais. Para se opor a essa imagem, agrega ao Rio Grande uma *expressão racional de trabalho, de cultura*

⁵⁰ CORREIO DO POVO, 17 de novembro de 1940, p. 13.

⁵¹ Importante estudo, a partir dos discursos do governo de Getúlio Vargas, quando esse estabelece os inimigos para serem combatidos pelo Brasil foi realizado por DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio Janeiro/Belo Horizonte: UFRJ/UFMG, 1997.

⁵² CORREIO DO POVO, 17 de novembro de 1940, p. 13 e 7.

e civilização, mas sem deixar de ser heróico. E isto se deve à grande figura, argumenta o orador, ao presidente Getúlio Vargas. Aqui inicia uma clara referência à palavra *povo*, que será muito usada por Pasqualini em sua atuação pública, mesmo durante o Estado Novo, no Conselho Administrativo de Estado e na sua curta atuação na Secretaria.

De improviso, conforme o jornal, Getúlio Vargas responde:

O Departamento Administrativo do Rio Grande do Sul, cujos componentes conheço um por um, sabendo de sua idoneidade moral e intelectual, constitui uma organização digna de todos os louvores, à altura da evolução do Estado e que desempenha suas funções com dedicação e sabedoria.

O Departamento Administrativo substitui, na organização vigente, a antiga Assembléia Legislativa, de sonoridade verbal inoperante, imbuída de espírito individual, pela sua própria essência condenada à esterilidade.

O intérprete do Departamento no notável discurso que acaba de pronunciar e na exposição filosófica que fez do Estado Novo, deu-lhe uma interpretação com a qual estou inteiramente de acordo e que merece ampla divulgação.

Quero acrescentar que a sua afirmação de que o Estado Novo é uma renovação mental e uma remodelação dos métodos do governo e de administração, encerra, precisamente, os propósitos para que foi instituído o regime de 10 de novembro.

O espetáculo de exaltação cívica, de atividade construtora de trabalho e de confiança que venho presenciando no Rio Grande do Sul, desde a minha chegada, demonstra perfeitamente, que essa renovação está se fazendo em todos os côncios, de governantes e governados, com resultados cada vez maiores para a prosperidade do país.⁵³

Como podemos comprovar, havia um acordo, no âmbito dos discursos, de que o Departamento Administrativo se efetivasse como um órgão de discussão e no qual as representações partidárias estivessem presentes, mas que não deveriam ser objeto de discussão, até porque estavam provisoriamente extintas. Agora a centralidade passava a ser prosperidade do país, através do trabalho e da construção de uma nova mentalidade.

Se analisarmos o pós-1945 no âmbito da política rio-grandense, fica evidente que alianças estavam ocorrendo na vigência do Estado Novo, e viriam a serem efetivadas, pois Alberto Pasqualini se tornará um líder do PTB no Rio Grande do Sul, assim como Walter Jobim, governador eleito pelo PSD em 1947.

⁵³ CORREIO DO POVO, 17 de novembro de 1940, p. 13 e 7.

Vejamos que a nossa hipótese começa a ser comprovada: durante o Estado Novo, houve o início da desarticulação de antigas elites políticas que atuavam no campo político no estado do Rio Grande do Sul. Essa desarticulação não seria integral, pois estávamos em um período ditatorial, e em função disto o Estado, através da Interventoria, fazia acordos com políticos que estavam atuando anteriormente, mas seria esse o momento em que os atritos ocorreriam de forma aguda, o que ajudaria a retirar do cenário político atores rivais. Essa recomposição da elite política se efetivaria a partir da interferência do Governo Federal, através da Interventoria e do Conselho Administrativo de Estado.

No entanto, essa recomposição no poder político do Rio Grande do Sul só será mais visível a partir do momento em que pudermos confrontar e analisar, por exemplo, os cargos eletivos de antes de 1937 e em 1945-1947, quando poderemos verificar até que ponto ocorreu a emergência de novos atores políticos, então eleitos sob uma nova legislação eleitoral.

Por isso, não podemos concordar com a afirmação de Eliane Colussi, por apresentar uma explicação muito genérica, ou seja, a manutenção dos grupos tradicionais nos postos de comando. Escreve a autora:

A chegada do Estado Novo ao Rio Grande do Sul, antecipada em relação ao restante do Brasil, trouxe como aspecto marcante a manutenção dos grupos políticos tradicionais nos postos de comando. O que de novo apareceu, nesse contexto, foi o fato de esses grupos políticos passarem a conviver com práticas administrativas e, mesmo políticas, mais racionalizadas, obedecendo às diretrizes de centralização implementadas pelo novo regime.⁵⁴

Até porque, como vimos até agora, a implementação do Estado Novo no Rio Grande do Sul só se efetivou à medida que um grupo político liderado por Flores da Cunha foi retirado do poder. Apesar disso, integrantes da dissidência liberal, do PRR e do PL permaneceram em cargos do governo estadual, mesmo que sempre liderados por um militar que ocupava o cargo de interventor federal. Para que possamos sustentar melhor a nossa hipótese, passamos a analisar os integrantes da elite política rio-grandense que atuou no estado durante a vigência do Estado Novo.

⁵⁴ COLUSSI, Eliane Lucia. Op. cit., 1996, p. 66.

2.3 Os Atores

A elite política rio-grandense do período de 1937-1945, selecionada de acordo com os critérios estabelecidos neste trabalho, é composta por 31 pessoas. Os critérios para definir a composição dessa elite política foram a ocupação dos seguintes cargos: interventor federal; secretários de Estado; chefe de polícia; integrantes do Departamento Administrativo de Estado (depois Conselho Administrativo de Estado); e poder judiciário do estado. Esses critérios foram alterados em relação a listagem anterior em virtude das mudanças constitucionais, ou seja, o fechamento dos legislativos estadual e federal a partir da decretação do Estado Novo. Essa alteração ocorreria somente durante a vigência do Estado Novo. Quando analisarmos a elite política rio-grandense de 1945-1947 os critérios voltarão a ser os mesmos utilizados na elite política de 1930-1937.

2.3.1 O Legado e a Herança Familiares

A elite política do período de 1937-1945, ou seja, que atuou durante a vigência do Estado Novo, constituiu-se de uma elite muito reduzida, se compararmos com a que analisamos no capítulo anterior. Isso foi decorrência do fechamento do legislativo estadual e federal.

Inicialmente, faremos uma análise da herança e do legado familiar dessa elite política, conforme tabela abaixo:

Tabela 14: PROFISSÃO DE PARENTE segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1937-1945

Profissão de parente	Período 1937-1945	
	Nº	Percentual
Político	01	14,3
Militar	01	14,3
Funcionário público	02	28,6
Funcionário de Justiça	01	14,3
Professor	01	14,3
Militar e político	01	14,3
Total	07	100,0

Ao agruparmos as funções de político e militar, teremos três parentes com estas atividades. Segue o mesmo padrão da elite anterior, mas não mantém a predominância das atividades que a elite anterior apresentava. Passemos aos exemplos:

Ernesto Rodrigues Dornelles foi interventor federal de setembro de 1943 até novembro de 1945, era filho do general Ernesto Francisco Dornelles e primo de Getúlio Dornelles Vargas, político. Importante ressaltar que, diretamente, Ernesto Rodrigues Dornelles era neto de militar que também fora estancieiro. Seu avô materno, Serafin Dornelles, além de atividades militares, exerceu as atividades de comerciante e proprietário rural em São Borja. Um típico representante da elite política anterior: militar/estancieiro/político. Mas é o único exemplo nessa elite.

Oswaldo Cordeiro de Farias, também interventor federal no Rio Grande do Sul, era filho do oficial do exército, Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias.

Gaston Englert é exemplo de pessoa que ingressa pela primeira vez na esfera política durante a vigência do Estado Novo. Seu pai, Luis Englert, foi político.

A permanência desta característica, militar/estancieiro/político, predominante na elite anteriormente analisada, nessa elite política mantém de forma tênue esta característica. Ou seja, há permanência de resquícios dessa característica, não mantendo predominância, o que já configura uma mudança significativa.

Os políticos que tiveram a herança familiar vinculados às atividades de funcionários públicos e da justiça se mantiveram em três pessoas. Em virtude do número total dos integrantes dessa elite ser reduzida, a atividade de funcionários públicos e da justiça vai percentualmente se elevar, e se igualar às atividades de político e militar: 42,9%. Ou seja, se a elite política do período de 1930-1937 estava predominantemente vinculada às atividades de militar/estancieiro/político, na elite constituída na vigência do Estado Novo, tal se mantém, mas empata numericamente com os funcionários públicos e da justiça.

Passamos aos exemplos dos políticos que tiveram familiares exercendo atividades de funcionário público e da justiça:

Herófilo Carvalho de Azambuja, secretário da Justiça em 1943, era filho de Armando Azambuja, funcionário da justiça.

Joaquim Maurício Cardoso atuou como secretário do Interior em 1937, interventor interino no estado de 19 de janeiro até 4 de março de 1938 e secretário da Agricultura, até maio de 1938. Seu pai, Melquisedeque Matusalém Cardoso, era funcionário público.

Walter Só Jobim, Secretário das Obras Públicas de 1937 até 1939 e de 1943 a 1945, era filho de Labieno Jobim, funcionário público.

A atividade de professor, que aparece num parente de um dos integrantes, demonstra um indício de heterogeneidade dessa elite política. Casualmente o exemplo é do interventor que assumiu o cargo em 1937. Passamos ao exemplo:

Manoel de Cerqueira Daltro Filho, interventor nomeado por Getúlio Vargas, antes mesmo de ocorrer o golpe do Estado Novo, é o integrante que vai estabelecer esta heterogeneidade na elite política. Seu pai, Manuel de Cerqueira Daltro, exerceu as atividades de professor de humanidades.

No entanto, é este mesmo cargo, de interventor, que vai restituir as características marcantes da elite política anteriormente analisada – 1930-1937. Osvaldo Cordeiro de Farias era filho de militar; e seu sucessor, Ernesto Rodrigues Dornelles, era filho de militar e neto de estancieiro. Paulatinamente, parece que a elite política rio-grandense, no decorrer do Estado Novo, conseguiu recuperar a hegemonia no poder político. Pelo menos, até agora, quando analisamos as heranças e o legado familiar dos integrantes da elite política. Acompanhamos esta idéia, além da característica de heterogeneidade nessa elite, analisando outros dados biográficos de seus integrantes.

2.3.2 Escolaridade

Como já referimos, a elite política desse período constituiu-se de 31 integrantes. Desse total, conseguimos informação sobre a escolaridade de 20 pessoas. Vejamos os números conforme a tabela abaixo:

Tabela 15: ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR segundo o número de ocorrências e porcentagem no período 1937-1945

Escolaridade	Período 1937-1945	
	Nº	Percentual
Curso Superior	16	80,0
Sem educação superior	01	5,0
Militar	03	15,0
Total	20	100,0

Há uma elevada concentração de indivíduos que tinham o curso superior, com 16 integrantes. Somente um político não teve educação superior. Por último, três políticos que tiveram formação militar.

O padrão de escolaridade dessa elite segue as mesmas características da elite anterior, ou seja, um número elevado de pessoas com curso superior e somente uma pessoa sem educação superior. Ao realizar uma análise comparativa, tomamos os percentuais como referência e teremos queda dos índices nessa elite em relação à primeira. Nessa elite 80% têm curso superior, na elite anterior a porcentagem era de 93,8%.

A queda é significativa e é compensada nos políticos sem curso superior: na elite anterior era de 1,2%, nessa passa para 5%. Com relação à escolaridade vinculada aos militares, na primeira elite teremos o percentual de 4,9%, e nessa elite de 15%. Esses percentuais nos dão mais um indicativo das mudanças que ocorreram na elite política de 1937-1945. Mas fica evidenciado o grau de homogeneidade dessa elite política se considerarmos a formação superior dos indivíduos.

No entanto, esta característica que sustenta a homogeneidade na elite política é a mesma característica que a distancia do restante da população gaúcha. Passamos a analisar a tabela abaixo, vinculando-a com a população total do Rio Grande do Sul, que era de 3.320.689 habitantes em 1940. Desse total de habitantes, 53% da população rio-grandense eram analfabetos.⁵⁵

⁵⁵ Fundação de economia e estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS de 1803-1950. Porto Alegre: 1981, p. 190.

Tabela 16: Pessoas com mais de 10 anos que possuem curso completo ou diploma de estudos, por grau de ensino – RS – 1940

Grau elementar	Grau médio	Grau superior	Não declarado	Total
74.193	26.015	8.292	4.606	113.106

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981. p. 144.

A população do Rio Grande do Sul, em 1940, com curso superior, era de 0,24%. A elite política do período de 1937-1945 era composta de 80% de indivíduos que tinham realizado estudos em níveis superiores. Ou seja, a elite política contava com elevada concentração de pessoas com curso superior, em oposição à população em geral, que contava com baixíssimos índices de escolaridade superior.

Passamos a analisar quais os cursos mais freqüentados pela elite política, conforme tabela abaixo:

Tabela 17: ESCOLARIDADE segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1937-1945

Escolaridade	Período 1937-1945	
	Nº	Percentual
Direito	14	70,0
Engenharia	01	5,0
Medicina	01	5,0
Militar	03	15,0
Sem educação superior	01	5,0
Total	20	100,0

A tabela demonstra um elevado percentual de políticos que tinham realizado o curso de direito, com 14 integrantes; seguidos de engenharia e medicina, com um integrante em cada curso. Há uma diferença em relação à elite rio-grandense do período de 1930-1937, pois teremos uma queda significativa dos que tinham uma formação em medicina: na anterior a porcentagem era de 21%, e nessa é de 5%.

Voltamos a ter uma característica do padrão das elites brasileiras pesquisadas em Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco. Citamos o exemplo de São Paulo:

Outro indicador da homogeneidade do grupo é dado pela extensão e tipo de educação recebida por seus membros. Menos de 8% não tinham um diploma universitário, sendo, em sua maioria, pessoas nascidas antes de 1869, fazendo sua carreira política numa época em que a educação superior não era tão essencial para galgar os postos mais elevados. Mais de três quartos do grupo todo eram bacharéis formados em direito ou medicina; 63% receberam o diploma na Faculdade de Direito, localizada na capital paulista. [...]. No período em estudo, algum tipo de diploma de curso superior constituía praticamente uma condição *sine qua non* para o acesso à elite. Em consequência, o recrutamento político se dava dentro de um contexto extremamente restrito: mesmo por volta de 1940, somente um em cada 250 paulistas era portador do diploma universitário.⁵⁶

Na elite rio-grandense, 5% não tinham curso superior. Quinze por cento tinham formação militar, e os outros 80% tinham formação superior. Um dado que difere da elite paulista é que a elite rio-grandense, em sua maioria, 70%, tinha curso de direito. E outro dado para confrontar com a elite paulista era que no Rio Grande do Sul um em cada 400 gaúchos tinha curso superior, conforme Censo de 1940. Destacadas essas diferenças entre a elite paulista e a rio-grandense, passamos a verificar o local onde efetuaram os cursos superiores, pois, conforme Joseph Love, a grande maioria da elite paulista, 63%, era formada na Faculdade de Direito de São Paulo.

Foram 71%, ou dez integrantes da elite política rio-grandense, que realizaram o curso superior na Faculdade de Direito em Porto Alegre, e os outros quatro, 29%, são políticos dos quais não conseguimos informações sobre o local onde realizaram o curso. Esse dado contribui com mais um elemento sobre o do grau de homogeneidade dessa elite política, com percentuais muito próximos da elite política paulista pesquisada por Joseph Love.

O que podemos precisar é que um número significativo deles não foi contemporâneo de Getúlio Vargas. Esse realizou o curso de direito em Porto Alegre, tendo se formado por volta de 1908, e alguns integrantes da elite política do período em pauta demonstram que estudaram em datas posteriores. Por exemplo: Alberto Pasqualini se formou em 1929; Eurico Rodrigues em 1926; Francisco Juruema em 1932; Herófilo Carvalho de Azambuja em 1923; José Pereira Coelho de Souza em 1924; Moyses de Moraes Vellinho em 1926; Olivério de Deus Vieira Filho em 1922; e Telmo Dias de Castro Vergara em 1931. Ou seja, oito

⁵⁶ LOVE, Joseph L. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 217.

integrantes realizaram seus cursos durante a década de 20 e início da década de 30, na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Mais um indicativo do grau de homogeneidade dessa elite política rio-grandense.

Primeiramente, queremos salientar que a elite política rio-grandense que atuou durante o Estado Novo era mais homogênea se comparada à elite que atuou no período compreendido entre 1930-1937. Essa homogeneidade se refere a sua escolaridade, por ter uma grande concentração de integrantes que realizaram o curso superior em direito e na Faculdade em Porto Alegre. Além disso constatamos que um número elevado realizou o curso na década de 1920 e início da década de 30, portanto foram contemporâneos entre si. Essa característica ficou muito próxima da elite política analisada por Love, que também constatou um grau de homogeneidade nos paulistas. Passaremos à análise das profissões para constataremos se a homogeneidade se manterá nessa elite política.

2.3.3 Profissão

Dos 31 políticos que integram essa elite política, conseguimos informações sobre 23 pessoas, atingindo 74% de informações profissionais. Dessas, 78% têm as suas atividades profissionais vinculadas ao Estado: funcionário público, advogado, funcionário da justiça e militar, conforme a tabela abaixo:

Tabela 18: PROFISSÃO segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1937-1945

Profissão	Período 1937-1945	
	Nº	Percentual
Funcionário público	09	39,17
Advogado	04	17,4
Médico	01	4,34
Proprietário rural, estancieiro	01	4,34
Professor	02	8,69
Militar	04	17,38
Empresário (ind./com.)	01	4,34
Presidente Tribunal de Justiça	01	4,34
Total	23	100,0

Este elevado índice, 74% das profissões exercidas por políticos vinculadas às burocracias estatais, nos leva a constatar uma homogeneidade nessa elite política. Passamos aos exemplos de alguns políticos:

Miguel Ângelo Viana Tostes iniciou suas atividades de funcionário público em Santo Ângelo como promotor público, passando a delegado de polícia em Porto Alegre, e ainda foi secretário das Finanças e da Justiça no Rio de Janeiro. Possivelmente estas atividades iniciais foram realizadas a partir na década de 20, pois em 1930, após a chegada de Getúlio Vargas ao poder federal, passa a assumir cargos no executivo no Rio de Janeiro e posteriormente no Rio Grande do Sul. Ele não tinha atuado como político, e possivelmente era uma pessoa de confiança de Getúlio Vargas.

Moysés de Moraes Vellinho, funcionário público, exerceu as atividades de promotor público em Caxias do Sul em 1926, e em Jaguarão em 1927. Foi inspetor de ensino em Porto Alegre, chefe do gabinete da Secretaria do Interior do Rio Grande do Sul de 1928 até 1930, oficial de gabinete do Ministério da Justiça no Rio Janeiro, em 1931, e do Ministério do Trabalho, e finalmente ministro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Herófilo Carvalho de Azambuja foi funcionário público, exercendo atividades de juiz distrital em Dom Pedrito em 1923 e em Porto Alegre em 1924. Foi oficial de corpo auxiliar da Brigada Militar em Porto Alegre em 1924/1925, delegado de polícia em 1925/1929, inspetor escolar estadual em 1929/1932, advogado em Porto Alegre em 1932/1937, promotor público em 1932/1937, promotor da Justiça Militar do Rio Grande do Sul em 1938/1939, diretor geral da Secretaria de Educação e Cultura em 1940/1942, presidente do IPE, e diretor da Defesa Civil-anti-aérea em Porto Alegre em 1945.

Olivério de Vieira Filho foi funcionário público, iniciando como telegrafista e depois foi promotor público em São Gabriel e em Porto Alegre.

Alberto Bortoluzzi Pasqualini foi advogado em Porto Alegre.

Camilo Martins Costa também foi advogado.

Ernesto Rodrigues Dornelles foi militar, mas também foi chefe de polícia em Minas Gerais.

Manoel de Cerqueira Daltro Filho foi militar. Iniciou sua carreira no 6º Regimento de Artilharia da Campanha em Curitiba, serviu no 4º Regimento de Infantaria em Curitiba. Foi

promovido a primeiro-tenente em 1913, a capitão em 1919, comando da 3^a Companhia de metralhadora no Rio de Janeiro, ajudante de ordens do Presidente da República, com o posto de major em 1922/1926 e tenente-coronel em 1925. Adido militar nas embaixadas do Brasil na Bélgica e na França em 1926/1929. Promovido a coronel em 1928, comandou 7^o Regimento Infantaria em Santa Maria em 1929; comandante do 3^o RI em Praia Vermelha no Rio de Janeiro em 1933; comandante da 2^a RM em São Paulo em 1933. Presidente da comissão administrativa do exército no Rio de Janeiro em 1934; comandante da 8^a RM em Maranhão no período de 1935/1936. Diretor da engenharia do exército em 1936. Promovido a general de divisão, foi para o comando da 5^a RM em Curitiba em 1937 e, finalmente, comandante da 3^a RM no Rio Grande do Sul em 1937. Assumiu a interventoria no Rio Grande do Sul em outubro de 1937, quando da renúncia de Flores da Cunha.

Oswaldo Cordeiro de Farias foi militar com a seguinte carreira: oficial do exército, serviu nas guarnições federais de Santa Maria em 1922; em Quitaúna, em São Paulo, em 1931; e Curitiba em 1934. Chefe da seção motorizada do Estado Maior do Exército no Rio de Janeiro em 1936; do Estado Maior da III RM em Porto Alegre, em 1937. Comandante da III Região Militar em Porto Alegre em 1938. Promovido a general e reformado no posto de marechal. Assumiu a interventoria em 1938 até 1943.

La Hire Guerra foi desembargador do Superior Tribunal do Estado, assumindo a Presidência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no período de 1937-1945.

Os políticos acima demonstram que a carreira política estava integrada às burocracias do Estado, alguns, inclusive, só foram alçados a cargos políticos, pois eram partes integrantes da burocracia do Estado brasileiro. As carreiras profissionais das pessoas descritas apresentam características comuns, o que novamente nos leva a frisar a homogeneidade de suas carreiras profissionais (advogados, funcionários públicos, da justiça e militares) entrelaçando-se com a carreira política durante a vigência do Estado Novo.

Os outros integrantes, num total de 26% dos postos na elite política rio-grandense, apresentam atividades profissionais das mais variadas: médico, proprietário rural e empresário, cada um com um integrante; e dois integrantes exerciam as atividades de professor. Formam eles um conjunto pequeno, bastante heterogêneo, e que não colocaria em risco o grande grupo de funcionários públicos, da justiça, militares e advogados. Vamos a estes exemplos:

Ataliba de Figueiredo Paz foi diretor da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, em Pelotas, e professor da Escola de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre. Posteriormente ao Estado Novo assumiu a direção regional do SENAI no Rio Grande do Sul e foi presidente da Companhia Rio-grandense de Adubos.

José Pereira Coelho de Souza exerceu as atividades de professor de ensino superior em Porto Alegre, na área de História e Filologia. Posteriormente ao Estado Novo ingressou na carreira diplomática, tornando-se embaixador extraordinário.

Oscar Carneiro da Fontoura era proprietário rural, tendo ocupado o cargo de diretor do Instituto de Carnes no Rio Grande do Sul, apesar de termos vaga referência de ter sido médico.

Viriato Pereira Dutra exerceu as atividades de médico.

Gaston Englert iniciou as atividades profissionais como comerciante, e depois passou a ser empresário.

Esse grupo apresenta-se heterogêneo quanto às atividades profissionais. Em virtude dessa característica, não foi um grupo político coeso, com intuito de apresentar propostas dos segmentos sociais a que pertenciam. E com esta pouca coesão não tinham força política para se contrapor aos outros integrantes, que formaram uma grande maioria, com um forte vínculo com o Estado. Desse grupo heterogêneo é que saíram dois nomes para compor a secretaria estadual quando Daltro Filho assume a interventoria no Rio Grande do Sul: Viriato Dutra na Secretaria da Agricultura, ficando somente de 1937 até março de 1938; e Oscar Carneiro Fontoura, que foi secretário da Fazenda durante todo o período do Estado Novo, inclusive retornando em 1946, ficando até 1951 como secretário. Naturalmente passou às fileiras do Partido Social Democrático (PSD), em 1945.

Neste capítulo não procederemos à análise que fizemos no capítulo anterior, das características da população do estado conforme o censo de 1940, para verificar a representatividade da elite com relação à população. Os motivos da não realização dessa análise decorrem do fato de os índices ligados às atividades profissionais terem se elevado na elite que atuou durante o Estado Novo. E, portanto, devemos salientar que efetivamente ocorreu um agravamento da falta de representatividade na elite política rio-grandense com relação à população do Rio Grande do Sul, no que tange às atividades profissionais.

Se a elite que atuou durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul teve um maior grau de homogeneidade, tal se deu em virtude de um número significativo de integrantes terem sido retirados dos cargos legislativos e até do executivo. Apesar de todo o esquema eleitoral que ainda existia no pós-30, como herança de processos eleitorais ilegítimos oriundos da República Velha, ainda era possível tornar um pouco mais representativos os diferentes segmentos sociais que compunham a sociedade rio-grandense. Numa ditadura, como foi o caso do Estado Novo, este grau de representatividade acabou por ser agravado. Daí o grau de heterogeneidade, que na elite anterior era característica marcante, e que viria a ser dilapidado nesse período.

2.3.4 Local de Nascimento

Na elite política que atuou durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul conseguimos dados de 19 integrantes relativos ao local de nascimento, conforme tabela abaixo:

Tabela 19⁵⁷ – Local de nascimento segundo o número de ocorrência e percentual no período de 1937-1945

Regionalizações do RS	Número	Percentual
Campanha	6	31,58
Campos de Cima da Serra	0	
Campos do Centro/Missões	3	15,79
Capital	2	10,53
Colonial	1	5,26
Depressão Central	4	21,05
Litoral	0	
Serra/Encosta do Sudeste	1	5,26
Sem informação	0	
Outros estados	2	10,53
Exterior	0	
Total	19	100

⁵⁷ Tabela confeccionada pelo técnico administrativo Valdecir Schenkel do Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Ciências Sociais da Unijuí, com base em nosso Banco de Dados, em anexo.

Nessa tabela, apresentamos as cidades onde nasceram dezenove integrantes da elite política rio-grandense. As regiões que não tiveram representantes foram Campos de Cima da Serra e o Litoral. As outras regiões do estado tiveram as seguintes representações: Campanha, com seis integrantes; Depressão Central com quatro; Campos do Centro/Missões com três; a Capital com dois integrantes; e a região Colonial e Serra/Encosta do Sudeste com um representante cada. Ainda temos informações de dois políticos que nasceram em outros estados brasileiros.

Novamente a Campanha será a região que teve uma maior concentração de indivíduos, mas não será hegemônica. Continuamos a sustentar que as alianças entre as regiões deveriam se fazer necessárias em virtude de não apresentarem essa hegemonia. Se é que este critério, do local de nascimento, fosse parâmetro para decisões no campo político.

Nossa argumentação continua nessa direção, pois acreditamos que dependendo da região de onde provinha o político, as necessidades de provimento do Estado eram diferenciadas. Em outras palavras, os representantes da Campanha, originalmente os que tiveram ascendência no poder político no estado, estavam interessados em políticas que atendessem suas produções vinculadas à pecuária e uma estrutura fundiária de maior porte. Diferentemente, por exemplo de representantes que tivessem ligações com as regiões Coloniais, onde as atividades estavam mais vinculadas à produção agrícola e a estruturas fundiárias de pequeno porte. Mesmo assim, a tradição se manteve: a Campanha ainda tinha um percentual de 31,58%, em segundo lugar a Depressão Central, com 21,05%, em terceiro os Campos do Centro/Missões, com 15,79%. As características comuns dessas regiões, poderiam, grosso modo, estar vinculadas a uma identidade: atividades de pecuária com uma estrutura fundiária de médias e grandes unidades.

Em oposição ao agrupamento que realizamos acima, teremos a região da Capital com índice de 10,53% e a região Colonial com 5,23%, relativo ao local de nascimento. A primeira região com uma alta concentração populacional, e a segunda como a região mais populosa do estado, conforme o censo de 1940. Passamos a elaborar uma análise comparativa entre a população do Rio Grande do Sul com a origem de nascimento dos políticos que atuaram durante o Estado Novo:

Tabela 20: População segundo regiões do Estado do Rio Grande do Sul – Censo de 1940

Regionalizações do RS	Nº de municípios	População absoluta	População relativa - %
Campanha	13	380.525	11,45
Campos de Cima da Serra	4	133.560	4,02
Campos do Centro/Missões	11	586.046	17,64
Capital/Metropolitana*	5	351.289	10,57
Colonial	28	967.131	29,11
Depressão Central	8	298.798	8,99
Litoral	6	206.766	6,22
Serra/Encosta do Sudeste	13	396.574	11,94
Total	88	3.320.689	100,00

Fonte: Fundação de Economia e Estatística *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: 1981, p. 147-148.

(*) Incluídas as regiões de Viamão, Canoas e Guaíba.

Em 1940, a região Colonial apresentava a maior concentração populacional no Rio Grande do Sul, com 29,11% da população total do estado, que era de 3.320.689 habitantes. No entanto, é uma das regiões que tem o menor índice de representantes da elite política que teriam nascidos na região Colonial, com 5,26%. Este dado é significativo, pois apontam mudanças, que ainda não haviam se efetivado no poder político do Rio Grande do Sul, sendo que a própria elite durante o Estado Novo seria menos representativa que a elite anteriormente analisada, quanto a este aspecto. Nessa elite política, a região Colonial ficou em quinto lugar no que se refere aos seus integrantes.

A segunda região de maior concentração populacional é Campos do Centro/Missões, com 17,64%. Em relação aos políticos, esses estavam em terceiro lugar, com 15,79%, região com maior equilíbrio em termos de representatividade.

A terceira região em termos populacionais é a Serra/Encosta do Sudeste, com 11,94% e com 5,26% na representação dos políticos, portanto em quinto lugar. Essa foi uma queda significativa de representatividade de políticos nascidos nessa região e que integraram a elite política durante o Estado Novo.

A quarta região populacional é a Campanha, com 11,45%, sendo a primeira em termos de representatividade dos integrantes dos políticos, ficando com percentual de 31,58%. Está

numa situação parecida com a região Colonial, de forma inversa, um número elevado de políticos nascidos nessa região, em relação ao percentual populacional.

A quinta região populacional é a Capital/Metropolitana, com 10,57%, estando a posição de políticos nascidos nessa região em quarto lugar, com 10,53%, sendo a região com maior equilíbrio de representatividade.

A sexta região é a Depressão Central, com um índice populacional de 8,99% e ficando com representantes de políticos em segundo, com percentual de 21,05%, estando com baixa representatividade.

As outras duas regiões, Litoral em sétimo lugar, com 6,22%, e Campos de Cima da Serra em oitavo lugar, com 4,02%, ambos sem nenhum representante na elite política que atuou durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul.

Dois regiões apresentam dados opostos: a Campanha e a região Colonial, locais que possivelmente passaram a sofrer as maiores alterações no pós-1945, as quais analisaremos no capítulo seguinte de nossa pesquisa.

Em relação aos dados até aqui apresentados, podemos afirmar que se manteve uma representatividade de praticamente todas as regiões do estado, com exceção de duas, sem nenhuma representação na elite. Como podemos constatar não ocorria um equilíbrio em relação ao total da população com o número de políticos nascidos nas respectivas regiões. Isto ocorreu em virtude de não termos processos eleitorais, com que no pós-1945 esse dado seria novamente relevante.

Se compararmos esses dados com os da elite anterior, teremos duas possibilidades; em primeiro lugar, regiões onde não ocorreram alterações, se situarmos numa ordem decrescente de políticos de cada região; e outras regiões onde houve alterações. Passamos para aqueles em que não ocorreu alteração: Campanha, em primeiro lugar, em ambas as elites; a região Colonial se mantendo em quinto lugar; e os Campos de Cima da Serra sem nenhum integrante. Todas as outras regiões sofreram alterações: Campos do Centro/Missões, de sexto lugar para terceiro; Capital, de segundo para quarto lugar; Depressão Central, de quarto para segundo lugar; e Serra/Encosta do Sudeste, de terceiro para quinto lugar; e o Litoral, que estava em sexto lugar e na segunda elite não conseguiu manter nenhum integrante.

São alterações que mostram que as regiões do Rio Grande do Sul, em quase sua integralidade, conseguiram manter representações na elite política durante o Estado Novo. Isso se torna importante em nossa análise, devido às diferenças históricas pelas quais cada região do estado foi marcada, e que levaram a gerar uma sociedade heterogênea. Se esta sociedade fosse heterogênea, até que ponto a elite política também o seria? Na elite anteriormente analisada afirmamos que a partir dos nossos dados a elite política tinha essa característica. Se for heterogênea, isto ocorreu devido à sociedade ter conseguido realizar uma circularidade na elite política, e essa naturalmente seria heterogênea, o que poderia ocasionar disputas políticas acirradas no estado. Tais questões já foram constatadas no capítulo anterior, no período compreendido entre 1930-1937.

Quando analisamos a cidade de origem dos políticos, queríamos ver se havia uma região hegemônica que conseguisse chegar ao poder, e constatamos que mesmo durante a vigência do Estado Novo isso não foi possível ocorrer. A heterogeneidade persistiu, apesar da centralização política que estava ocorrendo, em âmbito federal e estadual.

Outro dado relevante é a chegada de Daltro Filho ao poder político no Rio Grande do Sul, pois foi um dos integrantes da elite nascido em Cachoeira, estado da Bahia. No entanto essa característica, no primeiro trimestre de 1938, já é alterada: assume a interventoria federal o militar Osvaldo Cordeiro de Farias, nascido em Jaguarão, no Rio Grande do Sul. Francisco Juruema atuou como representante da interventoria junto ao Conselho Administrativo de Estado, de 1939 a 1945, nasceu em Corumbá, estado do Mato Grosso. Todos os outros dezessete integrantes que serviram de base para a Tabela 20 referente ao **Local de Nascimento** eram naturais do estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, a característica da elite política quanto ao local de nascimento caracterizou-se como heterogênea, não tendo nenhuma região elevado número de pessoas que integrou a elite desse período ora analisado.

2.3.5 As Três Gerações da Elite

Com relação às três gerações da elite política, conseguimos os dados de dezoito integrantes para os que atuaram durante o Estado Novo. Apresentamos os dados na tabela 21, abaixo relacionados:

Tabela 21: PERÍODO DE NASCIMENTO segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1937-1945

Faixa Idade Nascimento	Período 1937-1945	
	Nº	Percentual
1881 a 1900	13	72,2
Após 1900	05	27,8
Total	18	100,0

Nessa tabela, não temos nenhum integrante nascido até 1880, e somente cinco integrantes nascidos após 1900. Portanto, um índice de 72,2%, totalizando treze integrantes na faixa de nascimento entre 1881 a 1900. Estes dados nos levam a afirmar que era uma elite homogênea do ponto de vista do ano de nascimento.

Um primeiro aspecto que podemos aventar foi de que no período do Estado Novo os integrantes mais *velhos* foram retirados do poder político no Rio Grande do Sul. Ficou mais hegemônico o grupo girando em torno de 37 a 56 anos, sem, entretanto, se descuidar de cooptar integrantes mais novos, mesmo que esse número fosse bastante reduzido, ou seja, de cinco pessoas, que teriam em 1937, 37 anos ou menos.

Passamos a nomear, com alguns exemplos, o grupo *maturidade*, que acabou ficando hegemônico no poder político no estado e na sua carreira política:

Adroaldo Mesquita da Costa nasceu em 1894, portanto estaria em 1937 com 43 anos. Inaugurou sua carreira política como constituinte federal em 1934, estando com 40 anos. Ernesto Rodrigues Dornelles nasceu em 1897, estando com 40 anos em 1937. Estreou na política no cargo de interventor do estado em 1943, com 46 anos. Herófilo Carvalho de Azambuja nasceu em 1899, estando com 38 anos em 1937. Entrou na política no cargo de intendente em Dom Pedrito em 1924, estando com 25 anos. Miguel Ângelo Viana Tostes nasceu em 1898. Em 1937 tinha 39 anos. Entrou para a política em 1938 como interventor substituto e secretário do Interior, estava com 40 anos. Walter Só Jobim nasceu em 1892, tendo em 1937, 45 anos. Iniciou sua carreira política em 1935, como deputado federal, com 43 anos. Todos esses políticos formam o grupo que denominamos de *maturidade*, tendo em comum participarem de uma mesma geração, grupo esse predominante no poder político no Estado.

Passamos a ilustrar o grupo que denominamos de *juventude*, ou seja, os nascidos após 1900, estando em 1937, com 37 anos ou menos:

Telmo Dias de Castro Vergara nasceu em 1909. Em 1937 tinha 32 anos. Estreou na política com o cargo de consultor técnico do Conselho Administrativo de Estado. Oscar Carneiro da Fontoura nasceu em 1900, portanto, em 1937 contava com 37 anos. Foi secretário da Fazenda, em 1937, cargo que ocupou estreando na política, também, com 37 anos. Osvaldo Cordeiro de Farias nasceu em 1901 e, em 1937, contava com 36 anos. Foi interventor do estado em 1938, com 37 anos. Francisco Juruema nasceu em 1910, em 1937 tinha 27 anos. Atuou como representante do interventor junto ao Conselho Administrativo de Estado a partir de 1939, estando com 29 anos. E, por último, Alberto Bortoluzzi Pasqualini, que nasceu em 1901, e em 1937 tinha 36 anos. Iniciou sua carreira política como vereador em Porto Alegre em 1935, estando então com 34 anos.

A respeito desses dois grupos, o da *maturidade*, em maior número, e o da *juventude*, com reduzido número de integrantes na elite política, podemos concluir que durante a vigência do Estado Novo não ocorreu, de forma integral, uma recomposição de políticos nas esferas do poder do Estado. No entanto, pudemos constatar que diante da não permanência do grupo que havia nascido até 1880, efetivamente ocorreu o desalojamento de pessoas pertencentes ao grupo que denominamos de *velhice*.

Essa falta de integrantes do grupo *velhice* pode ser um indicador de que durante o Estado Novo, no Rio Grande do Sul, os políticos que atuavam de forma mais intensa na política durante a República Velha foram retirados do poder no estado ou ainda, não aceitando as regras de um Estado autoritário, acabaram não integrando o governo e na medida do possível realizaram um processo de oposição, apesar da censura que vigorou nesse período.

A propósito da elite política, analisada no primeiro capítulo da nossa pesquisa, pudemos comprovar que era um grupo heterogêneo e provocava uma recomposição no poder. Isso não pode ser afirmado nessa elite política que atuou durante o Estado Novo, que foi uma elite mais homogênea, nesse aspecto, não ocorrendo circularidade no poder político. Para melhor argumentação, passamos à análise dos integrantes da elite política em cargos públicos.

2.3.6 Participação nos Cargos Públicos

A participação de pessoas nos cargos públicos, durante o Estado Novo, trará mais informações sobre a possibilidade de confirmar ou não a circularidade no poder no Rio Grande do Sul. Também confirmar o número de políticos que já atuavam antes de 1937 e que continuaram no poder político nesse período.⁵⁸

A elite política que atuou durante o Estado Novo foi composta de 31 integrantes. Conseguimos elaborar uma Árvore das funções políticas, conforme anexo V, onde mapeamos a atuação de 24 políticos e as respectivas funções que desempenharam até 1945. A partir dessa Árvore das funções políticas elaboramos a tabela abaixo:

Tabela 22: Número de participação em cargos públicos do período de 1937-1945

Uma função	Duas funções	Três funções	Quatro funções	Total
14	04	03	03	24

Fonte: anexo V.

Essa tabela nos indica um elevado número de políticos que tiveram somente uma função pública, ou seja, 14 pessoas. Esse número indica que esses integrantes que tiveram somente um cargo foram cooptados durante a vigência do Estado Novo, cargos antes ocupados por políticos. Essa característica fez com que a circularidade do poder fosse muito restrita. Passamos a citar algumas pessoas que tiveram somente um cargo, vamos aos exemplos:

Antonio R. M. Leite foi secretário das Obras Públicas e Saneamento no período de 1939 até 1943. Arlindo Teixeira foi secretário do Conselho Administrativo de Estado entre 1938-1945. Ataliba de Figueiredo Paz foi secretário da Agricultura de 1939 até 1945. Camilo Teixeira Mércio e Carlos Eurico Gomes foram membros do Conselho Administrativo de Estado entre 1939 até 1945. João Antonio Nogueira foi secretário da Justiça entre 1944 e 1945. José Acióli Peixoto foi presidente do Conselho Administrativo de Estado de 1939 até

⁵⁸ Acerca da estrutura de poder que se consolidou durante o Estado Novo, ver o importante texto de DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes. In: FAUSTO, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983. Tomo III, p. 77-120. v. 3.

1945. Osvaldo Cordeiro de Farias foi interventor do estado entre 1948 até 1943. Todas essas pessoas não tinham carreira política anterior ao golpe do Estado Novo. Interessante é que das pessoas que tiveram somente um cargo, todas iniciaram em cargos de âmbito estadual.

Passamos ao grupo da elite que exerceu duas funções: Manoel de Cerqueira Daltro Filho foi interventor em São Paulo em 1933 e assumiu a interventoria no Rio Grande do Sul em 1937 até início de 1938, quando faleceu. Miguel Ângelo Viana Tostes assumiu a interventoria interinamente em 1938, e logo em seguida, de 1938 até 1943 foi secretário do Interior. São pessoas que ficam à disposição, dos que estão no poder, para ocuparem cargos, pois não apresentam em suas carreiras vinculações às atividades políticas de forma efetiva.

Algumas pessoas do grupo que exerceu três funções em cargos públicos possuem uma carreira política anterior ao Estado Novo: Alberto Pasqualini iniciou suas atividades políticas como vereador em Porto Alegre (1935), foi membro do Conselho Administrativo de Estado (1937 até 1943) e secretário da Justiça entre 1943 a 1944. Eurico Rodrigues foi intendente em Uruguaiana, subsecretário do governo do estado e membro do Conselho Administrativo de Estado de 1940 até 1946. Moysés de Moraes Vellinho foi constituinte estadual em 1935, deputado estadual de 1935 até 1937, e membro do Departamento Administrativo de Estado entre 1938-1945. Todas essas pessoas exerceram atividades políticas anteriores ao golpe do Estado Novo, sendo que dois com atividades políticas em âmbito municipal e Moysés de Moraes Vellinho, que já tinha sido integrante da elite política que analisamos no capítulo anterior, por ter pertencido ao legislativo estadual.

Ao outro grupo pertencem as pessoas que tiveram quatro ou mais funções: Adroaldo Mesquita da Costa iniciou suas atividades políticas como constituinte federal (1934), em 1935 é eleito constituinte estadual, foi deputado estadual de 1935 até 1937, e membro do Conselho Administrativo de Estado a partir de 1945. Joaquim Maurício Cardoso foi deputado estadual entre 1913-1914, integrou a Assembléia dos Representantes de 1929 até 1930, foi ministro da Justiça (1931-1932), constituinte federal (1934), constituinte estadual (1935) deputado estadual (1935-1937), secretário do Interior (1937), interventor interino entre janeiro e março de 1938, e por último secretário da Agricultura em 1938, quando faleceu. Walter Só Jobim foi deputado federal em 1935, quando renunciou, e secretário das Obras Públicas, por duas vezes, de 1937 até 1939, e de 1943 até 1945.

Os dois últimos grupos que exerceram três ou mais cargos políticos e públicos são efetivamente políticos que já os tinham acumulados em sua história pessoal. Trata-se de grupos reduzidos, se comparados ao primeiro, que tiveram somente uma atividade pública, ou seja, passaram a exercer cargos durante a vigência do Estado Novo.

Nesse aspecto, o grupo que exerceu somente uma atividade passou a caracterizar essa elite política como mais homogênea quanto a essas características. No entanto, o grupo de políticos que tinham já acumulado experiência antes do golpe continuaram a exercer alguma atividade em cargos públicos durante a vigência do Estado Novo. E é exatamente esse grupo que vai continuar na política, após o Estado Novo. Essa a dubiedade da política implementada pelo Governo de Getúlio Vargas: retirar do cenário político uma geração mais velha de políticos, mas conservar, mesmo que em reduzido número, um grupo que já atuava na política na década de 1930. Portanto, dos 31 integrantes da elite política que atuou no estado durante o Estado Novo, nove políticos já pertenciam à elite anterior, os quais foram: Adroaldo Mesquita Costa; Alberto Bortoluzzi Pasqualini; Camilo Martins Costa; Joaquim Mauricio Cardoso; José Pereira Coelho de Souza; Moysés de Moraes Vellinho; Olivério de Deus Vieira Filho; Viriato Pereira Dutra; e Walter Só Jobim.

Quando analisarmos a nossa terceira elite, que atuou no pós-1945, seguiremos acompanhado esse grupo e veremos em que grau se mantiveram na política rio-grandense. Pois teremos um segundo grupo que inicia as atividades públicas no Estado Novo e acaba se mantendo depois; e um terceiro grupo, que já atuava na década de 30 e só retorna em 1945 à vida política no estado.

Mas podemos afirmar que o Estado Novo, foi a tentativa de retirar velhos *caudilhos* que atuavam na política rio-grandense, só que em virtude de sermos um estado com uma formação social muito heterogênea, a elite política que passou a atuar também seria heterogênea, principalmente quando os processos eleitorais se encontravam vinculados ao número de eleitores com a vigilância de um aparato legislativo eleitoral, que propiciaria que os processos eleitorais fossem um pouco mais transparentes. Ou pelo menos com tentativas de iniciar um processo de mudanças significativas nos processos eleitorais, que até a República Velha eram marcados por características do cabresto.

No entanto, não foi isso que ocorreu com os integrantes da elite que atuaram durante a vigência do Estado Novo, pois apresentaram características de homogeneidade quanto à

escolaridade, profissão, geração e a participação em cargos públicos. Não será diferente com relação à participação em entidades, o que passamos a analisar a seguir.

2.3.7 Entidades: lugares de socialização do poder

Os integrantes da elite política que atuou durante o Estado Novo tiveram uma participação em entidades de cunho cultural, com um número de participantes elevado: sete integrantes, num total de dez que conseguimos mapear nessa elite, conforme a tabela a seguir, está a nos indicar isso.

Quanto às outras entidades que tiveram participação, foram elas: um integrante em entidade ligada a advogados, outro em economia e outros. Esses dados novamente confirmam que, apesar de os integrantes da elite política terem uma formação superior em direito, não era essa entidade que freqüentavam.

Tabela 23: PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1937-1945

Entidade	Entidade 1		Entidade 2		Entidade 3		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Letras/Cultura	4	66,7	2	66,7	1	100,0	7
Advogados	-	-	1	33,3	-	-	1
Economia	1	16,7	-	-	-	-	1
Outros	1	16,7	-	-	-	-	1
Total	6	100,0	3	100,0	1	100,0	-

O fato de a participação da elite política ter um peso significativo em entidades de cunho cultural, reforça mais uma característica do grau de homogeneidade dessa elite no período ora analisado. Passamos a algumas pessoas e entidades de cunho cultural de que participaram:

Adroaldo Mesquita da Costa foi sócio fundador do IHGRS e do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, além de membro do Instituto Brasileiro de Direito Social de São Paulo.⁵⁹

Eurico Rodrigues foi membro do IHGRS e do Instituto dos Advogados do Rio Grande Sul.

Francisco Juruema foi membro do Instituto Cultural Brasileiro-uruguaio e do Instituto de Cultura Hispânica.

José Pereira Coelho de Souza foi membro do IHGRS e da Academia Sul Rio-grandense de Letras.

Moysés de Moraes Vellinho foi membro do IHGRS, da Academia Portuguesa de Cultura Internacional e diretor da revista *Província de São Pedro*.

Walter Só Jobim atuou na Academia Rio-grandense de Letras.

Telmo Dias de Castro Vergara foi membro da Fundação Eduardo Guimarães em Porto Alegre.

Essas pessoas mantiveram uma tendência de maior participação no IHGRS, apesar de terem participado de outras entidades. Essa tendência de manter-se atuando no IHGRS já foi discutida no capítulo anterior, com a diferença de que neste período há uma concentração maior de pessoas que participaram dessa entidade.

Necessário se faz agora uma discussão sobre a vinculação que o governo estabeleceu com os intelectuais e a cultura, durante o Estado Novo. Em primeiro lugar, a permanência de intelectuais em cargos públicos se manteve; em segundo lugar, a produção desses intelectuais esteve vinculada a uma simbiose da identidade nacional e regional, que estava sendo discutida e construída desde a década de 20 no Brasil. Daniel Pécaut afirma:

É, portanto, reconhecido, tanto pelos contemporâneos como pelos historiadores, que o regime de Getúlio Vargas, até mesmo durante o Estado Novo, preservou para os intelectuais, e para os que estavam a seu serviço, uma ampla liberdade de criação.⁶⁰

⁵⁹ Adroaldo Mesquita da Costa também foi integrante da Ordem Primeira dos Irmãos Menores de São Francisco de Assis. Integrou essa entidade em período posterior à nossa pesquisa, pós-1947, quando já estava aposentado e viúvo.

⁶⁰ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 72.

No Rio Grande do Sul, como já analisamos no capítulo anterior, a identidade regional que estava sendo gestada era ligada à figura do gaúcho. Nossa pergunta é: continuou a construção desse mito? Acreditamos que, em virtude de termos um número significativo de imigrantes de origem européia que eram denominados de *colonos*, o governo estadual teve uma preocupação com o projeto de nacionalização⁶¹ dessas pessoas, ou seja, a incorporação desses sujeitos numa perspectiva identitária, a partir do mito do gauchismo.

O nacionalismo implementado pelo governo federal⁶² teve como aplicador dessa prática política a elite que dirigiu o estado do Rio Grande do Sul. Passamos a uma discussão conceitual do que seja nacionalismo no século XX. Montserrat Guibernau adverte que as abordagens atuais do nacionalismo são fragmentárias, pois foram inábeis em abordar dois atributos fundamentais, ou seja,

o caráter político do nacionalismo, como uma ideologia que defende a noção de que estado e nação devem estar em harmonia; e sua capacidade de ser um provedor de identidade para indivíduos cômicos de constituir um grupo baseado numa cultura, passado e projeto para o futuro comuns, bem como na fixação a um território concreto.⁶³

E salienta que o poder do nacionalismo decorre de sua habilidade de engendrar os sentimentos de pertencimento de uma comunidade específica. E considera que os símbolos e ritos vão desempenhar um papel de um senso de solidariedade entre os membros do grupo.

⁶¹ Sobre o processo de nacionalização desenvolvido pelo Estado Novo no município de Rolante (RS) ver em PETRY, Andréa Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o BRASIL DO BRASILEIRO!*... Campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo: Unisinos, 2003. (Dissertação em História). E o mesmo tema enfocando Panambi (RS) ver em NEUMANN, Rosane Márcia. *Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!* As colônias germânicas e a Campanha da Nacionalização. São Leopoldo: Unisinos, 2003 (Dissertação em História).

⁶² Importante citar o livro que pretende compreender o fenômeno Getúlio Vargas, focalizado numa perspectiva mais ampla do nacionalismo brasileiro e tem como objetivo de “examinar aquele relacionamento, traçando o desenvolvimento do nacionalismo, tanto antes do advento de Vargas ao poder, como durante os anos em que permaneceu como chefe de Estado, até a sua queda em 1945. Obediente a esse ponto de vista, é tríplice a tese aqui apresentada: em primeiro lugar, o nacionalismo brasileiro, que vinha se fazendo sentir, constantemente, desde fins do Século XIX, já alcançara um estágio relativamente elevado antes da revolução de 1930 – Vargas não foi, com certeza, o seu criador; em segundo lugar, a feição verdadeiramente característica do regime de Vargas foi o seu nacionalismo, que, ao mesmo tempo, criou um novo estilo para a política brasileira e representou, do ponto de vista político, um papel funcional, fortalecendo Vargas, oferecendo-lhe uma esfera mais larga de ação governamental do que existira anteriormente; em terceiro lugar, no que diz respeito à eficácia política, o nacionalismo brasileiro alcançou o seu apogeu sob o governo de Vargas, durante os anos do Estado Novo, 1937-1945, quando o regime se tornou crescentemente radical.” (LAUERHASS JÚNIOR, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1986, p. 15-16).

⁶³ GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 11.

O Rio Grande do Sul, a partir da decretação do Estado Novo, vai enfrentar, do ponto de vista político, a necessidade de incorporar no plano cultural *todos* os imigrantes que chegaram aqui, a partir do início do século XIX. Estes imigrantes, principalmente alemães e italianos, serão uma preocupação primordial neste processo de incorporação.

Examinando a documentação nos primeiros meses da vigência do Estado Novo no Rio Grande do Sul, sob a ótica do governo estadual, temos uma evidência desta preocupação. Esta será manifestada principalmente pela Secretaria de Educação, nas palavras do próprio secretário Coelho da Costa, quando afirma que a nacionalização do ensino na zona colonial, de forma mais específica da região italiana – Caxias, Garibaldi, Farrroupilha e Bento Gonçalves – está resolvida. A relação que ele estabelece é com relação às regiões de colonização alemã, pois Nei Britto, oficial da Instrução Pública, em visitas que fez a Candelária, Rio Pardo, Cachoeira, Ijuí, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, constatou que a nacionalização do ensino era precária. E relatou que,

no distrito de General Osório – que se desenvolveu o fato [...]. A frente do professor, um jovem teuto-brasileiro e de outras pessoas, formulei [...] perguntas aos alunos. [...] – Os alunos que forem brasileiros, levantem-se. Ninguém se mexeu. [...] – Os alunos que forem alemães, levantem-se. Todos os garotinhos, [...] ergueram-se de suas classes.⁶⁴

E continua a narrar outras histórias ocorridas em sua fiscalização, mas sempre fazendo referência às escolas de imigração alemã. Poderíamos estender essa referência também ao próprio interventor Cordeiro de Farias, que muitas vezes fez referências à nacionalização do ensino. Como podemos verificar, o nacionalismo tinha uma centralidade no período estadonovista, e o Estado tinha uma preocupação de homogeneizar culturalmente os diferentes grupos étnicos no Rio Grande do Sul.

Voltamos a alguns conceitos que a autora Montserrat Guibernau elabora:

o nacionalismo é um sentimento relacionado a uma pátria, uma língua, ideais, valores e tradições comuns, e também com a identificação de um grupo de símbolos (uma bandeira, uma determinada canção, peça de música ou projeto) que o definam como “diferente” dos outros. A conexão com todos esses signos cria uma identidade, e o recurso a essa identidade teve, no passado, como tem ainda hoje, o poder de mobilizar as pessoas.⁶⁵

⁶⁴ CORREIO DO POVO, 12 de agosto de 1938, p. 14.

⁶⁵ GUIBERNAU, Montserrat. Op. cit., 1997, p. 52.

E salienta a distinção que deve ser feita entre o Estado nacional, que é institucional, e o nacionalismo como um fenômeno essencialmente psicológico, que envolve necessidades e disposições distintas.⁶⁶

No caso do Rio Grande do Sul, teremos as práticas políticas para a consolidação do estado nacional a partir de um nacionalismo de brasilidade, e daí a necessidade de incorporação de grupos *estrangeiros* representados pelos imigrantes. A autora salienta que um dos aspectos mais característicos do nacionalismo é a sua capacidade de reunir pessoas de contextos culturais e níveis sociais diferentes. E acrescenta:

Assim o fazendo, o nacionalismo mostra que, por mais que os sentimentos nacionalistas tenham sido com freqüência estimulados e ideologicamente invocados por elites dominantes, eles não são apenas uma invenção das classes dirigentes, com o intuito de manter a lealdade incondicional das massas, fazendo-as acreditar que aquilo que pretensamente elas têm em comum é muito mais importante que o que de fato as separa.⁶⁷

Vejamos como a elite política no Rio Grande do Sul vai reproduzir um programa nacional coordenado pelo governo Getúlio Vargas, mas com características específicas quanto aos *estrangeiros* residentes no estado. Aqui manifesta mais uma vez a grande preocupação do governo estadual para com a educação quando a Liga de Defesa Nacional se propõe a criar *Centros de Brasilidade* nas escolas públicas. Esses centros, formados pelos alunos, sob a orientação dos diretores, têm o objetivo de “despertar nos educandos o interesse máximo e o máximo amor pelo Brasil e por tudo quando sendo brasileiros puder ser apontado como exemplo patriótico e digno de imitação e cada centro será inaugurado no dia 19 de novembro do corrente ano, que deverá ter nomeado por um brasileiro ilustre, já falecido, e consagrado na história do Brasil”.⁶⁸

Aqui manifesta a preocupação de construir uma memória vinculada à história do Brasil, em oposição ao que é estrangeiro, e a forma de transformar pessoas, diferenças sociais e culturais é criar laços de identificação comum em oposição ao estrangeiro. Conforme Eliana Dutra:

A importância da figura do inimigo estrangeiro nas manifestações nacionalistas de todo o tipo está em que este, além de excitar a fé patriótica do povo, cumpre um papel decisivo na autodefinição do grupo social e/ou nacional, ou ainda, para sermos mais precisos, na construção da identidade.

⁶⁶ GUIBERNAU, Montserrat, Op. cit., 1997, p. 53.

⁶⁷ Id., ibid., p. 53-54.

⁶⁸ CORREIO DO POVO, 9 de outubro de 1937, p. 7.

Daí o nacionalismo possuir certas vantagens gerais, enquanto portador de uma “explicação popular para o sofrimento” (Moore, 1987). Isso porque o inimigo é um alvo utilizado pelo nacionalismo, que faz recair sobre ele a culpa das mazelas da sociedade, constituindo-se, ao mesmo tempo, em objeto fácil para a “agressão simbólica diária”.⁶⁹

Toda a referência ao estrangeiro estaria vinculada como responsável por toda a instabilidade que poderia ocorrer nos planos sociais, econômicos, ou colocando em risco a nacionalidade e o espírito cívico, ou ainda um projeto da constituição de uma população que deveria constituir-se em uma única nação. Os discursos analisados por Eliana Dutra deixam claro que tanto no comunismo, quanto no fascismo ou no integralismo, o discurso sempre era vinculado ao estrangeiro.

Nossa proposta é verificar como a elite política rio-grandense vai produzir e implementar essas medidas nacionalistas em consonância com o governo federal. Montserrat Guibenu estudou o caráter político do nacionalismo, ou seja, a relação entre o nacionalismo e o estado nacional e o papel crucial do nacionalismo no discurso da legitimidade política. Acrescenta que pode haver dois tipos principais de nacionalismo

o inculcado pelos governantes do estado nacional, como um meio de homogeneizar sua população; e o das nações sem estado, incorporadas em estados nacionais maiores. Analiso os meios pelos quais ambos os tipos de nacionalismo agem: o primeiro, usando o poder do estado nacional, e o último, desenvolvendo contra-estratégias para rejeitar o “estado alheio”.⁷⁰

Conforme a autora, analisaremos os discursos do governo estadual quando estabelece as diretrizes para iniciar um processo de homogeneizar sua população. E novamente saliento o discurso do secretário da Educação e Saúde Pública:

A obra de integração das minorias de origem estrangeira em nossa nacionalidade se há de fazer como é desejo do governo da República e do Estado. Quem nascer no Brasil há de ser brasileiro, custe o que custar, haja o que houver. O Estado Novo foi feito para servir a Pátria e não para servir aos indivíduos ou grupos e, felizmente, já passou o tempo em que se sacrificavam os interesses nacionais às exigências do sufrágio universal. – O Brasil há de sair do regime atual grande e forte. E quem tentar se opor a esta obra patriótica, pode voltar pela porta por onde entrou.⁷¹

⁶⁹ DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 152.

⁷⁰ GUIBERNAU, Montserrat. Op. cit., 1997, p. 55-56.

⁷¹ CORREIO DO POVO, 27 de março de 1938, p. 3.

E para operacionalizar essas medidas, o governo estadual assinou um decreto em 7 de abril de 1938 para nacionalizar o ensino. E Cordeiro de Farias assim se manifestou:

Não tem, portanto, o decreto, uma finalidade destruidora da obra já existente, nos núcleos de origem imigratória, mas sim o de ser aproveitado o eficiente trabalho já feito num sentido legítimo de brasilidade.⁷²

Como podemos verificar, com esses pronunciamentos, publicados na imprensa da capital gaúcha, o governo estadual tinha uma preocupação com os núcleos de origem estrangeira que residiam no estado. Tais preocupações podem ser constadas de forma farta nas correspondências do governo estadual e também a denúncia da própria população sobre atitudes suspeitas. Dois exemplos significativos: uma correspondência denunciando que nas homenagens prestadas à Bandeira, em novembro de 1937, observou que no edifício British Consulate a única bandeira era do país daquele edifício, e que a bandeira brasileira não estava naquele prédio.⁷³ E diversas autoridades de Taquara solicitaram o seguinte ao General Cordeiro de Farias:

Mudança grupo escolar Rudolfo von Jhering desta cidade para que nada lembre ou evoque Alemanha vimos respeitosamente a presença vossencia pedir substituição dito nome por outro genuinamente brasileiro a critério digno governo estado.⁷⁴

Como podemos constatar com esses exemplos, o governo estadual tinha o objetivo de nacionalização, e a educação era um dos alvos perseguidos, no entanto, a própria população inicia um processo de auxílio na fiscalização de atitudes que poderiam colocar em risco o projeto. O segundo exemplo é uma correspondência do ano de 1942, pois após a decretação da segunda guerra mundial e a manifestação do governo brasileiro em apoio aos países aliados, houve um recrudescimento nas perseguições aos imigrantes de origem alemã, italiana e japonesa.

Fica evidente que ao analisarmos o caráter político do nacionalismo, o papel desempenhado pelo Estado se deu de modo contundente, ou como forma de homogeneizar a população através do ensino, ou ainda através de atitudes repressivas e com o apoio da própria população. O discurso do governo estadual, vinculando o nacionalismo ao estado brasileiro seria parte integrante da legitimidade política.

⁷² CORREIO DO POVO, 8 de abril de 1938, p. 14.

⁷³ Correspondência de Darwin C. Marmors para o General Daltro Filho, 20/11/1937, APERS.

⁷⁴ Telegrama de diversas autoridades de Taquara para o General Cordeiro de Farias, 23/08/1942, AHRGS.

Montserrat Guibernau chama atenção que para analisar o caráter político do nacionalismo é preciso elaborar alguns conceitos básicos entre nação, estado, estado nacional e nacionalismo.

Por “estado”, tomando a definição de Weber, refiro-me a “uma comunidade humana que exige (com sucesso) o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território”, [...]. Por “nação”, refiro-me a um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território, claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar. Desse modo, a “nação” inclui cinco dimensões: psicológicas (consciência de formar um grupo), cultural, territorial, política e histórica. Ao apresentar esta definição, distingo a palavra “nação” tanto do estado como do estado nacional, [...]. Por “nacionalismo”, refiro-me ao sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e [que] têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum.⁷⁵

Além destes conceitos, salienta que

o estado nacional é um fenômeno moderno, caracterizado pela formação de um tipo de estado que possui o monopólio do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os.⁷⁶

E acrescenta que entre nação e estado nacional, as principais diferenças são que enquanto os membros de uma nação têm consciência de formar uma comunidade, o estado nacional procura criar uma nação e desenvolver um senso de comunidade dela proveniente. “Enquanto a nação compartilha uma mesma cultura, valores e símbolos, o estado nacional tem como objetivo a criação de uma cultura, símbolos e valores comuns”.⁷⁷

Aqui poderíamos situar o caso do Rio Grande do Sul no período estadonovista, como o estado nacional, fragmentado e diversificado, com diferentes grupos étnicos, e como esta elite política, utilizando o nacionalismo, vai construir uma identidade nacional para construir uma única nação. Objetivo grandioso do ponto de vista político e que poderemos perseguir através dos discursos e das práticas destes atores políticos.

Aqui fica uma tarefa somente de uma face, pois deveríamos acompanhar como uma determinada localidade ou município do Rio Grande do Sul recebeu este discurso político e

⁷⁵ GUIBERNAU, Montserrat. Op. cit., 1997, p. 56.

⁷⁶ Id., ibid., p. 56.

⁷⁷ Id., ibid., p. 56.

como se adaptou a esta constituição, ou ainda como reproduziu este discurso. E nas palavras de Guibernau: “A meu ver, para se compreender o nacionalismo é fundamental levar em conta a vontade de procurar e exercer o poder do estado, relativa tanto à pretensão de criar um estado como ao processo de construí-lo.”⁷⁸

Parafraseando a autora, e invertendo um pouco a sua idéia, pode-se dizer que para se compreender o Brasil é também preciso levar em conta o poder exercido por uma elite política, que utilizou do nacionalismo para construir um novo Estado, que apesar de sua fragmentação social e cultural, forjou uma identidade nacional, mesclando os povos que aqui vieram habitar. Este processo não pode ser entendido de forma vertical, de cima para baixo, deve-se levar em conta que a construção da identidade nacional somente se realiza a partir de elos de pertencimento, que na esfera política significam a possibilidade de participar do processo decisório daqueles que até então estavam alheios a essa esfera política.

Giralda Seyferth, ao tratar da imigração e da identidade étnica, salienta que genericamente o imigrante era sinônimo de trabalhador, pois vinha para o Brasil para substituir o braço escravo ou para a produção de alimentos. Este quadro levava-o à situação de *minoría* em relação à elite econômica e política, que queria braços para o trabalho, ou em relação às outras classes sociais, as quais iam competir no mercado de trabalho de cidades maiores. E salienta:

Uma situação de minoria implica a exclusão de participação completa de um grupo (ou grupos) na sociedade em que vive. Os brasileiros, especialmente a elite, assumiram em diversas ocasiões a posição de maioria (como grupo dominante), classificando os imigrantes de forma estereotipada, no sentido de desqualificá-los, ou para justificar-lhes uma posição subordinada.⁷⁹

Fica evidenciado que os imigrantes ou seus descendentes foram preteridos no poder político do estado, visto que a elite política tradicional que estava no poder no Rio Grande do Sul, pelo menos até 1930, tentou nele manter-se, com objetivo de continuar a beneficiar-se do Estado enquanto lugar para sua manutenção no poder político e todos os benefícios daí decorrentes.

Do ponto de vista da identidade étnica, até aqui não foi possível verificar uma preocupação de entrada no poder político pela vinculação à referida identidade. Giralda Seyferth mostra que tal vinculação não pode ser realizada:

⁷⁸ GUIBERNAU, Montserrat. Op. cit., 1997, p. 57.

⁷⁹ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990, p. 80.

No início do século contavam-se nos dedos os que ocupavam cargos políticos – dois ou três teuto-brasileiro ou ítalo-brasileiros, e só. Aos poucos conquistaram um espaço político, mas o discurso étnico como forma de obter votos, por exemplo, não encontrou apoio dentro dos partidos políticos, em qualquer época. Se no âmbito da luta pelo reconhecimento pleno dos direitos de cidadãos foi acionada uma ideologia étnica, hoje, reconhecidos esses direitos, o discurso étnico, no plano político, deixou de ser importante.⁸⁰

O que poderia ser aludido é a partir dos discursos dos que estavam no poder político durante a vigência do Estado Novo no Rio Grande do Sul e também no país, discursos esses que tiveram a preocupação de instituir o ponto de vista de uma campanha de nacionalização, frisando uma nova identidade nacional.

Renato Ortiz afirma que toda a identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença. E acrescenta que sermos diferentes não é suficiente, é necessário mostrar como nos identificamos. E ainda sustenta que se existe uma unidade em afirmarmos que o Brasil é diferente dos outros países, não há consenso quando estabelecemos do que viria a ser o nacional.⁸¹

Para Stuart Hall:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um **discurso** – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos **identificar** constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.⁸²

Quando ocorreu o golpe do Estado Novo, uma das primeiras manifestações da construção da nacionalidade brasileira foi a queima das bandeiras estaduais, o que, do ponto de vista simbólico, visa a interromper o processo de descentralização política que caracterizou toda a República Velha.

Rubem George Oliven, ao comentar a cerimônia da queima das bandeiras, analisa o discurso proferido pelo então ministro da Justiça, Francisco Campos:

⁸⁰ SEYFERTH, Giralda. Op. cit., 1990, p. 89.

⁸¹ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 12.

⁸² HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997, p. 55.

E é interessante que o Ministro Francisco Campos não fala nem para as autoridades presentes, ele não fala nem para o Getúlio Vargas, nem para o Cardeal Leme, nem para as outras pessoas que estão assistindo. Ela faz um discurso em que ele interpela diretamente a bandeira nacional que tinha sido acabada de hastear e que vai ser difícil de reproduzir. Mas ele basicamente diz: “Bandeira nacional, agora tu és única. Não existem outras flâmulas a tremular no céu”. E ele faz, em nome de todo o povo brasileiro, uma espécie de voto de lealdade única à bandeira, de tal maneira que a bandeira passa a ser uma metáfora e uma metonímia do Brasil e jurar obediência à bandeira, coisa que existe em outros países, como no Estados Unidos por exemplo, significa dizer nós não temos mais clivagens internas, nós temos um único país ao qual pertencemos.⁸³

No Rio Grande do Sul, além de as clivagens serem acirradas na esfera política partidária, teremos também as étnicas, que do ponto de vista da constituição da nação eram um problema a ser enfrentado. Três ideólogos autoritários que produziram nos anos 30 e 40, Azevedo Amaral, Oliveira Viana e Francisco Campos, apesar das diferenças interpretativas sobre vários assuntos, tinham uma avaliação análoga dos tempos em que viviam e propostas idênticas para os problemas brasileiros. Na análise de Boris Fausto, eles afirmavam que “no Brasil existia um povo, mas não uma nação e seu correlato: a identidade nacional”.⁸⁴

Para José Murilo de Carvalho, a partir de 1937, a mudança mais importante foi o uso político da cultura. A representação política foi substituída pela cultura no papel de ligar a política ao povo. Essa ênfase cultural foi operacionalizada por diversos órgãos estatais: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Rádio Nacional; Revistas oficiais *Cultura Política* e *Ciência Política*; jornal *A Manhã*; e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁸⁵ Todos esses órgãos tinham funções específicas no sentido de divulgar e criar uma nova brasilidade, baseada numa visão positiva do povo. É o olhar para dentro, do interior do Brasil, não mais para modelos baseados na Europa ou nos Estados Unidos: na nossa própria história, nossos heróis, nossas tradições, nosso patrimônio, enfim, nosso povo.

Conforme José Murilo de Carvalho, o regime de 1937 redefiniu a identidade nacional. Salienta que alguns pontos dessa redefinição já estavam presentes em formulações anteriores, sobretudo na literatura cívica para crianças, mas nunca de maneira tão coerente e como programa oficial de governo. Os pontos dessa redefinição foram: recuperação da visão

⁸³ OLIVEN, Ruben G. Fatores históricos da identidade do gaúcho. In: *Terra natal – Terra Nova*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 119-120.

⁸⁴ FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 45.

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 258-260.

imperial de continuidade da história do país. As origens portuguesas foram revalorizadas, principalmente o catolicismo e a tolerância racial. O Império passou a ser visto como garantidor da unidade nacional e como ponto de equilíbrio entre o poder central e os poderes locais. Caxias foi erigido a herói militar nacional, em substituição aos militares que proclamaram a República. Mais uma referência a um líder vencedor dos movimentos separatistas e responsável pela unidade nacional. Tiradentes, o herói rebelde, mas republicano por excelência, passou a ser símbolo popular da nova nacionalidade.⁸⁶

Recuperação da visão positiva do povo brasileiro. A raça negra e a mistura de raças deixaram de ser vistas como obstáculo ao progresso. Quanto à imigração estrangeira, era ela considerada um risco às tradições nacionais. Em relação à natureza e ao índio, sua posição passou a ser secundária, pois o elemento mais importante era o *homem*.⁸⁷

Com relação à psicologia do homem brasileiro, assim se definiu:

Na Linha de Eduardo Prado, de Afonso Celso, de José Veríssimo, Olavo Bilac, Coelho Netto, o brasileiro é apresentado como uma pessoa fraternal, cooperadora, generosa, ao mesmo tempo que honesta e trabalhadora. O brasileiro é o homem das relações primárias, familiares, é o homem cordial da expressão de Ribeiro Couto, retomada por Sérgio Buarque de Holanda. Não era compatível com esse homem cordial, não era brasileiro, acentuar os conflitos raciais e nas relações de trabalho. Tudo deveria resolver-se pela cooperação e pelo entendimento.⁸⁸

Todas essas características da identidade nacional podem ser vislumbradas nos discursos proferidos pela elite política que atuou no Rio Grande do Sul. No nosso estado, o apoio do governo estadual republicano era principalmente nas regiões de colonização alemã e italiana, ou seja, no norte do estado. Agora o discurso deveria ser uma forma de manter esse apoio, sem melindrar essas populações. No entanto, sabemos que durante a vigência do Estado Novo não houve só a ocorrência de discursos, mas também de repressão, quando essas populações não respeitavam, por exemplo, o uso exclusivo da língua brasileira nas escolas e locais públicos. Detemo-nos primeiramente nas declarações que o Cel. Cordeiros de Farias fez ao jornal *Correio do Povo*, após a sua visita na região fronteira do estado:

⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Op. cit., 1998, p. 261-262.

⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 262.

⁸⁸ Id., *ibid.*, p. 262.

Trago magnífica impressão da população do interior, onde a extinção dos partidos políticos está se processando realmente e onde o governo estadual sentiu o desejo de uma era de paz, para que possa entregar-se exclusivamente ao trabalho constructo, pelo Rio Grande e para o Brasil.⁸⁹

O prefeito de Santa Maria fez repercutir no seu discurso esta nova nacionalidade quando se refere ao desenvolvimento das regiões coloniais, além de dizer que o mérito deste desenvolvimento pertence no Rio Grande do Sul, ao atual governo, chefiado pelo Cel. Cordeiro de Farias, e assinala:

Os termos “colônia” e “colono” estão agonizantes. Amanhã, entre os rio-grandense e entre brasileiros, só se ouvirá dizer que naquelas cidades e naqueles campos existiam estrangeiros não identificados com as tradições de brasilidade, mas que pouco a pouco, se integraram no meio, transformando-se em células úteis para o nosso progresso econômico e social.⁹⁰

Quando Getúlio Vargas esteve em visita ao Rio Grande do Sul, foi homenageado com um jantar oferecido pelo governo do estado e as classes conservadoras, no Clube do Comércio em Porto Alegre, e assim se pronunciou:

Dotamos o país de uma estrutura governamental que a prática vem demonstrado corresponder às suas necessidades. Não fomos buscar modelos estrangeiros, nem antigos, nem modernos, mas nas organizações a feição puramente nossa. Aplicando sincera e corajosamente os ensinamentos da nossa experiência os ensinamentos da nossa experiência, das nossas vicissitudes e dificuldades, apuramos quais os males a curar, os defeitos a corrigir e os melhoramentos a promover. E foi assim que, sob os aplausos generalizados, com a compreensão e a simpatia do país inteiro, dissolvemos os partidos políticos, condenados com as forças de desagregação de caráter nacionalista, criadoras de divergências, prevenções e rancores locais; extinguímos as associações, grêmios e outras formações estrangeiras que pretendiam exercer atividades políticas dentro da comunhão nacional; abolimos todas as bandeiras, símbolos e distintivos que não fossem os emblemas da Pátria única e soberana.

Feito o saneamento do ambiente político, com a extinção dos remanescentes de um período de dissensões facciosas, procuramos consolidar a união nacional em torno dos sagrados interesses da Pátria e assegurar a tranqüilidade geral para o trabalho fecundo, antes permanentemente ameaçados pelos dissídios particularistas, pelas competições pessoais e pela infiltração insidiosa de ideologias exóticas, dissolventes e contrárias à índole cristã do nosso povo. [...].

Todos sabem como o povo rio-grandense acolheu essa transformação. Deu-lhe completo apoio e soube recolher os seus grandes benefícios com admirável senso de adaptação e disciplina. É que o Rio Grande era um dos estados mais trabalhados pelas lutas de facções e pelas divergências

⁸⁹ CORREIO DO POVO, 20 de outubro de 1938, p. 3.

⁹⁰ CORREIO DO POVO, 29 de setembro de 1939, p. 5.

localistas que lhe entravavam o desenvolvimento. Também sobre ele pesavam as ameaças de organizações semi-secretas, de finalidades pouco conhecidas, perigosas à integridade das instituições. [...].

Nunca tive dúvidas que outra fosse a atividade do povo rio-grandense, porque bem o conheço e com ele vibrei, freqüentes vezes, nos mesmos sentimentos de amor ao Brasil e de incondicional devotamento às aspirações de nacionalidade.⁹¹

Numa sessão do Departamento Administrativo, Alberto Pasqualini assim se pronunciou, sobre o projeto de decreto-lei autorizando a prefeitura de Porto Alegre a abrir crédito de 800 contos de réis para atender às despesas com as comemorações do bi-centenário da capital:

Sr. Presidente. Quanto à parte formal do Projeto, nada tenho a objetar, a despesa está muito bem discriminada e especializada.

Creio que a despesa já foi feita, uma vez que estamos no fim das comemorações, de modo que não há mais possibilidade de modificação. Se o programa dos festejos do Bi-centenário tivesse sido submetido com a devida antecedência, eu teria sugerido sua modificação, no sentido de que se desse a esses festejos um caráter mais popular.⁹²

Os discursos têm uma centralidade na disciplina, e fazem referência clara à palavra *povo*, num sentido de unicidade. Vemos no discurso de Pasqualini a preocupação, já em 1940, de conferir um caráter popular aos festejos. No discurso de Getúlio Vargas, a evidência de historiar a realidade no Rio Grande do Sul, a diversidade das facções que existiam no estado e que agora os rumos do país estavam caminhando no sentido de uma única pátria, sem problemas de grupos ou facções que pudessem colocar em risco a nova nação, com citação clara de um povo cristão. Já o prefeito de Santa Maria insiste que os estrangeiros estão sendo incorporados ao novo projeto de brasilidade. E o Cel. Cordeiro de Farias reforça o discurso da paz necessária no interior para que o trabalho se multiplique.

Poderíamos ainda citar algumas correspondências que apontam a vigilância do governo estadual em relação aos municípios onde os imigrantes eram em grande número. Além da preocupação com esses grupos, eram perseguidos os que tinham vinculações com o comunismo e o integralismo. Nos meses de agosto e setembro de 1941, o Cel. Cordeiro de Farias recebeu diversos telegramas de Vasco Leitão da Cunha, do Ministério da Justiça, solicitando que as pessoas italianas, alemãs e de outras nacionalidade, em guerra com os

⁹¹ CORREIO DO POVO, 14 de março de 1940, p. 2.

⁹² CORREIO DO POVO, 26 de novembro de 1940, p. 5.

Estado Unidos, fossem *observadas*. Num outro telegrama do mesmo órgão e pessoa, avisava sobre a venda de terras para brasileiro “casados com estrangeiro, que necessitavam de prévia licença do Presidente da República”.⁹³

Este processo de nacionalização é já evidente em várias pesquisas, mas necessário citar o que se refere aos imigrantes. Maria Helena Capelatto, ao analisar a educação no Estado Novo, salienta que os livros didáticos tinham uma clareza no sentido de inculcar uma unidade nacional. Ao analisar o livro para crianças, intitulado *O Brasil é bom*, na lição 11 destaca a seguinte questão:

O imigrante é um mal? A resposta dizia:

Não, o imigrante que trabalha no campo, que exerce atividade agrícola, é um colaborador da riqueza nacional. O imigrante que ensina seu filho a falar a nossa língua e a ser um bom brasileiro merece nosso respeito e a nossa estima. Só não merece o nosso respeito e a nossa estima os que se convertem em elementos de perturbação da vida nacional, exercendo atividades políticas proibidas pela Constituição do Brasil. O Brasil é dos brasileiros. O Brasil recebe e acolhe os estrangeiros, mas não quer inimigos debaixo do seu teto. Brasileiros, tenhamos orgulho do Brasil! O Brasil é bom.⁹⁴

Portanto, a nossa questão é que se o Estado Novo forjou uma nova identidade nacional, elaborada por uma estrutura gestada dentro do aparelho do Estado, sabemos que esta verticalização – de cima para baixo – não fez sumir identidades étnicas que existiam no Rio Grande do Sul. No entanto, a obrigatoriedade do abandono dos costumes gerou um ambiente de medo e de represálias, no qual atritos antigos entre os grupos étnicos poderiam surgir como motivos de perseguição. Não podemos esquecer que, no plano educacional, o governo federal implantou um processo de reforma de ensino pelo qual os filhos de imigrantes foram atingidos, devido à obrigatoriedade do ensino na língua portuguesa. Essas gerações iniciariam, assim, um lento abandono das culturas lingüísticas de seus pais e avós, pois as línguas maternas ficaram restritas ao mundo privado. Do ponto de vista da identidade étnica, teremos um recalçamento, o que não significa que houve abandono das tradições destes grupos étnicos e de suas origens. Mas do ponto de vista da identidade regional, era necessária uma incorporação cultural. Conforme José Murilo de Carvalho, “a valorização cultural do

⁹³ Telegrama ao Cel. Cordeiro de Farias, 1/10/1941, APERS.

⁹⁴ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas/SP: Papyrus, 1998, p. 228-229.

regional era um contrapeso à ênfase na centralização política e no papel do estado central. Voltava-se ao centralismo político imperial dentro de um federalismo cultural.”⁹⁵

Para os imigrantes que aportaram no Rio Grande do Sul, as disputas regionais entre os latifundiários não interessavam, pois tinham como objetivo constituírem-se proprietários de terras. A centralidade do discurso do governo, tanto federal como estadual, no período do Estado Novo, é trabalho e disciplina. Para os imigrantes, o gauchismo era uma das possibilidades de serem integrados como rio-grandenses. A região norte do estado, do ponto de vista do desenvolvimento regional, era considerada a região que mais produzia. Portanto, se o governo estadonovista impregnou uma nova identidade nacional, no plano cultural o Rio Grande do Sul acabou por integrar os *colonos* ao *gaúcho*. Vejamos o que Ruben Oliven escreve sobre isso quando faz referência ao movimento tradicionalista gaúcho com relação aos que são incorporados, mesmo não tendo nascidos no estado:

Alguns dos mais fanáticos tradicionalistas que eu conheço são pessoas nascidas fora do Rio Grande do Sul e que conhecem muito pouco do Rio Grande do Sul, mas se sentem fundamentalmente gaúchos e tendem a fazer um discurso e a serem vistos como “nós os gaúchos”, versus vocês os brasileiros. Um discurso em que o gaúcho é sempre trabalhador e o brasileiro é preguiçoso. Então o gaúcho é a pessoa que deu certo, que trabalha duro e que se antepõe ao resto dos brasileiros, é visto assim e de alguma maneira se orgulha disso. Mas vocês reparem bem que temos um processo que acho importante ressaltar, que é um processo de quase desterritorialização, quer dizer, a cultura gaúcha, enquanto um tipo social determinado, a cultura campeira, com cavalo, com mate, com todas essas tradições que a gente conhece, ela surge numa região específica do Rio Grande do Sul, ou seja, na área da campanha, e ela começa enquanto ideologia, enquanto sentimento, a recobrir todo o Estado do Rio Grande do Sul, áreas em que havia gaúchos e áreas em que não havia gaúchos.⁹⁶

Portanto, quando analisamos os integrantes da elite política que atuaram no Rio Grande do Sul, de 1930 até 1945, a identificação com a esfera do poder político não era marcada pela identidade étnica de suas origens, mas de estar integrado no projeto sócio-econômico e cultural da elite que estava no poder, pois ser gaúcho significava o abandono de ser *estrangeiro*, e portanto, tornando-se igual aos outros rio-grandense. O critério para constituir-se em elite era ter outros atributos – riqueza, escolaridade – e principalmente, **não** ser **estrangeiro**.

⁹⁵ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Op. cit., 1998, p. 264.

⁹⁶ OLIVEN, Ruben G. Op. cit., 2002, p. 128.

A integração que o Estado Novo realizou dos descendentes de imigrantes era pela via da repressão, mas também outras formas foram efetivadas. No plano educativo, foi a vinda de *coloninhos* do interior do Estado para Porto Alegre para passarem a Semana da Pátria, "em ambiente autenticamente brasileiro, assistirem ao fervor patriótico dos festejos e serem contaminado por eles".⁹⁷ E continua o autor:

Algumas crianças eram hospedadas no próprio palácio, onde tomavam as refeições com Cordeiro de Farias, as casas dos secretários e de outros funcionários de alto escalão hospedavam outras e as demais eram abrigadas em casas de famílias de "velha cepa lusitana-açoriana-paulista", onde se esperava tomassem ciência e consciência do que é a verdadeira brasilidade, características de "nossa gente" como dizia a inspetora. Coelho de Souza falava em "nacionalização eminentemente prática: esses rapazes virão conhecer e viver dias de exaltação patriótica entre nós; dela conservarão recordação indelével, dela se farão eco, quando regressarem aos seus longínquos pagos."⁹⁸

Gláucia Konrad cita um discurso de Cordeiro de Farias, publicado no *Jornal do Estado*, em 9 de setembro de 1940, página 3, quando ele justifica a não utilização do termo *coloninhos*, mas de *gauchinhos*: "Não temos colonos no sentido restrito do termo, nem temos, portanto, 'coloninhos'. O Brasil é, mais do que nunca, uma só terra, contínua e rica, e uma só gente, trabalhadora, alegre. [...] 'Gauchinhos', entrem que a casa é de vocês."⁹⁹

Argumenta a autora que essa mudança na designação de *coloninhos* para *gauchinhos* foi para mostrar que o Brasil era uma só nação e não podia ser pensada como colonizada por estrangeiros e, portanto, dividida. No entanto, o discurso mostra uma tendência a uma construção da identidade regional, pela qual o gauchismo estaria sendo formado neste ambiente. O mesmo fato pode ser observado no fragmento do discurso do secretário de Educação, Coelho de Souza, acima citado, quando se refere ao retorno aos seus *pagos*, ou ainda quando René Gertz cita a *velha cepa lusitana-açoriana-paulista*. São expressões que nada têm de vinculação com a identidade nacional, mas sim de uma identidade regional.

Gláucia Konrad também cita em seu trabalho a polêmica ocorrida em 1940, na imprensa, acerca das discussões sobre o regionalismo do Rio Grande do Sul através do seu

⁹⁷ GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991, p. 65.

⁹⁸ Id., *ibid.*, p. 66.

⁹⁹ KONRAD, Gláucia V. R. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência*. Porto Alegre: PUCRS, 1994, p. 133 (Dissertação de Mestrado). Não consultamos os jornais citados pela autora, em virtude de constarem em sua dissertação cópias das notícias referente a este debate público entre intelectuais do norte e sul do país. Portanto, em todas as citações que utilizaremos usamos as fontes anexadas por Gláucia Konrad ou no seu próprio texto.

tipo social, o gaúcho. Narra a autora que Gilberto Freyre foi convidado por Cordeiro de Farias a visitar o Rio Grande do Sul, pois estava recolhendo material para o livro que estava escrevendo, *Ordem e Progresso*. Acompanhou-o nesta visita José Lins do Rego, que permaneceu um mês no estado, e após seu regresso teria feito declarações a um jornal da capital federal. O jornal *Correio do Povo* publicou em 5 de março de 1940, página 5, uma reportagem e algumas transcrições do jornal do Rio de Janeiro, afirmando que ao percorrer o Rio Grande do Sul não havia encontrado o gaúcho.¹⁰⁰

Essas declarações fizeram com que a intelectualidade porto-alegrense entrasse num debate a favor ou contra as declarações de José Lins do Rego, nos principais jornais da capital. Darcy Azambuja foi um dos intelectuais que concordou com Lins do Rego, afirmando:

Não encontro motivo para alarde. Lins do Rego tem toda a razão em falar dessa maneira. Ainda se pensa no resto do Brasil que somos verdadeiros caudilhos. As nossas cidades são civilizadas. Há gaúcho, mas não caudilho, figura que muitos ainda pensam existir. [...]. Muitos imaginam que somos tipos agressivos, gente que por qualquer motivo está puxando revólver. Sabemos também ter um pouco de civilização. Quanto à vestimenta, muitos ainda usam os trajes tradicionais com pequenas modificações geralmente. Mas, nada de agressividade [...]. Muitos estrangeiros também pensam que a nossa avenida Rio Branco, na capital da República, anda sempre cheia de serpentes (CP, 5 de março de 1940:5).¹⁰¹

Esse discurso demonstra a preocupação de Darcy Azambuja sobre o fato de os outros – não gaúchos – deixarem de identificar os gaúchos como pessoas não civilizadas, agressivas, como caudilhos. A sua preocupação é também com os estrangeiros, quando fez referência às serpentes na avenida Rio Branco, na capital da República. No entanto, alega que o gaúcho existe, só que não é caudilho.

Gláucia Konrad também cita um grupo de escritores que se manifestaram contrários à posição de Lins do Rego, que são de Paranhos Antunes, Carlos Maul e Naio Lopes. Destes três, passemos à crônica de Naio Lopes de Almeida, intitulada *O lamentável equívoco do Sr. Lins do Rego*, publicada no jornal *Correio do Povo*, em 3 de março de 1940, página 5:

A nós, pois, cabe, como esclarecimento obrigatório, refundir com ligeiros reparos o apressado conceito que, **a respeito do nosso gaúcho**, tornou público com tanta verve, o romancista Lins do Rego. [...].

¹⁰⁰ KONRAD, Gláucia V. R. Op. cit., 1994, p. 136-137.

¹⁰¹ Id., *ibid.*, p. 137.

Há de concordar, forçosamente, o sr. Lins do Rego, que teria sido evidentemente ocasional o encontro com um rio-grandense do tipo desejado pelas ruas, pelos cinemas ou confeitarias de Porto Alegre, ou ainda mesmo nos hotéis de pernoite em Bagé, Uruguaiana e Pelotas, entre os Arlequins e as Colombinas de Livramento dançando ao compasso do samba dos morros cariocas, ou na margem oriental do Uruguai, nos cafés “porteños” de Santo Tomé. [...].

Para encontrar o “tal gaúcho brasileiro” o sr. Lins do Rego deveria ter penetrado mais o nosso hinterland, precisaria que se tivesse afastado um pouco dos trilhos paralelos do leito ferroviário. Então sim, depois de umedececer seus sapatos de sola dupla num resto de sereno que ficou pelas “massegas”, depois de ter chupado um amargo em cuia de porongo, depois de cansar as mandíbulas na trituração de um “matambre” sem tempero, depois de assistir um “pealo” a campo fora, depois de presenciar uma “gineteada” em pingo solto, depois de ver palitar os dentes com a ponta de uma adaga de três palmos, depois, mas só depois de uma “campereada” nesse gênero é que poderia o sr. Lins do Rego manifestar o seu ponto de vista. [...].

O gaúcho não se encontra em núcleos comunais. Ele está disperso. Vive, em geral, isolado, num rancho de terra coberto de “santa fé” nalguma ponta de restinga. Não raro é um grande caminhador, vencendo enormes distâncias, vagando sem destino por semanas e meses, para voltar por fim ao rancho de torrão, à sombra do velho umbu, onde a companheira já o espera com o mate cevado. Dificilmente é encontrado nas vilas ou cidades, o “povo” como ele chama. É um amante das grandes distâncias. [...].

Esse tipo humano que não é senão o gaúcho, o “tal gaúcho brasileiro”, dificilmente teria encontrado o sr. Lins do Rego pelas ruas das cidades que percorreu.

E acreditamos que o autor de “Moleque Ricardo” só por não ter podido observar um gaúcho, no seu verdadeiro e lato sentido, pudesse chegar à conclusão de que não existe o “gaúcho”. Seria o caso de, por não encontrarmos em São Salvador e Recife um único sertanejo, pudéssemos considerar os “Sertões”, de Euclides da Cunha, como uma obra prima de ficção.¹⁰²

Esse artigo demonstra bem a construção de uma identidade regional, na qual temos o tipo social do gaúcho bem marcado, com suas roupas, hábitos alimentares, suas atividades realizadas no campo. Com a atividade nômade é ele um eterno caminhante, mas que sempre retorna a sua casa, onde a companheira está à sua espera. O artigo chega ao ápice de fazer comparação com o sertanejo, o tipo social do regionalismo nordestino, e frisar que são típicos rurais e que no espaço urbano até é possível encontrá-lo, mas é raro.

Gláucia Konrad continua a citar outros artigos publicados, dentre eles, o de Paranhos Antunes, que alegou também que o tipo clássico do gaúcho não pode ser encontrado ao se

¹⁰² KONRAD, Gláucia V. R. Op. cit., 1994 (anexo 5).

caminhar pelas cidades, pois o gaúcho era um tipo civilizado e em cada ocasião usava uma roupa própria; no entanto, que o gaúcho da campanha ainda usava trajes típicos.¹⁰³

No entanto, Gilberto Freyre faz declarações sobre a situação do Rio Grande do Sul, diante da qual não era possível somente supor que o gaúcho fosse uma população de gente sadia e bem nutrida. Salientou que em partes do estado onde a pecuária criou condições semelhantes às criadas pela monocultura açucareira do nordeste, há pessoas que morrem de tuberculose, moram em ranchos miseráveis, piores que os mocambos do nordeste, ao lado de gado gordo.¹⁰⁴

Essas declarações fizeram com que o escritor Carlos Maul, no Rio de Janeiro, enviasse uma carta ao jornal *A Notícia*, que, segundo Gláucia Konrad,

sintetizam o receio do Estado Novo de que a exaltação do regionalismo pudesse comprometer seus objetivos. Ao mostrar a realidade nada favorável dos habitantes do Rio Grande do Sul, Gilberto Freyre abriu espaço para o questionamento das diversas realidades do país, que não condiziam com a “grande nação” que o Estado Novo afirmava estar construindo. Por isso, Maul buscou “abafar” a polêmica e deixou o aviso de que a defesa do Rio Grande do Sul pelos escritores sulinos podia ser considerada “suspeita de regionalismo” aos olhos do Estado Novo. Portanto, era melhor terminar a discussão.¹⁰⁵

A polêmica ainda continuou, conforme a autora, com mais algumas declarações na imprensa, e destaca:

Dessa forma, se a polêmica do nacionalismo e sua defesa representava os postulados do Estado Novo, não menos se dava com o regionalismo. O discurso regionalista tradicional do Rio Grande do Sul e a tentativa de mantê-lo vivo eram a expressão de uma oligarquia oriunda do latifúndio pecuário ou agrícola em decadência.¹⁰⁶

No entanto, salienta a autora, que o regionalismo social, retratado nos livros de Dyonélio Machado, Cyro Martins e Ivan Pedro de Martins, entre outros, era de questionar o modelo de desenvolvimento agrário gaúcho. Esses autores mostravam uma realidade em decadência, com a situação do homem do campo e dos que foram expulsos das suas terras,

¹⁰³ KONRAD, Gláucia V. R. Op. cit., 1994, p. 138.

¹⁰⁴ CORREIO DO POVO, 5 de março de 1940, p. 5. In: KONRAD, Gláucia V.R. Op. cit., 1994, p. 139.

¹⁰⁵ KONRAD, Gláucia V. R. Op. cit., 1994, p. 140.

¹⁰⁶ Id., *ibid.*, p. 143.

indo para a cidade para se tornarem mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação para a indústria.¹⁰⁷

Para Ruben Oliven,

apesar da decadência da Campanha e do crescimento de outras regiões do estado, como a região serrana de colonização alemã e italiana, a representação da figura do gaúcho com suas expressões campeiras, envolvendo o cavalo, o chimarrão e a construção de um tipo social livre e bravo serviu também de modelo para grupos étnicos diferentes, o que estaria a indicar que essa representação une os habitantes do estado em contraposição ao país.¹⁰⁸

Esta identidade regional centrada no tipo social do gaúcho da campanha vai ser a forma de identificação dos imigrantes alemães, italianos e de outras etnias que aqui chegaram no Rio Grande do Sul, e não foi algo formado fora dos que estiveram no poder durante a República Velha, no Rio Grande do Sul. É mister apontar que Júlio de Castilhos, escrevendo no jornal *A Federação*, pouco antes da proclamação da República, já defendia a celebração do dia 20 de setembro como o Dia do Gaúcho, justificando que esta data significa que o passado é a fonte em que o presente se inspira para traçar o futuro.¹⁰⁹

Para Ruben Oliven, as seis entidades consideradas “pioneiras” pelos tradicionalistas são:

União Gaúcha de Pelotas (fundado pelo grande escritor e regionalista Simões Lopes Neto, em 1899), Centro Gaúcho de Bagé (1899), Grêmio Gaúcho de Santa Maria (1901), Sociedade Gaúcha Lombagrandense (fundada na área de colonização alemã em 1938), Clube Farrroupilha de Ijuí (fundado em área de colonização alemã e italiana em 1943).¹¹⁰

E posteriormente, em 1947, a fundação, pelos estudantes secundários, do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Julio de Castilhos, e, em 1948, pelos mesmos estudantes, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas, “35 CTG”, ambos em Porto Alegre.¹¹¹ E o próximo CTG, o “Fogão Gaúcho”, surgiu em Taquara, cidade de colonização alemã, em 7 de agosto de 1948.¹¹²

¹⁰⁷ KONRAD, Gláucia V. R. Op. cit., 1994, p. 143.

¹⁰⁸ OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 70.

¹⁰⁹ Id., *ibid.*, p. 73.

¹¹⁰ Id., *ibid.*, p. 74.

¹¹¹ Id., *ibid.*, p. 74.

¹¹² Id., *ibid.*, p. 79.

Ainda Ruben Oliven destaca que os fundadores do 35 CTG eram jovens estudantes interioranos, tinham praticamente todos os sobrenomes de origem lusa, eram do interior do estado e descendentes de pequenos proprietários rurais de área de latifúndio, e os fundadores do CTG de Taquara eram em boa parte de origem alemã e adulta. A semelhança entre o CTG de Taquara e os CTGs fundados durante a II Guerra Mundial, nas áreas de colonização alemã, foi uma forma de seus fundadores afirmarem sua brasilidade e seu gauchismo.¹¹³

Ou seja, a derivação de *colono* ao imigrante europeu foi uma forma de designá-lo, mas era usada de forma pejorativa, daí a preocupação dessas pessoas em não serem assim identificados, pois seriam também relacionados a *estrangeiro*. Apesar de o autor Ruben Oliven destacar que a identificação do *colono* com o *gaúcho* significava uma forma simbólica de ascensão social¹¹⁴, acreditamos que era a única forma de integração ao país pela identidade regional. Ou seja, a integração deveria ocorrer primeiro no âmbito regional, pois esta era a identidade regional dos rio-grandenses frente ao Brasil. Só que ao gerar a identidade regional permanece uma oposição entre as diferentes regiões do Brasil. Citando o exemplo do caso italiano, de opor as regiões norte e sul, conclui Ruben Oliven:

Um dos usos que pode ser feito da reivindicação regionalista é o de procurar opor regiões entre si, pressupondo que cada uma delas é internamente homogênea e, portanto, portadora de interesses comuns, escamoteando assim suas clivagens de natureza social, econômica e cultural. O regionalismo aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza essas diferenças na construção de identidades próprias. Mas, assim como o nacionalismo, o regionalismo também abarca diferentes facetas, expressando freqüentemente posições de grupos bastante distintos, contendo desde reivindicações populares até os interesses disfarçados das classes dominantes.¹¹⁵

Para os descendentes de imigrantes que tinham conseguido a ascendência econômica e uma participação nos núcleos de poder político, a identificação com o regionalismo gaúcho era a possibilidade de efetivarem-se no poder político, daí a sua não vinculação com a identidade étnica, mas sim a do gauchismo.

Durante a vigência do Estado Novo, vimos algumas referências nos discursos sobre a identidade regional gaúcha. Também a fundação de algumas entidades tradicionais ocorridas antes e neste período. No entanto sabemos que alguns livros de autores regionalistas foram

¹¹³ OLIVEN, Ruben George. Op. cit., 1992, p. 79-80.

¹¹⁴ Id., *ibid.*, p. 81.

¹¹⁵ Id., *ibid.*, p. 16.

censurados nesse período, por exemplo, os do autor Cyro Martins, pois ele não retratava o gaúcho idealizado pela elite política.

Quanto às entidades que os integrantes da elite política que atuaram durante a vigência do Estado Novo, foram em grande maioria entidades ligadas às Letras/Cultura, com sete integrantes. Entidades que tinham a preocupação de marcar a identidade regional. Essa ligada ao gauchismo, conforme os próprios discursos que examinamos, além da revista *Província de São Pedro*, que analisaremos no terceiro capítulo da presente pesquisa. Também salientamos que a participação em entidades das Letras/Cultura em maior número, levou a uma característica de homogeneidade, já detectada quanto à escolaridade, profissão, geração e à participação em cargos públicos e políticos. Essa foi a diferença fundamental – ser homogênea –, já que a elite política analisada no capítulo anterior foi marcada pela heterogeneidade no que concerne aos mesmos aspectos.

2.4 As Vozes: o combate à ditadura

Analisaremos os discursos¹¹⁶ produzidos pelos integrantes da elite política sobre o combate à ditadura e sobre a luta pela implementação do regime democrático no estado, e verificar quais as mudanças significativas dos discursos dos líderes que acabaram permanecendo no poder político durante o Estado Novo frente ao novo momento político. Ao trazer os discursos pronunciados no decorrer desse período, temos como objetivo central reconstituir as vozes desses atores e juntar o que está disperso. Essa é uma tentativa de mostrar as falas dos atores que participaram do teatro do poder no palco rio-grandense. Também, acompanhar os líderes da oposição e sua reentrada no palco político, quando iniciaram as articulações políticas para as eleições nacionais, que ocorreram em 1945.

Queremos ressaltar que durante toda a investigação efetuada nessa pesquisa, notou-se a permanência no poder, durante a vigência do Estado Novo, de integrantes da elite política

¹¹⁶ Mônica Pimenta Velloso elabora uma análise do projeto político estado-novista numa perspectiva ideológica e salienta: “num primeiro momento, procuraremos detectar as especificidades do projeto ideológico estado-novista, recuperando as nuances diferenciadas pelas revistas [revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*]. Em seguida, procuraremos configurá-lo na sua totalidade, enquanto gerador de uma ‘nova concepção de mundo’, que tem como um dos seus desdobramentos mais expressivo a concepção de uma cultura política” (p. 74). Essa análise em muito contribuiu para a nossa pesquisa, quando analisamos os discursos dos atores políticos rio-grandenses. Mais detalhes em “Cultura e poder políticos: uma configuração do campo intelectual.” (In: OLIVEIRA, Lucia Lippe de et al. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 71-105).

que atuava anteriormente. Essa permanência gerou um discurso que pode ser contraditório, se compararmos com os discursos que foram realizados em 1945, ano do término do Estado Novo. Nosso objetivo é trazer à tona as vozes de alguns atores políticos, para que possamos analisar as mudanças e as permanências das idéias desses políticos em todo o período, ou seja, de 1937 até 1945.

Deixemos o presidente Getúlio Vargas expor suas razões para implementar o Estado Novo em 1938 quando assim se pronunciou:

Não foi pelo gosto de fazer frases [...] que assentei a necessidade de abolir os intermediários entre o povo e o governo. Esses intermediários eram até bem pouco tempo os partidos políticos, grupos de pessoas mais ou menos ajustadas na defesa dos próprios interesses nacionais. Sempre procurei fazer um governo de portas abertas e, hoje, derrubadas estas velhas portas de parasitismo político, desejo receber do povo diretamente seus reclamos, ouvi-los e examiná-los de forma a atender e dar solução aos problemas administrativos e aos verdadeiros e legítimos interesses da coletividade. [...].

O trabalho a executar bem o sabemos, é enorme e exige sacrifícios e esforços constantes. Há problemas que não comportam soluções mágicas e improvisadas. [...].

Em tais casos se impõe pela necessidade de sanear o ambiente, remover obstáculos e reajustar, enfim a mentalidade geral. [...]. Desarticularam-se as classes oligárquicas, abateu-se o mandonismo caudilhesco, dissolveram-se os partidos políticos, extinguiu-se o monopólio dos empregos públicos, suspendeu-se o pagamento da dívida externa [...].

Somos um país de imigração, temos muitas colônias estrangeiras de nações amigas.

É natural que seus membros pertençam a esta ou àquela organização partidária de seus países de origem.

Mas se dissolvemos os nossos partidos políticos pela ação perturbadora que iam desenvolvendo como tolerar que elementos estrangeiros se reservem os privilégios da atividade política proibida aos próprios nacionais? [...].

Ela [a constituição anterior] funcionava, a golpes de artifício, por conta desse liberalismo anacrônico e demagógico, caldo de cultura onde se desenvolviam o regionalismo, o caciquismo, o caudilhismo, os extremismos de esquerda e da direita, cujas atividades foram, há pouco, surpreendidas, evidenciando a persistente intromissão de elementos estranhos, empenhados em fomentar a desordem no país com sacrifício do sangue e da tranqüilidade da família brasileira. [...].

O regime instituído a 10 de novembro é democrático, mantendo os elementos essenciais ao sistema: permanece a forma presidencialista e o caráter representativo.¹¹⁷

¹¹⁷ CORREIO DO POVO, 23 de abril de 1938, p. 1 e 12.

A preocupação do presidente era reforçar a idéia de que o que foi extinto o fora por necessidade básica da defesa do próprio país: partidos políticos, grupos extremistas, caudilhos, classes oligárquicas, dentre outros. Nas palavras do presidente, esses grupos eram entraves para o desenvolvimento do país. Quanto aos estrangeiros, é normal que tivessem partidos ligados a seus países de origem, porém, no Brasil não podiam atuar, pois tal era proibido também para os próprios brasileiro. E reforça que o sistema vigente era democrático, pois manteve o presidencialismo e o caráter representativo. Esse caráter representativo seria incorporado, principalmente, pelos membros do Conselho Administrativo de Estado. Já analisamos, anteriormente, o discurso do político Alberto Pasqualini, quando da visita de Getúlio Vargas ao estado, em novembro de 1940. Nesse discurso, Alberto Pasqualini enfatiza a defesa do regime político instaurado em 1937, quando foi instituído o Estado Novo.

Batista Luzardo, na época embaixador do Brasil no Uruguai, declarou:

Não há mais política partidária [...]. Desfizeram-se as velhas coligações ao sopro vigoroso da ordem nova. Hoje, dentro do país ou fora dele, os brasileiros que se colocaram em função pública realizam apenas a política do trabalho. E os frutos dessa orientação não tardaram: vai pelo país, na verdade, um ambiente de confiança, reconstrução, paz e realizações fecundas. Oxalá que assim continue. Eis como sinto a atual realidade brasileira, pelas informações que recebo em Montevideú.¹¹⁸

Essa declaração, feita em meados de 1938, demonstra que o discurso do presidente passou a ser repetido pelos políticos que continuaram atuando em cargos públicos, numa demonstração de otimismo em relação à nova ordem implantada no Brasil, tendo como centralidade o trabalho. E nesse mesmo sentido é o discurso de Cordeiro de Farias, em uma visita que realizou ao interior do estado, em 1938:

Trago magnífica impressão da população do interior, onde a extinção dos partidos políticos está se processando realmente e onde o governo estadual sentiu o desejo unânime de uma era de paz, para que possa entregar-se exclusivamente ao trabalho construtor, pelo Rio Grande e pelo Brasil.¹¹⁹

Vejamos o discurso do comandante da 3ª Região Militar, quando ocorreu o primeiro aniversário do Estado Novo:

¹¹⁸ CORREIO DO POVO, 19 de agosto de 1938, p. 14.

¹¹⁹ CORREIO DO POVO, 30 de outubro de 1938, p. 3.

Ao cabo de anos e anos de um sistema político e administrativo inadaptado às realidades nacionais, por ser incalculavelmente nefasto à própria integridade nacional, eis-nos finalmente, a passos largos para a completa unidade política.

Com isto evitou-se por certo a fragmentação da própria Pátria. Como é fácil demonstrar, pelo mais ligeiro exame das nossas instituições anteriores à Constituição de 10 de novembro.

A extinção do liberalismo clássico, cheio de preconceitos que chegaram a invadir a alma inteira da nacionalidade, teimando por confundir o conceito de liberdade com anarquia generalizada, foi outro grande pensamento que orientou a nova Constituição.

Durante a recente crise política, o quadro que se desenhava para o Brasil era desolador. O choque em torno de ideologias exóticas ameaçava subverter o Estado com a luta de classes de imprevisíveis conseqüências, ao mesmo tempo em que o conflito político parecia tender para a guerra civil.¹²⁰

Esse é um discurso que reforça o apoio ao Estado Novo, elaborando um quadro pré-1937 como um verdadeiro caos, fazendo crer que o referido caos não existia mais em virtude do fato do novo regime ser o organizador do país.

Em agosto de 1939, o jornal *Correio do Povo* elaborou uma pesquisa de opinião sobre qual a posição que o Brasil deveria tomar, caso acontecesse a Guerra na Europa. Não nos interessa a opinião sobre a guerra em si, mas em especial as posições relacionadas à democracia:

Raul Pilla:

- De que vale a minha opinião? Quem vai determinar a atitude do Brasil não sou eu, nem provavelmente o senhor. Faça essa pergunta ao ministro do Exterior ou ao presidente da República. Eles é que resolvem.

Ao perguntar sobre as simpatias internacionais:

- Naturalmente elas se dirigem para as democracias. [...].

Sr. Camilo Mércio, ex-deputado federal, membro do Departamento Administrativo do RS: [...].

- E o Brasil? (repórter)
- Deve ficar em atitude contemplativa. Observar os acontecimentos. Mas se for arrastado à guerra irá com os Estados Unidos ao lado das democracias contra os regimes de opressão. A luta é contra as forças da civilização e as forças da barbárie. Seria bem triste o destino do mundo – e inclusive do Brasil – se a estupidez totalitária levasse a melhor.

Moysés Vellinho, ex-deputado estadual, hoje membro do Departamento Administrativo do Estado.

¹²⁰ CORREIO DO POVO, 10 de novembro de 1938, p. 12.

- Naturalmente não posso saber se vai haver guerra ou não. Se houver, creio que a democracia sairá vitoriosa. Quando eu digo democracia, quero dizer a decência, a dignidade humana. A história anda para a frente. E deixará para traz os que pretendem impor ao mando a ignomínia das tiranias. Quanto à posição do Brasil, o ideal, naturalmente é ficarmos de fora. Mas se acaso formos arrastados na valagem, estaremos, sem dúvida nenhuma com a França e a Inglaterra. Todo o sentimento brasileiro é radicalmente contrário aos radicalismos...

Walter Jobim, secretário de Obras Públicas do RS sobre a posição do Brasil:

- A posição do Brasil é simples: ficar na América. Vendo de longe, e do mais longe possível os acontecimentos do velho mundo. Caso pretendam tomar uma atitude, ela será tomada juntamente com o resto da América. E, naturalmente, ao lado das democracias. Não só os brasileiros como todos os povos americanos são visceralmente contra todas as formas de tirania.¹²¹

Com exceção de Raul Pilla, que demonstra um ceticismo sobre dar opinião em pleno Estado Novo, demonstrando que as decisões estão centralizadas no governo, os outros entrevistados elaboram um discurso em favor da democracia. Em nenhum momento, os outros políticos entrevistados dão mostras de serem os apoiadores de regimes totalitários, muito pelo contrário, manifestam, inclusive, que o Brasil, se precisasse tomar partido, deveria apoiar os países que vivem em democracias.

Lindolfo Collor, num pronunciamento, em março de 1941, quando retornou da Europa, perguntado sobre o vencedor da Guerra Mundial, afirmou: “Vencerá indubitavelmente a Inglaterra. Não pode ser de outra forma, estou convencido. Fora disto seria a volta do barbarismo. A confiança geral que o mundo deposita na política das democracias não ficará desmentida [...]”¹²²

Eis como o discurso se aproxima de políticos que foram banidos e os que se mantiveram atuando em cargos públicos durante a vigência do Estado Novo. Vejamos que Lindolfo Collor não apoiou o Estado Novo, e quanto à sua opinião, é a mesma dos que apoiaram o Estado Novo, ou seja, a favor da democracia.

Em março de 1940, novamente Getúlio Vargas volta a visitar o estado, e assim se manifesta:

¹²¹ CORREIO DO POVO, 27 de agosto de 1939, p. 16.

¹²² CORREIO DO POVO, 22 de março de 1940, p. 3.

Quando a dois anos passados, aqui estive se havia instalado recentemente o novo regime e tínhamos mostrado os perigos que nos rodeavam e as medidas que era preciso tomar. Decorridos dois anos, já se põe recapitular essas medidas, já se pode dizer por alto, o que foi feito.

Em primeiro lugar, foram abatidas todas as forças estranhas que pretendiam, pela desagregação, penetrar no âmago da nossa organização, foram extintos todos os radicalismos, os regionalismos, os caudilhismos, enfim, todas as forças desagregadoras da nacionalidade. [...].

O Brasil, dentro da ordem, da tranqüilidade e da paz, trabalha feliz e alegre, do que é prova a demonstração carinhosa que acabo de receber nesta cidade. É que o Rio Grande do Sul encontrou os seus próprios destinos e está perfeitamente de acordo com a ação daquele a quem foi confiada a função de governá-lo: a ação laboriosa, eficiente e dedicada do coronel Cordeiro de Farias.¹²³

É esse um pronunciamento em que volta a repetir o que dissera no estado em abril de 1938, da necessidade de implantar um novo regime no país em virtude de forças políticas ultrapassadas e extremistas que precisavam ser extirpadas do país. Termina num tom otimista sobre o que verificou no estado, a perfeita ordem, tranqüilidade e paz e especialmente o trabalho feliz e alegre, não esquecendo de mencionar o nome do interventor do estado, que, nas palavras dele, “é o competente coronel Cordeiro de Farias”. É um discurso no qual manifesta que os rumos tomados em 1937 estão se solidificando no estado.¹²⁴

Em agosto de 1942, ocorreu a revolta de populares em Porto Alegre, que acabaram invadindo e depredando alguns estabelecimentos comerciais no centro da capital, por serem proprietários de origem alemã ou seus descendentes. Nessa época, o Brasil já estava em estado de guerra contra os países do eixo. Alberto Pasqualini fez um pronunciamento no Departamento Administrativo, que foi publicado na imprensa, e no qual afirmou:

Está nos seus projetos e no seu interesse quebrar a coesão nacional, provocar a desunião, a desagregação política e nacional, enfraquecer o país, jogar enfim, os brasileiros uns contra ou outros, lançando a suspeita sobre os de determinadas origens, criando assim, um ambiente de prevenção e hostilidade, propício aos seus desígnios. [...].

¹²³ CORREIO DO POVO, 13 de março de 1940, p. 7.

¹²⁴ Importante citar o livro onde é analisado o discurso implementado pelo governo estadonovista sob o prisma da metáfora. Escreve o autor: “Sublinhamos, em particular, a utilização alegórica de uma imagem exaustivamente empregada no discurso político, por sinal muito cara ao imaginário do cristianismo, desde seus primórdios: o corpo. A nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade.” (LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986, p. 16-17).

O inimigo, porém, não nos quer unidos. [...].
 Ninguém, neste momento, tem o direito de duvidar dos seus patrícios por questão de origens e quem o fizer e o manifestar por atos ou palavras cometerá um erro e uma insensatez de que só se aproveitará o inimigo.¹²⁵

Essa realidade, da convivência de imigrantes de origem ou descendência alemã e italiana no estado, gerava uma tensão, principalmente quando o Brasil decretou o estado de guerra contra os países do Eixo. A forma utilizada pelo membro do Conselho Administrativo foi atacar como um movimento que vinha no sentido de desagregar a população no estado, e defendeu a população de ascendência estrangeira, alegando que não deveriam ser tratados como inimigos. E mesmo um político perseguido e preso pela ditadura varguista, ao sair da prisão faz declarações no sentido de união nacional. Vejamos as declarações que Flores da Cunha fez ao jornal *O Globo*, reproduzidas pelo jornal de Porto Alegre:

Quero agora repousar um pouco. [...].
 Enquanto durar a guerra – acrescenta – ficará completamente alheio às atividades políticas.
 Seria um crime e obra de impatriotismo dedicar-se a esses problemas, quando o grande problema é ganhar a guerra. [...].
 Surpreendentemente que, em um momento tão grave e decisivo da vida do país, ainda não seja uma realidade a união nacional.
 Desejaria, sinceramente que todos os brasileiros confraternizassem para, unidos, darem um maior esforço no sentido de defesa do Brasil.
 Quanto à minha posição política, estou onde sempre estive – pela democracia.¹²⁶

Esse tipo de entrevista, concedido por um inimigo político de Getúlio Vargas, em favor da união nacional, confirma que as diferenças partidárias ainda não podiam ser sentidas, possivelmente em virtude da própria censura imposta à imprensa. Parece que os discursos estavam sempre vinculados em uma só direção, independente dos que apoiaram o Estado Novo, como os que foram contra a implantação do regime. O que eles tinham em comum era um discurso em favor da democracia.

Novamente, citaremos fragmentos de um artigo intitulado *Ditaduras*, elaborado por Alberto Pasqualini. Nesse artigo ele faz uma análise do Estado Moderno, comentando a

¹²⁵ CORREIO DO POVO, 25 de agosto de 1942, p. 12.

¹²⁶ CORREIO DO POVO, 25 de abril de 1943, p. 20. Chama atenção essa reportagem, pois tem como manchete: *VISITADO pelo Ministro Osvaldo Aranha o Sr. Flores da Cunha*. Apesar de ser uma manchete da contracapa, ocupa um terço da página. Portanto um grande espaço para um político que havia sido preso até então pela ditadura varguista.

estrutura democrática, onde alega que este sistema não é bem assimilado pela sociedade, e afirma:

Por mais paradoxal que a muitos pareça, foi o golpe de Estado de 1937 que preservou entre nós a democracia. A concentração do poder então operada e que ainda subsiste foi vacina antógena polivalente contra o centro epidérmico das formas regressivas do poder. [...].

A ditadura técnica tem caráter construtivo, as ditaduras regressivas, como observa Campos, não possuem sentido orgânico, porque tudo podem criar menos um novo ditador, [...].

A ditadura técnica, por sua natureza, não apresenta o problema da sucessão do ditador, porque é transitória, evolui para democracia, cuja estrutura irá preparando, completando e aperfeiçoando à medida que for chegando ao termo de sua missão.

Há, entretanto, uma contingência a que estão sujeitas todas as ditaduras. É o que poderíamos denominar o princípio da equivalência ou do equilíbrio político e que se poderia formular assim: o que um regime tira ao povo em liberdade deve restituir-lhe em benefícios de outra natureza.¹²⁷

É um artigo que justifica a ditadura varguista, elaborando uma diferença fundamental entre tipos de ditaduras: a técnica e a regressiva. Ao elaborar essa distinção, o faz no sentido de afirmar que o Estado Novo era uma ditadura técnica, e que por ser transitória caminhava para a democracia. Destaca no final que a ditadura retirava liberdade, mas devia conceder outros benefícios. Esse artigo, de meados do ano de 1943, poderá ser um dos indicadores de discussões mais abertas da volta à democracia no Brasil. Continuamos a acompanhar os discursos para verificar se isso ocorreu.

Numa inauguração do Serviço de Assistência ao Intelectual, realizada pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, em São Paulo, em dezembro de 1943, Getúlio Vargas assim se pronunciou:

Bem disseram os oradores que o Brasil, neste momento de guerra ao lado das Nações Unidas, se sente perfeitamente à vontade na defesa pela qual combate, porque o Brasil, pelas suas tradições, pela sua organização, pela sua vida é um país democrático. Nós não temos receio da palavra democracia [...] apenas entendemos que democracia não é demagogia [...] como liberdade também não é [...] anarquia. Tenho sempre ouvido atento a todos os brados que vem da consciência da nacionalidade.¹²⁸

¹²⁷ CORREIO DO POVO, 11 de julho de 1943, p. 4.

¹²⁸ CORREIO DO POVO, 23 de dezembro de 1943, p. 10.

Já estamos no final de 1943, e o destaque que o jornal dá ao discurso do então presidente da República resulta numa manchete na contracapa, com os seguintes dizeres: *NÃO TEMOS RECEIO DA PALAVRA DEMOCRACIA – EXCLAMA EM SÃO PAULO O PRESIDENTE VARGAS*. Novamente a palavra “democracia” presente nos discursos dos políticos, com a reafirmação de que o país tem como tradição a democracia, porém, aí é salientado que essa democracia não poderá ser confundida com anarquia. São indícios de que efetivamente essa palavra passou à centralidade dos discursos, e agora refletida de forma mais intensa na imprensa.

A palavra democracia passou a ser pronunciada durante toda a vigência do Estado Novo por políticos que tiveram sua participação política interrompida, e também pelos que ficaram no poder. Em finais de 1944, a grande discussão que tomara conta dos círculos políticos seria com referência às eleições que deveriam ser realizadas no Brasil. As declarações de Raul Pilla ao jornal evidenciam esse aspecto, ou seja, a discussão sobre a realização de eleições no Brasil:

- Acha que a consulta às urnas deve aguardar o desfecho da guerra ou fazer-se desde logo, sem mais demora?
- Não vejo nenhum motivo sério para que se posterguem as eleições. Se nos países diretamente e fundamentalmente empenhados na guerra, com alguns milhões de filhos seus na linha de frente, não se espera o fim do conflito para consultar o povo, não sei por que não poderíamos nós proceder da mesma forma. Parece-me a guerra, no caso, um recurso dilatatório, como creio se diz em linguagem forense. Concedendo, porém, que fosse conveniente adiar para depois de finda ela o ato material de votar, ainda assim seria de verdadeira necessidade constituir desde já a justiça eleitoral e começar imediatamente a inscrição dos cidadãos. É preciso não esquecer, a tal respeito, a nossa é uma nação livremente arrasada, isto é, não possui, no momento em que lhe fala um só eleitor, nem um único órgão para reconhecer e autenticar a capacidade eleitoral dos cidadãos. Admitindo que o conflito armado só termine daqui a um ano, ainda assim, já não seria sem tempo que se pusessem em prática as providências preliminares.¹²⁹

É uma declaração que insiste em que as eleições deveriam ser realizadas, independentemente da guerra acabar na Europa. Essas afirmações de Raul Pilla, ex-integrante do Partido Libertador, defendem o retorno de debates em torno de práticas democráticas. É um discurso que altera o rumo, pois até então, o que era veiculado pelos políticos é que o regime vigente no Estado Novo era democrático.

¹²⁹ CORREIO DO POVO, 10 de outubro de 1944, p. 12.

A entrevista de Borges de Medeiros não segue essa mesma direção. Vejamos a sua declaração:

- Duas razões me dizem que não devo falar. Não conhecemos a lei eleitoral que regerá o pleito. É verdade que o ministro do Trabalho vem expondo a orientação oficial a respeito, mas ainda não sabemos qual será, mesmo, o sistema eleitoral a vigorar numa anunciada consulta às urnas. Não é, pois, indicado comentar uma questão sobre a qual faltam dados essenciais. Outra razão de me recusar a conceder uma entrevista a propósito do tema que me propõe, é já estar eu em definitivo afastado das atividades políticas. Não é impunemente que se luta como eu lutei. Luta indefesa, longa, afanosa. Não teria mais forças para as agruras da peleja política, nem incitamentos para ela. Já são muitas as decepções para que eu possa desejar o reingresso nas lides partidárias. É agora que a vez das gerações novas e daqueles, que, amadurecidos embora, ainda conservam forças para resistir aos imperativos de uma ação vigorosa. Não devo, pois, falar sobre as eleições que se anunciam. Considero inoportuno fazê-lo neste momento.¹³⁰

É uma entrevista que de certa forma, anuncia o fim de sua carreira política, e também uma declaração de um político experiente, que não conhecendo todas as regras que deveriam vigorar no processo eleitoral brasileiro, preferiu esperar para se manifestar. Não assumem o mesmo sentido as declarações do general Góes Monteiro, quando perguntado sobre o processo eleitoral brasileiro. Assim respondeu:

Na minha opinião, no atual momento, sendo as primeiras eleições que se realizam depois de 1935, devem ser realizadas pelo sufrágio geral e direto. Só assim se pode exprimir, pelo voto de todos os eleitores, a sanção ou não das atuais instituições políticas e sociais.

O jornalista pergunta se o general acha o povo amadurecido para exercer nobremente o voto, o general Góes responde: Pelo menos com quase oito anos de prática do atual regime, os brasileiros tiveram tempo suficiente para poder, hoje, com discernimento, reconhecer os malefícios ou benefícios desta situação.¹³¹

E Flores da Cunha também se manifesta nessa mesma direção, em entrevista concedida ao *Correio da Manhã* e que o jornal *Correio do Povo* publicou. Uma das perguntas referiu ao tipo de eleição para eleger o presidente da República e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, e respondeu:

Nessas condições, desde que recuperei a liberdade, em entrevistas com o ministro Gaspar Dutra e Marcondes Filho e com o coronel Benjamim Vargas, tenho declarado que sou pela convocação de uma Constituinte, feita pelo voto secreto e direto: pela manutenção, estritamente rigorosa, dos laços

¹³⁰ CORREIO DO POVO, 8 de outubro de 1944, p. 18.

¹³¹ CORREIO DO POVO, 2 de fevereiro de 1945, p. 8.

federativos e pela anistia a todos os condenados por crimes políticos e conexos. Esses, os postulados principais e centrais em que sempre me coloquei e em que cada vez permaneço mais firme, em tal grau que se não for apoiado para os defender e prestigiar pelos correligionários e simpatizantes, estou resolvido a dar por encerrada a minha vida pública.¹³²

Notamos que o discurso é no sentido de tentar novamente uma aproximação de todos os políticos com eleições diretas como defesa central da democracia brasileira. Mas nessa direção é que Alberto Pasqualini ressalta sobre a estruturação da democracia no Brasil:

Não é fácil estruturar a democracia num país de setenta por cento de analfabetos e de baixo nível econômico. Essa tarefa, quase gigantesca, não poderá ser concluída com a simples alteração de dispositivos constitucionais, embora necessária. O problema é de base, é de instrução, educação, de emancipação econômica, de organização e disciplina social, e para resolvê-lo será necessária a cooperação de todos os patriotas. É preciso que haja mais bom senso, mais sinceridade, mais desambição e um sentimento mais nítido da responsabilidade.¹³³

Essa discussão, sobre os outros problemas que afetam a população brasileira, começa a ser distinguida nos diferentes partidos políticos, e Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, é que fará esse discurso mais enfático, frisando que mudanças constitucionais eram necessárias, mas somente essas não seriam suficientes para que a democracia se instalasse no país.

A luta política, a partir de maio de 1945, foi em torno da fundação dos partidos políticos, primeiro passo para que fosse possível entender as alianças que seriam efetivadas no plano estadual com os integrantes da elite política rio-grandense e o processo eleitoral no plano federal. Sobre as mudanças que estavam sendo implementadas no Brasil, o velho político gaúcho Flores da Cunha alertou em uma entrevista ao jornal *Diretrizes*, publicado pelo *Correio do Povo*:

Os tempos estão mudados e é preciso que nos demos conta disso. Para conquistar o apoio do povo é necessário falar a verdade e não fazer promessas vãs e mentirosas. Sem maior participação direta e imediata do povo à solução do nosso problema político, qualquer outra decisão, mesmo a das urnas, nenhuma expressão terá.¹³⁴

No entanto, parece que nem ele seguiu o próprio conselho, pois acabou ajudando a fundar a União Democrática Nacional, apoiando a candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes, o qual acabou não vencendo as eleições. De fato, a partir de 1945 muitas mudanças

¹³² CORREIO DO POVO, 9 de fevereiro de 1945, p. 8.

¹³³ CORREIO DO POVO, 27 de fevereiro de 1945, p. 12.

¹³⁴ CORREIO DO POVO, 2 de junho de 1945, p. 8.

iriam se efetivar no palco político rio-grandense, e todos os políticos que acabaram assumindo uma posição contra o governo Getúlio Vargas sofreram uma derrota eleitoral nas primeiras eleições para presidente da república no estado, em 1945, que ficou assim configurado: Partido Social Democrático, conseguindo 72,46% dos votos; e União Democrática Nacional e Partido Libertador, 17,89% dos votos gaúchos.¹³⁵

Foi no processo eleitoral que as diferenças passaram a ficar mais evidentes, e os políticos começam a criticar o Estado Novo, com palavras mais incisivas. Numa entrevista Raul Pilla afirmou:

- Há manifesto engano nesse ponto [...]. Nem o Partido Libertador está cindido, nem, muito menos, existem nele três alas. O que se deu foi o seguinte: Em 1937, a maioria do Diretório, que, pouco antes, resolvera dar a colaboração do Partido à ilegal e imoral intervenção feita no Estado pelo sr. Getulio Vargas, aceitou o golpe de Estado e nele empenhou a responsabilidade do Partido. Aceitou o golpe de estado, digo mal, adotou o regime ditatorial da carta de 10 de novembro. Estes que assim procederam abandonaram, evidentemente, os princípios liberais e democráticos, que sempre foram a razão de ser dos libertadores. Entre eles, porém, havia homens de boa fé, que apenas imaginavam estar temporizando uma situação de força que coibia toda a atividade política. Esses, assim que se anunciou a conversão ao regime democrático, voltaram a ocupar as suas posições de combate. E assim foi que desapareceu a antiga maioria do Diretório, que em 1937, aceitara a Ditadura. O que hoje se vê é apenas um grupo de homens que ocupam posições ou pretendem ocupá-las: libertadores é que não. A melhor prova é que sem nenhuma cerimônia, já se incorporaram ao Partido Social Democrático.¹³⁶

Essas declarações do político Raul Pilla evidenciam a crítica à ditadura varguista, condenando as pessoas que a apoiaram e acabaram entrando no PSD. Mas, em relação aos políticos que apoiaram a ditadura e retornaram ao PL, afirma o político que eles apenas acompanharam uma *situação*, mas eram homens *de boa fé*. E afirma novamente com ênfase a crítica ao Estado Novo, esclarecendo os motivos do apoio das oposições ao brigadeiro Eduardo Gomes como candidato à presidência da República:

- O Partido Libertador era oposição, oposição contra esta ditadura e contra todas as ditaduras; o brigadeiro Eduardo Gomes se levantava em oposição ao ditador e à ditadura. Quereria o senhor que o Partido Libertador apoiasse a candidatura do sr. Getúlio Vargas? Ou a do sr. Eurico Dutra, que a substituiu por simples motivos estratégicos?¹³⁷

¹³⁵ NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul 1945-1990*. Porto Alegre: UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1995, p. 22.

¹³⁶ CORREIO DO POVO, 18 de julho de 1945, p. 4.

¹³⁷ CORREIO DO POVO, 18 de julho de 1945, p. 4.

São críticas decorrentes da eleição presidencial, e se faz necessário atacar os candidatos de partidos que disputam a eleição. Num manifesto dirigido aos integrantes do Partido Republicano Liberal, Flores da Cunha assim se pronunciou:

No momento em que a Nação se prepara para retomar as franquias democráticas que lhe foram arrebatadas pelo golpe totalitário de 1937, sinto-me no indeclinável dever de dirigir-me aos companheiros liberais do Rio Grande, a fim de concitá-los à luta em prol das idéias políticas defendidas em todos os tempos pelo P.R.L. e hoje sintetizadas num empolgante movimento cívico, liderado pela União Democrática Nacional.

Contrariando os desígnios da ditadura, que tudo fez para anestesiar o povo brasileiro, o decreto que proibiu a existência de agremiações partidárias não conseguiu apagar na consciência dos cidadãos a chama viva de suas convicções democráticas, de suas aspirações de liberdade e de seus anseios de justiça. Aparentemente conformados com o clima de expressão gerado pela força, todos aguardavam o momento decisivo dos pronunciamentos, alentados pelos espetáculos do mundo em luta pela liberdade. Atropelados os tiranos até o último reduto de seus covis, soou finalmente a hora da redenção para os espíritos livres.

É essa hora de um mundo redimido que estamos vivendo. E como nem as tropelias, nem o exílio, nem a prisão, conseguiram por um só instante entibiar meu ânimo na luta pelas liberdades cívicas, é em nome da coerência e da fidelidade que todos guardamos os princípios essenciais que nos vinculam, é em nome dos nossos próprios sacrifícios e daquela chama nunca apagada em nossos corações, que venho proclamar aos meus correligionários o dever inelutável em que nos encontramos de re-implantar em nossa terra os ideais revolucionários, desvirtuados por uma ditadura que traiu todos os seus compromissos de honra para com os próprios homens que por eles se bateram, derramando seu sangue e sacrificando suas vidas.¹³⁸

É esse um manifesto no qual Flores da Cunha tenta recarregar toda a força de uma oposição que se manteve calada durante o período da ditadura. E o faz numa direção de congregar força no sentido de unir as oposições frente ao candidato governista, tendo como objetivo central a eleição do candidato brigadeiro Eduardo Gomes.

Raul Pilla foi o próximo alvo de uma carta publicada no jornal da capital, intitulada *Cartas Operárias a um político*, assinada por *Antonio*. Essa longa carta elabora uma exposição que coloca os apoiadores da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes como reacionários, representando a mais velha mentalidade do cenário político gaúcho. Vejamos um fragmento da carta:

¹³⁸ CORREIO DO POVO, 20 de julho de 1945, p. 8.

Desculpe-me, doutor, mas v. s. está morto. Política é uma coisa sutil, para homens experientes. E v. s. não é sutil, nem possui experiência. Senão, vejamos. Não é sutil, porque um homem malicioso seria incapaz de aliar-se, no Rio Grande, ao José Antonio Flores da Cunha, ou ao Antonio Augusto Borges de Medeiros, pois esses dois representam a pior espécie de nossa fauna política. São ambos reacionários, representam a velha, a mais velha mentalidade que se exhibe em nosso cenário político. Mas v. s., homem do astral, vivendo encarapitado na via-láctea é velho e reacionário como as estrelas. As estrelas também não se modificam, não se renovam, não crescem nem diminuem: no céu, apenas ornamentam. V. s. é um desses ornamentos delicados, um lindo bibelô que só quer ficar no seu canto. Mas como ia dizendo, v. s. não possui também experiência. A sua atitude de ser contra tudo, de trazer sempre um não na boca e um nunca no bico da pena deve ter uma explicação. Se me permite, vou explicá-lo.¹³⁹

Esse fragmento remete à memória política de que representa o antigo no estado, no entanto apela para a identidade regional, tentando descaracterizar Raul Pilla como gaúcho, quando afirma:

V. S. é um ressentido contra tudo e contra todos. A medicina esclarece bem o que é isso. Mas, mesmo sem a medicina de permeio, o seu ressentimento tem raízes mais visíveis, que não precisam de nomes científicos complicados. E aqui está: gaúcho, o dr. Pilla nada tem de comum com a sua gente – não toma chimarrão, não come churrasco, não monta a cavalo. Numa de nossas revoluções, para v. s. aparecer num pingo foi preciso que um peão puxasse o animal pelas rédeas... Que gaúcho mais falsificado. E, não obstante, v. s. quer falar em nome do Rio Grande, como se fosse um dos nossos. Não é não. V. s. é o tipo do “marginal político”, que não dá carreira certa.¹⁴⁰

Há nisso, novamente, uma tentativa de vincular a política com a identidade regional construída em torno do gaúcho: chimarrão, churrasco, cavalo. E como forma ofensiva, afirmar que não sabe montar um cavalo, pois precisou de um peão para que segurasse as rédeas, o que constrói uma figura marginal de político *que não dá carreira certa*. Vejamos mais um trecho quando faz uma construção do partido do contra:

Ouçó dizer que v. s. e o Adel de Carvalho está formando um novo partido: o partido do contra. Contra os sindicatos, contra o “sábado inglês”, contra o operário, contra o governo, contra a luz, a água, o sol, a lua. – Pilla e Adel. E assim, segundo consta, nascerá o Pilladelismo, partido conservador (nada de trabalhista) que vai pleitear a implantação, no Brasil, da monarquia constitucional, da escravatura, do latifúndio, e, como se não bastasse, advogará a derrogação das leis trabalhistas e de todas as realizações obtidas pelo país nos últimos 56 anos. O Brasil voltará ao tempo de Pedro II e v. s. será feito Barão de Alegrete e o Adel será o bobo da corte.¹⁴¹

¹³⁹ CORREIO DO POVO, 29 de julho de 1945, p. 6.

¹⁴⁰ CORREIO DO POVO, 29 de julho de 1945, p. 6.

¹⁴¹ CORREIO DO POVO, 29 de julho de 1945, p. 6.

Esse fragmento continua a vincular as posições políticas de Raul Pilla à imagem do atraso. Para frisar a mentalidade política antiga, coloca-a em oposição à atual, já construindo a imagem do trabalhismo: sindicatos, sábio inglês, operário, ou seja, a posição de Raul Pilla era contrária à do trabalhismo. Ao contrário, frisa que lutaria pelo retorno ao Império em defesa da monarquia constitucional, escravidão, latifúndio, aludindo inclusive que poderia ser o Barão do Alegre. São discursos que brotam em defesa do governo de Getúlio Vargas.

É no segundo semestre de 1945, quando inicia uma forte desconfiança de que Getúlio Vargas estaria pronto a continuar no poder, que as disputas ficaram mais acirradas. Essas desconfianças podem ser sentidas numa longa entrevista que Alberto Pasqualini concede ao *Correio do Povo*. Vamos resgatar parte da entrevista quando faz referência à convocação de uma assembléia nacional constituinte como início da redemocratização do país:

- A convocação da assembléia nacional constituinte teria sido, a meu ver, como expus no artigo agora referido, o processo lógico e racional de iniciar a redemocratização do país. O ato adicional foi um absurdo jurídico. Se, todo poder político emana do povo, só o povo, por intermédio dos seus legítimos representantes, é que pode decretar uma Constituição. A carta de 37 não é uma Constituição porque não foi votada nem ratificada pelos representantes do povo. É simplesmente um ato ditatorial com forma de constituição, uma proposta a ser submetida ao referendo popular. O parlamento que agora vai ser eleito não tem poderes constituintes, mas tão somente as faculdades ordinárias de emendar a carta de 37, nos termos e condições nela prescritos, isto é, usando de poderes outorgados por uma constituição que técnica e juridicamente não existe, pois não foi plebiscitada.

O processo de redemocratização do país deveria ter-se iniciado com a supressão de todas as restrições à liberdade de imprensa e de opinião a fim de que pudessem ser amplamente discutidos os grandes problemas nacionais e, em torno das diversas soluções, se formassem as verdadeiras correntes de opinião; em seguida, deveria ter sido permitida a organização dos partidos políticos e, por fim, convocada a Assembléia Nacional Constituinte para traçar a lei fundamental que haveria de traduzir, como ordenamento político, social, econômico e jurídico, as idéias, as necessidades e as aspirações predominantes do povo brasileiro. Ao invés, porém, de se iniciar a reestruturação política pelos alicerces, começou-se por um dos detalhes da cumeeira: a eleição presidencial. As conseqüências aí estão.¹⁴²

É uma análise que, ao mesmo tempo em que critica a carta de 37 como não sendo uma constituição, alega que o parlamento que seria eleito não teria poderes constituintes, e somente poderia fazer emendas na lei já existente. Sustenta que para iniciar o processo de

¹⁴² CORREIO DO POVO, 1 de setembro de 1945, p. 20 e 4.

redemocratização, deveriam ser extintas todas as formas de censura que prejudicavam as discussões em torno dos grandes problemas nacionais. Se isso tivesse sido efetuado já de início, teriam sido formados os partidos político com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte para elaborar a Constituição. E salienta com uma fina linguagem figurada: “não foi iniciada a reestrutura política pelos alicerces, mas por um detalhe da cumeeira, ou seja, a eleição presidencial.”

E é exatamente essa possibilidade de Getúlio Vargas ser eleito pelo parlamento que fez com que os militares pressionassem para que ele renunciasse. Vale transcrevermos na íntegra as manifestações que o general José Pessoa fez ao *Correio da Manhã*, sobre a renúncia do presidente:

- A “renúncia” do presidente – fórmula lançada por ele próprio e generosamente aceita pelos generais de Terra, Mar e Ar, que tinham nas mãos todas as forças militares – não deve, a bem da verdade histórica, deturpar a figura da sua deposição de chefe do governo.
- Participante dos acontecimentos que culminaram com a substituição do governo da República, julgo do meu dever esclarecer a opinião pública sobre a verdade dos fatos, tal como se segue.

Às últimas horas da tarde de ontem, foi nomeado e empossado no cargo de chefe de Polícia do Distrito Federal o sr. Benjamin Vargas, irmão do presidente. Ao saberem da notícia, os generais a receberam como uma afronta à Nação.

Reunidos os chefes militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, ficou deliberado, em consequência dos repetidos acintes que vinha fazendo à Nação o sr. Getúlio Vargas – como sejam o decreto-lei nº 8.033, o menosprezo à indicação dos generais para que os interventores candidatos fossem substituídos pelos presidentes do mais alto Tribunal de Justiça do Estado e a propaganda do chamado quererismo, abertamente pregada por alguns de seus auxiliares diretos – que seria ele deposto do cargo de presidente da República e obrigado a entregar o governo ao seu substituto legal, o ministro José Linhares, presidente da Suprema Corte do país.

Fui, então, designado pelo sr. General Góes Monteiro, para, em companhia dos srs. Almirante Adalberto Lara de Almeida e brigadeiro Amílcar Pederneiras, convidar o ministro Linhares a assumir a presidência da República, em virtude de as Forças Armadas do Brasil em deliberação conjunta, terem resolvido depor o presidente Getúlio Vargas, em face das manobras políticas que o mesmo vinha praticando, todas tendentes à perturbação da ordem e ao desassossego da família brasileira.

Aquiescendo ao convite, o ministro José Linhares logo compareceu ao Palácio da guerra, onde, com o apoio das Forças Armadas, assumiu a presidência da República, com a solene promessa de que iria constituir um novo ministério e de que seriam realizadas as eleições marcadas para 2 de dezembro próximo.

Como medida decorrente da própria decisão tomada pela classe armada e coerente com o ato que se consumava, não seria compreensível conceder-se possibilidade de proclamações a governo deposto ou a conservação de todos ou mesmo alguns dos seus colaboradores diretos. Quando aceitei a designação para o convite ao ministro Linhares, fui convicto de já estar o governo deposto, cercado dentro do seu palácio residencial, isolado de comunicação com o exterior e impotente para reagir ou tomar qualquer deliberação.

Assim opinei na reunião conjunta dos chefes militares.

Eis em seus verdadeiros termos a “renúncia” do presidente.¹⁴³

Com esse ato estava extinto o regime imposto ao país, tendo na presidência Getúlio Vargas, que sob a forma de ditadura, elaborou uma reestruturação no Estado brasileiro. Se foi com a ajuda dos militares que conseguiu elaborar o golpe de 1937, foram esses que o retiraram do poder em 1945.

Como podemos acompanhar nos discursos até aqui analisados, somente o político Raul Pilla é que se manteve coerente em relação a defesa de suas idéias na vigência do Estado Novo. Isso pode ser constatado nas declarações que realizou, por exemplo, sobre a segunda Guerra Mundial e também nas declarações realizadas na imprensa para atacá-lo. Apesar de relativizar as atitudes que os seus companheiros de partido que apoiaram o Estado Novo, mas acabaram, com a volta do regime democrático, a serem libertadores os restantes optaram pelo PSD. Essa coerência de conteúdo no discurso de Raul Pilla acabou por não acompanhar a regra geral dos outros políticos.

Num segundo grupo de políticos, encontramos um discurso de adaptação às idéias defendidas pelos apoiadores ao Estado Novo. Isso se manifestou em artigos na imprensa na defesa do Estado Novo como um estado democrático, tendo como caso exemplar o político Alberto Pasqualini. Em seus discursos de setembro de 1945 defendeu a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a supressão de todas as restrições à liberdade de imprensa e de opinião. Mas, por exemplo em julho de 1943, sustentara em um artigo publicado no *Correio do Povo* que fora o golpe de Estado ocorrido em 1937 que ajudara a preservar a democracia. Para tanto sustentou a existência de dois tipos de ditadura, a técnica e a regressiva, e, em sua opinião, o Estado Novo vivia uma ditadura técnica, e por ser transitória caminhava para a democracia. Um exemplo típico de discurso circunstancial.

Num outro grupo são incorporados os discursos em defesa do Estado Novo, cujo exemplo mais significativo é do próprio Getúlio Vargas, que seus aliados, no plano regional,

¹⁴³ CORREIO DO POVO, 1 de novembro de 1945, p. 10.

acabaram reproduzindo na íntegra. Podemos constatá-lo nos pronunciamentos, por exemplo, dos interventores estaduais, de forma mais específica nos discursos de Cordeiro de Farias.

E por último, os políticos que acabaram ficando exilados durante um período do Estado Novo, o caso típico é de Flores da Cunha. Mas quando retorna às atividades políticas, principalmente em 1945, quando da organização dos partidos políticos, passou a fazer críticas veementes ao Estado Novo, com o intuito de arregimentar antigas forças que compuseram o PRL, para agregar-se em torno da UDN. Nesses discursos, estavam mais claras as suas posições, até por que foram silenciados pela censura durante a vigência do Estado Novo.

Como podemos acompanhar com esses fragmentos de discursos, artigos ou entrevistas publicadas na imprensa desse período verificamos que alguns políticos puderam tomar posição frente ao Estado Novo, tanto de apoio como de oposição.

Finalizamos com as manifestações do general José Pessoa, alegando que a deposição do então presidente Getúlio Vargas foi decorrente “das manobras políticas que o mesmo vinha praticando, todas tendentes à perturbação da ordem e ao desassossego da família brasileira”.¹⁴⁴ Ou seja, até os militares que apoiaram e ajudaram na permanência da ditadura estadonovista, agora mudam o discurso. Isso pode ser demonstrado através de um manifesto na imprensa do general José Pessoa, justificando o ministro José Linhares como novo presidente da República no lugar de Getúlio Vargas, com o apoio das Forças Armadas “com a solene promessa de que iria constituir um novo ministério e de que seriam realizadas as eleições marcadas para 2 de dezembro próximo”.¹⁴⁵

E é sobre o processo eleitoral e todas as articulações partidárias que antecederam as eleições nacionais em 1945, e depois as eleições estaduais em 1947, com a conseqüente mudança dos atores políticos, que centraremos nossa análise no próximo capítulo. Todas essas análises terão como referência as duas elites políticas analisadas até aqui, para compararmos as efetivas mudanças que ocorreram durante o Estado Novo, e que podem ser sentidas nos primeiros anos de redemocratização no Rio Grande do Sul.

¹⁴⁴ CORREIO DO POVO, 1 de novembro de 1945, p. 10.

¹⁴⁵ CORREIO DO POVO, 1 de novembro de 1945, p. 10.

3 A ELITE POLÍTICA: 1945-1947

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra.¹

Iniciaremos com uma análise da reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul, no período de 1945-1947, e suas relações com o cenário nacional. Nessa análise teremos a preocupação em mapear os partidos políticos que atuaram no estado e as diretrizes de governo em âmbito nacional.

Em seguida, reconstituiremos o processo eleitoral que se desenvolveu em 1945, quando da eleição presidencial, e em 1947 com as eleições estaduais. Na primeira eleição, já iremos mapear as forças político-partidárias rio-grandenses e seus respectivos integrantes que estavam se preparando para participar das eleições para ocupar os cargos em âmbito estadual a partir das eleições realizadas em 1947.

Posteriormente, mapearemos os atores integrantes da elite política rio-grandense, para revelar quais foram as suas características quanto à formação e atuação profissional, local de nascimento, participação em entidades culturais e profissionais e quais os cargos ocupados no poder político. A questão fundamental, subjacente a todas elas, é: quem eram esses integrantes?

¹ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 160.

Elaboraremos também uma análise comparativa dessa elite política com as duas elites anteriormente analisadas, para revelar quais as características que foram modificadas. Ou seja, quais foram, efetivamente, os impactos produzidos pelo Estado Novo na composição da elite política rio-grandense? A ditadura estadonovista foi relevante na alteração da composição da elite política rio-grandense? Essas questões, fundamentais em nosso trabalho, passarão a se constituir numa análise de verificação da hipótese central em nossa pesquisa, da qual este capítulo é o desdobramento final. Na medida em que efetuarmos essa análise, passaremos a relacionar o processo de exclusão e inclusão de novos integrantes nesse cenário político.

3.1 O Cenário

A reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul, no período de 1945-1947, e suas relações com o cenário nacional, será nosso objetivo imediato. Nessa análise, teremos a preocupação em mapear os partidos políticos que foram articulados e atuaram no estado e quais as diretrizes em âmbito nacional que deveriam ser seguidas nesse período, principalmente quanto à organização partidária.

Thomas Skidmore, em análise sobre a política brasileira em meados de 1945, refere-se a dois amplos grupos, denominados os *de dentro* e os *de fora*. Essa denominação reportava ao fato de serem, respectivamente, *situacionistas* ou *oposicionistas* ao governo Vargas durante o Estado Novo. Vejamos como o autor elabora essa divisão em relação aos que denominou os *de dentro*:

No processo de transformar o sistema político brasileiro, Vargas criara uma rede de líderes e grupos com os quais poderia contar para apoio e cooperação. [...]. A rede política de Vargas, não testada, naturalmente, por uma eleição durante o seu próprio mando, era formada por três grupos principais. Em primeiro lugar, havia os políticos e burocratas que se tinham beneficiado dos anos de Vargas e que preferiam um mínimo de modificações no sistema que conheciam. Eram os homens que haviam dirigido as mais importantes criações políticas de Vargas – as novas máquinas estaduais, e a nova aparelhagem governamental, grandemente aumentada. O segundo grupo, entre os “de dentro”, eram os proprietários de terras e industriais que haviam prosperado sob Vargas e que manifestavam grandes incertezas quanto à estabilidade de um sistema político mais aberto. Importante, nesta categoria, eram os fazendeiros de café, e outros grandes proprietários de terras que apreciavam o completo silêncio de Vargas a respeito da questão agrária. Havia também os banqueiros e os homens de negócios que tinham apreendido a operar lucrativamente, com o crescente controle central sobre o

crédito e os regulamentos comerciais. O terceiro grupo era o mais novo elemento entre os “de dentro”. Era formado pelos trabalhadores urbanos, aos quais Vargas dedicou a sua legislação de previdência social e a sua organização sindical paternalística, fortalecida nos primeiros anos da década de 40.²

Desses três grupos que pertenciam aos *de dentro*, os dois primeiros tinham o seu próprio partido, fundado em 1945, que era o Partido Social Democrático (PSD). Esse partido foi instituído a partir dos interventores, que reuniram homens públicos governistas, e tinham o compromisso de coletar assinaturas, conforme exigia a nova legislação eleitoral, para a fundação do mesmo. Essa organização era supervisionada pelo próprio Getúlio Vargas, com o objetivo de apoiar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra.³

Quanto aos operários urbanos organizados, outro grupo que formava os *de dentro*, estava no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Thomas Skidmore afirma que

o PTB representava o esforço de Vargas para atalhar a marcha dos comunistas, à esquerda, assegurando em seu próprio benefício o voto da classe operária, de importância crescente. O partido foi organizado por prepostos e conselheiros de Vargas, como Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, e Alberto Pasqualini. Como Ministro do Trabalho desde 1943, Marcondes Filho havia consolidado as leis trabalhistas e ajudado a produzir a mística do trabalhismo, sobre a qual se pudessem basear um movimento político.⁴

O autor considera o grupo intitulado os *de fora* menor do que se poderia esperar. Esse grupo, de oposição heterogênea, era formado pelos constitucionalistas liberais. Os constitucionalistas liberais, que haviam apoiado Vargas em 1930, acabam por passar a opositores a partir do golpe do Estado Novo. Esse grupo organizou a União Democrática Nacional (UDN). O candidato à presidência da República da UDN foi o brigadeiro Eduardo Gomes, oficial da Força Aérea, sendo um dos rebeldes militares da década de 20 e apoiador do processo revolucionário de 1930, mas de oposição ao golpe de 1937.⁵

Thomas Skidmore denominou que os integrantes do PCB também como *os de fora*. Esse partido tinha como líder máximo Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, da década de 20. Preso durante o Estado Novo, é anistiado em abril de 1945. Quando saiu da prisão, apoiou a continuidade de Vargas no poder, quando era solicitada uma Assembléia

² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. (1930-1964). 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 80-81.

³ Id., *ibid.*, p. 81.

⁴ Id., *ibid.*, p. 82.

⁵ Id., *ibid.*, p. 83.

Constituinte e o adiamento das eleições presidenciais. Com a queda de Getúlio Vargas, o PCB acaba indicando Iedo Fiúza, engenheiro civil, ex-prefeito de Petrópolis e não-comunista, para candidato a presidente da República.⁶

E conclui o autor sobre o outro grupo que integrava os *de fora*:

Nos outros setores da esquerda havia pouca atividade importante. Dentro da UDN, havia uma pequena ala da Esquerda Democrática, que de fato se separou do udenismo em 1946. Nem então, nem mais tarde, conseguiu influência dentro daquilo que, em si mesmo, já era um partido minoritário. Igualmente significativo foi o fato de que a ressurreição da competição política livre não conseguiu produzir nenhum partido socialista independente de importância. Em lugar disso, a esquerda foi preenchida pelo Partido Comunista e pelo nascente Partido Trabalhista Brasileiro, que era, na realidade, um pilar entre os “de dentro”, e que apoiou intensamente Dutra, candidato do PSD, no resto da campanha presidência.⁷

Essa organização partidária é parte do processo de redemocratização que iniciou no Brasil a partir de princípios de 1945. Os fatores internos para a redemocratização são fruto de grupos de pressão que foram se articulando no plano interno para combater o Estado Novo. A primeira medida para o processo de redemocratização tomada pelo governo de Getúlio Vargas foi em 28 de fevereiro de 1945, quando decretou o Ato Adicional nº 9, estabelecendo eleições diretas para presidente e proporcionais para o parlamento nacional. No mesmo ano, em 18 de abril, o governo decreta a anistia geral a seus adversários políticos. E em maio de 1945, é decretada a Lei Agamenon, que marca as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamenta o novo código eleitoral.⁸

As normas para a regulamentação dos partidos políticos em 1945 foram determinadas através do Código Eleitoral. Dentro dessas normas, destacam-se: os partidos deveriam registrar-se nos tribunais eleitorais e atingir um certo número de assinaturas de eleitores em cinco ou mais estados; os partidos poderiam ter cancelado seus registros quando solicitados; cada partido deveria eleger um representante para o Congresso Nacional ou obter um mínimo de cinquenta mil votos em todo o país; e também só seria aceito o registro do partido se o seu programa estivesse a favor dos princípios democráticos e dos direitos fundamentais do homem.⁹

⁶ SKIDMORE, Thomas. Op. cit., 1982, p. 87-88.

⁷ Id., *ibid.*, p. 88-89.

⁸ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 14.

⁹ PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M.K.; ULRICH, Maria Alayde. *Política brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 74.

Apesar de muitos autores estabelecerem um grande debate sobre o processo de redemocratização no Brasil, seguiremos as idéias de Maria do Carmo Campello de Souza sobre a continuidade entre o Estado Novo e o regime estabelecido no país entre 1946-1964. Ou seja, através de uma linha da conjuntura de transição, a autora analisa aspectos institucionais em que ocorreram continuidades ou mudanças, com evidências condicionadas e dirigidas pelo Estado.¹⁰

Em relação a essa continuidade, afirma Maria do Carmo Campello de Souza que ela não é de surpreender, pois em 1945 não existiu qualquer movimento de contestação de amplas bases sociais, ou inspirado em metas ideológicas capazes de levar a um confronto mais intenso. E afirma:

O importante, todavia, é realizar um esforço de especificação desse suposto, mostrando de que maneira se entrelaçam e interagem o legado e as novas criações: que contradições e incongruências resultam de sua associação. O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência, na quadra histórica a que nos referimos, de uma ideologia autoritária de Estado. A tarefa a que nos propomos nesse capítulo é, assim, a de começar a deslindar os fios mediante os quais, na conjuntura concreta da transição, foram atreladas estas distintas fases da etapa institucional que se inaugurava.¹¹

Quanto às discussões que a autora elabora, nos restringiremos ao pluralismo partidário, contrariando-a quando efetua análise sobre a continuidade em relação ao Estado Novo e o período de 1946-1964. Isto é importante para a nossa pesquisa, pois estaremos construindo um retrato da esfera nacional para podermos elaborar uma análise dos partidos em âmbito estadual, mesmo que fiquemos restritos ao período de 1945-1947.

Com relação aos partidos políticos, o governo de Getúlio Vargas era a favor da sua nacionalização, mediante instituição da Lei Agamenon, pois foi depositária de uma importante corrente política que combatia os regionalismos e os partidos estaduais que atuaram durante a República Velha e nos primeiros anos da década de 1930. Isso resultou num processo político até certo ponto arbitrário, pois o processo eleitoral era controlado pela máquina getulista, até porque os partidos políticos estavam em processo de estruturação

¹⁰ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 105.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 105-106.

inicial. A determinação de caráter nacional dos partidos levou a oposição a suspeitar de uma manobra getulista, pois o partido do governo dispunha de articulações nacionais, via interventorias, o que não ocorria com os demais partidos, pois estavam restritos a um ou dois estados. Sobre a União Democrática Nacional (UDN), baseando-se em Virgílio de Mello Franco, argumenta Maria do Carmo Campello de Souza que, para se adaptar a essa lei eleitoral, o partido teve de se associar ao Partido Republicano, ao Partido Libertador e à Esquerda Democrática, resultando em um partido com características de *amorfismo ideológico e programático*.¹²

Com relação aos outros partidos que estavam em formação, Maria do Carmo Campello de Souza argumenta que o Partido Social Democrático (PSD), por ter um sistema de sustentação em todo o país, conseguiu adaptar-se às exigências legais. De certa forma, essa vantagem veio a tornar sua evolução mais “federativa” que “nacional”. Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) estava na mesma situação da UDN, ou seja, desprovido de esquemas estaduais, mas contava com a mística getulista e com o voto operário mobilizado pelo Ministério do Trabalho, além do alistamento *ex-officio*.¹³ E continua a autora:

As dificuldades de estruturação inicial, em clima ideológico certamente mais hostil a ele [PTB] do que à UDN, somaram-se às vantagens clientelísticas do PTB, contribuindo assim para uma breve configuração de seu estilo e de sua prática, vinculadas desde o início aos institutos de previdência e de esquemas congêneres.¹⁴

Em suas conclusões, argumenta que a estrutura geral do Estado Novo foi aproveitada para a nova armação institucional. Porém, ressalva que não havia uma continuidade total, em relação ao sistema anterior. E defende a posição de que a interpretação de que houve ruptura na Constituição de 1946 é ingênua, pois propõe que teria se inaugurado uma etapa democrática da nossa história política. E afirma:

Em lugar de mérito relativo de uma ou outra concepção, interessou-nos neste capítulo o estudo de alguns mecanismos específicos da transição, aqueles que fatalmente exerceriam influência sobre a formação e desenvolvimento do sistema partidário. Numa breve recapitulação, destacaríamos quatro recursos ou instrumentos, todos eles acionados de maneira consciente e sistemática, e com inegável êxito, pelos grupos dirigentes ligados ao Estado Novo: a) a absorção, através do PSD, das interventorias e bases municipais,

¹² SOUZA, Maria do Carmo C. de. Op. cit., 1976, p. 114-115.

¹³ Esse tipo de alistamento foi assim denominado devido à permissão do registro de blocos de eleitores com base em listas preparadas por empregadores e agências governamentais. (SOUZA, Maria do Carmo C. de. Op. cit., 1976, p. 121).

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 11-115.

e através do PTB, das clientelas urbanas sindicalizadas ou cobertas pelas instituições previdenciárias; b) a emergência do **getulismo** como formação ou movimento político organizado ao nível do simbolismo pessoal, condensando e dando forma ativa a suportes de massa até então mais ou menos latentes; c) a garantia antecipada do controle ou pelo menos de um papel decisivo por parte dos remanescentes estadonovistas sobre a primeira legislatura, através da manipulação dos instrumentos de legislação eleitoral; d) inscrição no próprio texto constitucional de vários dispositivos asseguradores dessa mesma continuidade, notadamente os referentes à representação (artigo 58) e à centralização de poderes no Executivo.¹⁵

No que se refere aos partidos políticos, foi possível verificar essa articulação de continuidade em relação ao Estado Novo, principalmente em relação ao PSD e ao PTB. No entanto, é possível verificar a emergência de mais outros partidos políticos, além do PSD, UDN e PTB. Esses partidos foram: Partido Republicano (PR); Partido Popular Sindicalista (PPS); Partido Libertador (PL); Partido Agrário Nacional (PAN); Partido Comunista do Brasil (PCB); Partido Republicano Democrático (PRD); Partido Republicano Progressista (PRP); e o Partido Democrata Cristão (PDC).¹⁶

Passamos a alguns comentários com relação aos partidos políticos que tiveram uma maior articulação no Rio Grande do Sul no período de 1945-1947. Foram três os atos efetuados pelo governo federal – o Ato adicional nº 9 (28/2/1945), a anistia política (18/4/1945) e a Lei Agamenon (28/5/1945), que regulamentaram a atuação dos partidos políticos – que fizeram com que as forças políticas passassem a se articular, principalmente visando à eleição para presidente da República e às eleições marcadas para dezembro de 1945.¹⁷

Para Miguel Bodea, o passo inicial das forças políticas no Rio Grande do Sul segue o mesmo padrão ocorrido no cenário nacional, ou seja, a formação de duas correntes: uma de oposição antivarguistas – em torno da UDN – e a outra corrente agrupando pessoas com aparente fidelidade a Vargas, articulada a partir da estrutura da interventoria estadual – em torno do PSD.¹⁸ E afirma o autor sobre a UDN no estado:

A UDN gaúcha, que se aglutina em apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, a partir dos meses abril e maio, nasce em torno de várias lideranças políticas tradicionais que se haviam incompatibilizado com Vargas. Entre estas cumpre citar Flores da Cunha (ex-republicano e interventor no período de 1930-37, deposto por Vargas na véspera do Estado

¹⁵ SOUZA, Maria do Carmo C. de. Op. cit., 1976, p. 134-135.

¹⁶ PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M.K.; ULRICH, Maria Alayde. Op. cit., 1999, p. 71.

¹⁷ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 17.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 17.

Novo), Osvaldo Aranha (ex-ministro das Relações Exteriores, forte partidário do alinhamento incondicional com os EUA) e mesmo o velho cacique republicano Borges de Medeiros (governador da província de 1902-28, de certa forma o mentor do Getúlio pré-1930). Aranha e Flores da Cunha de fato desempenharam importante papel na articulação da UDN nacional, mas coube a Flores a tarefa de organizar o partido regionalmente, enquanto Aranha concentrava-se na política nacional, na capital federal.

A estes caciques tradicionais juntaram-se, temporariamente, tal qual ocorreria em nível nacional, elementos da chamada Esquerda Democrática liderados, no Rio Grande do Sul, pelo ex-libertador e reformista social Bruno de Mendonça Lima e por Antonio Aranha, irmão mais moço de Osvaldo.¹⁹

Baseando-se na ata da primeira convenção estadual da UDN, Lisandre Medianeira de Oliveira também reforça a mesma posição em relação à formação desse partido no Rio Grande do Sul, quando afirma:

Como no restante do país, a UDN no Rio Grande do Sul nasceu formada por vários grupos. Conforme mostrado neste trabalho, agregaram-se a ela parcelas do PRR, do PRL, da Esquerda Democrática (ED) e da Liga Eleitoral Católica (LEC). Portanto, a UDN gaúcha, na tentativa de selar a frente ampla, elegeu um Diretório Estadual para enquadrar oficialmente os outros partidos. Na primeira Convenção, em 24 de outubro [1945], participaram como representantes da Ala do PRR, João Filho de Almeida e Roni Lopes, como representantes do PRL, Salgado Martins e Alcides Flores Soares Junior, e José Aranha, representante da Esquerda Democrática (ED). Como presidente de honra foi escolhido Borges de Medeiros, que também ficou responsável, junto com Flores da Cunha, Bruno Mendonça Lima, Guarani Frota, Roni Lopes e Ione Rosa, pela organização da chapa de Deputados Federais que concorreriam ao pleito eleitoral. Para a presidência do Diretório Estadual foi escolhido Flores da Cunha, e para vice-presidente foi indicado Bruno de Mendonça Lima.²⁰

A Esquerda Democrática rompeu com a UDN em 1946. Em 1947, concorreu às eleições estaduais, obtendo dois mil votos, não tendo atingindo o quociente eleitoral, acabou desaparecendo. A UDN gaúcha acabou perdendo espaço devido à rearticulação do Partido Libertador, liderado por Raul Pilla, antigo rival de Flores da Cunha, líder da UDN. O PL, já em 1947, suplantaria a UDN em força eleitoral, nas eleições estaduais. E outro aspecto ainda em relação à UDN, é o de que apesar de ser liderada por três chefes tradicionais – Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Borges de Medeiros – não conseguiu cooptar contingentes significativos do antigo PRR.²¹

¹⁹ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 17.

²⁰ OLIVEIRA, Lisandre M. de. *O preço da liberdade é a eterna vigilância: a UDN no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2000, p. 84 (Dissertação em História).

²¹ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 18.

O PSD, no Rio Grande do Sul, também não foge à regra que ocorreu no plano nacional, ou seja, foi um partido criado a partir da interventoria e dos governos municipais.²² Foi constituído a partir da aquiescência do interventor Ernesto Dornelles, primo de Getúlio Vargas. Este, além de acompanhar de perto a estruturação do PSD gaúcho, confiou ao seu irmão, Protásio Vargas, o trabalho de organizar a máquina política do partido. Sobre as lideranças, continua Miguel Bodea:

do PSD gaúcho, nesta sua fase inicial, despontavam, além de Protásio Vargas e Dornelles, os ex-libertadores Walter Jobim (que fora secretário estadual de obras durante boa parte do Estado Novo) e Oscar Carneiro da Fontoura, além do ex-dissidente liberal Cylon Rosa. Estes quatro políticos, além do interventor Dornelles, são as figuras dominantes do PSD gaúcho na sua primeira convenção regional, realizada em julho de 1945. Nesta convenção começa a se delinear, no entanto, o primeiro esboço de um conflito que afetaria profundamente o futuro de PSD gaúcho: o choque entre líderes políticos tradicionais e “elitistas” como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa de um lado e líderes getulistas de massa, de estilo “populista” do outro. A expressão máxima destes últimos era José Diogo Brochado da Rocha, ex-diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e que detinha forte liderança sobre a massa dos ferroviários gaúchos. Na primeira convenção estadual do PSD, José Diogo enfrentou e desafiou os próceres pedessistas tradicionais com um estilo político distinto, caracterizado por um apelo à mobilização de massas impregnado de uma tônica social-reformadora e antielitista. No choque entre estes estilos de liderança, Protásio Vargas manteve-se prudentemente equidistante. O conflito prenunciava, no entanto, uma fissura política de sérias conseqüências na história subsequente do PSD gaúcho, que se manifestariam já a partir de 1946. Mas o resultado mais imediato do conflito na convenção de julho de 1945 foi a criação da chamada ala trabalhista do PSD, germe, na verdade, da futura articulação do Partido Trabalhista Brasileiro, que será abordado no item seguinte.²³

Além desses partidos – PSD, PTB, UDN e PL –, ressurgiram mais dois partidos no Rio Grande do Sul: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, no extremo oposto, o Partido de Representação Popular (PRP). Antes de analisar alguns aspectos desses partidos, faremos alguns comentários sobre a formação do PTB no cenário gaúcho.²⁴ Para Miguel Bodea, o PTB surge no Rio Grande do Sul no período de 1945-1946 com a convergência de três movimentos

²² Em nossa dissertação, conseguimos comprovar que o PSD em Ijuí foi organizado a partir dos integrantes da elite política local que atuaram nos cargos políticos durante o Estado Novo. Outro fator curioso é que o presidente do PSD acabou sendo o presidente de honra do PTB em Ijuí. Mais detalhes sobre a reorganização política em Ijuí em 1945 em AMARAL, Sandra Maria do. *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí – 1938-1945*. Ijuí: Unijuí, 2003, p. 153-163.

²³ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 19.

²⁴ Sobre o trabalhismo no Rio Grande do Sul, entre 1945 e 1985, que tem como enfoque principal o PTB, ver KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul (1945-1980)*. Ijuí: Unijuí, 1999.

distintos, que denomina de: a) corrente sindicalista; b) corrente doutrinária-pasqualinista; e, c) a corrente pragmático-getulista.²⁵

Com relação a essas correntes, passamos a caracterizar cada uma delas, bem como seus integrantes. Necessário aqui saber até que ponto a continuidade da estrutura institucional criada durante o Estado Novo vai ser sentida também nesse partido, já que no PSD ficou evidenciado que integrantes da elite política que atuaram durante o Estado Novo estavam no centro de organização do referido partido. Essa idéia já fora desenvolvida por Maria do Carmo Campello de Souza e exposta no início deste capítulo. Importante frisar que tentaremos ver até que ponto há a entrada de novos integrantes na elite política rio-grandense após a reestruturação partidária no cenário gaúcho, no pós-1945.

A primeira vertente formadora do PTB gaúcho é denominada por Miguel Bodea de *sindicalista*, e foi integrada por lideranças sindicais que foram forjadas no Estado Novo. Essa corrente tem origem na *ala trabalhista* do PSD, formada sob inspiração de José Diogo Brochado da Rocha. Essa ala surge a partir do movimento “queremismo”, que pleiteava a reeleição de Getúlio Vargas à presidência. Esse movimento, com apoio de Luis Carlos Prestes e do PCB, e principalmente do movimento sindical, acaba se distanciando da cúpula do PSD, pois a mesma acabou comprometida com a candidatura de Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República. O presidente da ala trabalhista, José Vecchio, presidente do Sindicato da Carris Porto-Alegrense, e Sílvio Sanson, pertencente à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira de Porto Alegre, em meados de setembro de 1945 passam a considerar o PSD como “um partido de classe dominante, liderado por burgueses” e rompem com a cúpula pessedista. Em 14 de setembro, reunidos na Praça Parobé, 12 lideranças sindicais, de várias categorias, geralmente presidentes de sindicatos, desligam-se formalmente do PSD e assinam a ata de fundação do PTB.²⁶

A segunda corrente que integrou o PTB gaúcho, denominada por Miguel Bodea de *doutrinário-pasqualinista*, era formada por intelectuais progressistas – em sua maioria bacharéis e profissionais liberais –, tendo como líder e teórico o advogado Alberto Pasqualini. Ele ocupou cargos estaduais durante o Estado Novo, mas acabou sendo demitido em meados

²⁵ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 20.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 20-22. Nesse texto constam, de forma bastante pormenorizada, os nomes dos que assinaram a ata de fundação do PTB e a respectiva função e sindicato a que estavam ligados. Também salienta que o inspirador da ala trabalhista, José Diogo Brocha da Rocha, não acompanhou os sindicalistas, e já estava em plena campanha para deputado federal pelo PSD.

de 1944, passando a fazer oposição declarada ao regime então vigente. Essa corrente fundou a União Social Brasileira (USB), lançada no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, no dia 21 de setembro de 1945, e passaria a integrar o PTB. Posteriormente, seus integrantes assinam um termo de compromisso político entre o PTB e a USB.²⁷ Em sua análise, Bodea argumenta:

De fato, a integração da USB no PTB gaúcho daria a ele um caráter bastante distintivo no seio do PTB nacional: era a única secção que absorveria um movimento de esquerda – claro que reformista, mas portador de um certo grau de elaboração doutrinária. A USB ocupava, de fato, pelo menos uma parcela do espaço político reservado à Esquerda Democrática em estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Tratava-se de uma esquerda democrática que optou por integrar-se no PTB e não na UDN, ao contrário do que ocorria em nível nacional. Ao nível regional, a consequência seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de “partido de esquerda” e não apenas “partido popular” ou simplesmente “legenda popular” como tendia a ser nos estados do centro do país. Por outro, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro no Rio Grande do Sul. Este apenas elegeu um deputado estadual em duas legislaturas (1950, 1954) para a Assembléia Legislativa durante todo o período de 1945-1964, tendendo a aliar-se, em várias ocasiões, aos partidos liberal-conservadores.²⁸

E, por último, a terceira corrente que ajudou a formar o PTB no Rio Grande do Sul ingressou no partido em 1946, data posterior à realização do pleito presidencial e parlamentar, pois as eleições ocorreram em dezembro de 1945. Essa corrente, chamada por Miguel Bodea de *pragmático-getulista*, era formada por “políticos profissionais” originários do PSD. Essa “transfusão getulista” tinha a inspiração e orientação de Getúlio Vargas, que tinha como objetivo fortalecer o partido para as eleições estaduais de 1947. Esse processo só se completou com a formação do PSD Automista (PSDA), a favor de Getúlio, quando ocorreu a aliança e a absorção pelo PTB, em 1950.²⁹ As lideranças mais importantes dessa corrente foram: Loureiro da Silva, político oriundo do antigo PRR, depois do PRL e que mais tarde liderou a Dissidência Liberal pró-Vargas. O outro líder foi José Diogo Brochado da Rosa, que já havia tido divergências com a cúpula do PSD, e acabou fundando a ala trabalhista do PSD, a partir do movimento “queremismo”, em 1945. Em 1945, elegeu-se como deputado federal pelo PSD, com a terceira maior votação.³⁰ Sobre essa mudança partidária, de integrantes do PSD para o PTB, incluindo inúmeros políticos e às vezes até diretórios inteiros, inclusive João Goulart, que era filiado ao PSD desde 1945, mas se transferiu para o PTB aconselhado pelo próprio Getúlio Vargas, Miguel Bodea afirma:

²⁷ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 23 e 27.

²⁸ Id., *ibid.*, p. 28.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 28.

³⁰ Id., *ibid.*, p. 29. Além desses atritos com o PSD, ocorreu da parte dele uma manifestação de apoio à greve geral dos ferroviários gaúchos em fevereiro de 1946. Mais detalhes no texto de Miguel Bodea (1992, p. 29-30).

Este movimento teria um duplo efeito: por um lado “purificaria” gradualmente o PSD gaúcho de seus elementos mais fiéis a Vargas, num movimento que só se completaria com a cisão do PSDA (o PSD “autônomo” pró-getúlio), já em 1950; por outro, fortaleceria o PTB a ponto deste poder desafiar a posição do PSD de maior partido regional já no pleito estadual de 1947. A “desgetulização” do PSD gaúcho e o conseqüente fortalecimento do trabalhismo, ao nível regional, teria conseqüências profundas e duradouras sobre o sistema partidário gaúcho durante todo o período anterior a 1964 e mesmo em episódios e desdobramentos posteriores (por exemplo, a formação da ARENA e do MDB a partir de 1966). Este processo, como veremos a seguir, afetaria, simultaneamente, a natureza e as bases sociais de ambos os partidos – o PSD e o PTB gaúcho – e configuraria, no Rio Grande do Sul, um quadro bastante distinto no contexto nacional da época, inviabilizando, ao nível regional, o famoso “pacto populista” PTB-PSD.³¹

Passando para partidos menores, o PCB, no cenário gaúcho, teve, entre 1945-1947, fortes bases de penetração em Porto Alegre, Rio Grande e em alguns centros urbanos no interior, tendo uma influência e penetração no movimento sindical dessas regiões.³² Devido ao surgimento da Guerra Fria, dentre outras razões no plano interno, foi posto na ilegalidade em 1947, passando a atuar na clandestinidade, e muitos de seus membros passam a atuar em outros partidos. Sobre a cassação do PCB, Maria do Carmo Campello de Souza afirma que:

os primeiros a pedirem a cassação do PC tinham sido elementos do PTB, especificamente Barreto Lima e Hymalaia Virgulino. A supressão do partido teve duas fases, a primeira no TSE, encarregado de julgar o cancelamento do registro partidário, e a segunda no próprio Poder Legislativo, ao qual incumbia julgar a cassação do mandato dos parlamentares eleitos pelo partido. A primeira decisão foi tomada pelo TSE em 7 de maio de 1947 por três votos contra dois. A discussão da matéria na Câmara e no Senado teve início em setembro, tendo como protagonistas principais, de um lado o representante da UDN na Comissão de Justiça da Câmara, Afonso Arinos, contrário à cassação; e de outro, o Senador Ivo D’Aquino (PSD-SC), que conseguiu a aprovação de seu projeto na íntegra pela Comissão de Justiça do Senado, recusando todas as emendas que visavam retardar ou amenizar a cassação. À votação na Câmara compareceram 243 deputados, dos quais 179 aprovaram e 74 se opuseram à cassação, [...]. A aprovação dependeu diretamente do PSD e dos pequenos partidos, visto que a UDN se dividiu exatamente ao meio e o PTB inclinou-se pela rejeição da medida. A lei nº 211, que decretava a cassação dos parlamentares comunistas, é de 7 de janeiro de 1948, posterior, portanto, à promulgação da nova Constituição e às primeiras eleições estaduais do novo regime.³³

E, finalmente, o PRP, substituto da antiga Ação Integralista Brasileira, com forte penetração nas regiões de colonização alemã e italiana, denominada de Zona Colonial. Mesmo tendo força eleitoral no meio rural, não era oriundo da oligarquia e dos estancieiros,

³¹ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 30-31.

³² Id., *ibid.*, p. 19.

³³ SOUZA, Maria do Carmo C. de. Op. cit., 1976, p. 118.

mas de médios e pequenos proprietários rurais. O PRP contava com um expressivo apoio do clero das paróquias rurais. Mesmo que a hierarquia eclesiástica tivesse maior inclinação ao PSD, o clero local tinha as suas simpatias pelo PRP, principalmente em virtude do apelo anticomunista.³⁴

Até agora fizemos uma descrição do cenário no Rio Grande do Sul dos partidos políticos que acabaram se formando em 1945-1947. De modo mais conclusivo tomamos emprestamos mais um fragmento do texto de Miguel Bodea:

Os dois partidos liberal-conservadores de cunho anti-getulista – UDN e PL, as forças pró-getulistas do PSD e PTB, uma incipiente e efêmera Esquerda Democrática e mais os partidos extremistas (do ponto de vista ideológico), PCB e PRP, completavam o espectro político gaúcho nas vésperas das eleições de 1945. Nas eleições estaduais de 1947, o PSP ademarista faria sua primeira incursão no cenário político regional, não obtendo, entretanto, o quociente eleitoral para entrar na Assembléia Legislativa. Bem mais tarde, surgiriam novos concorrentes, com plataformas reformistas: o PDC e o MTR ferrarista.³⁵

Sobre a continuidade institucional produzida no Estado Novo e que teve influência no processo de redemocratização destacamos que todos os partidos políticos organizados no Rio Grande do Sul tiveram a participação de integrantes da elite política que atuou no estado até 1937 e que na vigência do Estado Novo passaram para a oposição. Também ocorreu o surgimento de líderes políticos na vigência do Estado Novo e que acabaram constituindo-se em novos líderes para os quadros partidários geralmente vinculados ao partido governista. Quando analisarmos os atores políticos e suas participações, daremos exemplos para corroborar essa constatação. Também investigaremos qual foi o grau, no processo de democratização, da entrada de novos representantes de setores da sociedade rio-grandense que até então não participavam da esfera política e que passaram a integrar a elite política.

Passamos agora a analisar os dois pleitos eleitorais que ocorreram no Rio Grande do Sul, sendo o primeiro em dezembro de 1945 para cargos federais, e em 1947 para os cargos em âmbito estadual, já verificando o grau de entrada de novos integrantes na elite política rio-grandense e as forças políticas que conseguiram atingir cifras eleitorais mais significativas.

³⁴ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 19-20.

³⁵ Id., ibid., p. 20.

3.2 O Palco

Passamos a elaborar uma análise do processo eleitoral que se desenvolveu em 1945, quando da eleição para à presidência, senado e câmara federal, e, em 1947, com as eleições estaduais para governador, senador federal e deputados estaduais no Rio Grande do Sul. Na primeira eleição, iremos mapear as forças políticas partidárias rio-grandenses e seus respectivos integrantes, os quais estavam se preparando para participar das eleições para ocuparem os cargos em âmbito estadual a partir das eleições realizadas em 1947.

As duas eleições são analisadas por Miguel Bodea de forma minuciosa, apresentando algumas conclusões que remontam a um quebra-cabeça para entendermos toda a rearticulação política efetuada pelos políticos rio-grandenses, na qual a figura de Getúlio Vargas ganhou proeminência em termos de votação.

O processo eleitoral no Rio Grande do Sul, ocorrido em 2 de dezembro de 1945, teve a participação de 753.232 eleitores inscritos, sendo 625.840 votantes. Desses, 17% abstiveram-se do pleito. O resultado da eleição para presidente da República no Rio Grande do Sul foi o seguinte:

Tabela 24 – Eleições para Presidente da República no Rio Grande do Sul em 1945

Partido	Candidato	Votos	% Votos
PSD	Eurico Gaspar Dutra	447.517	72,46
UDN-PL	Eduardo Gomes	110.444	17,89
PCB	Yeddo Fiúza	50.200	8,13
PAN	Álvaro Rolim Telles	341	0,05
Branços		3.880	0,63
Nulos		5.139	0,84
Total		617.512	100

Fonte: NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hégio (Orgs). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1995, p. 21-22.

Com esse resultado, fica evidenciado o alto grau de mobilização do PSD, partido criado a partir da interventoria e das prefeituras municipais. Também, a existência de um espaço, mesmo que bastante reduzido, para a oposição ao Estado Novo, representado pelos votos obtidos pela UDN e pelo PL.

Em relação à eleição para senador da República, os resultados foram assim constituídos: Getúlio Dornelles Vargas com 461.913 e Ernesto Dornelles com 460.113 votos, ambos eleitos pelo PSD. Os candidatos Joaquim Luiz Osório, com 95.794 votos, e Francisco Antunes Maciel Júnior com 95.154 votos, ambos da UDN-PL, ficaram respectivamente em terceiro e quarto lugar. Em quinto lugar, Luis Carlos Prestes, com 37.033 votos, e, em sexto lugar, Álvaro Moreira, com 35.033, ambos candidatos pelo PCB.³⁶

Em suas conclusões parciais, Miguel Bodea sustenta que o resultado eleitoral decorrente das eleições de 2 de dezembro de 1945, em âmbito estadual, confirmou o grande peso e prestígio eleitoral de Getúlio Vargas em seu estado natal. Getúlio Vargas foi eleito senador com 74% dos votos pelo estado, além de ajudar seu primo e ex-interventor Ernesto Dornelles a eleger-se também senador. Nas eleições proporcionais, também Vargas triunfou, pela quantidade de votos que o PSD recebeu. Esse partido, nascido das entranhas do poder, ou seja, da interventoria de Ernesto Dornelles, tinha conseguido organizar-se em quase todos os municípios do estado. Argumenta o autor:

Dos vinte e dois deputados federais, o PSD elegeria dezessete, totalizando quase quatrocentos mil votos na legenda, ou seja 62% do total [...]. O PTB, apesar de ajudado pela candidatura de Vargas para deputado federal faria pouco mais de quarenta mil votos, ou seja, apenas 6% do total, ou seja, 1/10 da votação do PSD, ficando em quarto lugar, atrás dos partidos liberal-conservadores UDN e PL, que também sofreriam pesada derrota: juntos fariam pouco mais de cento e dez mil votos, ou seja, apenas 17% do total. Dos partidos extremistas, o PCB com cerca de 6% dos votos quase alcançaria a votação do PTB, ficando a extrema-direita (PRP) em último com 4% dos votos – aliás, o seu melhor resultado em termos absolutos e relativos, em nível nacional, embora não atingisse, no Rio Grande do Sul, o quociente eleitoral suficiente para eleger um deputado.³⁷

Ou seja, a eleição de 1945 foi a **primeira e última** vez em que ocorreu a combinação de votos getulistas com os do PSD. E continua Miguel Bodea:

A votação getulista concentrou-se neste partido e apenas marginalmente beneficiou o PTB. A votação inequivocamente antigetulista dividiu-se em parcelas quase iguais, entre a UDN e o PL, que apoiaram a candidatura Eduardo Gomes para a presidência.

Nenhum membro das duas correntes formadoras originais do PTB – “sindicalistas” e “pasqualinistas” se elegeria nesta primeira rodada eleitoral.

³⁶ NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió (Orgs.). Op. cit., 1995, p. 25.

³⁷ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 34.

Mas a eleição de 1945, também representou uma séria derrota para os caciques tradicionais da política gaúcha: mesmo coligados contra Vargas, seu ex-aliado de 1930, Borges de Medeiros, Flores da Cunha, Raul Pilla e Osvaldo Aranha não conseguiram recuperar nenhuma parcela significativa da influência e do prestígio que gozavam na política anterior a 1937.³⁸

A análise desse autor refere-se principalmente à força eleitoral numa perspectiva de continuidade institucional do Estado Novo, pois remete ao prestígio pessoal de Getúlio Vargas, e a todas as implementações realizadas pelo seu governo no campo sócio-econômico, e também ao apoio da interventoria para a organização do PSD, único partido vitorioso de forma quase que exclusiva no estado.

Passamos, a seguir, a analisar as eleições de 1947, nas quais houve uma reversão da força eleitoral do PSD e um crescimento surpreendente do PTB. Isso se deve a fatores criados pela nova conjunção de forças que ocorreu na formação do PTB no plano estadual.

O crescimento do PTB, ainda seguindo a análise de Miguel Bodea, no ano de 1946, decorre da fusão das três correntes que formaram o PTB no Rio Grande do Sul: *sindicalistas*, *doutrinário-pasqualinistas* e *pragmático-getulistas*. E com essas forças é que foi possível transformar o PTB no maior partido regional, e retirar a soberania do PSD. Também *desgetulizar* o PSD, com o objetivo imediato da conquista do governo estadual.³⁹

Getúlio Vargas havia se comprometido, desde 1945, com a candidatura de Walter Jobim (PSD) para o governo do estado, mas a candidatura de Alberto Pasqualini (PTB) em outubro de 1945 ganhou ímpeto. Vargas trabalhou no sentido de uma composição entre PSD-PTB. O candidato dessa coligação foi Walter Jobim, no entanto a ala *sindicalista* e os *pasqualinistas* eram contrários ao apoio a Walter Jobim, pois ele representava o governo Dutra e era conivente com as medidas repressivas às greves e ao movimento sindical, que vinham sendo tomadas. Destaque-se a repressão sofrida pelos ferroviários gaúchos e pelos bancários no início do ano de 1946.⁴⁰

Em novembro de 1946, foi lançada oficialmente a candidatura de Alberto Pasqualini para o governo do estado. A aliança antigetulista PL-UDN também lançou Décio Martins

³⁸ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 34-35.

³⁹ Id., *ibid.*, p. 36.

⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 36-38.

Costa para disputar o cargo. O PSD, com Walter Jobim como candidato, saiu em busca de alianças tanto com o PCB quanto com o PRP, conseguindo apoio de ambos.⁴¹

Esses foram os candidatos a governador do estado, e as respectivas alianças efetuadas no campo político. No processo da campanha eleitoral, que ocorreu de forma acirrada, também há um paradoxo, conforme afirmação de Miguel Bodea:

A ruptura entre Vargas e o PSD gaúcho aceleraria o êxodo de quadros getulistas do PSD local. Assim, no dia 6 de dezembro, o ministro Antonio Brochado da Rocha, irmão de José Diogo, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-secretário de Educação do governo Dornelles, desligava-se do PSD, ingressando no PTB. Várias outras lideranças seguiram este exemplo. O confronto entre as duas maiores forças políticas rio-grandenses na campanha de 1947 se daria, a partir de então, sob o signo de um curioso paradoxo: de um lado, um PTB, algumas de cujas principais lideranças e cujo candidato a governador haviam se distanciado e criticado abertamente o Estado Novo, mas aproximava-se cada vez mais das posições assumidas por Getúlio Vargas; de outro, um PSD cujas mais expressivas lideranças e cujo candidato a governador haviam apoiado e se beneficiado do Estado Novo, mas se distanciavam cada vez mais da liderança do “solitário de Itu”.⁴²

Realizadas as eleições, a derrota de Alberto Pasqualini foi decorrente de cinco questões fundamentais, conforme Miguel Bodea: o apoio integral da máquina estadual ao candidato Walter Jobim tendo no governo o pessedista Cylon Rosa; a estrutura deficiente do PTB em municípios de pequeno porte no interior do estado; a posição de setores importantes da igreja católica, que hostilizou a sua candidatura, principalmente em áreas rurais (atacando-o de comunista e de ateu); o peso da aliança PSD-PRP nas regiões de colonização alemã e italiana, em especial entre os pequenos e médios proprietários rurais; e, finalmente, a divisão do voto do operário urbano, decorrente do apoio dado pelo PCB a Walter Jobim.⁴³

Apesar da derrota, o PTB era o partido que contava com maior número de cadeiras na Assembléia Legislativa: 23 cadeiras, o PSD com 16, o PL com cinco, a UDN e o PRP com quatro cada, e, finalmente, o PCB com três cadeiras na Assembléia Legislativa, além do PTB ter eleito Salgado Filho para a terceira vaga para o Senado Federal. Outro dado interessante é que Walter Jobim (PSD) conseguiu se eleger com uma diferença de apenas 20 mil votos em relação a Alberto Pasqualini (PTB).⁴⁴

⁴¹ BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 38-39.

⁴² Id., *ibid.*, p. 43.

⁴³ Id., *ibid.*, p. 53-55.

⁴⁴ NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió (Orgs.). Op. cit., 1995, p. 31-46.

Esses resultados acabaram gerando uma conjuntura eleitoral no Rio Grande do Sul adversa ao cenário nacional no período que compreende o pós-1945. Essa análise é elaborada com base em dados eleitorais que vão até 1986. Este período extrapola os limites temporais da nossa pesquisa, mas vamos abordá-lo em virtude das eleições imediatamente posteriores a 1945. É principalmente a partir de 1947 que vai se delinear esse contorno, ou seja, a polarização PTB *versus* anti-PTB no estado.

Hélgio Trindade e Maria Izabel Noll é que denominam essa confrontação de “PTB *versus* anti-PTB” do pós-45. E argumentam:

A confrontação PTB/anti PTB do pós-45, fugindo ao padrão brasileiro dominante, em grande medida, é a reprodução no interior do sistema multipartidário da polarização preexistente, cuja origem histórica configurou-se no estuário da Revolução dos Farrapos, definindo o processo de estruturação das opções políticas regionais. Esse padrão torna mais consistente no Império a competição entre conservadores e liberais e explica, também, na República Velha, o estilo radicalizado do confronto entre conservadores-liberais (federalistas e libertadores) e conservadores-autoritários (republicanos positivistas).⁴⁵

Ou ainda, acrescentam os autores de forma mais incisiva:

A redemocratização do pós-45 estabelece, em termos nacionais, uma reestruturação das forças políticas com a transição do autoritarismo estadonovista à experiência de democracia populista, sob a égide de um sistema partidário. O Rio Grande do Sul oferece um quadro político eleitoral atípico. **Os partidos políticos se organizam mais em função de clivagens ligadas ao padrão político-eleitoral anterior do que definidas pelas lideranças emergentes no pós-45.** A análise da capacidade de autopreservação da classe política gaúcha e sobretudo o peso da herança eleitoral será o eixo central da análise.⁴⁶

Nessa análise, argumentam que o perfil da política no Rio Grande do Sul é *sui generis* se comparada ao cenário brasileiro. E afirmam:

Em primeiro lugar, o PSD, que surge no plano nacional como principal partido, com 57,8% da representação na Câmara Federal, obtém no Rio Grande do Sul quase $\frac{3}{4}$ do eleitorado estadual nas eleições presidenciais (71,5%) e senatoriais (73,8%), reduzindo os partidos adversários a um nível eleitoral nunca superior a 10%. [...]. Na primeira eleição pós-45 no estado sulino, em decorrência da fraqueza eleitoral dos outros partidos, especialmente da UDN e do PTB, ocorre a maior distância entre o escore do PSD e o de seus adversários. [...].

⁴⁵ TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991, p. 68.

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 64 (grifo nosso).

Em segundo lugar, no pós-45, enquanto o padrão nacional de confrontação partidária traduziu-se na polarização PSD-PTB versus UDN, esta, ainda que na sua constituição tenha sido apoiada pelos dois líderes históricos da política regional reconciliados (Borges de Medeiros e Flores da Cunha), consegue apenas 9,4% dos votos para a Câmara Federal, declinando progressivamente para 4,0% em 1958. O caráter marginal da UDN, que ocupa no Rio Grande do Sul o 10º lugar nas eleições de 1947, se explica, em parte, pelo fato do liberalismo regional concentrar-se, tradicionalmente, no Partido Libertador, inclusive atraindo intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi um fator decisivo, também, no retardamento da fundação, somente em 1954, do Partido Democrata Cristão (PDC).

A terceira especificidade é a evolução eleitoral do PTB no RS, conquanto se posiciona nas eleições de 1945 atrás de São Paulo, do Distrito Federal e de Minas Gerais, e alcance um percentual modesto de 6,4% nas eleições de 1945, dá um salto espetacular em 1947: multiplica por mais de seis vezes sua votação, atingindo o patamar dos 40%, que se manterá até 1962. A ascensão vertiginosa do PTB, combinada com a mediocridade dos outros perfis partidários individualmente, estabelece a originalidade do padrão eleitoral do Rio Grande do Sul no período multipartidário de 1945/62.⁴⁷

Acompanhando essa análise, conseguimos detectar que o pós-Estado Novo, no Rio Grande do Sul, não conseguiu causar rupturas com relação às forças partidárias rio-grandenses. No entanto, conseguiu estabelecer um padrão diverso do cenário brasileiro. Se a polaridade PTB *versus* anti-PTB foi marcante no período pós-1945, é em virtude da ocorrência de uma cultura política que já existia no estado, oriunda do confronto histórico entre conservadores-autoritários e os conservadores-liberais. No entanto, a partir de uma mudança implantada a partir de 1930, faz-se necessária a incorporação de outros segmentos sociais no campo político partidário rio-grandense. Em qual partido ocorrerá essa incorporação? Quais as características dessa elite política? Haverá mudança significativa na composição da elite política que se constituiu em 1945-1947 no estado? É o que passaremos a analisar a seguir, e verificar até que ponto o Estado Novo conseguiu romper com lideranças tradicionais na esfera estadual e incorporar novos segmentos sociais.

3.3 Os Atores

A elite política rio-grandense do período 1945-1947, selecionada de acordo com os critérios estabelecidos neste trabalho, é composta por 100 pessoas.⁴⁸ Os critérios para definir a

⁴⁷ TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. Op. cit., 1991, p. 66 e 68.

⁴⁸ A elite política analisada no primeiro capítulo totalizou 124 integrantes, ou seja, 24 pessoas a mais que a elite de 1945-1947. Ao verificarmos nosso banco de dados, do Quadro de integrantes da elite política referente a 1930-1937, anexo I, constatamos que 28 políticos tiveram encerrada sua carreira profissional em 1930, sendo

composição em elite política basearam-se nos mesmos critérios utilizados no primeiro capítulo, ou seja, a ocupação de cargos em três instâncias do poder político: o executivo estadual, os legislativos estadual e federal, e o poder judiciário do estado. Esses cargos foram: interventor/governador, vice-governador, secretários do estado do Rio Grande do Sul; chefe de polícia, deputados estaduais, deputados federais, senadores e presidente do Tribunal de Justiça.

3.3.1 O Legado e a Herança Familiares

A primeira característica que passamos a analisar dessa elite política é qual a herança e o legado familiar de seus integrantes, conforme tabela abaixo, baseando-se em dados de 23 integrantes.

Tabela 25: PROFISSÃO DE PARENTE segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1945-1947

Profissão de parente	Período 1945-1947	
	Nº	Percentual
Político	07	30,4
Militar	02	8,7
Estancieiro	01	4,3
Funcionário público	02	8,7
Funcionário da justiça	01	4,3
Militar e político	04	17,4
Agricultor e político	01	4,3
Proprietário rural e político	01	4,3
Funcionário público e político	02	8,7
Trabalhador urbano	01	4,3
Agricultor	01	4,3
Total	23	100,0

que a maioria era integrante da Assembléia dos Representantes. Isso levou a uma configuração de uma elite política, em termos quantitativos, maior que essa que estamos analisando neste capítulo.

A primeira constatação é o número expressivo da herança política recebida por esses integrantes da elite: quinze integrantes. Dos 23 integrantes⁴⁹, quinze tiveram parente (avós, pais, irmãos, filhos, etc.) ligado à política. A segunda característica marcante é a existência da atividade de militar, que continua a vigorar nessa elite política, com seis integrantes. Em relação à atividade de estancieiro ou proprietário rural, constatamos a existência de dois parentes com essa atividade. Eis uma continuidade da característica da herança recebida pelos integrantes da elite política rio-grandense, a partir do tripé político/militar/estancieiro. Mas salientamos que ocorreu a proeminência da atividade política (15), em relação à de militar (6) e de estancieiro (2). Essa herança, de pessoas com tradição familiar na participação política, como militares e em menor grau como estancieiros, leva a uma mudança muito tênue se relacionada a nossa primeira elite política.

No período ora analisado, havia apenas cinco pessoas vinculadas às atividades de justiça e às de funcionário público. Esse dado é praticamente igual ao da elite analisada em 1930-1937. No entanto, na vigência do Estado Novo a presença dessas atividades marcou-se como hegemônica.

Um novo dado que aparece e que antes não estava presente relaciona-se às atividades de trabalhador urbano, com um integrante, e de agricultor com dois integrantes. Esse dado é revelador, apesar de aparecer com índice muito baixo, porque apresenta atividades profissionais que antes não estavam representadas na elite política. Passamos a alguns exemplos⁵⁰ de pessoas que se enquadraram nessa nova característica:

Abílio Fernandes foi sindicalista em Pelotas, sendo filho de trabalhador urbano, ou operário. Fernando Ferrari, filho de Tito Livio Ferrari, foi agricultor. E Leonel de Moura Brizola foi filho de José de Oliveira Brizola, que exercia a atividade de pequeno agricultor.

⁴⁹ Novamente queremos salientar que os números relativos a esta característica – profissão de parentes dos integrantes da elite política – foram os dados em menor número que conseguimos. Acabamos incorporando em nossa pesquisa, pois apesar do número limitado, nos fornecem algumas informações nas quais devemos nos deter, pois Peter Burke afirma: “Em outras palavras, mesmo usando o método da biografia coletiva, não é possível generalizar sobre uma base absolutamente firme; por outro lado, falar sobre o grupo sem considerar alguns de seus membros, um a um, é generalizar sem base alguma.” (BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 23).

⁵⁰ Os políticos que mencionaremos nesse capítulo serão os que tiveram características novas em relação às outras elites que analisamos. Estaremos tentando evitar a repetição de nomes de pessoas que já utilizamos nos outros dois capítulos da presente pesquisa. Essa decisão decorre da intenção de, em primeiro lugar, não tornar o texto repetitivo, mas principalmente apontar a existência de mudanças na elite política. Acreditamos que a análise se desenvolverá no sentido de considerarmos os dados quantitativos apontados em nossas tabelas, mas principalmente de apontar mudanças, que em alguns casos serão ainda reduzidas, mas que apontam para uma transformação iniciada em 1945 e que vai se consolidar nas décadas posteriores – 1950 e 1960 – da política rio-grandense.

Com relação a essa característica, filho de operário e de pequenos agricultores, ocorre a entrada de novos segmentos sociais na elite, que antes não constituíam a elite política. Mas queremos salientar que a característica dessa elite política se manteve com predominância em atividades de político/militar/estancieiro, e mesmo que o número tenha sofrido alguma redução, essa não foi significativa. Novamente esses dados apontam para uma elite homogênea quanto às características dos familiares dos políticos rio-grandense.

Se a elite política que atuou durante o Estado Novo se compunha, predominantemente, de heranças familiares vinculadas ao funcionalismo público e da justiça, essa elite, que atuou em 1945-1947, retorna com características da elite de 1930-1937, ou seja, com a presença significativa de tradição familiar vinculada principalmente às atividades de políticos, mas também de militares e estancieiros. A única diferença, que para a nossa pesquisa é um indício significativo, foi a entrada de novos segmentos sociais, ou seja, políticos que tiveram familiares com atividades profissionais de trabalhadores urbanos e pequenos agricultores.

3.3.2 Escolaridade

A escolaridade dessa elite política baseia-se nas informações de 63 integrantes, conforme tabela abaixo.

Tabela 26: ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR segundo o número de ocorrências e porcentagem do período de 1945-1947

Escolaridade	Período 1945-1947	
	Nº	Percentual
Curso superior	55	87,3
Sem educação superior	04	6,3
Militar	04	6,3
Total	63	100,0

Essa elite política apresenta novamente um grande número de pessoas que tiveram formação superior, perfazendo um total de 87,3%, ou 55 integrantes. No entanto, essa elite política, se comparada às outras duas anteriormente analisadas, que apresenta um maior número de pessoas sem curso superior, em número de quatro integrantes. E de quatro

integrantes com formação na área militar. Se tomarmos esses dados, a escolaridade do grupo é que vai estabelecer uma elite homogênea, mas apresenta entre as três elites políticas analisadas até agora uma ligeira elevação em relação aos que não tinham formação superior: na primeira, o índice foi de 1,2%, um integrante; a segunda elite foi de 5%, com um integrante; e nessa terceira elite o índice eleva-se ligeiramente para 6,3%, ou seja, com quatro integrantes. É um indicativo de que essa elite passava a ter alguma identificação com o restante da população rio-grandense, mas salientamos que esse número ainda é muito reduzido.

Façamos algumas comparações com a escolaridade do conjunto da população rio-grandense, com base no Censo de 1940, análise já realizada nos dois primeiros capítulos da presente pesquisa.

Tabela 27: Pessoas com mais de 10 anos que possuem curso completo ou diploma de estudos, por grau de ensino – RS – 1940

Grau elementar	Grau médio	Grau superior	Não declarado	Total
74.193	26.015	8.292	4.606	113.106

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre: 1981, p. 144.

Continuamos a análise com base no censo de 1940, em virtude de ser essa uma data referência em nossa pesquisa, parâmetro para comparações. A população rio-grandense que tinha curso superior era de 0,24%. Também temos dados sobre a escolaridade das pessoas com mais de 10 anos que possuíam um curso completo, ou seja, grau elementar, grau médio ou um curso completo não declarado perfazendo uma percentagem de 3,4%. Com esses dados podemos afirmar que era muito reduzido o número de pessoas que tinha acesso ao ensino.

A elite política que atuou a partir de 1945 até 1947 não era representativa da população rio-grandense, pois apresentou um alto grau de escolaridade. Posto que 87,3% da elite política possuía algum curso superior, ela situava-se em um patamar muito superior ao da maioria da população em termos de grau de escolaridade, além do que esse índice lhe conferia homogeneidade em relação a seus pares.

Dos integrantes que haviam realizado curso superior, apresentamos os seguintes dados:

Tabela 28: ESCOLARIDADE segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1945-1947

Escolaridade	Período 1945-1947	
	Nº	Percentual
Direito	41	65,1
Engenharia	06	9,5
Medicina	08	12,7
Militar	04	6,3
Sem educação superior	04	6,3
Total	63	100,0

Essa tabela aponta os índices de 65,1% de pessoas que haviam realizado o curso de direito, 12,7% de medicina, 9,65% de engenharia e 6,3% no campo militar. Se compararmos com as elites anteriores, o curso de direito foi o que garantiu uma continuidade – na primeira elite o percentual era de 65,4%, na segunda 70% e na terceira volta a repetir o índice de 65,1% – dos que cursaram direito. Esses dados, considerados em relação à primeira elite, demonstram que não houve declínio do número de integrantes que cursaram direito, como foi no estado de Pernambuco.⁵¹

Com relação aos que realizaram o curso de engenharia houve um aumento – na primeira elite o percentual era 6,2%, na segunda foi de 5% e na terceira elite política passou para 9,5%. Quanto aos integrantes da elite política que cursaram medicina ocorreu um decréscimo – na primeira o percentual era de 21%, na segunda de 5% e na terceira foi de 12,7%. O grupo que mais oscilou foi em relação à área militar, pois apresentava na primeira elite um índice de 4,9%, subiu para 15% na segunda e voltou a cair para 6,3% nessa terceira elite política.

Todas essas características levam a sustentar a tese de que apesar da proeminência dos que freqüentaram o curso de direito, e esse ser maioria, contava-se com a presença de outras

⁵¹ Conforme pesquisa realizada por Levine e que comentamos no primeiro capítulo de nossa pesquisa. Mais detalhes em LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 169.

áreas de formação. Com isso, essa elite apresentaria uma característica mais homogênea. Outro aspecto que poderia ser considerado é o local em que o curso de direito foi realizado, a fim de constatar se houve uma concentração em uma mesma faculdade ou se aconteceu em locais diferentes. Passamos os dados abaixo para verificar essa característica:

Tabela 29: Local onde efetuaram os cursos superiores de direito

Local desconhecido	Pelotas	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Total
10	03	06	22	41

As informações da tabela demonstram que o índice de pessoas que cursaram direito na Faculdade de Porto Alegre é significativo, ficando em segundo lugar a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, e por último a faculdade localizada em Pelotas. Há ainda o número significativo de dez integrantes que também cursaram direito, porém, em local desconhecido. Esses dados apontam para uma homogeneidade no que se refere à formação acadêmica em instituições localizadas no estado do Rio Grande do Sul. Quanto a essa característica, local onde foi efetuado o curso de direito, conseguimos comprovar que a concentração no próprio Rio Grande do Sul ajudou na caracterização de uma elite homogênea.

O que conseguimos continuar a afirmar é que a elite não era representativa da população rio-grandense quanto à escolaridade. Também que essa última elite pode ser caracterizada como mais homogênea, como ocorreu com a elite política que atuou durante o Estado Novo no estado, ao contrário da primeira elite política, que analisamos na presente pesquisa, e da qual constatamos um perfil heterogêneo no que tange à formação escolar.

3.3.3 Profissão

Dos cem integrantes da elite política, conseguimos informações sobre 66 pessoas, atingindo um percentual de 66% de informações, conforme tabela abaixo:

Tabela 30: PROFISSÃO segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1945 a 1947

Profissão	Período 1945-1947	
	Nº	Percentual
Funcionário público	18	27,3
Advogado	20	30,3
Médico	06	9,1
Proprietário rural, estancieiro	03	4,5
Professor	07	10,6
Militar	05	7,6
Empresário (ind./com.)	02	3,0
Trabalhador urbano	03	4,5
Presidente do Tribunal de Justiça	02	3,0
Total	66	100,0

Essa tabela apresenta os seguintes indicadores: o grupo profissional maior representado foi o dos advogados, com 30,3%; seguido pelo grupo dos funcionários públicos, com 27,3%; professor, com 10,6%; médico, com 9,1%; militar, com 7,6%; trabalhador urbano, com 4,5%; e por último o empresariado, com 3% e presidentes do Tribunal de Justiça, também com 3%.

As atividades profissionais ligadas à burocracia estatal – advogado, funcionário público, militar e judiciário – somam 68,2% dos integrantes da elite política. Essa porcentagem sempre com mais de 50% das atividades profissionais dos integrantes das três elites políticas analisadas – na primeira elite, tinha uma porcentagem de 51,5%, e na segunda elite passa a compor 78% dos integrantes – estabelecem um indicativo de homogeneidade em relação às atividades vinculadas ao Estado.

Passamos a alguns exemplos desses indivíduos para verificar como foi sua carreira profissional e para ver se há diversidade nela ou se apresentam características comuns.

Clóvis Trindade Pestana foi engenheiro na prefeitura de Porto Alegre e diretor técnico do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Sul, foi prefeito de Porto Alegre em 1945, secretário de Obras Públicas e Saneamento em 1946 e ministro da Viação e Obras Públicas entre 1946 até 1950. Posteriormente continuou em cargos político até 1973.

Dámaso Rocha foi promotor de Justiça em Porto Alegre.

Daniel Krieger foi escriturário da biblioteca pública de Porto Alegre, funcionário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, promotor público em Santo Antonio da Patrulha, consultor jurídico do Instituto da Previdência do Rio Grande do Sul e presidente da Cia. Rio-grandense de Adubo.

José Diogo Brochado da Rocha foi engenheiro na Secretaria de Obras Públicas (1927-1929). Em 1937 é reintegrado ao exército e promovido a primeiro-tenente no 18º Regimento de Infantaria em Porto Alegre, terminando como tenente-coronel em setembro de 1938. Em 1944 assume a direção da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, até 1945. Retorna ao exército como general e acaba assumindo o 2º Batalhão, em Cachoeira, depois a chefia do serviço de engenharia da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, posteriormente o comando do 3º Batalhão de Engenharia, em Porto Alegre, e, finalmente, foi comandante do 1º Batalhão Ferroviário em Santa Maria.

Moacir Dornelles foi delegado de polícia em Canguçu.

Nestor Jost foi advogado e delegado de polícia em Canguçu.

Nicanor Ribeiro da Luz foi advogado em Porto Alegre e consultor jurídico da prefeitura de Porto Alegre.

Ozório Tuiuty de Oliveira Freitas foi militar em São Borja, delegado militar em São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo e instrutor da Brigada Militar. Também exerceu as atividades de professor da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Em 1950, passou para a reserva, passando a exercer a atividade de professor, nas seguintes instituições: Colégio Militar de Porto Alegre; na Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, da Faculdade Livre de Filosofia de Porto Alegre, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Faculdade Nacional de Filosofia do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Paulo Costa da Silva Couto foi advogado e promotor público.

Esses exemplos confirmam que os novos integrantes estavam vinculados à burocracia do Estado, ou como funcionário público, ou advogado de órgão público, ou como militar. Para exercer atividades no judiciário pressupunha-se ter no mínimo o curso de direito,

agregando mais essa formação na caracterização da elite política que atuou entre 1945-1947 na política rio-grandense. E esses indivíduos é que foram alçados nos processos eleitorais ocorridos no pós-1945.

A vinculação desses indivíduos à burocracia estatal também os tornava mais aptos a serem cooptados para os partidos políticos, principalmente vinculados ao Partido Social Democrático (PSD), nesse período de rearticulação política no estado do Rio Grande do Sul, o que apresenta uma característica quanto a este grupo – advogado, funcionário público, militar e do judiciário – com uma característica homogênea no que tange às suas atividades profissionais.

No entanto, paralelo a esse grupo que garantiu uma homogeneidade dessa elite política, aparecem outras atividades profissionais que já tinham sido representadas nas elites políticas anteriormente analisadas, com algumas variações: a profissão de médico, que na primeira elite contava com 14,4%, caiu para 4,5% na segunda elite, e nessa terceira manteve 9,1%. Os professores tiveram um aumento, de 7,8% para 9,2%, e na terceira elite política para 10,6%. O grupo de empresários sofreu uma pequena queda, pois representava na primeira elite 4,4%, subiu na segunda para 4,5% e na terceira elite ficou com 3%. Duas atividades profissionais que tiveram alterações significativas foram a dos proprietários rurais ou estancieiros, que tinham 9,67% de participação na primeira elite, na segunda e terceira tiveram respectivamente 4,34% e 4,5%. Quanto à participação de padres, jornalistas e engenheiros, esses tiveram representação somente na primeira elite política. E, finalmente, os trabalhadores urbanos, que passaram a participar com representações nessa terceira elite política, com um percentual de 4,5%.

Esse último grupo que analisamos apresentou uma variação muito distinta entre as três elites analisadas, e enquanto grupo heterogêneo podemos afirmar que não colocava em risco o projeto dos grupos mais vinculados à burocracia do Estado. Mesmo que na primeira elite esses percentuais tenham sido mais equilibrados entre esses dois grupos, isso não voltou a ocorrer no Estado Novo e nem nessa última elite política que atuou durante o período de 1945-1947. Ou seja, era um grupo homogêneo no que tange às atividades profissionais, isso aliado principalmente ao fato de a grande maioria ter uma formação com curso superior, e desses, a maior parte ter realizado o curso de direito.

Com relação às atividades profissionais que os integrantes da elite política rio-grandense exerceram ou mesmo com relação ao curso superior de direito ser o mais freqüente entre eles, essa explicação é dada por Max Weber, em seu texto *A política como vocação*. Nesse texto afirma:

Há dois modos principais pelos quais alguém pode fazer da política a sua vocação: viver “para” a política, ou viver “da” política. Esse contraste não é, de forma alguma, exclusivo. Em geral, o homem faz as duas coisas, pelo menos em pensamento e, certamente, também a ambas na prática. Quem vive “para” a política faz dela a sua vida, num sentido interior. Desfruta a posse pura e simples do poder que exerce, ou alimenta seu equilíbrio interior, seu sentimento íntimo, pela consciência de que sua vida tem sentido a serviço de uma “causa”. Nesse sentido interno, todo homem sincero que vive para uma causa também vive dessa causa. A distinção, no caso, refere-se a um aspecto muito mais substancial da questão, ou seja, o econômico. Quem luta para fazer da política uma fonte de renda permanente, vive “da” política como vocação, ao passo que quem não age assim vive “para” a política. Em condições normais, o político deve ser economicamente independente da renda que a política lhe pode proporcionar. Isto significa, muito simplesmente, que o político deve ser rico ou deve ter uma posição pessoal na vida que lhe proporcione uma renda suficiente.⁵²

Em nossa pesquisa, conseguimos detectar que a grande maioria dos integrantes da elite política era homens que viviam “da” política. Expliquemos: a grande maioria dos políticos era funcionários públicos, advogados de órgão públicos e militares ou mesmo funcionários da justiça. Ligados, portanto, à máquina estatal, e com essas profissões – em especial advogados e funcionários da justiça – necessitavam de um curso superior, de forma especial o de direito. Novamente podemos nos apoiar na argumentação de Max Weber, quando afirma:

Nem o trabalhador nem o empresário – e isso deve ser bem notado – especialmente o empresário moderno, de grande escala, é economicamente dispensável, nesse sentido. Pois é precisamente o empresário que está ligado à sua empresa, sendo por isso indispensável. Isso se aplica ao empresário na indústria, muito mais do que na agricultura, considerando o caráter sazonal desta. Em geral, é muito difícil ao empresário ser representado em sua empresa por alguma outra pessoa, mesmo temporariamente. Ele é tão indispensável quanto o médico, e quanto mais destacado e ocupado for, tanto menos dispensável será. Por motivos puramente orgânicos, é fácil ao advogado ser dispensável, e, apesar disso, ele tem desempenhado um papel incomparavelmente maior, e com freqüência mesmo dominante, como político profissional. [...].⁵³

⁵² WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [s/d], p. 105.

⁵³ Id., *ibid.*, p. 106.

Ou seja, todos os políticos necessitam ter alguma renda ou terão de necessariamente, viver “da” política. No caso da elite política que estamos analisando, tornou-se usual que a grande maioria desses integrantes tivesse cursado direito e que mantivesse alguma vinculação com a máquina burocrática estatal. Quer fossem militares, funcionários da justiça, advogados de órgãos públicos ou mesmo funcionários. Conforme Weber,

a política pode ser conduzida “honorificamente” e portanto – como se diz habitualmente – por homens “independentes”, isto é, ricos, e especialmente pelos que vivem de rendas. Ou a liderança política pode ser acessível aos homens sem propriedades, que necessitam de uma recompensa. O político profissional que vive “da” política pode ser um “funcionário” exclusivamente “prebendário” ou assalariado. Nesse caso, o político recebe uma renda seja de taxas e tributos sobre serviços específicos – gorjetas e subornos são apenas uma variação irregular e formalmente ilegal dessa categoria de renda – ou uma renda fixa em natureza, um salário monetário, ou ambos. Pode assumir o caráter de um “empresário”, como o condottiere ou o portador de uma autorização para recolher impostos ou um cargo comprado, ou como o político americano que considera seus custos como um investimento de capital que ele faz render através da exploração de sua influência. Pode também receber um salário fixo, como um jornalista, secretário de partido ou ministro de um Gabinete moderno, ou autoridade política. [...]. Em troca de serviços leais, hoje, os líderes partidários distribuem cargos de todos os tipos – nos partidos, jornais, sociedades cooperativas, companhias de seguros, municipalidade, bem como no Estado. Todas as lutas partidárias são lutas para o controle de cargos, bem como lutas para metas objetivas.⁵⁴

Em relação à distribuição de cargos por parte dos políticos na máquina estatal, faremos esses comentários mais à frente em nossa pesquisa, quando apresentaremos a participação dos integrantes dessa elite nos partidos políticos e cargos públicos. Mas conseguimos apontar em nosso trabalho as grandes disputas pelos cargos, mesmo que nós tenhamos referido somente ao primeiro escalão.

Apesar desse grupo – advogado, funcionário público, militar judiciário – perfazer um total de 68,2% do total dos integrantes da elite política, temos um segundo grupo composto dos mais diferentes profissionais. Vamos citar alguns exemplos desse segundo grupo para exemplificar que as carreiras profissionais foram as mais distintas possíveis uns dos outros, o que não ocorreu com o grupo dos advogados, funcionários públicos, militares e da justiça, que acima mencionamos. Vamos aos exemplos:

Abílio Fernandes, com atividades de metalúrgico; Fernando Ferrari, comerciário; e João Nunes de Campos foi comerciário.

⁵⁴ WEBER, Max. Op. cit., [s.d.], p. 107.

Ataliba de Figueiredo Paz foi professor; Carlos de Britto Velho foi médico; Gaston Englert foi empresário; Humberto Gobbi também foi empresário; João Belchior Marques Goulart foi proprietário rural; João Lino Braun foi professor; José Batista Pereira foi engenheiro; Luiz Mércio Teixeira foi médico; Otto Alcides Ohlweiler foi professor, e Wolfram Petry Metzler foi médico. Esse segundo grupo tinha maior participação nos seguintes partidos políticos: PCB, PL, PRP e UDN. E quanto ao outro grupo – funcionário público, advogado, militar e judiciário –, estava mais vinculado ao PSD, conforme podemos observar em nosso banco de dados (anexo III).

Se este segundo grupo estava mais ligado ao PSD, partido que é organizado dentro da burocracia estatal, e cujos membros estavam ocupando cargos políticos, devemos admitir que a elite política rio-grandense que consegue manter-se no poder no período de 1945 a 1947 estava principalmente a garantir a manutenção de seus privilégios na máquina estatal, através da ocupação de cargos.

Com relação às características da população rio-grandense no que concerne às atividades econômicas exercidas no estado, conforme o Censo de 1940, não vamos efetuar a análise comparativa, pois nos tornaríamos repetitivos em abordar que as atividades econômicas exercidas pelos rio-grandenses não podem ser consideradas representativas quanto às atividades profissionais exercidas pelos integrantes da elite política. São dados que se repetem e dos quais, num curto período, ou seja, de 1930-1947, não foi possível verificar alterações substantivas quanto à representatividade da população em relação à elite política que atuou nesse mesmo período. Somente o que podemos averiguar é que vislumbramos a ocorrência de indícios de mudanças, que viriam a ser solidificadas nas décadas seguintes.

3.3.4 Local de Nascimento

Passamos a analisar os dados relativos ao local de nascimento da elite política que atuou durante o período de 1945-1947. Sobre esses dados conseguimos informações de 66 integrantes. Vejamos a tabela abaixo relacionada:

Tabela 31⁵⁵ – LOCAL DE NASCIMENTO segundo o número de ocorrência e percentual no período de 1945-1947

Regionalizações do RS	Número	Percentual
Campanha	12	18,18
Campos de Cima da Serra	1	1,52
Campos do Centro/Missões	7	10,60
Capital	19	28,79
Colonial	10	15,15
Depressão Central	7	10,60
Litoral	1	1,52
Serra/Encosta do Sudeste	5	7,58
Sem informação	1	1,52
Outros estados	2	3,03
Exterior	1	1,52
Total	66	100

O primeiro dado é que a Capital do estado passa a se constituir na região com mais representantes, com 19 integrantes da elite política como local de nascimento. A segunda região com a maior concentração de políticos no que tange ao local de nascimento é a Campanha, com 12 integrantes. A terceira região é a Colonial, com dez integrantes. A Depressão Central e Campos do Centro/Missões se constituíram na quarta região, com sete integrantes cada. A quinta região foi a Serra/Encosta do Sudeste, com cinco integrantes. As duas últimas regiões, Campos de Cima da Serra e Litoral ficaram em sexto lugar, com um integrante em cada região.

É a primeira vez em nossa análise que a Campanha perde o primeiro lugar em relação ao local de nascimento dos integrantes da elite política. O primeiro lugar passa a ser a Capital do estado, e a Campanha passa para o segundo lugar. Também a região Colonial ficou com o terceiro lugar na concentração de indivíduos que nasceram em cidades localizadas nessa região. Esses são os números de mudanças mais significativas em relação às outras elites políticas analisadas nesta pesquisa.

⁵⁵ Tabela confeccionada pelo técnico administrativo Valdecir Schenkel do Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Ciências Sociais da Unijuí, com base em nosso Banco de Dados, em anexo.

Importante é que agora já são sentidos os processos eleitorais, e o peso populacional de cada região passará a influenciar no número de integrantes que compõem a elite política estadual. Fazemos algumas comparações com os dados da população, também conforme o Censo de 1940, agrupados por regiões, conforme tabela abaixo relacionada:

Tabela 32: População segundo regiões do Estado do Rio Grande do Sul – Censo de 1940

Regionalizações do RS	Nº de municípios	População absoluta	População relativa - %
Campanha	13	380.525	11,45%
Campos de Cima da Serra	4	133.560	4,02%
Campos do Centro/Missões	11	586.046	17,64%
Capital/Metropolitana*	5	351.289	10,57%
Colonial	28	967.131	29,11%
Depressão Central	8	298.798	8,99%
Litoral	6	206.766	6,22%
Serra/Encosta do Sudeste	13	396.574	11,94%
Total	88	3.320.689	100,00%

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: 1981, p. 147-148.

(*) - Incluídos as regiões de Viamão, Canoas e Guaíba.

A região com maior concentração populacional é a Colonial, com 29,11% da população relativa do estado, e ficou em terceiro lugar em relação aos integrantes nascidos nessa região, ou seja, dez políticos.

A segunda região com população relativa no estado é Campos do Centro/Missões, com 17,64%, e ficou em quarto lugar em relação aos políticos nascidos nessa região.

A terceira região em relação à população relativa é a Serra/Encosta do Sudeste e ficou em quinto lugar no que tange aos políticos oriundos dessa região.

A quarta região, com 11,45% de população relativa é a Campanha, ficando em segundo lugar em relação aos políticos nascidos nessa região.

A quinta região em população relativa com 10,57% é a Capital/Metropolitana, e conseguiu ficar em primeiro lugar com integrantes na elite política nascida nessa região.

O sexto lugar da população relativa é a Depressão Central, com 8,99%, e ficou em quarto lugar no que tange aos políticos que nasceram nessas localidades.

Em sétimo lugar, com 6,22% da população relativa, está o Litoral, e os Campos de Cima da Serra em oitavo lugar, com 4,02%, ambos ficando em sexto lugar em termos de políticos nascidos nas cidades dessas regiões.

Com esses dados, conseguimos mostrar que havia um menor desequilíbrio entre a totalidade populacional de cada região e a quantidade de políticos oriundos dessas mesmas regiões. Se compararmos com as duas outras elites analisadas anteriormente, havia um maior grau da falta de representatividade nessa elite política. O fator que levou a um menor desequilíbrio foram os processos eleitorais, nos quais os números de votantes estavam mais claramente vinculados aos políticos eleitos.

Outro elemento interessante a ser considerado refere-se à região Colonial, quando Sandra Pesavento argumenta:

Com a redemocratização em 1945, toda esta força econômica e demográfica veio a espelhar-se na arena política. Dentro das novas condições políticas do período de democracia populista que se iniciava, atuando segundo o princípio do voto secreto, a zona colonial revelou todo o seu peso, tornando-se uma área decisiva e disputada pelos novos partidos que se formaram. Indiscutivelmente, a pecuária e seus representantes não eram mais os senhores absolutos da política do estado. Impunha-se a necessidade de uma recomposição das alianças.⁵⁶

Mas a autora salienta que a chegada dos imigrantes ao poder político não significou a perda de poder por parte das classes agrárias tradicionais, quando escreve:

Independente do partido, os representantes da área imigrante – setores representativos economicamente ou pela sua cultura, profissionais liberais ou burocratas com serviços prestados ao governo – consagraram definitivamente a sua posição relevante num novo sistema de hegemonia que se impôs ao longo da democracia populista. Sem que, contudo, as classes agrárias tradicionais perdessem sua voz ativa ou fossem afastadas do poder, os novos setores emergentes de descendência imigrante consolidaram a supremacia da sociedade urbano/industrial e de acumulação de capital sobre

⁵⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair M.; DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs.) *RS: imigração & colonização*. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 192.

uma pecuária estagnada. Ascendendo a cargos, não vão tais elementos responder apenas pela sua área eleitoral de influência, mas por toda uma nova ordem, que se impõe paulatinamente, sem que a pecuária ceda em seu lugar.⁵⁷

Outra questão fundamental era a heterogeneidade da elite política quanto ao local de nascimento, pois todas as regiões do estado estavam representadas, inclusive com dois integrantes nascidos em outro estado e um com origem de nascimento no exterior.

3.3.5 As Três Gerações da Elite

Passamos a analisar a elite política rio-grandense a partir do critério geracional, conforme a tabela 35 abaixo, resultado de nossa coleta de dados sobre 64 integrantes.

Tabela 33: PERÍODO DE NASCIMENTO segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1945-1947

Faixa Idade Nascimento	Período 1945-1947	
	Nº	Percentual
Até 1880	01	1,6
1881 a 1900	32	50,0
Após 1900	31	48,4
Total	64	100,0

O primeiro fator a se verificar é o equilíbrio entre as duas gerações de políticos nascidos entre 1881 e 1900, com 50%, que denominamos de grupo da *maturidade*, e os nascidos após 1900, com 48,4%, que denominamos de grupo de *juventude*. Isso leva a constatar que havia um equilíbrio entre uma geração que se solidificava no poder, ao mesmo tempo em que havia a entrada de pessoas com 45 anos ou menos.

Esse equilíbrio entre as duas gerações demonstra que havia um processo de mudança na composição da elite política rio-grandense, e que uma nova geração passaria a ter mais influência no poder político rio-grandense. Mesmo que isso pareça natural, dentro do processo histórico, ou seja, as gerações mais velhas tendem a desaparecer do cenário dando lugar a

⁵⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., 1996, p. 193.

outras gerações, constatamos que a tradição rio-grandense, quanto às características até aqui analisadas, levam a supor que as mudanças ocorriam, mas de forma muito lenta.

Do grupo que denominamos de *maturidade*, conseguimos a data de nascimento de 32 políticos. Desses 32 políticos que nasceram entre 1881 a 1900, dezenove já haviam integrado a elite política de 1930-1937 ou em 1937-1945, e alguns de ambos os períodos. Somente 13 políticos desse grupo iniciaram a sua carreira política com atuação estadual ou federal em 1945-1947, e alguns já tinham atuação política em âmbito municipal.

Passamos a exemplificar tal afirmação com alguns integrantes que estavam no grupo *maturidade* e que tinham uma participação na política rio-grandense: Glicério Alves de Oliveira nasceu em 8 de setembro de 1893, iniciando sua carreira política como conselheiro municipal em Cachoeira, no ano de 1923, e em 1946 foi eleito deputado federal; Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19 de janeiro de 1882, iniciando na política em 1909, e em 1946 foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul; Herófilo Carvalho de Azambuja nasceu em 28 de setembro de 1899, iniciando a carreira política como intendente em Dom Pedrito, no ano de 1924, e em 1946 foi eleito deputado federal; e João Batista Luzardo nasceu em 11 de setembro de 1892, foi deputado em 1924 e também em 1946, paralelamente às atividades de embaixador a partir do Estado Novo.

Importantes são também algumas referências ao grupo que estava entrando no cenário político, ou seja, o grupo que denominamos de *juventude*: Wolfram Petry Metzler nasceu em 15 de setembro de 1903 e foi vereador em Novo Hamburgo, sendo eleito deputado estadual em 1947; Tarso de Moraes Dutra nasceu em 15 de maio de 1914 e foi vereador em Iraí, em 1947 elegeu-se deputado estadual; Oscar Carneiro da Fontoura nasceu em 29 de janeiro de 1900, foi secretário estadual da Fazenda de 1937 até 1946, e em 1947 foi eleito deputado estadual; Mem de Sá nasceu em 10 de maio de 1905, sendo eleito deputado estadual em 1947; Leonel de Moura Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922, sendo eleito deputado estadual em 1947; José Diogo Brochado Rocha nasceu em 15 de agosto de 1904, iniciando como prefeito de Flores da Cunha em 1930, e em 1946 foi deputado federal; João Lino Braun nasceu em 19 de abril de 1910 e foi eleito deputado estadual em 1947; João Belchior Marques Goulart nasceu em 1º de março de 1919 e iniciou sua carreira como deputado estadual em 1947; e Fernando Ferrari nasceu em 14 de junho de 1921, sendo eleito deputado estadual em 1947.

Nesse grupo da *juventude* podemos verificar nomes que vão, posteriormente, integrar o cenário político tanto nacional quanto estadual, e realizar uma longa carreira política.

Em relação ao grupo da *velhice*, há um grande decréscimo da geração de nascidos até 1880. Essa geração estaria se retirando da política ou não conseguia mais entrar em disputas eleitorais em virtude de existir todo um novo cenário político nacional e um novo palco em âmbito estadual. Para ilustrar, um **único** exemplo de um político pertencente à geração *velhice* e que conseguiu permanecer no cenário político rio-grandense, a partir dos dados que conseguimos coletar: José Antonio Flores da Cunha, nascido em 5 de março de 1880, que participou da política brasileira durante toda a primeira metade do século XX – de 1909 até final da década de 50.

No aspecto geracional, essa elite política – 1945 a 1947 – se constituiu em dois grupos – que denominamos de *juventude* e *maturidade* –, com equilíbrio de poder, pelo menos quantitativamente, articulados a partir de 1945. Quando analisarmos as vinculações deles com os partidos políticos, poderemos detectar qual o partido, que passou a ter um maior número de integrantes da elite política vinculado ao grupo da *juventude* ou mesmo da *maturidade*. Até porque já sabemos que o líder da UDN, José Antonio Flores da Cunha, era o único integrante do grupo *velhice*, o que ajuda a explicar a pouca receptividade por parte da população, resultando em baixos índices eleitorais no Rio Grande do Sul por essa agremiação partidária, além de outros aspectos já levantados no início deste capítulo. É o que passamos a discutir no próximo item da presente pesquisa. A participação da elite política nos partidos e os cargos políticos e públicos que acabou ocupando no exercício do poder político.

3.3.6 A Participação nos Partidos Políticos e Cargos Públicos

Os processos eleitorais ocorridos em 1945 e 1947 não foram diferentes de outros processos eleitorais acontecidos anteriormente ao golpe do Estado Novo. Ou seja, os processos eleitorais no Rio Grande do Sul sempre foram realizados sob grandes movimentos de tensão e numa perspectiva bi-partidária. Vejamos como se constituiu a elite política sob a filiação partidária nesse período, conforme a tabela abaixo relacionada.

Tabela 34: PARTIDOS POLÍTICOS citados segundo o número de ocorrências e percentagem no período de 1945-1947

Partido 1945-1947	Nº	% indicado
PSD	32	42,7
PTB	26	34,7
UDN	5	6,7
PCB	4	5,3
PL	4	5,3
PRP	4	5,3
Total	75	100

Em relação à filiação partidária, conseguimos informações sobre 75 integrantes, e estão assim distribuídos: 32 políticos vinculados ao PSD e 26 integraram o PTB. Esses dados demonstram o retorno do bi-partidarismo no Rio Grande do Sul, que passaria a conviver com representantes de mais quatro pequenos partidos que tinham atuação no estado, mas decisivos para a vitória do PSD ou do PTB, dependendo de como eram articuladas as alianças políticas em períodos de eleições. Esses partidos com menores representações foram: a UDN, com cinco representantes; e o PCB, o PL e o PRP, com quatro representantes de cada partido.

As alianças partidárias realizadas no Rio Grande do Sul nas eleições de 1947 demonstram que aquelas realizadas pelo PSD com o PCB e o PRP ajudaram na vitória do político Walter Jobim para o cargo de governador do estado. No entanto, as cadeiras ocupadas na Assembléia Legislativa deram vitória ao PTB, com 23 cadeiras, seguido do PSD, com 16 cadeiras. Os partidos menores ficaram com o seguinte número de cadeiras: o PL com cinco, a UDN e a PRP com quatro cada, e o PCB com três cadeiras. Como já comentamos no início deste capítulo, com base na análise de Helgio Trindade e Maria Izabel Noll, foi iniciada a confrontação PTB *versus* anti-PTB no pós-45 no que tange às disputas eleitorais em âmbito estadual.

O que é curioso, no caso do Rio Grande do Sul, é a quantidade de políticos que vão atuar pela primeira vez em cargos políticos. Esses dados podem ser conferidos na tabela abaixo, construída a partir do Anexo VI, em cujos dados conseguimos informações sobre 86 políticos que atuaram entre 1945 até 1947.

Tabela 35: Participações em cargos políticos e /ou públicos do período de 1945-1947

Uma função	Duas Funções	Três funções	Quatro ou mais funções	Total
55	14	11	06	86

Fonte: Anexo VI.

Essa tabela demonstra um grupo heterogêneo no que tange à participação em cargos políticos no período de 1945-1947. Se nos detivermos no grupo que atuou somente em uma função, teremos um indício evidente da quantidade de políticos que estavam iniciando sua carreira política nesse período.

Passamos a alguns exemplos de políticos que estavam iniciando a carreira política para o cargo de deputado estadual e que foram eleitos em 1947: Affonso de Assunção Vianna foi eleito pelo PTB; Albano José Wolkmer pelo PSD; Antônio Maria da Silva Filho pelo PL; Antonio Ribas Pinheiro Machado Neto pelo PCB; Bruno Bom pela UDN; e, pelo PRP, Helmut Closs.

Com relação aos políticos que atuaram em duas funções, o número se reduz para catorze, e passamos a alguns exemplos: Wolfram Petry Metzger foi vereador em Novo Hamburgo e deputado estadual; Tarso de Moraes Dutra foi vereador em Iraí e deputado estadual; Octacílio de Moraes foi interventor substituto de fevereiro de 1946 até março de 1947, e, posteriormente, foi secretário da Justiça e Segurança Pública no Rio Grande do Sul; Nestor Jost foi prefeito em São Lourenço do Sul, em 1940 e em 1947, tendo sido eleito deputado estadual nesse último ano; Luciano Corrêa Machado foi prefeito de Três Passos, de 1945 até 1947, e, nesse mesmo ano, foi eleito deputado estadual.

O grupo que teve três funções totalizou onze políticos, dos quais passamos a destacar alguns exemplos: Américo Godoy Ilha foi vereador, prefeito e deputado estadual em 1947-1951, pertenceu ao PRR e depois ao PSD; Clovis Trindade Pestana foi prefeito de Porto Alegre em 1945, secretário estadual de Obras Públicas e Saneamentos em 1946 e Ministro da Viação e Obras Públicas a partir de outubro de 1946 até abril de 1950, tendo pertencido ao PSD; Ernesto Rodrigues Dornelles foi chefe de polícia em Minas Gerais, interventor no Rio Grande do Sul, entre setembro de 1943 e novembro de 1945, e eleito senador em 1946 pelo PSD; Raul Pilla foi constituinte e deputado estadual entre 1935 e 1937, secretário da

Agricultura, Indústria e Comércio em 1936 e eleito deputado federal em 1946, tendo pertencido ao PF, PL, à FUG e novamente ao PL.

O grupo que teve quatro ou mais funções contou com somente seis políticos: Adroaldo Mesquita da Costa, que iniciou sua carreira política como constituinte federal em 1934, foi constituinte estadual em 1935 e deputado federal de 1935-1937, foi membro do Conselho Administrativo de Estado na vigência do Estado Novo e em 1946 voltou a ser deputado federal; de 1947 até 1950 foi Ministro da Justiça, integrou o PRR a partir de 1930, depois a FUG e a partir de 1945 foi do PSD; Getúlio Dornelles Vargas foi da Assembléia dos Representantes de 1909 até 1913, de 1917 a 1920 e entre 1921 até 1922, deputado federal de 1922 a 1924 e de 1924 a 1926, ministro da fazenda de dezembro de 1926 até dezembro de 1927, presidente do estado do Rio Grande do Sul entre 1928 a 1930, presidente da República de 1930 até 1945, e senador entre 1946 até 1949, tendo pertencido ao PRR e depois ao PSD; João Batista Luzardo foi deputado federal em 1924-1926, 1927-1929, 1935-1937 e em 1946, tendo pertencido ao PL, à FUG e, finalmente, ao PSD; Joaquim Pedro Salgado Filho foi ministro interino da Educação e Saúde Pública em 1932, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de 1932 até 1935, deputado federal entre 1935 e 1937, embaixador em 1938, ministro do Superior Tribunal Militar de 1938-1941, ministro da Aviação entre 1941 até 1945 e senador eleito em 1947 pelo PTB; José Antonio Flores da Cunha foi deputado estadual em 1909-1910, deputado federal pelo Ceará entre 1912-1915, intendente de Uruguaiiana de 1917 até 1918, deputado federal entre 1918-1920, retornou como intendente em Uruguaiiana entre 1920-1924, novamente deputado federal entre 1927-1928, senador de 1928 a 1930, interventor entre 1930 até 1935, governador de 1935 até 1937, retornando em 1946 como deputado federal, tendo pertencido ao PRR, PRL e à UDN; Walter Só Jobim foi deputado federal em 1935, secretário das Obras Públicas por duas vezes – 1937/1939 e 1943/1945 –, secretário do Interior e Justiça em 1946 e eleito governador em 1947, tendo pertencido ao PL, à FUG, e finalmente ao PSD.

Estes dois últimos grupos – os que tiveram três funções ou mais – são formados por políticos que transitaram na política rio-grandense por quase todo o período que ora estamos pesquisando – 1930 a 1945 –, constituindo-se a **elite da elite política**, ou o núcleo do poder político.

Quanto ao grupo que em termos numéricos é a maioria – os que ocuparam pela primeira vez um cargo político –, podemos propor duas interpretações: a primeira é que são

pessoas que estão representando setores até então inexistentes no campo político e que foram beneficiadas pelo processo eleitoral mais transparente; em segundo lugar, a volta da circularidade pelo poder político, fator necessário em processos democráticos, nos quais, apesar de haver um núcleo do poder político formado por pessoas com uma longa permanência na política, essa é rodeada por outras pessoa que estão tentando iniciar a carreira e futuramente poderão ser parte integrante desse núcleo do poder.

Para exemplificar, poderíamos citar dois novos integrantes: Leonel de Moura Brizola, que entra em cena em 1947 como deputado estadual e termina sua vida política quando falece em 2004; e Fernando Ferrari, que também inicia como deputado estadual em 1947, e que tem uma carreira breve, em virtude de ter falecido prematuramente aos 41 anos, em 27 de maio de 1963. Esses dois casos podem exemplificar carreiras de êxito no campo político de novos atores que entram no cenário político no pós-1945.

Com relação aos políticos que já atuavam no cenário político, teremos a permanência de muitos e o retorno de alguns, discussão que realizaremos em breve sobre as alterações no quadro da elite política efetivada pela ditadura ocorrida no Brasil, intitulada de Estado Novo.

3.3.7 Entidades: lugares de socialização do poder

Essa terceira elite política agora analisada apresenta uma participação em diferentes entidades, com pesos mais distribuídos, conforme tabela 38 abaixo relacionada. Vamos aos números: onze integrantes de entidades de Letras/Cultura; dez integrantes ligados ao setor Economia e nove participaram em entidades de Advogados. Com menor número temos quatro integrantes da elite política ligada à entidade Médica, dois com Engenharia e uma entidade Militar.

Tabela 36: PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES segundo o número de ocorrências e porcentagem no período de 1945-1947

Entidades	Entidade 1		Entidade 2		Entidade 3		Entidade 4		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Letras/Cultura	4	22,2	5	45,5	2	28,6	-	-	11
Economia	5	27,8	3	27,3	2	28,6	-	-	10
Advogados	4	22,2	1	9,1	3	42,9	1	100	9
Médicos	2	11,1	2	18,2	-	-	-	-	4
Engenharia	2	11,1	-	-	-	-	-	-	2
Militar	1	5,6	-	-	-	-	-	-	1
Total	18	100,0	11	100,0	7	100,0	1	100,0	37

Levando em conta essa característica, a participação em entidades, a elite política apresenta uma heterogeneidade, pois praticamente apresenta três tipos de entidades com números muito próximos. Passamos a alguns exemplos de políticos e as respectivas entidades que participaram:

César José dos Santos foi membro do Colégio Interamericano de Radiologia, da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, da Academia Rio-grandense de Letras e da Academia Passofundense de Letras.

Clóvis Trindade Pestana foi fundador e presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul.

Egídio Michaelsen atuou no Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul, foi vice-presidente das Associações Comerciais no Estado e presidente da Câmara de Comércio e Teuto-brasileira.

Henrique Fonseca de Araújo foi membro do Instituto de Advogados do Rio Grande do Sul, membro da Associação Rio-grandense de Imprensa e membro fundador do Instituto de Advogados de Brasília.

Humberto Gobbi foi do Sindicato da Indústria de Trigo e do Sindicato da Indústria da Mandioca.

Manoel de Souza Duarte foi membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, do Instituto Histórico e Geográfico e do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

Tarso de Moraes Dutra foi membro da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul.

Como podemos averiguar, as entidades eram as mais variadas, o que demonstra a heterogeneidade desse grupo quanto às atividades ligadas a instituições, tanto culturais quanto profissionais. No entanto, as entidades com maior número de participantes, onze integrantes, continuam sendo as vinculadas às Letras/Cultura.

Álvaro Heidrich, ao escrever sobre a construção da regionalidade gaúcha, afirma:

A associação entre cultura e política é um aspecto que predomina nas afirmações que cumprem a função de tornar hegemônico um determinado interesse. Fazem da cultura um recurso da política. A dominação social quando apresentada abstratamente, dissimulada pelas relações aparentes de seus vínculos territoriais é, antes de tudo, ao olhar comum de cada conterrâneo, simples atividade econômica. Constitui-se como empresa que capta valorização simbólica a partir do pertencimento territorial, que faz parte da realidade imaginada como lugar de convívio e por isso adquire propriedade relativa à amplitude do todo social territorialmente identificado.⁵⁸

Voltamos a frisar que a elite política foi a articuladora do mito do gaúcho, enquanto coesão da sociedade rio-grandense. Esse mito vinculava-se ao imaginário do pampa gaúcho, no qual a elite que sempre esteve no poder estava vinculada ao tripé estancieiro/militar/político. É claro que o mito não foi algo construído de forma consensual, até porque a discussão em torno do mito, principalmente no século XIX, vai representar o gauchismo com diferentes matizes, conforme já analisado no primeiro capítulo de nossa pesquisa.

Com relação à publicação efetuada por integrantes da elite política, entre 1945 até 1947, podemos nos basear numa revista editada a partir de 1945, que objetivava a divulgação de uma cultura regionalista. A revista *Província de São Pedro*⁵⁹ revela, em seu primeiro número, a preocupação da intelectualidade gaúcha com a cultura regionalista.⁶⁰ No editorial da edição número 1, já se pode averiguar o objetivo da revista. O diretor Moysés Vellinho,

⁵⁸ HEIDRICH, Álvaro Luiz. Aspectos culturais e ideológicos da construção da regionalidade gaúcha. In: VERDUM, Roberto et al. (Orgs.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformações*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 219-220.

⁵⁹ A revista *Província de São Pedro* teve o número 1 editado em junho de 1945, sendo uma edição trimestral, publicada pela Livraria Globo.

⁶⁰ Do conceito de regionalismo: “[...] só lhe pertencem de pleno direito as obras cujo fim primordial for a fixação de tipos, costumes e linguagem locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprimem a civilização niveladora.” (In: PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira: prosa de ficção de 1870 a 1920*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1988, p. 175.

referindo-se ao semanário *Diretrizes*, editado no Rio de Janeiro, elaborou uma relação de quinze obras que continham, segundo ele, a imagem mais compreensiva da realidade brasileira. Alega o autor que em função do vasto império sul-americano, o reduzido número de obras e de pessoas escolhidas (quinze livros), todas, quanto ao seu objeto e amplitude, são mais ou menos regionais. Também que o país é grande demais para já ter sido literariamente assimilado, sendo que há diferentes regiões, com núcleos de civilização muito diversificados. Continua a sua argumentação: para que ocorra uma integração é preciso que as diferentes regiões que formam o país não sejam vistas somente como circunscrições econômicas, fiscais ou administrativas, mas núcleos culturais autônomos, com circulação entre as regiões e gravitando em torno de uma metrópole.⁶¹

E continua Moysés Vellinho:

Quanto mais difundidos forem os centros de elaboração mental, quanto mais vinculados à terra na sua condição de novo ponto de referência aos velhos problemas do homem, tanto mais se firmará a nacionalidade na consciência de si mesma. Sem a definição das partes não é possível a definição do todo. Nem se poderá admitir, já agora, que o sentimento de unidade de uma pátria de fronteiras quase ilimitadas se possa consolidar mediante a anulação das diversidades regionais. Nestas condições, o provincianismo cultural no Brasil deve ser mais que uma tendência entregue às suas próprias forças: impõe-se como o mais lúcido dos programas se queremos chegar à ampla compreensão dos brasileiros entre si para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais e que em grande parte ainda se pertence mais a si mesma que ao homem.⁶²

Este editorial é certamente um tratado em defesa do regionalismo. Podemos observar que o regionalismo cultural no Brasil é primordial para poder ser constituída a nacionalidade, nas palavras do autor. Ou seja, uma nacionalidade que tem como característica o respeito pela diversidade cultural brasileira.

E para que isso se tornasse possível, apresentou como objetivo fundamental o de fomentar no Rio Grande do Sul as obras *de inteligência*, através de todas as manifestações do pensamento: ensaio, crítica, ficção e poesia. Sustentou que não fixou limites à sua orientação, nem sentido ideológico ao seu programa. Pretendeu ser um centro de coleção, seleção, estímulo e propagação das atividades culturais no extremo sul do país. Também que não deveria ser cultuado um tradicionalismo estreito e com pieguices do saudosismo, mas sim os

⁶¹ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre: Livraria do Globo, n. 1, jun. 1945, p. 5-6.

⁶² Id., *ibid.*, p. 6.

elementos fundamentais da tradição local, dos *autênticos* valores do passado, “porque acredita que a preservação de certas fixações é indispensável à caracterização de uma cultura”.⁶³

Mas também, escreve o autor, isso poderá resultar em uma nova afirmação de nossas características regionais, e poderia criar suspeitas e temores para os que defendem a centralização. E termina o editorial:

Não faz mal. Parece fora de dúvida que os assomos de padronização cultural só podem concorrer para a consumação da mais ingrata das obras: - a descaracterização do país na sua unidade múltipla como conseqüência do gradual apagamento das fisionomias *locais e da lenta destruição dos valores da província*.⁶⁴

Esse discurso já vem com ares de 1945, com ânsia de liberdades regionais e manifesto por pessoas contrárias ao centralismo, as quais iniciam a elaborar suas visões de mundo, para imprimi-las ao estado. O título da revista – *Província de São Pedro* – já nos indica o tom do discurso elaborado pelo político regional Moysés Vellinho. Poderíamos, no primeiro número, destacar que dos dezoito artigos, somente três não estavam ligados a temáticas regionais.

No segundo número da revista *Província de São Pedro*, Moysés Vellinho faz referência a um militar do nordeste que veio ao Rio Grande do sul assumir um cargo no exército no estado. Esse militar teria um ressentimento com relação aos rio-grandenses, pois quando estudou na Escola de Guerra do Rio de Janeiro encontrou colegas oriundos do estado, grupo composto de *rapazes vibrantes e expansivos, inteiramente senhores de si*, diante do que teria se sentido ferido por dentro. Mas quando chegou ao Rio Grande do Sul para assumir o seu posto no exército, devido a sua experiência no cargo, esses ressentimentos foram se atenuando, até a supressão total, pois

ele iria sentir na própria carne as dificuldades que nos perseguem, quer as que se originam da nossa posição geográfica, quer as criadas artificialmente e artificialmente agravadas pela centralização burocrática. [...]. Com o tempo já inteiramente liberto de suas reservas, era tal a sua identificação com os nossos problemas, que certa vez, depois de ter desesperado de conseguir uma solução pronta para assunto de extrema urgência, não pode conter-se e desabafou em telegrama para o Rio: - “As dificuldades que me têm sido criadas só agora me fazem compreender e mesmo justificar a revolução de 35!...”.⁶⁵

⁶³ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Op. cit., 1945, p. 7.

⁶⁴ Id., *ibid.*, p. 7.

⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 5.

E termina o editorial fazendo referência à Revolução Farroupilha, alegando que ninguém se lembrara de fazer uma celebração comemorativa do centenário do *Acordo de Poncho Verde de 1845*. Mas que um pequeno grupo teria ido ao Poncho Verde para erigir um obelisco em memória da pacificação. Referindo-se à presença de Aurélio Porto, assim descreve a participação no evento:

Ali estavam em círculo para ouvi-lo os gaúchos que acorreram das redondezas. Naquele cenário de largos horizontes a voz do orador adquire acentos altos e puros. [...]. Os gaúchos ouvem em silêncio os rebates da longa vocação, depois se vão dali para a rudeza de suas tarefas, pensando, talvez, diante da lição que ouviram, que os homens só têm uma maneira de alcançar o respeito uns dos outros: - é pagando, pontualmente, o seu preço pela liberdade.⁶⁶

Notamos novamente a preocupação do autor em marcar as características do regionalismo gaúcho, porém apontando que elas estão no passado, e que somente diante do entendimento do referido gauchismo poderia ser possível compreender os *gaúchos*.

Nesse número, analisando o sumário, dos 19 artigos publicados, somente quatro não são vinculados a temas regionais, diante do que mais uma vez podemos destacar que os objetivos destacados pelo diretor da revista em seu primeiro número estavam sendo cumpridos. Efetivamente, essa característica da revista permanece nas edições de 1946, ou seja, escrever e marcar a identidade do Rio Grande do Sul. Apesar de não analisarmos detidamente os artigos, o que daria outra pesquisa, constam na revista artigos sobre temáticas brasileiras, escritas pela intelectualidade da época, como Sergio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, dentre outros, ou sobre as produções de intelectuais de outras regiões do Brasil. Mas a grande maioria dos artigos era de intelectuais gaúchos e integrantes da elite política do estado, como por exemplo, Darcy Pereira de Azambuja, José Pereira Coelho de Souza, Dionélio Tubino Machado, Telmo Dias de Castro Vergara, Oswaldo Aranha, dentre outros. E o diretor Moysés de Moraes Vellinho, com características típicas da grande maioria da elite política que atuou no Rio Grande do Sul de 1930 até 1945.

René Gertz elaborou uma análise da produção intelectual no Rio Grande do Sul baseando-se no conteúdo da revista *Província de São Pedro*. Para o autor, a revista não pode ser considerada efêmera por três motivos: apesar de não ter tido uma publicação regular foi publicada de 1945 até 1957 – com exceção do ano de 1956 –; foi lançada em 1945, ano da

⁶⁶ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Op. cit., 1945, p. 6.

redemocratização, sendo um canal onde os intelectuais locais discutiram importantes temas da época e que continuaram a ser debatidos nos anos seguintes, sobretudo na década de 50; e, por último, com base nos índices da revista, afirma que um significativo número de pessoas que foram expoentes de um certo tipo de intelectualidade gaúcha escreveram nela. E, portanto, os textos ali produzidos podem dar uma visão sobre o pensamento de uma parte significativa da intelectualidade gaúcha.⁶⁷

René Gertz realizou um levantamento de todas as publicações realizadas na revista *Província de São Pedro* e afirma:

Um levantamento feito, durante a pesquisa, mostrou que o grupo dos intelectuais congregados na revista gravitava em grande parte em torno do poder político estadual, pois muitos deles eram funcionários públicos ou ocupavam cargos indiretamente ligados à estrutura do poder. Isto sugere que suas posições e pontos de vista refletem posturas “dominantes”.⁶⁸

Queremos afirmar que analisamos, em nossa pesquisa, somente as edições da revista *Província de São Pedro* relativas ao ano de 1945 e 1946 e conseguimos chegar a um grupo de intelectuais e também políticos que atuavam na época e eram integrantes da elite política rio-grandense. Esses políticos por estarem ligados a entidades culturais tinham a preocupação de divulgar temas ligada ao Rio Grande do Sul. Um dos exemplos mais significativos foi Moysés de Moraes Vellinho, nascido em 6 de janeiro de 1902, em Santa Maria, formou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Sua ocupação foi, inicialmente, a de promotor público, em Caxias do Sul (1926) e em Jaguarão (1927). Durante o período de 1928-1930 foi chefe do gabinete da Secretaria do Interior do Rio Grande do Sul, em 1931 foi oficial do gabinete do Ministério da Justiça no Rio de Janeiro e do Ministério do Trabalho, possivelmente até 1934. Posteriormente foi ministro do Tribunal de Contas no Rio Grande Sul. Como político, teve uma carreira breve, de alcance regional, foi deputado estadual constituinte em 1935 e deputado estadual em 1935/1937. Durante a vigência do Estado Novo atuou como membro do Departamento Administrativo de Estado no Rio Grande Sul, sendo ligado ao Partido Republicano Liberal (PRL). Sua carreira esteve muito próxima do governo de Getúlio Vargas, desde seu início, no Rio Grande Sul, em 1928 até 1945. No entanto no seu editorial da revista

⁶⁷ GERTZ, René. Intelectuais gaúchos pensam o Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, n. 1, 1984, p. 79-80. Os intelectuais que escreveram na revista, conforme René Gertz foram: “Athos Damasceno, Aurélio Porto, Carlos Dante de Moraes, Carlos Galvão Krebs, Carlos Reverbel, Ciro Martins, Dante de Laytano, Darcy Azambuja, Dionélio Machado, Érico Veríssimo, Guilhermino César, J. P. Coelho de Souza, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi, Mário Quintana, Mem de Sá, Moysés Vellinho, Othelo Rosa, Raul Pilla, Reinaldo de Moura, Telmo Vergara, Theodomiro Tostes, Walter Spalding.”

⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 80.

Província de São Pedro transparece uma resistência à centralização, promovida pelo Governo Federal no Estado Novo.

Odaci Luiz Coradini, ao escrever sobre os intelectuais vinculados à Editora Globo, e de forma mais específica à *Revista do Globo*, afirma que ocorreu um distanciamento no que se refere à política, e afirma:

Esse empreendimento foi concretizado particularmente na Revista *Província de São Pedro*, pelo menos em seu curto período de existência, de pouco mais de dois anos. Porém, diversamente da anterior, que surgiu a serviço da mobilização política, nesse caso, desde o início, houve um esforço para explicitar que se tratava de um empreendimento “cultural” com um programa regionalista, como consta inclusive em seu primeiro editorial. Mas fica explícito que consiste numa reação dessa “elite cultural” às novas condições nas relações centro/periferia – em oposição ao “centralismo” ou “padronização cultural” – e, por outro lado, ao antigo regionalismo “tradicionalista” ou “saudosista”, ou aos “exclusivismos localistas” em nome dos “autênticos valores do passado”. Nessa nova definição de “cultura”, já não se trata de “gauchizar o Brasil”, visto que não está em questão uma relação direta entre esses “intelectuais” e um projeto “político”. A linguagem e o público visado também são outros, constituindo-se nos próprios “intelectuais” e na população escolarizada e politicamente interessada.⁶⁹

É importante frisar que conforme René Gertz, a revista *Província de São Pedro* foi editada entre 1945 e 1957, com exceção do ano de 1956, totalizando 21 números⁷⁰ e não como afirma Coradini de somente dois anos. O referido autor, apesar de ser enfático sobre não ter ocorrido uma relação direta dos intelectuais vinculados à revista *Província de São Pedro* com um projeto político, relativiza quando afirma:

Esse “cultural”, no entanto, não exclui a “política” num sentido mais amplo, pois trata-se de uma definição da “cultura” como fenômeno regional em que a unidade “cultural” é também uma unidade geopolítica, em suas relações com uma unidade maior, constituída pela “nação”. Desse modo, o que é publicado está vinculado a esta concepção centrada na “conquista” do espaço geográfico e na elaboração dos respectivos panteões de personagens.⁷¹

No entanto, a nossa investigação aponta que esse grupo de intelectuais que atuaram na revista *Província de São Pedro* estava vinculado a uma elite política que atuou no Rio Grande do Sul e tinha como objetivos a manutenção de uma identidade cultural regional que

⁶⁹ CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 135-136.

⁷⁰ GERTZ, René. Op. cit., 1984, p. 221.

⁷¹ CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit., 2003, p. 136.

promovesse a unificação dos habitantes do Rio Grande do Sul, não no que se refere a um panteão⁷², mas sim a um mito: o do *gauchismo*.

Prova disso é que Moysés Vellinho era um intelectual que tinha uma influência muito grande. Além das atividades políticas e na magistratura, era membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; do Conselho Federal da Cultura do Rio de Janeiro; e da Academia Portuguesa de Cultura Internacional. Além de diretor da revista *Província de São Pedro*, fora redator de *A Federação*.

Podemos verificar que não havia nenhum integrante da elite política de 1930 a 1945 que tenha escrito nos primeiros seis números da revista *Província de São Pedro*, e que fosse descendente de imigrantes, tanto alemães ou italianos quanto de outras origens étnicas. O que só nos leva a reforçar que o regionalismo gaúcho, tendo como ideal o gaúcho dos pampas, foi se solidificando na literatura rio-grandense a partir de integrantes da elite política tradicional, e que a revista foi um dos veículos formadores e propagadores de opinião e de uma ideologia.

Portanto, as identidades étnicas não poderiam ser vinculadas, quando o que estava em jogo era o poder político no Rio Grande do Sul. Para ser integrante da elite política, o indivíduo deveria ter atributos como escolaridade, elevada posição econômica, tradição familiar na política (o que era raro entre os imigrantes) e não fazer a identificação com sua identidade étnica, mas sim com a identidade regional: *o gauchismo*.

Essa perspectiva é corroborada por Ruben Oliven, quando afirma, em 2002:

Como todo mundo sabe, o habitante do Rio Grande do Sul hoje em dia não é designado como sul-rio-grandense, ninguém quando é perguntado “o que és”, diz que é sul-rio-grandense, as pessoas dizem, **eu sou gaúcho**, e essa palavra é praticamente o patronímico do habitante do Estado do Rio Grande do Sul. Qualquer criança vai dizer que é gaúcha. Mas a gente sabe também que o termo **gaúcho** é um termo que, por outro lado, tem uma demarcação muito clara e que corresponde ao peão de estância numa certa área do Rio Grande do Sul. Quer dizer, que corresponde a uma pessoa que trabalha numa estância, que trabalha com pecuária, que está ligada com cavalos e, por outro lado, qualquer criança sabe dizer, bom aquele é um gaúcho, ele está a cavalo, ele usa bombacha, quer dizer, há uma superposição entre o tipo social que é o gaúcho e o habitante do Rio Grande do Sul que passou a usar esse nome de

⁷² O conceito de panteão a que estou me referindo é a um conjunto de figuras públicas, célebres em determinado domínio, que perduram na memória individual ou coletiva. Conforme *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001, CD-ROM.

uma forma genérica, não importando de que parte do Rio Grande do Sul que essa pessoa é. [...].⁷³

Reafirmamos que essa identidade regional foi forjada por uma elite política tradicional, que mesmo quando assume no período republicano, está convencida de um novo projeto para o Rio Grande do Sul, sendo que a maioria de seus líderes são procedentes da região norte do Rio Grande do Sul, e foi essa mesma elite política que iria reforçar a ideologia do *gauchismo*. E de certa forma, na medida em que reforçou e propagou essa ideologia, também desencadeou, nesse mesmo período, um processo de decadência do poder político no Rio Grande do Sul por parte de pessoas oriundas da região da campanha. É o que vamos analisar no próximo item da pesquisa.

E somente para tornar mais contemporânea nossa argumentação, se observado o ritual do velório, traslado e enterro do político Leonel de Moura Brizola, ocorrido em julho de 2004, temos que admitir que tal foi baseado na **idéia da identidade regional do gauchismo**. Um político oriundo do interior de Carazinho, filho de pequenos agricultores, teve seu enterro, em julho de 2004, realizado em São Borja, no mesmo cemitério onde foram enterrados Getúlio Vargas e João Goulart. Houve toda uma condução para que sua memória seja construída a partir do *gauchismo*.

3.4 Recomposição das Elites Políticas: exclusão e inclusão

Continuamos elaborando uma análise comparativa dessa elite política com as duas elites anteriormente analisadas, para mostrar quais as características que foram modificadas. As questões fundamentais em nossa pesquisa são: Quais foram os impactos produzidos pelo Estado Novo na composição da elite política rio-grandense? A ditadura estadonovista foi relevante na alteração da composição da elite política rio-grandense? Questões fundamentais em nosso trabalho, que passarão a se constituir numa análise de verificação da nossa hipótese central em nossa pesquisa.

Ao mesmo tempo em que apresentamos essa elite política rio-grandense – 1945 até 1947 –, já conseguimos elaborar algumas considerações finais em relação às suas

⁷³ OLIVEN, Ruben George. Fatores históricos da identidade do gaúcho. In: *Terra Natal – Terra Nova*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 110.

características arroladas. Na medida em que efetuamos essa análise, passaremos a identificar e analisar o processo de exclusão e inclusão de novos integrantes nesse novo cenário político.

O primeiro dado revelador é que a elite política que atuou no período de 1945-1947 no Rio Grande do Sul era constituída de 100 integrantes. Desses integrantes, os dados quantitativos são os seguintes: dezoito são políticos que já atuavam nas elites de 1930-1937 ou na de 1937-1945, e alguns em ambas as elites; um integrante iniciou a carreira política em cargos na esfera federal (Artur de Souza Costa, como Ministro da Fazenda); e 81 integrantes passaram a integrar pela primeira vez a elite política rio-grandense.

Vamos relacionar os políticos que permaneceram atuando durante todo o período da nossa pesquisa – de 1930 até 1947 – e os respectivos cargos que ocuparam: Adroaldo Mesquita da Costa iniciou sua carreira em 1934 como constituinte federal e terminou como membro do Conselho Administrativo do Estado até maio de 1945, em 1947 tornou-se Ministro da Justiça; Walter Só Jobim foi deputado federal em 1935 e em 1947 foi eleito governador do estado do Rio Grande do Sul; Joaquim Pedro Salgado Filho iniciou sua carreira política como ministro interino da Educação e Saúde Pública em 1932 e no estado foi eleito deputado federal em 1935 até 1937, ocupando ainda, em 1938 o cargo de embaixador, sendo Ministro do Superior Tribunal Militar entre 1938-1941, Ministro da Aviação entre 1941 até 1945, e eleito senador pelo Rio Grande do Sul em 1947.

Os políticos que atuaram em 1930-1937 e retornam à política regional em 1945 até 1947 foram: Antero Moreira Leivas, na Assembléia dos representantes em 1929-1930 (PRR) e retornou como deputado federal em 1946; Edgar Luís Schneider, na Assembléia dos Representantes em 1929-1930 e em 1947 retornou como deputado federal; Glicério Alves de Oliveira, conselheiro municipal entre 1923 e 1928, entre 1929 e 1930 foi integrante da Assembléia dos Representantes, sendo que em 1946 retornou como deputado federal; João Batista Luzardo iniciou a carreira política como deputado federal em 1924-1926 e retornou ao mesmo cargo em 1946; João Neves da Fontoura iniciou como deputado estadual em 1921-1924 e retornou em 1946 como deputado federal; José Antonio Flores da Cunha iniciou a sua longa carreira como deputado estadual em 1909 e retornou ao cenário político em 1946 como deputado federal; Nicolau de Araújo Vergueiro foi deputado federal em 1930 e depois em 1935-1937, retornando no mesmo cargo em 1946; Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara foi deputado constituinte em 1934 e retornou no mesmo cargo em 1946; e Raul Pilla foi constituinte estadual em 1935, retornando como deputado federal em 1946. Todos esses

integrantes acabaram não ocupando cargos políticos em âmbito estadual no período do Estado Novo, e retornaram à atividade política ocupando cargos através das eleições que ocorreram em 1945 para o legislativo federal ou em 1947 para o legislativo estadual. Alguns desses políticos foram cooptados para cargos em âmbito federal durante a vigência do Estado Novo. Para ilustrar, podemos citar João Batista Luzardo, que após apoiar o golpe de Estado ocorrido em 10 de novembro de 1937, acaba sendo designado embaixador do Brasil no Uruguai.

Um outro grupo é formado por políticos que iniciam sua carreira durante a vigência do Estado Novo e vão continuar atuando posteriormente: Ataliba de Figueiredo Paz iniciou sua carreira como secretário da Agricultura e Abastecimento de 1939 até 1945 e foi eleito deputado estadual em 1947; Ernesto Rodrigues Dornelles iniciou sua carreira política como interventor do Rio Grande do Sul entre 1943 até 1945 e foi eleito senador em 1946; Gaston Englert integrou o Conselho Administrativo do Estado entre 1939 até 1945 e em 1946 foi eleito deputado federal constituinte; Herófilo Carvalho de Azambuja foi secretário da Justiça e Segurança em 1943 e em 1946 foi eleito deputado federal; Oscar Carneiro da Fontoura foi secretário estadual da Fazenda entre 1937 até 1945 e eleito deputado estadual em 1947.

Um terceiro caso, o de Getúlio Vargas, que antes de 1930 já participara da elite política brasileira, ocupando um ministério, acaba retornando ao Rio Grande do Sul como governador e em 1930 passa a exercer a presidência da República. Em 1945 Getúlio Vargas, depois de deposto da presidência da república retorna à elite política rio-grandense, sendo eleito senador pelo estado. Daí a importância política dele em âmbito estadual e a sua tática de pertencer a um partido – PSD – e apoiar o PTB como forma de conter o avanço de seus antigos rivais estaduais, os integrantes da UDN.

E, por último, o terceiro grupo, de 81 integrantes, no qual teremos as mais diferentes características: pessoas que tinham uma atuação política em âmbito municipal (vereador, prefeito) e com o processo eleitoral disputaram cargos na esfera estadual e federal; outros que iniciaram com cargos no poder executivo estadual (secretário de Estado); e um terceiro grupo do qual só temos indicação de que foram eleitos deputados estaduais ou federais e passaram a integrar a elite política. Com esses dados em mãos, temos alguns indicativos de mudanças nas características da elite política que atuou no Rio Grande do Sul no período de 1945-1947. Essas mudanças não serão profundas, pelo fato de que algumas características das elites anteriores continuaram a vigorar.

O que podemos constatar é que, de fato, na vigência do Estado Novo ocorreu o desmantelamento de antigas lideranças, mas ao mesmo tempo se efetivou o atrelamento à máquina estatal de novas lideranças. Isso pode ser verificado com a formação do Partido Social Democrático (PSD), que acaba ganhando as eleições no Rio Grande do Sul em 1947, para governo do estado. Também a vitória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) quanto ao número de cadeiras da Assembléia Legislativa, com 23, seguido do PSD com 16, do PL com cinco, da UDN e do PRP com quatro e do PCB com três cadeiras. Sobre a recomposição das elites políticas, é importante considerar que ela volta a ocorrer a partir de processos eleitorais, o que é necessário para que haja uma melhor representação da população na elite política.

Essa circularidade⁷⁴ foi interrompida durante o Estado Novo tendo em vista que os cargos eram preenchidos via interventoria. No entanto, no caso específico dos cargos políticos podemos afirmar que foram consideradas as forças político-partidárias, e somente o interventor ficava a critério do então presidente da república, Getúlio Vargas. Se não havia processos eletivos, durante o Estado Novo, foi respeitada a força política dos integrantes dos partidos políticos rio-grandenses. Isso pode ser verificado em toda a análise que efetuamos no decorrer de nossa pesquisa, e de forma mais minuciosa na vigência do Estado Novo.

O que ocorre nas duas primeiras eleições – a de 1945 e em 1947 – é o cuidado para que o núcleo de poder político, tanto dos que emergiram no Estado Novo quanto dos que foram alijados nesse mesmo período, retorna, mas acompanhado de um grande grupo que estava estreando na política rio-grandense. Esses estreantes é que iriam competir a partir de 1945 para que pudessem imprimir uma nova forma de fazer política, ou seja, o processo de redemocratização, então com feições populistas, características já analisadas pela historiografia brasileira, da qual Getúlio Vargas teria sido um dos mentores e principal articulador. Esse processo foi interrompido com o golpe militar ocorrido no Brasil em março de 1964.

⁷⁴Verifica-se que a circularidade das elites políticas era, na época, a tentativa de manter uma estabilidade social para que não ocorressem processos revolucionários. No entanto, Mário Grynspar elabora uma sociologia histórica da teoria das elites, a partir de uma análise das teses de Mosca e de Pareto, onde escreve: “E justamente uma das diferenças que [Pareto] aponta, antecipadamente aquilo que mais tarde chamaria de circulação das elites, é a de que nas sociedades humanas as aristocracias só podem se manter à custa de uma renovação constante, incorporando os indivíduos das classes inferiores que mais se distinguem. Aqui, de modo diverso do que se observava nas sociedades de animais, toda a aristocracia fechada, dizia Pareto em uma forma muito próxima à tese do isolamento das classes de Mosca, tenderia a se deteriorar (Pareto, 1964:II, p. 29-30 e segs.)” (GRYNSPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 161).

Não estamos aqui afirmando que ocorreu a substituição de uma elite por outra. O que os dados empíricos demonstram é que a mesma articulação política levada a efeito durante o Estado Novo foi mantida no pós-1945. De fato, os políticos tradicionais, vinculados à região da Campanha, acabaram diminuindo de importância no poder, apesar de manter-se no imaginário rio-grandense a identidade regional centrada na figura do *gauchismo*.

Essas afirmações podem ser verificadas nos processos eleitorais seguintes ocorridos no Rio Grande do Sul, mas que fogem do recorte cronológico que nos propusemos investigar, investigação que consideramos de suma importância na continuidade da pesquisa no que tange às elites políticas rio-grandenses.

Gostaríamos de voltar à discussão sobre as características dos integrantes da elite política gaúcha que passou a atuar no estado, levando em conta as transformações mais significativas da elite política que se constituiu de 1945 até 1947. É o que nos propomos a fazer a seguir, nas considerações finais de nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação tivemos como proposição básica realizar uma análise comparativa das elites políticas que atuaram no cenário político rio-grandense durante os períodos de 1930-1937, 1937-1945 e 1945-1947, depois das primeiras eleições do pós-Estado Novo. Esse tipo de estudo enquadra-se numa perspectiva de análise comparada, para verificar se ocorreram mudanças e se foi o Estado Novo o momento histórico em que elas se efetivaram. Esses três períodos foram escolhidos porque a pergunta central foi se no Estado Novo ocorreram mudanças significativas. Assim, nada mais coerente do que focar os anos imediatamente anteriores e posteriores.

No caso específico da nossa proposta de pesquisa, os objetivos foram de verificar as mudanças, ou não, nas elites políticas que atuaram antes e depois do Estado Novo. Para isso, foram avaliadas suas características quanto à formação e atuação profissional, ao local de nascimento, à participação em entidades culturais e profissionais, quais os cargos que ocuparam no poder político e quais as estratégias dos membros dessa elite política para manter sua posição ou, ao contrário, constatar a frequência e a intensidade do declínio de seus membros. Se isso ocorreu, qual foi o grau deste declínio e se houve uma tentativa de reconversão social após o período do Estado Novo, articulado por processos eleitorais. À medida que analisamos essas características dos atores políticos em questão, tivemos a preocupação de analisar também o contexto político que se configurou no período de 1930 até 1947.

Partimos da hipótese central de que durante o Estado Novo ocorreu o início da desarticulação de antigas elites políticas que faziam política no Estado do Rio Grande do Sul. Essa desarticulação não seria integral, pois, apesar de estarmos em um período ditatorial, o governo, através da Interventoria, realizou acordos com políticos que atuavam anteriormente,

mas seria esse o momento em que os conflitos se agudizaram, o que ajudará a retirar do cenário político atores rivais. Essa recomposição da elite política ocorrerá a partir da interferência do Governo Federal, através da Interventoria e do Conselho Administrativo de Estado.

A partir disso, passamos a apresentar algumas considerações, já aludidas na presente pesquisa, mas que convém recuperar, para que possamos apontar novas investigações. Portanto, é mais uma tentativa de mostrar possíveis desdobramentos que este estudo poderá desencadear.

Em primeiro lugar, queremos frisar que nossa investigação apresenta um corpus empírico volumoso, fruto de um trabalho que demandou muito tempo em diversos arquivos da capital gaúcha, e relacionado a um período da história brasileira – o Estado Novo – considerado problemático, devido a sua *ambigüidade*. Ambigüidade, porque ao mesmo tempo em que é apresentado como período da história em que ocorreram muitas *mudanças*, também reflete *continuidades*. E são essas *mudanças* e *continuidades* que conseguimos mapear ao analisar a elite política rio-grandense. Vamos a elas, tendo sempre como referência final a elite política que atuou entre 1945-1947, comparada com as outras duas elites que atuaram nos períodos de 1930-1937 e 1937-1945.

A herança e o legado familiar que teve mais proeminência na elite política que atuou no período de 1945-1947 foi a dos familiares com tradição na atividade política. No entanto, queremos frisar a continuidade de parentes ligados à atividade militar e também à de estancieiro, mesmo que o maior o número fosse de pessoas ligadas à política. Porém, há a ocorrência de familiares ligados às atividades de trabalhador urbano – um integrante – e também de agricultor – dois integrantes, e esse é um indício de mudança, ainda que numericamente pouco expressivo.

No tocante à escolaridade, a elite política de 1945-1947 continuou apresentando um elevado número de casos de integrantes com curso superior, mas também é, dentre as três elites, a que se caracterizou pelo maior índice de pessoas que não tinham curso superior. Salientamos novamente que o número daqueles que não tinham curso superior no mesmo período é pouco significativo, mas também indica uma mudança.

No que concerne às atividades profissionais, houve uma queda acentuada dos proprietários rurais ou estancieiros da primeira para a terceira elite – 9,6% para 4,5%.

Também houve a entrada de representantes de trabalhadores urbanos, que só iriam surgir na terceira etapa, com um percentual de 4,5%.

Em relação ao local de nascimento, é também significativo que a região da Campanha não constou em primeiro lugar, como ocorreu na primeira e na segunda elites aqui analisadas. A região de que se originaram mais políticos na elite de 1945-1947 foi a que denominados de Capital/Metropolitana, sendo que a Campanha ficou em segundo, e a Colonial, que na primeira elite figurava em quinto lugar, passou para terceiro.

Outro dado relevante na elite política que atuou entre 1945-1947 é quanto ao critério geracional: em primeiro lugar a queda acentuada de pessoas nascidas até 1880, com um só representante, e um equilíbrio entre o grupo nascido entre 1881 e 1900, denominado de *maturidade*, com os nascidos após 1900, chamados de *juventude*. Essa mudança indica que a recomposição no poder político rio-grandense estava novamente ocorrendo, devido à queda significativa da geração *velhice* na elite política que atuou entre 1945-1947.

Com relação à participação nos partidos políticos e cargos públicos, tivemos uma continuidade com relação à elite que atuou durante o Estado Novo: com um elevado número de políticos que estavam iniciando a carreira. Característica essa que não ocorreu com a elite que atuou entre 1930 até 1937. Isso pode ser considerado um possível motivador da grande alteração que ocorreu a partir do Estado Novo, no que tange ao grupo que denominamos de elite política, ou seja, os que ocuparam cargos no executivo, legislativo e judiciário. Essa característica se manteve após o término do Estado Novo.

Já com relação à participação dos integrantes da elite política em entidades, tivemos a proeminência, em todas as três elites políticas, de uma maior participação em entidades com atividades de cunho cultural. Constatamos que a vinculação com as atividades culturais foi de grande preocupação das elites políticas rio-grandenses que atuaram de 1930 até 1947. No decorrer da nossa investigação, conseguimos comprovar a vinculação da elite política à formação da identidade regional vinculada ao *gauchismo*. Isso pode ser comprovado principalmente durante a vigência do Estado Novo, quando se iniciou um processo de nacionalização, principalmente dos grupos étnicos que haviam aportado ao Rio Grande do Sul em meados do século XIX até o século XX.

Além, é claro, de que a identidade rio-grandense seria reforçada a partir daí com a proliferação de entidades ditas “culturais” para cultivar a “tradição rio-grandense”.¹ Dados já analisados por George Oliven apontam para a proliferação de CTGs, tanto no estado, quanto também além de suas fronteiras.

Quanto à recomposição do poder político, vale ressaltar que ela voltava a ocorrer, mas não em cargos com posições dominantes. Esses eram garantidos para pessoas que tinham sido cooptadas durante a vigência do Estado Novo. Exemplo disso é o próprio interventor federal, Ernesto Rodrigues Dornelles, que acabou eleito senador pelo Rio Grande do Sul, em 1946. E, apesar da recomposição, o núcleo central continuou nas mãos de políticos que atuaram antes de 1937 ou que foram alçados na política durante a vigência do Estado Novo.

Essa característica leva a considerarmos o grau de conservadorismo da elite política rio-grandense. Havia diferenças entre republicanos e liberais, mas elas não poderiam colocar em risco a ascensão de pessoas vinculadas a outros projetos políticos. Se até a década de 1930 havia duas grandes forças eleitorais no estado – republicanos e liberais –, resultado da história republicana rio-grandense, a década de 1930 mostrou todas as possibilidades de perda de hegemonia do poder político por parte desses dois grupos, com a emergência de grupos tanto de direita quanto de esquerda, os quais poderiam colocar em risco a manutenção do poder.

No entanto, durante a vigência do Estado Novo, em âmbito estadual, seriam alijados do poder grupos que não pactuassem com a modernização conservadora imposta à nação brasileira. Esses grupos viriam a constituir pequenos partidos políticos – PRP, PCB, UDN –, ficando a hegemonia do poder político em duas grandes agremiações partidárias – PSD e PTB –, e são essas duas agremiações que iriam se enfrentar num grande teatro do poder,

¹ No decorrer da escritura desta pesquisa, me confronto com uma propaganda do governo do estado – representado por Germano Rigotto, que após a elevação de impostos, utiliza os meios de comunicação para realizar propaganda do Banrisul, a qual constitui novamente resgate da tradição. Numa das imagens está a bandeira rio-grandense, com uma pessoa montada em um cavalo no meio de uma avenida, onde aparece em meio a inúmeros automóveis. Essa propaganda começou a ser veiculada em abril de 2005, pela RBS TV. O que aparentemente seria de estranhar, pois Germano Rigotto é típico representante da elite política vinculada à região norte do Estado – sua cidade natal é Caxias do Sul. A partir da nossa pesquisa, acreditamos que se pode explicar essa vinculação da identidade regional a partir da recorrência do *gaúcho*. Se nos reportarmos ao governo estadual anterior – representando por Olívio Dutra –, constataremos que ele construiu sua imagem pública também em cima do mito do *gaúcho*, sendo que o seu bigode (um fio de bigode como símbolo de honestidade do gaúcho) foi um símbolo muito utilizado em sua propaganda política para ser eleito governador do estado. Existem afirmações de que se ele tivesse se recandidatado, possivelmente o PT poderia tê-lo eleito novamente governador do estado. Mas se isso tivesse acontecido, nós historiadores teríamos um novo e grande problema para investigar: a quebra de uma cultura política de que no executivo estadual, nunca ocorreu processo de reeleição pelo mesmo partido político.

levando os partidos de menor expressão eleitoral a se agregar ou ao PSD ou ao PTB. Tratava-se da volta do bi-partidarismo no Rio Grande do Sul. Era ainda a velha tática dos atores políticos de não perderem o poder, pois as alianças deveriam constituir-se em torno do PSD ou do PTB.²

Sobre a elite política brasileira e a revolução de 1930 até o golpe de 1937, argumentam Dulce Pandolfi e Mario Grynszpan:

Buscando trazer elementos de relativização deste tipo de abordagem, procuraremos discutir o período que se estendeu da Revolução de 1930 ao golpe de 1937, tendo como objetivo principal a compreensão da dinâmica de um processo que conduziu a um alijamento de importantes segmentos das elites civis e militares. Uma forte evidência deste processo de depuração é o fato de que, quando da instalação do Estado Novo, parcela expressiva dos atores vitoriosos em trinta, e que haviam assumido de imediato postos de comando encontrava-se marginalizada do poder. Longe de ser aleatória, no entanto, esta rotatividade se deu em função da própria *hierarquização dos objetivos programáticos do novo regime*.³

Devemos concordar com a afirmação desses autores, pois no Rio Grande do Sul tivemos o afastamento, pelo menos durante a vigência do Estado Novo, de alguns políticos significativos do poder, como: Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Raul Pilla, dentre outros. No entanto, a partir do processo de redemocratização, Flores da Cunha e Raul Pilla retornaram, embora não no centro das articulações do poder regional, pois eram críticos veementes da política implementada pelo governo de Getúlio Vargas. Essa retirada do centro do poder de políticos que passaram a se contrapor a toda política imposta à nação brasileira durante o Estado Novo é uma das formas de mudança significativa na elite política a partir de 1945 no Rio Grande do Sul.

Concordamos com a relativização proposta por Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan, que consideram ter transcorrido com conflitos a implementação do projeto de modernização que passou a ser adotado no país a partir da Revolução de 30, mesmo que sem alterações substantivas em termos de estrutura de classe e argumentam os autores:

² Sobre as elites brasileiras ver em BARROS, Alexandre de S. C. A formação das elites e a continuação da construção do Estado Nacional Brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 15, 1977, p. 101-121. Sobre o perfil das bancadas pessedistas e unidenistas na Constituinte de 1946 ver em MICELI, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983, Tomo III, p. 558-596. v. 3.

³ PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYBSZPAN, Mário. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, n. 9, 1997, p. 8.

Supor, entretanto, que a implantação de tal projeto se deu naturalmente, isto é, sem conflitos, é negar a complexidade de um processo regido pela ambição que tinham os diversos segmentos da sociedade de assegurar para si o controle da nova máquina de Estado que se montava. Supor, por isso mesmo, que a instalação do Estado Novo ocorreu de forma consensual é aceitar e incorporar o discurso dos atores vitoriosos em 1937. A fraca reação ao golpe deve ser vista, na verdade, não apenas como anuência ou cumplicidade, mas também como resultado de um bem-urdido esquema de desarticulação dos focos de resistência, esquema este que, de forma alguma, avançou sem interrupções ou contratempos.⁴

Já comentamos essa desarticulação do poder político no Rio Grande do Sul durante a vigência do Estado Novo, principalmente apoiado em Miguel Bodea, e, de fato, essas (des)articulações em nenhum momento foram deixadas de lado em relação às forças partidárias do estado, pelo contrário, foi montado um grande teatro, no qual os cargos eram divididos, levando-se em conta essas forças políticas.

Vamos citar mais uma afirmação de Pandolfi e Grynszpan:

Cabe ainda ressaltar que, se o golpe de dez de novembro de 1937 se voltou contra os setores extremistas e contra os agrupamentos oposicionistas, ele também atingiu aquelas elites situacionistas que, sem questionar a proposta vencedora em 1930, apenas se contrapuseram ao continuísmo de Vargas como a única solução para superar os impasses vividos pela Nação. Na verdade, o golpe representou mais um importante momento do processo de depuração das elites que se tornou perceptível a partir de trinta.⁵

No Rio Grande do Sul essa depuração foi temporária para alguns, enquanto que para outros políticos foi definitiva. Acreditamos que seria mais conveniente afirmar que ocorreu a interrupção, durante o Estado Novo, da circularidade do poder político. Vale destacar, a partir dos dados empíricos, que nessas duas eleições houve o ingresso de 81 políticos, os quais passaram a integrar pela primeira vez a elite política regional. A circularidade só volta a ocorrer a partir do momento em que se dão processos decisórios do poder político através de eleição – 1945 e 1947 –, na qual a população participa elegendo seus representantes, momento em que ela está temporariamente com o poder político.⁶

⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYBSZPAN, Mário. Op. cit., 1997, p. 8.

⁵ Id., *ibid.*, p. 22.

⁶ Letícia Bicalho Canêdo realizou um estudo de 11 políticos de Minas Gerais e 11 de São Paulo, que atuaram na década de 50, e constatou a partir dos dados “que a diferença entre os dois grupos de políticos advém do fato de os *mineiros*, sendo de famílias que carregam nomes do Império, terem tido um acesso mais fácil, automático, à carreira, enquanto os *paulistas* são de primeira geração, com exceção de Carvalho Pinto e Jânio Quadros. Os quadros podem, assim, servir para demonstrar a renovação da geração política *paulista*, após 1930, enquanto o grupo dos *mineiros* permaneceu bem ligado à tradição política das velhas famílias que detinham o poder.” Em nota de rodapé acrescenta a autora: “Por renovação de geração não estou me referindo à idade de entrada, e sim,

No segundo capítulo da pesquisa já conseguimos constatar que a disputa pelos cargos políticos foi intensa por parte da elite-governante e da não-governante. O que se visava de forma mais marcada eram os cargos mais altos da administração pública e política no estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a interventoria, as secretarias estaduais, o Departamento Administrativo de Estado, entre outros. Verificamos que a partir de 1937, quando ocorreu o golpe do Estado Novo, essas disputas sinalizaram a retirada de cena de alguns políticos, os quais acabaram se confrontando com o governo central. Com isso, houve a entrada de outros políticos, cooptados para que assumissem cargos na esfera estadual e ajudassem a imprimir um novo ritmo à máquina governamental.

Todas as mudanças que foram se realizando a partir da década de 1930 no plano sócio-econômico, político e cultural brasileiro acabaram gerando, durante a vigência do Estado Novo, uma elite mais homogênea e coesa, apontando a não ocorrência de circulação e substituição de elites. O que conseguimos detectar foram as mudanças de alguns políticos nos cargos.

Se levarmos em conta o processo eleitoral ocorrido antes de 1937 e após-1945, devemos considerar que o mesmo levou à formação de elites políticas mais heterogêneas e amplas, o que torna possível a hipótese da circulação e substituição das elites nesses períodos. É exatamente isso que ocorreu no período posterior ao Estado Novo. Ou seja, a manutenção de pessoas nos cargos-chave do poder político, as quais não colocavam em risco o projeto político implementado no Brasil pós-1930 e solidificado durante o Estado Novo.

Por isso acreditamos que a nossa pesquisa vem mostrar que só podemos entender o Estado Novo como período no qual são efetivadas as reformas que os políticos queriam em 1930, no Brasil. A opção pelo viés autoritário que se constituiu levou a um paternalismo em relação à população brasileira. E o pequeno ensaio que tivemos de alguns momentos de democracia, ainda que frágil, no período de 1930 até 1937, poderia fugir ao controle da elite política brasileira. A utilização do viés autoritário foi a forma de que os integrantes da elite política se utilizaram para que não perdessem o controle sobre os grupos sociais que até então não participavam do poder, mas que começavam a disputá-lo.

a novos líderes porta-vozes das novas aspirações e esperanças políticas.” (CANÊDO, Letícia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-Posições*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 3 (39), set./dez. 2002, p. 179).

No Rio Grande do Sul, palco de nossa pesquisa, pode-se demonstrar que profundas mudanças foram iniciadas nesse período no campo sócio-econômico; e no campo político efetivou-se uma negociação das elites pelo alto, ou uma negociação entre os grupos sociais que queriam o poder político, desde que as novas camadas sociais que lutavam por representação não colocassem em risco a distribuição do poder político.

A importância de se estudar o Estado Novo está em considerarmos que nesse período é que vai ser construída toda a base estrutural que virá a ser determinante na história política republicana brasileira pós-45. Quando se corre o risco de as elites políticas brasileiras perderem o poder político, elas utilizam-se de negociações entre si para que a estrutura do poder brasileiro não fosse invertida. Tal pode ser verificado também em 1964, quando a hegemonia do poder político é perdida e novamente se utiliza um longo período de ditadura, no qual é sufocada a possibilidade de profundas transformações da estrutura sócio-econômica brasileira.

Aspásia Camargo realiza uma análise intitulada *Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política*, na qual apresenta, dentre outras questões, a seguinte:

Não sendo uma revolução no sentido clássico [Revolução de 30], sobretudo porque não mobiliza de maneira autônoma classes subalternas, nem por isso deixam de ser relevantes e significativas as transformações que se desencadeiam no bojo desta **revolução das elites**. Ela recompõe pactos sociais e pautas de convivência, na medida em que se beneficia dos espaços vazios deixados pelo alijamento dos antigos quadros, de mentalidade mais rígida. Ao mesmo tempo enquadra, temporariamente isola, expurga, manipula os diversos segmentos da **elite** e da **contra-elite** que permanecerão em cena até os nossos dias.⁷

Citação essa que já apresentamos no início da nossa pesquisa e que voltamos a mencionar em virtude de nos ajudar a esclarecer as considerações finais do nosso trabalho, ou seja, um processo de depuração das elites políticas é o que conseguimos acompanhar em nossa investigação. Essa depuração foi necessária, em virtude de uma geração estar definitivamente ultrapassada para atuar na nova realidade nacional, e principalmente para o novo projeto econômico brasileiro e seus novos representantes.

Outro texto em que é discutida a *Revolução de 1930 e seu significado político* foi realizado por Luciano Martins. As observações centrais que propõe para suscitar debates são

⁷ CAMARGO, Aspásia. A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC*. Brasília: UnB, 1983, p. 15.

duas: o significado político da Revolução de 30, considerando-se as mudanças ocorridas no país e os interesses nela envolvidos; a natureza da relação, em 30, entre a questão econômica (expansão das atividades industriais) e a dimensão política (conflito em âmbito do Estado):

O essencial de tais observações talvez possa ser resumido através das duas proposições seguintes: a) a Revolução de 30 só se define e se “consuma” politicamente através do Estado Novo – o que abre espaço para questionar o caráter “liberal” ou “democrático” atribuído a ela enquanto processo; b) o conflito político-ideológico explicitado pela Revolução de 30 ou a ela subjacente tem fraca relação com a expansão industrial então em curso na sociedade – o que certamente dará margem a que se discuta o problema das relações entre a ordem econômica e a ordem política em situações de capitalismo tardio e dependente.⁸

Embora nossa investigação não tenha o foco centrado no plano da inserção econômica, não o desconsideramos, pois o Estado Novo é o momento no qual é definido no plano político a incorporação de novos atores, e outros são retirados de cena. Todas essas mudanças vão apresentar continuidades e descontinuidades, exatamente por acreditarmos – e os dados empíricos até aqui analisados demonstram isso – no caráter de *modernização conservadora* também no plano político.

Sobre a segunda questão – o conflito-ideológico subjacente à Revolução de 30 tem fraca relação com a expansão industrial em curso –, os nossos dados não foram coletados para esse tipo de análise. Mas percebemos que as mudanças das características que analisamos desses atores políticos – herança e legado familiar, escolaridade, profissão, local e ano de nascimento – levam a reforçar que as alterações ocorreram, mas não foram profundas, e sim indicativas de que se iniciavam mudanças.

Voltamos às afirmações de Luciano Martins, quando a título de conclusão afirma que a Revolução de 30 só se *consuma* politicamente com o Estado Novo, e continua:

(a) que é sob o Estado Novo que vão encontrar solução as três questões-chaves que afloram na década de 20 e que constituem a problemática política subjacente à Revolução de 30; (b) que não é um simples acidente histórico o fato de essas três questões, que poderiam ser designadas de **sistêmicas**, só encontrarem solução num contexto autoritário, mas ao contrário, que essa circunstância explicita um dado padrão de mudança social que se diferencia substancialmente dos modelos de transição capitalista de cunho “democrático”; (c) que é em função desse contexto não democrático de

⁸ MARTINS, Luciano. A revolução de 30 e seu significado político. In: *A revolução de 30*: seminário realizado pelo CPDOC. Brasília: UnB, 1983, p. 673.

transição social que deve ser examinado – e decodificado – o discurso liberal e democratizante dos revolucionários de 30.⁹

Sobre as três questões a que se refere, uma está ligada ao plano nacional: como assegurar a integração dos subsistemas regionais no sistema nacional, garantindo a conservação de estruturas de dominação e ao mesmo tempo mantendo a unidade nacional?

A segunda questão, importante para nossa investigação no plano regional, é:

Como organizar a representação política das elites (agrárias, urbanas, industriais, burocráticas etc.) de forma a fazer com que o processo de diferenciação natural de seus interesses fosse resolvido no âmbito do universo das elites e, simultaneamente, não pusesse em xeque a coalizão básica existente entre elas enquanto estrutura de dominação. Como se sabe, esse problema não será resolvido através do fortalecimento de um sistema de partidos, ou de outra forma de representação de interesses que implicasse em mobilização política ou no recurso ao voto eleitoral, como propunha o discurso dos revolucionários de 30, mas através da adoção, sob o Estado Novo, de formas “corporatistas” de representação de elites no aparelho do Estado e no sistema de decisões.¹⁰

Com base nessa análise, podemos averiguar o grau dos conflitos ocorridos entre o período de 1930 até 1937, o que demonstra que foi impossível realizar-se algum acordo, pois os interesses no plano interno regional eram muito díspares, além de ser necessário acomodar a oposição para que não atrapalhasse o processo de centralização política. O que ocorreu foi o alijamento dos políticos que não apoiavam essa idéia principal, o fim do projeto liberal para a política brasileira. Retirados esses opositores, restavam ainda os grupos de esquerda, e logo em seguida a extrema direita. Acabaram ficando no poder representantes de agremiações partidárias, desde que respeitassem o jogo da consolidação autoritária: a instalação do Estado Novo. E na medida em que esse é afirmado no plano nacional e regional é que a afirmação de Luciano Martins confirma nossa argumentação: as diferenças entre as elites deveriam ser resolvidas entre elas, e o modo encontrado para tal deu-se, durante a vigência do Estado Novo, de formas “corporatistas” de representantes no aparelho do Estado e no sistema de decisões. Ou seja, as diferenças foram resolvidas, na disputa pelos cargos, o que conseguimos comprovar na segunda parte de nossa pesquisa. Todas essas repartições do poder foram efetuadas entre a elite política, nisso deixada em aberto a possibilidade de entrada de novos integrantes no âmbito do legislativo, ficando, porém, no plano do executivo, restrito ao grupo que se manteve articulado ao poder, o qual denominamos a **elite da elite política**.

⁹ MARTINS, Luciano. Op. cit., 1983, p. 685.

¹⁰ Id., ibid., p. 686.

A terceira questão que Luciano Martins aponta e consideramos também de suma importância é:

Finalmente, a questão maior de como estruturar a dominação ao nível das cidades, em face da emergência de um proletariado em início de expansão e em face das novas formas de estratificação das “camadas médias”. Serão os controles e as práticas populistas estabelecidos e desenvolvidos pelo Estado Novo que, aliados à manutenção do coronelismo onde ele ainda fosse possível no campo, vão “resolver” essa questão maior. Acrescente-se: forjando as bases para a futura aliança política PTB-PSD de tanta importância na fase que vai do fim do Estado Novo ao advento da Revolução de 64.¹¹

Ou seja, manter onde fosse possível a antiga relação política para a manutenção de laços de dominação: o coronelismo. E onde essas práticas não funcionassem, inventar novas práticas para novos atores e um novo público: as novas camadas sociais urbanas oriundas das transformações que estavam em curso. No caso do Rio Grande do Sul, o Partido Trabalhista Brasileiro contava com a figura de Getúlio Vargas como mito político.

No Rio Grande do Sul não ocorreu a aliança entre o PTB e o PSD. No estado, esses partidos foram os núcleos centrais das disputas do poder, aliás, uma costura realizada nas primeiras eleições de 1945 e também de 1947, sendo que esta polarização colocaria os antigos rivais de 1937 definitivamente na periferia do poder político: o caso de Flores da Cunha, que continuou a atuar, mas não no centro das disputas políticas. Novamente no Rio Grande do Sul a política seria atípica se comparada ao mesmo período com outros estados brasileiros.

Mesmo que tenhamos relacionado textos sobre a Revolução de 1930, acreditamos que o Estado Novo é o momento crucial de solidificação das transformações no campo político, sem que ocorressem rupturas para as elites dominantes. Ou seja, foram retirados alguns integrantes, outros permaneceram, e novos atores surgiram, cooptados pelos políticos que estavam no poder. Estavam asseguradas pela elite governante transformações sob seu controle, de forma que não ocorressem rupturas. Daí a dificuldade de estudos nesse período histórico. Ao mesmo tempo com *mudanças*, mas sem *rupturas* ou com *continuidades e descontinuidades*.

¹¹ MARTINS, Luciano. Op. cit., 1983, p. 686.

Se esse era o projeto da elite política que foi articulada durante a vigência do Estado Novo, somente uma continuidade da pesquisa poderia avaliar até que ponto esse controle foi mantido no período posterior, o pós-1947, e daí pesquisas sobre os movimentos populares é que poderão fornecer respostas para novas perguntas.

Essa talvez uma das razões por que poucos se propõem a pesquisar sobre o Estado Novo sob a perspectiva política: devido à sua ambigüidade, ou seja, é considerado um período de significativas mudanças, e quando se faz uma investigação em detalhe, percebemos que há *mudanças*, mas também *continuidades*, mesmo que em torno de um objeto tão específico: **a elite política rio-grandense.**

FONTES

Bibliografia específica

ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-30)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ALGUNS PARECERES E VOTOS. Departamento Administrativo de Estado do RS - 1939/1945. Porto Alegre: Governo do RS. 5 volumes.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. A análise crítica da historiografia sul-rio-grandense: uma tarefa que se impõe. *Ciência e Letras*. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciência e Letras. Porto Alegre, n. 4, 1985. p. 129-134.

AMARAL, Sandra Maria do. *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí – 1938-1945*. Ijuí: Unijuí, 2003.

A REVOLUÇÃO DE 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: UnB, 1983.

BARROS, Alexandre de S. C. A formação das elites e a continuação da Construção do Estado Nacional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. 1977, n. 15. p. 101-121.

BORGES, Vavy Pacheco. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. *Horizontes*. Bragança Paulista, jan./dez. 2001. v. 19.

_____. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, set.91/ago.92, p. 7-18. v. 12.

BAKOS, Margareth Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentess*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: UnB, 1982.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984. v. 1, 2, 3 e 4.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997.

BERTOL, Silvana Fátima. *Quem faz caso de estudantes? Um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhistas*. Porto Alegre: PUCRS, 1993 (Dissertação em História).

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, borgismo e escândalos políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004 (Dissertação em História).

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Piracicaba/Campinas: Unimep/Unicamp, 2001.

BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução Carmen C. Varriale et al. 7. ed. Brasília: UnB, 1995. v. 1.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BORGES, Vavy P. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. *Horizontes*. Bragança Paulista, jan./dez. 2001. p. 4. v. 19.

BOTTOMORE, T.B.. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CALDERA, Alejandro Serrano. *Razão, direito e poder: reflexões sobre a democracia e a política*. Ijuí/São Leopoldo: Unijuí/Nova Harmonia, 2005.

CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FVG/CPDOC, 1999.

_____ et al. *O golpe silencioso: as origens da república corporativista*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

_____. A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC*. Brasília: UnB, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

_____. GOÉS, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMARGO, Dilan D'Ornellas. *Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. O Conselho Administrativo de Estado RS. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (Dissertação de Mestrado).

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 7. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.

CANÊDO, Letícia Bicalho. A produção genealógica e os modos de transmissão de um capital político familiar em Minas Gerais. *Brasil Genealógico*. Revista do Colégio Brasileiro de Genealogia. Rio de Janeiro: MIRGraph, n. 3, 2003, p. 9-37, tomo 4.

_____. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-posições*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 3 (39), set./dez. 2002. p. 169-198. v. 13.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *Forças armadas e política: 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1979.

CASTRO GOMES, Ângela Maria. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. (Coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 32, 2003. p. 125-144.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

CORTÉS, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1974.

DECCA, Edgar. Apresentação. In: BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antonio Chimango no limiar da velhice*. Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1930-1934. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (Dissertação em História).

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Objetiva, 2001. CD-ROM.

DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes. In: FAUSTO, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983. Tomo III. v. 3.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: o imaginário político n Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Bóris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983. Tomo III. v. 3.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 1992. p. 265-271. v. 5

FIGUEIREDO, Zélia Guareschi. *A invenção do RS: território e identidade na visão do IHGRS (1920-1937)*. Passo Fundo: Clio, 2002.

FRICKE, Ruth Marilda. *Observações sobre desemprego e qualificação entre os trabalhadores e as trabalhadoras de Campinas (SP/BR): um mundo real ou virtual?* Campinas/SP: Unicamp, 1999 (Tese de Doutorado).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS de 1803-1950*. Porto Alegre, 1986.

GAGLIETTI, Mauro José. *Os discursos de Dyonélio Machado e Raul Pilla: o político e suas múltiplas faces*. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (Tese de Doutorado).

GERTZ, René. *Educação e Saúde*. Manuscrito, 2005.

_____. O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 359 p.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

_____. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: WERNECK DA SILVA, José Luiz. (Org.) *O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. Intelectuais gaúchos pensam o Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, n. 1, 1984.

GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: cultura & ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada geração de 1907*. Porto Alegre: UFRGS, 1998 (Dissertação em Ciência Política).

GRYSNSPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Aspectos culturais e ideológicos da construção da regionalidade gaúcha. In: VERDUM, Roberto et al. (Orgs.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformações*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HEINZ, Flávio. Considerações acerca de uma História das Elites. Logos. *Revista de Divulgação Científica*. Canoas: ULBRA, n. 1, maio.1999, p. 41-52. v. 11.

_____. Do uso do Who's Who e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 10, jan./jun. 1999. p. 49-60.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *Fazer história*. 2. ed. São Paulo: Z. Bertrand/Novas Contribuições, 1989.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul (1945-1980)*. Ijuí: Unijuí, 1999.

- KONRAD, Gláucia V. R. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência*. Porto Alegre: PUCRS, 1994. 133 p. (Dissertação de Mestrado).
- LAUERHASS JÚNIOR, Ludwig. *Getulio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1986.
- LEITE, Ligia C. Moraes. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Ática, 1978.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In.: FERREIRA, M.; AMADI, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- _____. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LOPES, Edward. *A identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa*. São Paulo: USP, 1997.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LYRA, Pedro. *Sincretismo: a poesia da geração 60: introdução e antologia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- MARTINS, Luciano. A revolução de 30 e seu significado político. In: *A revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC*. Brasília: UnB, 1983.
- MESSENBURG, Débora. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- MICELI, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983. Tomo III. v. 3.
- MIGUEL, Amando de. *El poder da la palabra: lectura sociológica de los intelectuales en Estados Unidos*. Madrid: Tecnos, 1978.
- MÜLLER, Geraldo. A economia política Gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org). *RS: economia & política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- NEUMANN, Rosane Márcia. *Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor! As colônias germânicas e a Campanha da Nacionalização*. São Leopoldo: Unisinos, 2003 (Dissertação em História).
- NOGUEIRA, Rui. A boa governança de Maria Celina D'Araújo. *República*. São Paulo, jan. 2002. n. 63.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul 1945-1990*. Porto Alegre: UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1995.

OLIVEIRA, Lisandre M. de. *O preço da liberdade é a eterna vigilância: a UDN no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2000 (Dissertação em História).

OLIVEIRA, Lucia Lippe de et al. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEN, Ruben George. Fatores históricos da identidade do gaúcho. *Terra natal – Terra Nova*. Porto Alegre: EST, 2002.

_____. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____; GRYNSZPAN, Mário. Da revolução de 30 e o golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, n. 9, 1997. p. 7-23.

PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira: prosa de ficção de 1870 a 1920*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. *A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. 2 ed. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 1996.

_____. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair; DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: imigração & colonização*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. *RS: economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PETERSEN, Áurea Tomatis; PEDROSO, Elizabeth M.K.; ULRICH, Maria Alayde. *Política brasileira: regimes, partidos e grupos de pressão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PETRY, Andréa Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o BRASIL DO BRASILEIRO!...* Campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo: Unisinos, 2003 (Dissertação em História).

QUEIROZ, Francisco M. R. de. Revolução de 30 e a teoria das elites. In: *Textos Graduados*. Brasília: UnB, ano 2, n. 2, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Bóris. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1982. Tomo III. v. 1.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo: EDIUPF, n. 1, jun. 1999. v. 1.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 5 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *História*. São Paulo, 1996, p. 27-39. v. 15.

SEIDL, Ernesto. *A espada como "vocaçãõ": padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999 (Dissertação de Mestrado).

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.

SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*. 2. ed. São Paulo: Proposta, [s/d].

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getulio a Castelo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1969. p. 187-188.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1969. p. 187-188.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília: UnB, 1994. v. 2.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

_____; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

_____ et al. (Orgs.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária do RS. (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

_____. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/Porto Alegre: Difusão européia do Livro/UFRGS, 1974.

WERNECK DA SILVA, José Luiz (Org.). *O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. v. 2.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Bibliografia complementar

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república de 1930 a 1960*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: cultura & ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

BRUM, Argemiro Jacob. *Democracia e partidos políticos no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1988.

BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Héctor P. *Os métodos da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____; _____. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgar. *A terceira república (1937-1945)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1982.

DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Globo, 1997. v. 1 e 2.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos & heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERREIRA Filho, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FREITAS, Marcos César (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GERTZ, René E. (Org.). *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

_____. História política. *Logos – Revista de Divulgação Científica*. Canoas: ULBRA, n. 1, 1999, p. 13-23. v. 11.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coords.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002.

HEIZ, Flávio M. Região, patronato e política: apontamentos sobre a idéia de região nas políticas do patronato rural brasileiro, 1945-1967. In: *História Tendências e Debates*. Passo Fundo, n. 1, 2002. v. 1.

IGLESIAS, Francisco. *A trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MERGEL, Thomas. Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política. In: *Geschichte und Gesellschaft*. Tradução de René E. Gertz. Göttingen, Alemanha: Vandenhoeck & Ruprecht, ano 28, n. 4, 2002. p. 574-606.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP; Ed. 34, 2000.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1982.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Documentos de Arquivo

Correspondências recebidas pelas autoridades estaduais – 1937/1945 – AHRGS.

Correspondências recebidas pelas autoridades estaduais – 1937-1945 – APERS.

Jornais e Revistas

JORNAL CORREIO SERRANO – 1930-1945.

JORNAL CORREIO DE POVO – 1937-1947.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Revista trimestral. Porto Alegre: Livraria do Globo, n. 1 e 2, jun. 1945.

REVISTA MUSEU JULIO DE CASTILHOS E ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DO RS. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, ano I, jan. 1952, n. 1.

Páginas INTERNET

BERGAMINI, Ricardo. *Brasil – século XX – população*. [on line] Disponível em: <<http://www.samauma.com.br/samauma/rb004brasilseculoxxpopulacao.htm>>. Acesso em: 05 set. 2004.

VERBETE DE GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 5 mar. 2004. p. 54.

Locais de Pesquisa

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS. Porto Alegre, RS.

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho. Porto Alegre, RS.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. Porto Alegre, RS.

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques da Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS – UNIJUÍ/FIDENE. Ijuí, RS.

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica. Porto Alegre, RS.

Biblioteca da Casa Civil. Porto Alegre, RS.

Divisão de Biblioteca e Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Museu Antropológico Diretor Pestana – FIDENE. Ijuí, RS.

Museu da Comunicação Social Hypolito José da Costa. Porto Alegre, RS.

Núcleo de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – NUPERGS/UFRGS. Porto Alegre, RS.

ANEXOS¹

¹ As fontes utilizadas para a elaboração dos quadros estão relacionadas no final dos anexos.

Anexo I
Quadro de Integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul (1930-1937)

Cargos: Presidente/Governador/Interventor, Vice-Presidente/Vice-governador, Secretário do Interior e Justiça, Secretário da Fazenda, Secretário da Educação e Saúde Pública, Secretário das Obras Públicas, Presidentes do Tribunal de Justiça/RS, Chefe de Polícia, Deputados Estaduais, Deputados na Câmara Federal e Senadores.

Nome, Nascimento/local, Falecimento/local	Filiação	Escolaridade	Profissões	Função política	Part. Polít.	Observações
Adalberto Correa				Deputado Federal 1935/1937	PRL	
Adolfo Pena				Constituinte estadual 1935 Deputado estadual 1935/1937	PRL	
Adolpho Luiz Dupont				Constituinte estadual 1935 Deputado estadual 1935/1937	PRR	
Adroaldo Mesquita da Costa 09/07/1894-Taquari 12/12/1985-Taquari	Antonio Porfírio da Costa (pai) Alzira Mesquita da Costa (mãe) Ceci Leite Costa (esposa)	Bacharel em Direito – Porto Alegre	Funcionário público	Constituinte Federal 1934 Constituinte estadual 1935 Deputado estadual 1935/1937 Membro do Conselho Administrativo do Estado a partir de 30.05.1945 Deputado Federal 18/09/1946-14/11/1947 Ministro da Justiça 14/11/1947-09/02/1950	PRR FUG PSD	Sócio fundador do IHGRS. Sócio fundador do Instituto dos Advogados do RS. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Social em São Paulo. Ajudou na fundação da VARIG. Quando ficou viúvo passou a ser integrante da Ordem primeira dos Irmãos Menores de São

						Francisco de Assis – Seminário em São Francisco de Assis. Integrante da elite política de 1937/1945 e 1945/1947.
Agenor Barcellos Feio				Chefe de Polícia Julho/1932-Out./1932		
Alberto de Araújo Cunha				Deputado Federal 1935/1937	PL FUG	
Alberto de Brito 05/05/1893-PoA 28/04/1940-PoA		Direito	Advogado	Constituinte estadual 1935 Deputado estadual 1935/1937	PRL	
Alexandre Martins da Rosa 05/08/1891-São Borja 26/07/1975-Porto Alegre	Candido José da Rosa (pai) Alexandrina Martins da Rosa (mãe) Dinah Coimbra (esposa)	Engenharia	Professor universitário	Deputado estadual 1935/1937 Prefeito de Porto Alegre	RC	Presidente da Federação Rio-grandense de futebol
Alfredo Soares do Nascimento				Assembléia dos representantes 1929/1930	PRR	
Álvaro Baptista 11/11/1858-São Borja 11/08/1933-Rio de Janeiro	Felisberto Batista da Costa (pai) Henriqueta de Sá Batista (mãe) Felisberta do Amaral Martins (esposa)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1882)	Médico	Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda no RS 1908/1909 Deputado Estadual 1913/1914 Deputado Federal 1915 Deputado Federal 1927/1929	PRR	Fundou a Sociedade Amparo Mutuo dos Empregados Civil e Militares, estaduais e municipais.
Aníbal Di Primio Beck 22/12/1902-Santa Maria	Oswaldo Frederico Beck (pai) Luísa de Primio Beck (mãe) Marta Py da Cunha Beck (esposa)	Primário no Colégio Ancarauí-Santa Maria Ginásio Nossa Senhora do Rosário em Porto	Empresário	Conselheiro Municipal em Porto Alegre Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio 13/11/1936-17/10/1937.		

		Alegre Faculdade de Direito de Porto Alegre				
Annibal Falcão de Barros Cassal 11/04/1894-Porto Alegre	João de Barros Cassal (pai), Silvia Falcão de Barros Cassal (mãe) Armando e Alcides Falcão de Barros Cassal (irmãos)	Colégio Rio-grandense Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	Jornalista Diretor da Imprensa Nacional-1931 Trabalhou no Estado de São Paulo e colaborou para o Correio a Manhã no RJ e A Tarde em Poá	Deputado Federal 1935/1937	PF PL FUG	
Antenor Barcellos de Amorin				Constituinte estadual 1935 Deputado estadual 1935/1937	PRL	
Antero Moreira Leivas 05/10/1899-Pelotas	Antero Vitoriano Leivas (pai) Corina Moreira Leivas (mãe) Nina Nunes Leivas (esposa)	Faculdade de Direito - Rio de Janeiro	Advogado	Assembléia dos Representantes 1929/1930 Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946-30/01/1951	PRR PSD	Integrante da elite política de 1945/1947
Antonio Augusto Borges de Medeiros 19/11/1863- Caçapava do Sul 25/04/1961-Porto Alegre	Augusto César de Medeiros (pai-desembargador) Miquelina de Lima Borges de Medeiros(mãe) Carlinda Gonçalves Borges (esposa)	Faculdade de Direito - São Paulo e Faculdade de Direito – Recife	Proprietário rural	Deputado Federal 1890/1892 Presidente do Estado do RS. 1898/1907 1913/1917 1918/1922 1923/1927 Deputado Federal 1935/1937	PRR FUG	

Antonio Augusto de Assumpção Junior				Deputado estadual 1935/1937	PRL	
Antonio Carlos Peñafiel 31/01/1883-Porto Alegre 29/06/1960-Rio de Janeiro	Conrado Álvaro Campos Pañafiel (pai) Antonio Peñafiel (mãe) Julio de Castilhos (sogro)	Faculdade de Medicina - Rio de Janeiro	Médico	Deputado Estadual 1915/1920 Deputado Federal 1921/1923 1927/1929	PRR	Fundador e diretor do jornal <i>O Diário</i> 1911 Diretor d'A <i>Federação</i> 1915 Membro da Sociedade Psiquiatra e Medicina Legal no Rio de Janeiro
Antonio Gageiro Filho				Deputado estadual 1935/1937	RC	
Antonio Jacob Renner 07/05/1884-São Sebastião do Caí 27/12/1966-Porto Alegre	Jacob Renner (pai) Clara Fetter (mãe) Mathilde Trein (esposa)		Empresário	Deputado estadual 1935/1937	RC	
Antonio Marinho Loureiro Chaves 11/02/1870-Triunfo		Faculdade de Direito - Porto Alegre	Advogado	Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	Redator d'A <i>Federação</i> , e da <i>Gazeta do Foro</i> 1902
Antonio Xavier da Rocha 19/09/1901-Santa Maria	Tenente Coronel Justo José da Rocha (pai) Joanna Xavier da Rocha (mãe)	Faculdade de Medicina - Porto Alegre	Médico	Intendente em São Vicente 1928 Constituinte Estadual 1935 Deputado estadual 1935/1937	PRL	
Argemiro Dornelles 03/01/1887-Encruzilhada		Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo-1903	Militar 1912/1942	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Ariosto Pinto de Araújo Correia XX/XX/1888-Pelotas 23/11/1968-	Alfredo Pinto de Araújo Correia (pai) Frederica Pinto de Araújo Correia (mãe) Julieta Santayana Saibro Pinto (esposa)	Faculdade de Direito - Porto Alegre Faculdade de Direito - Recife	Funcionário público	Deputado Estadual 1921/1924 1925/1926 Deputado Federal 1927/1930	PRR	

Armando Fay de Azevedo 15/12/1906-Porto Alegre		Faculdade de Direito – Porto Alegre	Advogado	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PL FUG	
Armando Vitorino Prates			Advogado	Intendente em São Vicente Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
Arnaldo Faria 07/11/1892-Bagé 30/03/1964-		Faculdade de Direito	Advogado	Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
Augusto Gonçalves de Souza Junior 04/11/1896-Porto Alegre 14/12/1945-Porto Alegre	Augusto Gonçalves de Souza (pai)		Jornalista	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Augusto Simões Lopes 15/07/1880-Pelotas 15/10/1941-Rio de Janeiro	João Simões Lopes (pai-coronel, estancieiro e presidente da província do RS - 1871) Zeferina Antonia da Luz Lopes (mãe) Ildfonso Simões Lopes (irmão-ministro da Agricultura- 1919/1921, deputado federal pelo RS- 1922/1930). Hilda Campelo Duarte Simões Lopes (esposa)	Faculdade de Direito de São Paulo transferindo-se para o Rio Janeiro onde se formou.	Advocacia	Intendente em Pelotas 1924/1928 Prefeito de Pelotas 1932/1933 Constituinte Federal 1933/1934 Senador 1935/1937	PRR PRL	

Aurélio de Lima Py Filho 10/02/1882-Bagé 28/08/1949-Porto Alegre	Aurélio de Lima Py (pai) Florência Lucas de Lima Py (mãe)	Faculdade de Medicina – Rio de Janeiro	Professor universitário	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRR PRL	
Benjamin Dornelles Vargas 22/10/1897-São Borja 26/03/1973-Rio de Janeiro	Manuel do Nascimento Vargas (pai-general) Cândida Dornelles Vargas (mãe) Getúlio Vargas (irmão-político) Espártaco Dornelles Vargas (irmão-oficial de gabinete Governo Getúlio Vargas) Protásio Vargas (irmão-intendente municipal, deputado estadual-PRL) Lutero Vargas (sobrinho-deputado federal pelo DF-1951-1959-PTB) Ondina Correia Vargas (esposa) Leonor Carneiro Leão (2ª esposa)		Funcionário público	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRR PRL	
Bento Soeiro de Souza				Assembléia dos Representantes 1929/1930	PL	
Camilo Martins Costa		Faculdade de Direito	Advogado	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Membro do Conselho	PRR FUG	Integrante da elite política de 1937-1945

				Administrativo do Estado – 24/10/1943-maio/1945		
Carlos Barbosa Gonçalves 08/04/1851-Pelotas 23/09/1933-Jaguarão	Major Antonio Gonçalves da Silva (pai-militar) Maria da Conceição Barbosa Gonçalves (mãe) Carolina Cardoso Brum (esposa)	Colégio D. Pedro II - Rio Janeiro Faculdade de Medicina - Rio de Janeiro Especialização no Hospital Necker e Val-de-Grâce - Paris	Médico	Conselheiro Municipal em São Borja 1883 Deputado Estadual Constituinte 1891/1907 Governador do RS– 1908/1913 Senador 1920/1926 1927/1930		
Carlos Cavalcante Mangabeira				Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
Carlos Heitor de Azevedo				Secretario da Fazenda Outubro/1932-02/02/1936		
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos 24/04/1873-São Jerônimo 02/01/1960-Rio de Janeiro	Acelino do Carmo Pereira dos Santos (pai) Rita de Cássia Pereira dos Santos (mãe) Rosa Neves (esposa- espanhola)	Curso de Humanidades – Porto Alegre Faculdade de Direito - Ouro Preto e depois em Belo Horizonte Estudos na Europa -1913	Funcionário público	Deputado Federal 1911/1912 1912/1914 Integrou a Pasta da Justiça e Negócios Interiores Novembro-1914/1918 Deputado Federal 1918/1920 1921/1923 Consultor Geral da República 1932/1933 Constituinte Federal 1934 Procurador Geral da República 1935/1936 Ministro do Supremo Tribunal Federal Abril/1936-junho/1941	PRR PRL	
Carlos da Silva Santos	Manuel Romão Conceição dos Santos	Faculdade de Direito	Funcionário público	Deputado Estadual 1935/1937	RC	

09/12/1904-Rio Grande	(pai) Saturnina Bibiana da Silva Santos (mãe) Julieta Bolleto Santos (esposa)					
Carlos Soares Bento				Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
Cipriano da Costa Ferreira XX/XX/1861-Santana do Livramento	Cypriano da Costa Ferreira (pai) Maria Aldina Ferreira (mãe)	Escola Militar 1884	Militar	Assembléia dos Representantes 1929/1930 Interventor no estado do Mato Grosso	PRR	
Darcy Pereira de Azambuja 26/08/1903 Encruzilhada 13/02/1970-Porto Alegre	Inácio Soares de Azambuja (pai) Maria José Pereira de Azambuja (mãe)	Faculdade de Direito – Porto Alegre	Professor universitário 1933/1950	Governador 06/05/1936-23/09/1936. Presidente do Secretariado 02/02/1936-17/10/1937. Secretario do Interior e Justiça 1935-17/10/1937	PRR PRL	Diretor do <i>Jornal da Manhã</i> Integrou a Academia Sul Rio-grandense e o IHRGS
Dario Centeno Crespo			Funcionário público	Chefe de Polícia Out/1932-17/10/1937 Assembléia dos Representantes 1929/1930 Deputado Federal 1935/1937	PL PRL	
Décio Martins Costa				Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PL FUG	
Demetrio Mercio Xavier 25/03/1893-Dom Pedrito	José Xavier Demetrio (avô paterno-chefe político na fronteira do RS.-PL)	Faculdade de Direito - Rio de Janeiro	Proprietário rural	Deputado Estadual 1924/1926 Subchefe de polícia na fronteira-1932	PL PRL	

09/09/1955-Rio de Janeiro	Camilo Mércio Pereira (avô materno-brigadeiros-chefe político na fronteira do RS-PL) Demétrio Cândido Xavier (pai) Delfina Mércio Xavier(mãe) Germina Camargo Xavier (esposa)			Prefeito de Dom Pedrito 1932 Constituinte Federal 1934 Deputado Federal 1935/1937		
Edgar Luis Schneider 05/03/1893-Porto Alegre 05/04/1963-Porto Alegre	João Adão Schneider (pai) Maria Madalena Schneider (mãe) Carolina Schell Loureiro Lima (esposa)	Escola Superior do Comércio – Porto Alegre 1914 Faculdade de Direito - Rio de Janeiro - 1920	Professor universitário	Assembléia dos Representantes 1929/1930 Secretário das Obras Públicas 1930/1932 Constituinte Est. 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Deputado Estadual 03/03/1947-jan./1951	PL FUG PL	Redator <i>Correio do Povo</i> Membro: Academia de Letras do RS; IHRGS; Academia Sul Rio-grandense de Letras e do Instituto dos Advogados do RS. Integrante da elite política de 1945/1947.
Espiridião de Lima Medeiros 14/12/1879-Paraíba xx/xx/1955		Faculdade de Direito – 1902	Presidente do Tribunal de Justiça/RS 1936/1937			
Euclides Minuano Freitas de Moura 26/01/1893-Porto Alegre 16/09/1965-Rio de Janeiro		Faculdade de Direito	Advogado	Assembléia dos Representantes 1929/1930 Constituinte Federal 1934	PL FUG	
Favorino de Freitas Mercio				Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRL	

Firmino Paim Filho 15/12/1884 – São Sebastião do Caí 11/02/1971-Porto Alegre	Firmino Paim (pai- coronel) Francisca Acauan Paim (mãe) Avelino Paim de Souza (tio-coronel de Vacaria) Cândida Alves Paim (esposa)	Faculdade de Direito - Porto Alegre	Proprietário rural	Conselheiro Municipal Intendente de Vacaria 1909/1912 Deputado Estadual 1909/1913 Diretor Geral da Secretaria do Interior e Exterior-RS. Chefe da Casa Civil no RS. 1913/1915 Chefe de Polícia do estado do RS. 1916/1918 Deputado Estadual 1918/1922 Deputado Federal 1924 Deputado Federal 1927/1928 Secretário da Fazenda 25/01/1928-28/11/1930. Senador 1930 Constituinte Estadual 1935 Deputado Federal 1935/1937	PRR FUG	
Firmino Soares de Oliveira 05/01/1876-Goiás	Bernardo Soares de Oliveira (pai) Lucília Estrazulas de Oliveira (mãe)	Escola Militar	Militar	Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
Florêncio Carlos de Abreu e Silva 13/01/1882-Rio de Janeiro 24/02/1969-Rio de	Florêncio Carlos de Abreu e Silva (pai) Gonçalina Moura de Abreu e Silva (mãe)	Faculdade de Direito – Porto Alegre e Rio de Janeiro – 1904	Funcionário público	Chefe de Polícia 25/01/1928-28/11/1930- Julho/1932.		Redator da Gazeta do Comércio de Porto Alegre; fundador da Revista do IHGRGS; fundador da Revista do

Janeiro						Arquivo Público (ambas em Porto Alegre - 1922); Membro da Academia Sul Rio-grandense de Letras; Presidente do IHGRGS.
Flory de Azevedo				Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
Francisco Antunes Maciel Júnior 04/05/1881-Pelotas 01/11/1966-Rio de Janeiro	Francisco Antunes Maciel (pai-deputado-geral-1881/1889, ministro do império-1881; integrou o PL e depois chefe do Partido Federalista; exilado e deputado federal-1906/1911) Francisca de Castro Moreira Maciel (mãe) Artur Antunes Maciel (irmão-interventor em Mato Gross-1931/1932) Emília Antunes Maciel (esposa)	Faculdade de Direito - São Paulo e Rio de Janeiro	Funcionário Público	Deputado Federal 1915/1917 1921/1923 1924/1926 1930 Secretario da Fazenda 28/11/1930- Outubro/1932. Ministro d Justiça 1932-julho/1934	PF PL	
Francisco da Cunha Correia 16/03/1896-Quaray	Coronel Miguel da Cunha Correa (pai) Josephina da Cunha Correa (mãe) Emilia Godinho Correa (esposa)	Faculdade de Direito - Rio de Janeiro	Funcionário público	Conselheiro Municipal - Quaray Intendente em Quaray - 1928 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Francisco Flores da Cunha 23/05/1875-	Miguel Luis da Cunha (pai) Evarista Flores da		Pecuarista	Prefeito em Quaray – 1900/1904 Deputado Estadual – 1906/1924	PRR PRL	Membro do Instituto Genealógico do RS e São Paulo

Livramento 11/05/1964	Cunha (mãe) José Antonio Flores da Cunha (irmão)			Deputado federal 1930 Senador 1935/1937		
Francisco de Souza Ribeiro Dantas		Faculdade de Direito - Porto Alegre	Funcionário público Desembargador do superior Tribunal do Estado	Assembléia dos Representantes 1924/1927 1928/1930	PRR	
Francisco Rodolpho Simch 03/04/1877-Santa Cruz do Sul 15/10/1937-Porto Alegre	Francisco José Simch (pai) Ema Wild Simch (mãe)	Faculdade de Direito – Porto Alegre	Funcionário público	Secretário de Obras Públicas Julho/1932-02/02/1936		Membro do IHGRGS
Frederico Carlos Gomes				Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
Frederico João Wolfenbüttel 18/12/1875-São Leopoldo	Henrique Wolfenbuttel (pai) Augusta Wolfenbuttel (mãe) Augusta Blauth (esposa)	Faculdade de Medicina - Rio de Janeiro	Médico	Constituinte Federal 1934 Deputado Federal 1935/1937	PRL	
Gaspar Saldanha 14/03/1888- Livramento 02/08/1962-Rio de Janeiro	João Alves Saldanha (pai) Maria Abrelina Santana Saldanha (mãe) Jeni Jobim Saldanha (esposa)	Faculdade de Direito - Porto Alegre	Funcionário público	Deputado Estadual 1917/1920 Deputado Estadual 1920/1924 Constituinte Federal 1934 Deputado Federal 1934/1935	PF PRL	
Gastão de Brito 05/04/1893-Porto Alegre	Sebastião de Brito (pai) Irmã Luisa de Brito	Ginásio Anchieta	Empresário	Constituinte Federal 1934 Deputado Federal 1935/1937	RC	

	(mãe) Éster de Brito (esposa)					
Getúlio Dornelles Vargas 19/01/1882-São Borja 24/08/1954-Rio de Janeiro	Manuel do Nascimento Vargas (pai) Cândida Dornelles Vargas (mãe) Darci Lima Sarmanho (esposa) Lutero Sarmanho Vargas (filho-deputado federal-1951-1959-Rio de Janeiro; deputado Constituinte-1961-Guanabara; Embaixador do Brasil em Honduras e México) Manuel Antônio Sarmanho Vargas (filho-prefeito de POA-1958-1960) Ernesto Dornelles (primo-interventor RS-1943-1945, deputado constituinte-1946, senador-1946/1951-RS; Governador do RS 1951/1955 e ministro da Agricultura 1956). Manuel do Nascimento Vargas	Estudos militares Faculdade de Direito - Porto Alegre	Advogado	Assembléia dos Representantes 1909/1912 1913-renunciou 1917/1920 1921/1922 Deputado Federal 1922/1924 1924/1926 Ministro da Fazenda Dezembro/1926-dezembro/1927 Presidente do Estado RS. 25/01/1928-11/10/1930. Presidente da República 1930/1945 Senador pelo RS 1946/1949	PRR PSD	Integrante da elite política de 1945-1947

	Neto (sobrinho-deputado federal-RJ-1946/1951) Além das gerações sobrinho netos seguirem a tradição da família na política.					
Glicério Alves de Oliveira 08/09/1893-Rio Pardo XX/02/1951-Cachoeira	Manuel Alves de Oliveira (pai-estancieiro-líder do PRR) Antonieta Pires Alves (mãe)	Direito	Funcionário público	Conselheiro Municipal em Cachoeira/RS 1923/1928 Assembléia dos Representantes/RS. 1929/1930 Deputado federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 1946-jan.1951	PRR FUG PSD	Integrante da elite política 1945/1947.
Heitor Annes Dias 19/07/1884-Cruz Alta 07/11/1943-Rio de Janeiro	Lucio Annes Dias (pai) Balbina Lopes dias (mãe) Carolina de Revoredo Annes Dias (esposa)	Colégio Conceição - São Leopoldo Faculdade de Medicina - Porto Alegre	Médico	Constituinte Federal 1934 Deputado Federal 1935/1937	PRL	
Henrique Pereira Netto				Secretário de Obras Públicas 02/02/1936-17/10/1937		
Hildebrando Westphalen 18/05/1889-RS	Alfredo Westphalen (pai) Adélia Neto de Matos (mãe) Otília Caroline Molz (esposa)		Médico	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Hippolyto Ribeiro Junior				Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
Homero Fleck				Deputado Estadual 1935/1937	RC	

<p>Ildefonso Simões Lopes 19/11/1866-Pelotas 04/12/1943-Rio de Janeiro</p>	<p>João Simões Lopes Filho (pai-presidente da província do RS-1871) Zeferina Antônia da Luz Simões Lopes(mãe) Ildefonso Simões Lopes (tio-deputado federal-1869/1872) Augusto Simões Lopes (irmão-deputado federal-1934 e senador-1935/1937) Ismael Simões Lopes (irmão-deputado estadual e jornalista) Clara de Sampaio (esposa-filha de político) Luis Simões Lopes (filho-organizador e presidente do DASP e fundador e presidente da Fundação Getúlio Vargas)</p>	<p>Escola Engenharia - Rio de Janeiro</p>	<p>Funcionário público</p>	<p>Deputado Estadual 1897/1904 Deputado federal 1906/1908 1913/1919 1922/1923 1924/1930 Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio 1919/1922</p>	<p>PRR PRL</p>	
<p>Ildefonso Simões Lopes Filho 25/11/1896-Pelotas 18/10/1940-Rio de Janeiro</p>	<p>Ildefonso Simões Lopes (pai-político) Clara Sampaio Simões Lopes (mãe)</p>	<p>Faculdade de Direito - Rio de Janeiro - 1920</p>	<p>Advogado</p>	<p>Assembléia dos Representantes 1925/1928 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937</p>	<p>PF PRL</p>	

Jaime da Costa Pereira 28/09/1887-Rio Grande	Henrique José Pereira Junior (pai) Judith da Costa Pereira (mãe)	Escola Militar	Militar	Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR PRL	
João Ascânio Moura Tubino 9/09/1895-Quaray	Dartagnam Batista Tubino (pai) Iria Leal de Moura Tubino(mãe) Éster Delgado Tubino (esposa)	Faculdade de Direito - Porto Alegre	Proprietário rural	Conselheiro Municipal de Quarai 1920 Intendente de Quarai 1924/1928 Assembléia dos Representantes 1929/1930 Prefeito de Quarai 1931/1933 Constituinte Federal 1934 Deputado Federal 1935/1937	PRR PRL	
João Baptista Luzardo 11/09/1892-Uruguaiana 01/01/1982-Porto Alegre	Severo Luzardo (pai-militar) Margarida Aspestéguy (mãe) Adelaide Inda Luzardo (esposa)	Faculdade de Medicina - Rio de Janeiro	Funcionário público	Deputado Federal 1924/1926 1927/1929 Deputado federal 1935/1937 Deputado Federal 1946 Reassumiu o cargo de Deputado federal maio/1947-junho1950.	PL FUG PSD	Integrante da elite política de 1945/1947
João Carlos Machado 16/02/1890-Santiago do Boqueirão 12/01/1960-RS.	João Francisco Machado(pai) Senhorinha Machado (mãe) Clélia G. Machado (esposa)	Faculdade de Direito - Rio de Janeiro	Professor universitário	Deputado Estadual 1929/1930 Secretario d Interior e Justiça Out./1932-1935 Deputado Federal 1935/1937	PRR PRL	
João de Oliveira Castro				Deputado Estadual 1935/1937	RC	
João Fanfa Ribas 01/04/1869-Porto	João Furtado Fanfa (pai)		Empresário	Constituinte Federal 1934	PRL	

Alegre 14/07/1955-Rio de Janeiro	Maria José da Silva Fanfa Ribas (mãe) Elvira Salazar Ribas (esposa) Etelvina Bidart Fanfa Ribas (2ª esposa)			Deputado Federal 1935/1937		
João Fernandes Moreira				Secretário das Obras Públicas 25/01/1928- 28/11/1930-julho/1932.		
João Neves da Fontoura 16/11/1887- Cachoeira do Sul 01/04/1963-Rio de Janeiro	Isidoro Neves da Fontoura (pai)	Faculdade de Direito – Porto Alegre	Advogado	Deputado Estadual 1921/1924 1925/1928 1928/1929 Intendente Municipal de Cachoeira do Sul Deputado Federal 1927/1929 1930 Vice-Presidente do RS 25/01/1928- 28/11/1930 Deputado Federal 05/02/1946-18/09/1946	PRR PSD	Membro da Academia Brasileira de Letras Integrante da elite política de 1945/1947
João Simplicio Alves de Carvalho 02/08/1868-Jaguarão 10/03/1942-Rio de Janeiro	Maria Basília da Rocha Carvalho (esposa)	Escola de Engenharia	Militar	Deputado Estadual 1901/1904 1905/1908 Deputado Federal 1908/1912 1912/1914 1915/1917 1918/1921 1921/1923 1924/1926 1927/1929 Secretário da Fazenda do RS-	PRR PRL	

				1930/1933 Constituinte Federal 1933/1934 Deputado Federal 1935/1937		
João Vespúcio de Abreu e Silva 02/12/1868-Porto Alegre 18/01/1945-Rio Janeiro	Florêncio Carlos de Abreu e Silva (pai)	Escola de Engenharia	Militar	Deputado Estadual 1900/1903 Deputado Estadual 1904/1908 Deputado Federal 1909/1912 Deputado Federal 1912/1915 Deputado Federal 1915/1918 Deputado Federal 1918/1920 Senador 1920/1923 1924/1930 Deputado Federal 1935/1937	PRR FUG	
Joaquim Francisco Assis Brasil 29/07/1857-São Gabriel 24/12/1938-Pinheiro Machado	Francisco de Assis Brasil(pai-estancieiro) Josefina de Assis Brasil(mãe) General Ptolomeu de Assis Brasil- (irmão-militar) Cecília Prates de Castilhos(esposa) Julio de Castilhos(cunhado) Lídia Ferreira	Ginásio do Colégio São Gabriel-1870 Colégio Taveira Júnior - Pelotas Colégio Gomes – Porto Alegre Faculdade de Direito - São Paulo – 1878	Proprietário rural	Embaixador 1890/1912 Deputado federal 1891 Deputado Federal 1927/1929 Ministro do Ministério da Agricultura 1930/1932 Deputado federal constituinte 1933/1934	PRR PRD PDN PL FUG	Colaborador <i>d'A Federação, A evolução e da Revista Federal.</i>

	Felício(2ª. esposa - 1898)					
Joaquim Luis Osório 12/09/1881-Pelotas xx/xx/1949-Pelotas	Fernando Luis Osório (pai) Ernestina Assunção Osório (mãe)	Faculdade de Direito - Rio de Janeiro – 1902 Academia de Comércio de Pelotas - 1913	Advogado	Deputado Estadual – 1905/1912 Deputado Federal 1912/1923 1927/1929	PRR	Membro do IHGRGS e da Academia de Letras do RS.
Joaquim Pedro Salgado Filho 02/07/1888-Porto Alegre 30/07/1950-São Francisco de Assis		Faculdade de Direito	Advogado	Ministro Interino da Educação e Saúde Pública – 1932 Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio – 1932/1935 Deputado Federal 1935/1937 Embaixador – 1938 Ministro do Superior Tribunal Militar - 1938/1941 Ministro da Aviação – 1941/1945 Senador 13/03/1947-30/07/1950.	RC PTB	
Joaquim Mauricio Cardoso 09/08/1888-Soledade 22/05/1938-Rio de Janeiro	Melquisedeque Matusalém Cardoso (pai-funcionário público) Eugênia Gralha Cardoso (mãe) Maria Guimarães Cardoso (esposa)	Faculdade de Faculdade de Direito - Porto Alegre	Advogado	Deputado Estadual 1913/1914 Assembléia dos Representantes 1929/1930 Ministro da Justiça 1931/1932 Constituinte Federal 1934 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Secretaria do Interior- 1937 Interventor interino do RS de 19.jan. até 04.mar/1938.	PRR FUG	Integrante da elite política de 1937/1945

				Secretário da Agricultura-1938 Secretaria Estadual da Justiça e da Segurança – 1937/1938		
José Antonio Flores da Cunha 05/03/1880-Santana do Livramento 04/11/1959-Santana do Livramento	José Antônio Martins(bisavô-militar) Miguel Luiz da Cunha (pai) Evarista Flores da Cunha (mãe) Francisco Flores da Cunha (irmão-deputado federal e senador/RS.) Irene Guerra (esposa)	Faculdade de Direito de São Paulo - 1898. Faculdade de Direito no Rio de Janeiro - 1902	Proprietário rural	Deputado Estadual 1909/1910 Deputado Federal pelo Ceará 1912/1915 Intendente provisório de Uruguaiana 1917/1918 Deputado federal 1918/1920 Intendente de Uruguaiana 1920/1924 Deputado Federal 1927/1928 Senador 1928/1930 Interventor 28/11/1930-15/04/1935 Governador 15/04/1935-17/10/1937 Deputado Federal 1946/1950	PRR PRL	Integrante da elite política de 1945-1947
José Barbosa Gonçalves			Engenheiro	Deputado Federal 1917/1930	PRR	
José Bertaso				Deputado Estadual 1935/1937	RC	
José de Vasconcellos Pinto				Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
José Loureiro da Silva 19/03/1902-Porto Alegre 03/06/1964-Porto Alegre	Mariano Barbosa da Silva (pai) Cecília Loureiro da Silva (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Funcionário público	Intendente em Taquara e Garibaldi – 1930 Prefeito em Gravataí e de Tapes – 1934 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual	PRL	Membro do Instituto dos Advogados do RS

				1935/1937 Prefeito em Porto Alegre - 1937/1943		
José Pereira Coelho de Souza 27/01/1898-Porto Alegre	Paulino Coelho de Souza (pai) Ana Eulália Barreto Pereira Coelho de Souza (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Professor	Secretário da Educação e Cultura -1937/1945 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Secretário Estadual de Educação e Saúde 1937-1945	PRL PL	Membro do IHGRGS e da Academia Sul Rio-grandense de Letras Integrante da elite de 1937/1945
Julio Vieira Diogo				Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Juvenal Saldanha				Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor 04/02/1890-São Leopoldo 21/09/1942-Rio de Janeiro	João Boekel (pai) Leopoldina Shreiner Boekel (mãe) Herminia de Sousa e Silva (esposa-filha do deputado paranaense Bartolomeu de Sousa e Silva e proprietário do jornal A Tribuna) Leda (filha-casou com Arnon de Melo, governador de Alagoas (1951-1956) e senador a partir de 1963 e reeleito em 1978). Lígia (filha-casou com José Jobim,	Primário em Setembrina e Barra do Ribeiro Seminário Presbiteriano em Rio Grande. Escola de Altos Estudos Sociais, Jurídicos e Econômicos-1916	Jornalista	Deputado Estadual 1921/1923 Deputado Federal 1923/1924 1923/1926 Deputado Federal 1927/1930 Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio 1930/1932 Secretário das Finanças 1936 Secretário da Fazenda 02/02/1936-13/11/1936	PRR PRC	

	embaixador do Brasil(1959-1973)). Fernando Collor de Melo (neto-político)					
Luis Francisco Guerra Blessmann 10/07/1891-Alegrete	Joao Blessmann (pai) Maria da Conceição Guerra Blesmann (mãe)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre - 1911	Médico	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRL	Membro da Sociedade Médica de Porto Alegre; Sociedade Médica do Rio de Janeiro; Conselho Nacional de Educação; e da Academia Militar Médica do Rio de Janeiro.
Luiz Mello Guimarães 18/10/1874-Rio Grande xx/xx/1952		Faculdade de Direito – 1897	Presidente do Tribunal de Justiça/RS 1935/1936			
Luis Pacheco Prates xx/xx/xxx-Quaray		Bacharel em Direito	Advogado	Assembléia dos Representantes 1929/1930	PL	
Luiz Soares dos Santos				Deputado Federal 1902/1917 Senador 1916/1920 1921/1929	PRR	
Manoel André da Rocha - 20/03/1860-Natal-RN-x/xx/1942		Bacharel em Direito - 1883	Presidente do Tribunal e Justiça-RS-1921/1935			
Mario Amaro da Silveira				Deputado Estadual 1935/1937	PL	
Moyses de Moraes Vellino 06/01/1902-Santa Maria	João Rodrigues Vellino (pai) Adagiza de Moraes Vellino (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1926	Funcionário público	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Vice-presidente do	PRL	Membro do IHGRGS; do Conselho Federal da Cultura do Rio de Janeiro 1967-1970; Academia Portuguesa de Cultura

				Departamento Administrativo de Estado - 1938/1945		Internacional. Integrante da elite de 1937/1945
Nicolau de Araújo Vergueiro 07/03/1882-Passo Fundo 16/03/1956-Passo Fundo	João Campos Vergueiro (pai-político) Carolina de Araújo Vergueiro (mãe) Jovita Leite Vergueiro (esposa)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	Médico	Prefeito de Passo Fundo 1921/1924 Deputado Federal 1930 1934/1937 Deputado Federal Constituinte 1946 Deputado Federal 1946/1951	PRR FUG PSD	Integrante da elite política – 1945/1947
Nicolau Marx 11/07/1881-Montenegro 21/09/1963-Porto Alegre	João Marx (pai) Maria Stein Marx (mãe)	Filosofia e Teologia no Seminário Episcopal de Porto Alegre	Padre	Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR PRL	Diretor da Imprensa Diocesana e do jornal <i>Estrela do Sul</i>
Nolasco Frazão de Lima				Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Olivério de Deus Vieira Filho 12/11/1891-Bagé 22/11/1941-Porto Alegre	Olivério de Deus Vieira (pai) Lídia Augusta Vieira (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1922	Funcionário público	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Membro do Departamento Administrativo de Estado – 1937/1940	PRR	Membro do Instituto dos Advogados do RS Integrante da elite de 1937/1945
Oscar da Costa Karnal				Intendente em Lajeado e Encantado Deputado Estadual 1935/1937 Janeiro/1951	PRL	Fundou o jornal <i>Alto Taquari</i> em Lajeado
Oswaldo Euclides de Sousa Aranha 15/02/1894-Alegrete 27/01/1960-Rio	Euclides de Sousa Aranha (pai-militar) Luísa de Freitas Vale Aranha (mãe)	Colégio Jesuíta de São Leopoldo Colégio Militar no Rio Janeiro	Advogado	Intendente em Alegrete 1925/1927 Deputado Federal 1927/1929	PRR	

Janeiro	Delminda Benvinda Gudolle (esposa)	Faculdade de Direito do Rio Janeiro École des Hautes Études Sociales em Sorbonne Faculdade de Direito do Rio Janeiro		Presidente do estado em substituição a Getúlio Vargas 11/10/1930-27/10/1930. Secretário do Interior e Justiça 25/01/1928-11/10/1930 Ministro da Justiça e Negócios Interiores 1930/1931 Ministro da Fazenda 1931/1934 Embaixador Brasileiro nos EUA- 1934/1937 Ministro das Relações Exteriores 1938/1944 Embaixador Brasileiro ONU – 1947		
Oswaldo Hampe 14/09/1890-São Jerônimo 05/05/1977-Antonio Prado			Médico	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Othelo Rodrigues Rosa 18/07/1889-Montenegro 04/12/1956-Porto Alegre	Bento Rodrigues Rosa (pai-político em Estrela) Maria Cecília de Leão Rosa (esposa)		Funcionário público	Membro do Conselho Municipal de Taquara Deputado Estadual 1929/1930 Secretário de Educação e Saúde Pública 02/02/1936-17/10/1937	PRR	Membro da Academia Sul Rio-grandense de Letras e do IHGRS
Paulino Fontoura				Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Paulo Germano Hasslocher 21/01/1891-Porto Alegre	Germano Hasslocher (pai-advogado) Paulina Ferras Hasslocher (mãe)	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	Funcionário público	Deputado Estadual 1927/1930	PRR	

29/05/1966-Rio de Janeiro	Laura Correia Hasslocher (esposa) Ivan Hasslocher (filho-diretor do Instituto Brasileiro de Ação Democrática-entidade anticomunista criada em 1959)					
Paulo Vaz Rache 02/07/1899-Rio Grande	José Eugênio Rache (pai) Dionísia Vaz Rache (mãe)	Faculdade Direito de Porto Alegre - 1920	Funcionário público	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Secretário da Fazenda 12/11/1936-17/10/1937	PRL	Membro do Instituto dos Advogados de Porto Alegre
Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara 18/07/1895-Porto Alegre 29/07/1979	Felisberto Fernandes Vergara (pai) Mercedes Espinosa Vergara (mãe) Osvaldo Vergara (irmão-deputado federal/RS-1947/1951) Luis Fernando Vergara (primo-secretário da presidência da República-1936/1945) Silvia Vilela Vergara (esposa)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Funcionário público	Constituinte Federal 1933/1934 Deputado Federal 1935/1937 Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946-30/01/1951 Procurador da República 1951/1954	PRR PRL PSD	Fundador e presidente do Instituto Brasileiro de Cultura e do Instituto de Ciência Política no Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados do RS. Diretor das revistas técnicas Direito Aplicado e Judiciário e Ciência Política. Diretor do jornal <i>A Época</i> em Porto Alegre. Crítico Literário no <i>Correio do Povo</i> ; Diretor d' <i>A Federação</i> – 1933/1935 Integrante da elite política de 1945/1947

Plínio de Castro Casado 30/09/1870-Porto Alegre 03/05/1964-Rio de Janeiro	Manuel Bento da Fontoura Casado (pai) Adelaide Barreto de Castro Casado (mãe)	Primário no Colégio Gomes e Sousa Lobo-Porto Alegre Ginásio no Seminário Episcopal de Porto Alegre Faculdade de Direito de São Paulo - 1892	Funcionário público	Deputado Federal 1897/1900 Deputado Federal 1922/1926 1927/1930 Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro 1930/1931 Ministro do S.Tribunal Federal 1931/1938 quando se aposentou compulsoriamente	PF PL FUG	
Protásio Dornelles Vargas Xx/xx/xxx-São Borja		Faculdade de Direito de São Paulo - 1886	Proprietário rural	Intendente municipal Assembléia dos Representantes 1929/1930	PRR	
Raul Jobim de Bittencourt 02/01/1902-Porto Alegre	Oscar Muniz Bittencourt (pai) Francisca Jobim Bittencourt (mãe)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	Médico	Deputado Estadual 1929/1930 Constituinte Federal 1934 Deputado Federal 1935/1937	PRR PRL	
Raul Pilla 20/01/1892-Porto Alegre 07/06/1973-Porto Alegre	José Pilla (pai) Jovina Zenani Pilla (mãe) Éster Olinto Pilla (esposa)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	Professor universitário	Constituinte Estadual 1935 Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio 02/02/1936-13/11/1936 Deputado Estadual 1935 e 1937 Deputado Federal 1946/1949	PF PL FUG PL	Fundou o <i>Diário de Notícias</i> em Porto Alegre Integrante da elite política de 1945/1947
Renato Rodrigues Barbosa 01/03/1885-Jaguarão 29/12/1965-Porto Alegre	João Rodrigues Barbosa (pai) Arminda Condessa Barbosa (mãe) Marta Nascimento (esposa)	Escola Brasileira de Porto Alegre Faculdade de Medicina de Porto Alegre	Médico	Constituinte Federal 1934 Deputado Federal 1935/1937	PRD PL PRL	Fundador e dirigente da revista <i>Hígia</i>

Roque Degrazia				Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937	PRL	
Sérgio Ulrich de Oliveira 11/05/1873- Uruguaiana	José Sergio de Oliveira (pai) Isolete de Lara Ulrich de Oliveira (mãe) Antonia Majo de Oliveira (esposa)		Advogado	Vice-intendente em Uruguaiana Deputado Estadual- 1904/1920 Secretário de Obras Públicas – Governo Borges de Medeiros Deputado Federal 1927/1930	PRR	
Silvio Faria Correa 27/08/1896-São Gabriel 02/11/1955-São Gabriel			Jornalista	Assembléia dos Representantes 1929/1930	PL	
Sinval Saldanha 03/10/1886- Caçapava do Sul 02/08/1963	Fidêncio José Saldanha (pai) Delfina Brites Saldanha (mãe) Antônio Augusto Borges de Medeiros (sogro)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Funcionário público	Vice-intendente de Porto Alegre 1928/1937 Presidente do Estado RS 27/10/1930-28/11/1930 Secretário do Interior e Justiça 28/11/1930-junho/1932	PRR FUG	
Thomaz Cirne Collares				Assembléia dos Representantes 1929/1930	PL	
Victor Russomano 12/10/1890 – Pelotas 20/09/1937-Caxias do Sul	Frederico Russomano (pai) Carmem Russomano (mãe) Elda Costa Russomano esposa)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	Professor	Conselheiro Municipal de Pelotas Constituinte Federal 1934 Deputado Federal 1935/1937	PRR FUG PRL	
Viriato Pereira Dutra 16/07/1891-São Borja	Florentino Pereira Dutra (pai) Perpétua da Rocha Dutra (mãe) Tarso Dutra	Faculdade de Medicina de Porto Alegre Curso de Aperfeiçoamento	Médico	Membro do Conselho municipal em Julio de Castilhos – 1928/1930 Constituinte Estadual 1935	PRL	Diretor do jornal <i>O popular</i> em Julio de Castilhos – 1917/1926 Integrante da elite política de 1937/1945.

	(sobrinho)	em Paris		Deputado Estadual 1935/1937 Secretário da Agricultura – 1937/1939		
Walter Só Jobim 26/08/1892-Santa Maria 17/02/1974-Porto Alegre	Labieno Jobim (pai- funcionário público) Alzira Só Jobim (mãe) Ana Niederauer Jobim (esposa)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Advogado	Deputado Federal 1935 Secretário das Obras Públicas 1937/1939 Secretário das Obras Públicas 1943/1945 Secretário do Interior e Justiça - 1946 Governador 1947/Jan.1951	PL FUG PSD	Diretor do jornal <i>Sul Brasil</i> em Santa Maria – 1927/1930 Membro da Academia Sul Rio-grandense de Letras Presidente da Cooperativa dos Empregados da UFRGS Integrante da elite política de 1937/1945 e 1945/1947

SIGLAS UTILIZADAS:

PRR: Partido Republicano Rio-grandense

PL: Partido Libertador

PRL: Partido Republicano Liberal

RC: Representação Classista

FUG: Frente Única Gaúcha

PRD: Partido Republicano Democrático

PRC – Partido Republicano Castilhistas

Total de Integrantes: 124

Integram outras elites : 18

Anexo II
Quadro de Integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul (1937-1945)

Cargos: Governador/Interventor, Vice-Presidente/Vice-governador, Secretário do Interior e Justiça, Secretário da Fazenda, Secretário da Educação e Saúde Pública, Secretário das Obras Públicas, Presidente do Tribunal de Justiça/RS, Chefe de Polícia, integrantes do Departamento Administrativo de Estado e posteriormente, após o Decreto-Lei 5.511, de 21 de maio de 1943 do Conselho Administrativo de Estado.

Nome, Nascimento/Local, Falecimento/Local	Filiação	Escolaridade	Profissões	Função política	Partido político	Observações
Adroaldo Mesquita da Costa 09/07/1894-Taquari 12/12/1985-Taquari	Antonio Porfírio da Costa (pai) Alzira Mesquita da Costa (mãe) Ceci Leite Costa (esposa)	Bacharel em Direito – Porto Alegre	Funcionário público	Constituinte Federal 1934 Constituinte estadual 1935 Deputado estadual 1935/1937 Membro do Conselho Administrativo do Estado a partir de 30.05.1945 Deputado Federal 18/09/1946-14/11/1947 Ministro da Justiça 14/11/1947-09/02/1950	PRR FUG PSD	Sócio fundador do IHGRS. Sócio fundador do Instituto dos Advogados do RS. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Social em São Paulo. Ajudou na fundação da VARIG. Quando ficou viúvo passou a ser integrante da Ordem primeira dos Irmãos Menores de São Francisco de Assis – Seminário em São Francisco de Assis. Integrante da elite política de 1930/1937 e 01945/1947.
Alberto Bortoluzzi Pasqualini 23/09/1901-Julio de Castilhos 03/06/1960-Rio de Janeiro	Alexandre Pasqualini (pai) Paula Pasqualini (mãe) Arlindo Pasqualini (irmão)	Faculdade de direito de Porto Alegre - 1929	Advogado	Vereador em Porto Alegre 1935/novembro-1937 Membro do Conselho Administrado do Estado de 1939/ 24.10.1943 Secretário Estadual da	PL PTB	Membro da União Social Brasileira

				Justiça e Segurança 1943/1944		
Antonio Brochado Rocha				Secretário Estadual de Educação 1945		
Antonio R. M. Leite				Secretário Estadual de Obras Públicas e Saneamento 1939/1943		
Arlindo Teixeira				Secretário do Conselho Administrativo do Estado – 1938/1945		
Ataliba de Figueiredo Paz 29/05/1893-Julio de Castilhos 22/08/1967-Canela		Escola de Engenharia em Porto Alegre- 1913	Professor	Secretario Estadual da Agricultura e Abastecimento 1939/1945 Deputado Estadual – 1947/1951	PTB	Integrante da elite política de 1945/1947
Bonaparte de Lima Costa				Secretário do Conselho Administrativo do Estado		
Camilo Martins Costa		Faculdade de Direito	Advogado	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Membro do Conselho Administrativo do Estado – 24/10/1943	PRR FUG	Integrante da elite política de 1930/1937
Camilo Teixeira Mércio				Membro do Conselho Administrativo do Estado 1939/1945		
Carlos Eurico Gomes				Membro do Conselho Administrativo do Estado 1939/1945		
Ernesto Rodrigues Dornelles	Ernesto Francisco Dornelles (general-	Colégio Militar de Porto Alegre	Militar	Chefe de Polícia de Minas Gerais	PSD	Integrante da elite política de 1945/1947

20/09/1897-São Borja 30/07/1964-Rio de Janeiro	pai) Amélia Rodrigues Dornelles (mãe) Getúlio Dornelles Vargas (político-primo) Fabíola Pinto Dornelles (esposa)	Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro		Interventor RS. 11/09/1943-01/11/1945 Senador 1946/1949		
Eurico Rodrigues Xx/xx/xxxx-Quaray	José Rodrigues (pai) André Puente (sogro)	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1926	Funcionário público	Intendente municipal em Uruguaiana Subsecretário do Governo do Estado do RS. Membro do Conselho Administrativo do Estado - novembro/ 1940-1946		Membro do IHGRS e do Instituto dos Advogados do RS.
Francisco Juruena 25/01/1910-Corumbá-MT	José da Silva Juruema (pai) Magdalena Juruema (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre – 1932	Funcionário público	Representante do Interventor junto ao Conselho Administrativo do Estado 1939/1945 Ministro do Tribunal de Contas do RS		Membro do Instituto Cultural Brasileiro-uruguaio e do Instituto de Cultura Hispânica
Gaston Englert 02/03/1895-Porto Alegre 08/11/1965	Luis Englert (político-pai) Malvina Issler (mãe) Maria Hildegard Kroeff (esposa)	Ginásio Anchieta de Porto Alegre	Empresário	Membro do Conselho Administrativo do Estado – 1939/1945 Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946-30/03/1947 Secretário Estadual da Fazenda do RS 31/03/1947-10/02/1950	PSD	Deputado mais votado nas eleições para deputado federal realizada em 02/12/1945 com 52.431 votos. Integrante da elite política de 1945/1947
Herófilo Carvalho de Azambuja 28/09/1899-Caxias	Armando Azambuja (pai-desembargador) Maria Virgília	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1923	Funcionário público	Intendente em Dom Pedrito – 1924/1928 Secretário Estadual da	PRR PSD	Integrante da elite política de 1945/1947.

do Sul Xx/xx/xxxx- PoAlegre	Carvalho de Azambuja (mãe) Rodolfina Machado de Azambuja (esposa)			Justiça 1943 Deputado Federal Constituinte suplente assumiu em 22/03/1946- 18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946-30/01/1951		
João Antônio Alves Nogueira				Secretário Estadual da Justiça e Segurança 1944/1945		
João da Costa Monteiro			Militar	Chefe da Polícia		
Joaquim Mauricio Cardoso 09/08/1888-Soledade 22/05/1938-Rio de Janeiro	Melquisedeque Musalém Cardoso (pai-funcionário público) Eugênia Gralha Cardoso (mãe) Maria Guimarães Cardoso (esposa)	Faculdade de Faculdade de Direito - Porto Alegre	Advogado	Deputado Estadual 1913/1914 Assemb.Representantes 1929/1930 Ministro da Justiça 1931/1932 Constituinte Federal 1934 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Secretaria do Interior- 1937 Interventor interino do RS de 19.jan. até 04.mar/1938. Secretário da Agricultura- 1938 Secretaria Estadual da Justiça e da Segurança – 1937/1938	PRR FUG	Integrante da elite política de 1930/1937

José Acióli Peixoto				Presidente do Conselho Administrativo do Estado 1939/1945		
José Bonifácio Paranhos Costa				Diretor do Departamento Estadual da Saúde 1938/1943		
José Pereira Coelho de Souza 27/01/1898-Porto Alegre	Paulino Coelho de Souza (pai) Ana Eulália Barreto Pereira Coelho de Souza (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Professor	Secretário da Educação e Cultura -1937/1945 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Secretário Estadual de Educação e Saúde 1937/1945	PRL PL	Membro do IHGRGS e da Academia Sul Rio-grandense de Letras Integrante da elite de 1930/1937
La Hire Guerra 12/10/1883-Santana do Livramento xx/xx/1966		Faculdade de Direito - 1907	Desembargador do Superior Tribunal do Estado - 1931 Presidente do Tribunal de Justiça/RS 1937/1945			Em 06/03/1931 promovido por merecimento – pela primeira vez aplicado na magistratura estadual – para o cargo de Desembargador do Superior Tribunal do Estado
Manoel de Cerqueira Daltro Filho 02/12/1882-Cachoeira-BA 19/01/1938-Porto Alegre	Manuel de Cerqueira Daltro (professor de Humanidades-pai) Cora Cerqueira Daltro(mãe) Odete Pereira de Cerqueira Daltro (esposa)	Escola de Aperfeiçoamento do Exército-Rio de Janeiro-1920 Centre de Perfectionnemente dès Spéciales de l'Infanterie de Sabres d'Olonne-França-1921. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais no R.Janeiro-1930	Militar	Interventor em São Paulo - 1933 Interventor no RS 19/10/1937-19/01/1938		Participou da fundação da Universidade do Paraná-1913

Miguel Ângelo Viana Tostes 23/08/1898-Taquari 23/07/1948-Rio de Janeiro	Manoel Orphelino Tostes (pai)	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1932	Funcionário público	Interventor substituto 04/03/1938-11/09/1938 Secretário do Interior Secretário Estadual da Justiça e Segurança 1938/1945		
Moyses de Moraes Vellinho 06/01/1902-Santa Maria	João Rodrigues Vellinho (pai) Adagiza de Moraes Vellinho (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1926	Funcionário público	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Vice-presidente do Departamento Administrativo de Estado - 1938/1945	PRL	Membro do IHGRGS; do Conselho Federal da Cultura do Rio de Janeiro 1967-1970; Academia Portuguesa de Cultura Internacional. Integrante da elite de 1930/1937
Olivério de Deus Vieira Filho 12/11/1891-Bagé 22/11/1941-Porto Alegre	Olivério de Deus Vieira (pai) Lídia Augusta Vieira (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1922	Funcionário público	Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Membro do Departamento Administrativo de Estado - 1937/1940	PRR	Membro do Instituto dos Advogados do RS Integrante da elite de 1930/1937
Oscar Carneiro da Fontoura 29/01/1900-Dom Pedrito 27/12/1977-PoAlegre			Proprietário rural	Secretario Estadual da Fazenda 1937/1945 1946 e 1947/1951 Deputado Estadual 03/03/1947-1951	PSD	Integrante da Elite política de 1945/1947
Oswaldo Cordeiro de Farias 16/08/1901-Jaguarão	Joaquim Barbosa Cordeiro de Faria (militar-pai) Corina Padilha Cordeiro de Farias (mãe) Avani Cordeiro de Farias (esposa)	Colégio Militar no Rio de Janeiro - 1911/1916 Escola Militar de Realengo Rio de Janeiro - 1919	Militar	Interventor 04/03/1938-11/09/1943		

Telmo Dias de Castro Vergara 18/10/1909-Porto Alegre 12/12/1967-Porto Alegre	Osvaldo Vergara (pai) Isabel Dias de Castro Vergara (mãe) Luis Vergara (tio) Pedro Vergara (tio)	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1931	Funcionário público	Consultor Técnico do Conselho Administrativo do Estado 1939/1945		Membro da Fundação Eduardo Guimarães em Porto Alegre
Viriato Pereira Dutra 16/07/1891-São Borja	Florentino Pereira Dutra (pai) Perpétua da Rocha Dutra (mãe) Tarso Dutra (sobrinho)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre Curso de Aperfeiçoamento em Paris	Médico	Membro do Conselho municipal em Julio de Castilhos – 1928/1930 Constituinte Estadual 1935 Deputado Estadual 1935/1937 Secretário da Agricultura – 1937/1939	PRL	Diretor do jornal <i>O popular</i> em Julio de Castilhos – 1917/1926 Integrante da elite política de 1930/1937
Walter Só Jobim 26/08/1892-Santa Maria 17/02/1974-Porto Alegre	Labieno Jobim (pai-funcionário público) Alzira Só Jobim (mãe) Ana Niederauer Jobim (esposa)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Advogado	Deputado Federal 1935 Secretário das Obras Públicas 1937/1939 Secretário das Obras Públicas 1943/1945 Secretário do Interior e Justiça - 1946 Governador 1947/Jan.1951	PL FUG PSD	Diretor do jornal <i>Sul Brasil</i> em Santa Maria – 1927/1930 Membro da Academia Sul Rio-grandense de Letras Presidente da Cooperativa dos Empregados da UFRGS Integrante da elite política de 1930/1937 e 1945/1947

Total de integrantes: 31

Integrante de outras elites: 13

Anexo III
Quadro de Integrantes da Elite Política do Rio Grande do Sul (1945-1947)

Cargos: Governador/Interventor, Vice-governador, Secretário do Interior e Justiça, Secretário da Fazenda, Secretário da Educação e Saúde Pública, Secretário das Obras Públicas, Presidente do Tribunal de Justiça/RS., Chefe de Polícia, Deputados Estaduais, Deputados na Câmara Federal e Senadores.

Nome, Nascimento/Local, Falecimento/Local	Filiação	Escolaridade	Profissões	Função política	Partido político	Observações
Abílio Fernandes XX/XX/1901- Pelotas	Filho de operários		Metalúrgico	Sindicalista no sindicato dos Metalúrgicos em Pelotas. Presidente da União sindical Pelotense Deputado Federal Constituinte Suplente assumiu em fevereiro e julho de 1946 Deputado Federal 23/09/1946- Janeiro/1948	PCB	
Adão Paulo Brum Vianna				Deputado Estadual 03/03/1947- janeiro/1951 Suplente	PTB	
Adroaldo Mesquita da Costa						Integrante da elite política de 1930/1937 e 1937/1945
Affonso de Assunção Vianna				Deputado Estadual 03/03/1947- janeiro/1951	PTB	

Albano José Wolkmer				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	
Álvaro Ribeiro Pereira				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
Américo Godoy Ilha 16/09/1905- Cachoeira do Sul	Irineu Ilha (pai) Hermínia Godoi Ilha (mãe) Zveda Godoi Ilha (esposa)	Seminário Provincial de São Leopoldo Faculdade de Direito de Pelotas	Advogado	Vereador Prefeito Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PRR PSD	
Antero Moreira Leivas 05/10/1899-Pelotas						Integrante da elite política de 1930/1937
Antonio Bittencourt de Azambuja 01/03/1890-RS.	Álvaro Soares de Azambuja (pai) Honorina Bittencourt de Azambuja (mãe) Laura Lima Azambuja (esposa)			Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946-30/01/1951	PSD	
Antônio José Campani				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	
Antônio Maria da Silva Filho				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PL	
Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto				Deputado Estadual 03/03/1947	PCB	
Aquiles Mincarone 03/05/1896-Bento Gonçalves	Domingues Mincarone (pai) Francelina de Sousa Mincarone (mãe) Carmen Mincarone (esposa)	Faculdade de Direito	Advogado	Vereador Vice-prefeito Prefeito-substituto Deputado Estadual 03/03/1947- janeiro/1951	PTB	

	Paulo Mincarone (filho-Deputado federal-1959/1964)					
Aristóteles Bayard Lucas de Lima 18/05/1906-São Borja	Vicente Lucas de Lima (pai) Matilde Martins de Lima (mãe) Ceci D'Arriaga Lima (esposa-neta de Manuel D'Arriaga presidente de Portugal)	Escola Militar de Realengo no Rio de Janeiro	militar	Prefeito de Uruguaiana 1945 Deputado Federal Constituinte 10/05/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946- 30/01/1951	PSD	Participou do Levante dos 18 do Forte, em 1922, tendo sido afastado do exército. Retornou ao exército em 1930
Arthur Fischer 27/08/1901- Venâncio Aires	Maximiliano Fischer (pai) Rosa Rocslar Fischer (mãe) Risoleta Cunha Fischer (esposa)	Faculdade de Direito de Porto Alegre-1935	Advogado	Deputado Federal Constituintes 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946- 30/01/1951	PTB	Fundador e presidente da União sul-brasileira de Cooperativas em Porto Alegre. Fundou Escola Técnica de Cooperativismo. Líder dos produtores agrícolas. Secretário-geral da sociedade União Popular do RS.
Artur de Souza Costa 26/05/1893-Pelotas 12/04/1957-Rio de	Manuel de Sousa Costa (pai) Maria Eulália de	Ginásio Gonzaga- Pelotas	Funcionário público	Ministro da Fazenda – 1934/1945 Deputado Federal	PSD	

Janeiro	Sousa Costa (mãe) Maria Câmara de Sousa Costa (esposa)			Constituinte 05/02/1946- 18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946 renunciou em 26/10/1950.		
Asterio de Mello				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	
Ataliba Figueiredo Paz						Integrante da elite política de 1937/1945.
Balbino Mascarenhas				Secretário Estadual da Agricultura e Abastecimento 1947/1951		
Bruno Bom				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	UDN	
Carlos de Britto Velho 04/09/1912-Porto Alegre	Julio de Sousa Velho (pai) Carlota de Brito Velho (mãe) Alice Azambuja de Britto Velho (esposa)	Faculdade de Medicina de UFRGS Pós-graduação nas Universidades de Paris e Genebra	Médico	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PL	
Carlos Maurício Werlang				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PRP	
Celeste Gobbato 26/05/1890- Volpago/Itália 06/11/1958-Porto Alegre	Pietro Gobbato (pai) Ana Gobbato (mãe)	Ciências Agrárias na Universidade de Pisa – 1911 Técnico de Viticultura e Etnologia	Professor	Intendente em Caxias do Sul – 1924/1928 Subchefe de polícia em Caixas do Sul– 1925/1928 Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PRR PTB	Membro da Seção de Viticultura do Conselho Internazionale Scientifico- Agrícola do Instituto Internazionale de Agricultura de Roma.

César José dos Santos 30/03/1904-Soledade 05/05/1970-Passo Fundo	José Antonio dos Santos (pai) Maria dos Santos (mãe)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre Especialização em fisiologia, radiologia e cancerologia na Universidade Nacional de Córdoba 1944-1946	Médico	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PL PTB	Detentor do Prêmio Osvaldo Cruz – 1935. Membro do Colégio Interamericano de Radiologia; da Sociedade de Medicina de Porto Alegre; da Academia Rio-Grandense de Letras; e da Academia Passo-Fundense de Letras.
Clóvis Trindade Pestana 27/11/1904-Porto Alegre	Augusto Pestana (pai-político em Ijuí pelo PRR) Virgínia Fontoura Trindade Pestana (mãe) Maria Eloísa Degrazia Pestana (esposa) Adamastor Santana Barbosa (cunhado)	Faculdade de Engenharia de Porto Alegre	Funcionário público	Prefeito de Porto Alegre 1945 Secretário Estadual de Obras Públicas e Saneamento 1946 Ministro da Viação e Obras Públicas Outubro/1946- abril/1950.	PSD	Fundador e presidente da Sociedade de Engenharia do RS.
Dâmaso Rocha 11/12/1909-Porto Alegre	Olímpio Rocha (pai) Celina Vieira da Rocha (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Funcionário público	Deputado Federal Constituinte 05/02/1946- 18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946- 30/01/1951	PSD	
Daniel Agostinho Faraco 29/08/1911- Florianópolis	Biase Faraco (pai) Maria Limongi Faraco (mãe)	Primário na Escola São José- Florianópolis Secundário no Ginásio Catarinense- Florianópolis	Funcionário público	Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946- 30/01/1951	PSD	
Daniel Kriger 10/04/1909-São Luiz	Reginaldo Krieger Filho (pai)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Funcionário público	Deputado Estadual 03/03/1947-	PRR UDN	

Gonzaga 28/07/1990-Porto Alegre	Isabel Krieger (mãe)			Janeiro/1951		
Darcy Gross				Deputado Federal assumiu em 23/09/1946- 30/01/1951	PSD	
Desidério Finamor				Secretário Estadual da Agricultura e Abastecimento 1946/1947		
Dionélio Tubino Machado 21/08/1895-Quaray	Silvio Machado (pai) Elvira Tubino Machado (mãe)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre – 1932	Médico	Deputado Estadual 03/03/1947	PCB	Membro da Sociedade Rio-Grandense de Criminologia em Porto Alegre e da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal do Rio de Janeiro.
Edgar Luiz Schneider 05/03/1893-Porto Alegre 30/04/1963-Porto Alegre						Integrante da elite política de 1930/1937.
Egídio Michaelsen 27/02/1908-São Sebastião do Caí XX.XX.1972-Rio de Janeiro	Frederico Jacó Michaelsen (pai) Lúcia Michaelsen (mãe) Elita Pereira Michaelsen (esposa)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Advogado	Prefeito de São Sebastião do Caí 1935-1943 Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951 Presidente da Comissão Constituinte Estadual em 1947.	PTB	Presidente do Sindicato dos Bancos do RS. Vice-presidente das Associações Comerciais do RS. Presidente de Câmara de Comércio Teuto-Brasileira e representante da Federação das Associações Comerciais no Conselho Estadual de Estradas e Rodagem.

Eloi José da Rocha 03/06/1907-São Leopoldo	Olimpio Rocha (pai) Celina Vieira da Rocha (mãe) Juraci Ligia Sousa da Rocha	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Funcionário público	Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946-17/03/1947 Secretário Estadual da Educação/RS. 17/03/1947-16/08/1950 Reassumiu como Deputado Federal em 16/08/1950- 30/01/1951.	PSD	
Eleyson Cardoso				Diretor do Departamento Estadual da Saúde 1943-1946		
Ernesto Rodrigues Dornelles 20/09/1897-São Borja 30/07/1964-Rio de Janeiro						Integrante da elite política de 1937/1945
Fausto de Freitas Castro 09/03/1889-Porto Alegre 18/09/1960-Rio de Janeiro	Fausto de Freitas e Castro (pai) Luísa da Costa e Castro (mãe) Izar Pederneira de Freitas e Castro (esposa)	Ginásio N.S. da Conceição em São Leopoldo Ginásio do RS, depois Julio de Castilhos em Porto Alegre. Faculdade Livre de Direito em Porto Alegre	Advogado	Deputado Federal exercendo somente em 02/04/1947- 16/08/1950 e 11/01/1951-30/01/1951.	FUG PSD	Quando foi diretor do jornal <i>Diário de Notícias</i> em PoA este orientado pela FUG, quando se encontrava com divergências com o governo federal e estadual, em virtude disso foi morar no Rio de Janeiro em 1933. Representante da seção do RS junto ao Conselho Federal da OAB e membro do Instituto dos Advogados do RJ. Colaborador de diversos

						jornais e revistas no RS e RJ.
Fernando Ferrari 14/06/1921-São Pedro do Sul 27/05/1963-RS.	Tito Livio Ferrari (pequeno agricultor-pai) Maria Margarida Ferrari (mãe) Elsa Ferreira Ferrari (esposa)	Secundário no Colégio Marista Santa Maria Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro	Comerciário	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
Floriane Neves da Fontoura Xx/xx/xxxx. 09/10/1950				Deputado Estadual 03/03/1947- 09/10/1950	PTB	
Francisco de Paula Brochado da Rocha 08/08/1910-Porto Alegre 26/09/1962-Porto Alegre	Otávio Francisco da Rocha (pai-engenheiro militar) Inácia Brochado da Rocha (mãe) José Diogo Brochado da Rocha (irmão-deputado constituinte-1946 e deputado federal-1951/1955) Jurema Caruso da Rocha (esposa) Otávio Francisco Caruso da Rocha (filho-deputado federal-1967/1971-MDB)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Professor	Secretário Estadual de Educação 1946 Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	
Frederico Guilherme Schimidt				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	

Gaston Englert						Integrante da elite política de 1937/1945.
Glicério Alves de Oliveira						Integrante da elite política de 1930/1937
Getulio Dornelles Vargas						Integrante da elite política de 1930/1937.
Guido Giaconazzi				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951.	PTB	
Guilherme Alfredo Oscar Hildebrand				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	
Guilherme Mariante				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
Helmuth Closs				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PRP	
Henrique Fonseca de Araújo 16/02/1913-Porto Alegre	Eleutério de Castro Araújo (pai) Elvira Fonseca de Araújo (mãe)	Faculdade de Direito	Funcionário público	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PL	Membro da Comissão examinadora dos concursos para ingresso na carreira do Ministério Público Federal. Membro do Instituto de Advogados do RS. Membro da Associação Rio-grandense de Imprensa. Membro fundador do Instituto de Advogados de Brasília.
Hermes Pereira de Souza 01/08/1910-São Borja	José P. de Sousa (pai) Isabel Pereira de Sousa (mãe) Heloísa S. dos S. Lopes de Sousa (esposa)	Faculdade de Direito de Pelotas	Funcionário público	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	

Herófilo Carvalho de Azambuja						Integrante da elite política de 1937/1945
Homero Oliveira				Secretário Estadual de Obras Públicas e Saneamento 1945/1946		
Hugo Candal Xx/xx/1890-Porto Alegre Xx/xx/1951		Bacharel em Direito	Presidente do Tribunal de Justiça/RS 1947/1951			
Humberto Gobbi 24/11/1904-Garibaldi 27/10/1981-Porto Alegre	José Gobbi (pai) Veneranda Simonaggio (mãe) Maria de Paula Fleury de Godoi	Faculdade de Direito	Empresário	Deputado Estadual 03/03/1947-Janeiro/1951	PTB	Presidente do Sindicato da Indústria de Trigo e do Sindicato da Indústria da Mandioca. Fundou e dirigiu as empresas: José Gobbi e Filhos e Secularia Santo Antonio em Carazinho e a Empresa Cerealista em Porto Alegre.
Ivo Correa Mayer				Secretário Estadual de Educação 1945/1946		
Jacinto Marinho Fernandes da Rosa				Deputado Estadual 03/03/1947-Janeiro/1951	PSD	
João Batista Luzardo						Integrante da elite política de 1930/1937
João Belchior Marques Goulart 01/03/1919-São Borja 06/12/1976-Mercedes-Argentina	Vicente Rodrigues Goulart (pai-estancieiro) Vicentina Marques Goulart (mãe) Neusa Brizola (irmã)	Ginásio Santana-Uruguaiana Colégio Anchieta-Porto Alegre Faculdade de Direito de Porto Alegre.	Proprietário rural	Deputado Estadual 03/03/1947-Janeiro/1951	PTB	Proprietário do Jornal <i>Uruguai</i> juntamente com Manuel Vargas

	Leonel Brizola (cunhado) Maria Teresa Fontela Goulart (Esposa - sobrinha de um irmão do Getúlio Vargas) João Vicente Goulart (filho-deputado estadual pelo PDT em 1982) Denise Goulart (filha-filiada ao PMDB)					
João Lino Braun 19/04/1910-Estrela 12/01/1978- Brasília/DF	Pedro Braun (pai) Maria Wagner Braun (mãe) Maria Luísa Cenleno Braun (esposa)	Faculdade de Direito da UFRGS	Professor	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
João Neves da Fontoura						Integrante da elite política de 1930/1937
João Nunes de Campos			Comerciário	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
João Pio de Almeida 26/05/1896- Uruguaiana xx/12/1966-Porto Alegre		Faculdade de Direito	Advogado	Secretário Estadual da Fazenda 1945/1946		
Joaquim Duval 02/05/1904-Pelotas	José Fernandes Duval Júnior (pai) Ercília dos Santos Duval (mãe)	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	Advogado	Vereador em Pelotas 1936 Deputado Estadual 03/03/1947-1948	PSD	
Joaquim Pedro Salgado Filho		Faculdade de Direito	Advogado	Ministro Interino da Educ. Saúde Pública –	PTB	Integrante da elite política de 1930-1937

02/07/1888-Porto Alegre 30/07/1950-São Francisco de Assis				1932 Ministro do Trabalho, Ind. E Comércio – 1932/1935 Deputado Federal 1935/1937 Embaixador – 1938 Ministro do Superior Tribunal Militar - 1938/1941 Ministro da Aviação – 1941/1945 Senador 13/03/1947-30/07/1950.		
Jorge Germano Sperb				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
José Antônio Flores da Cunha						Integrante da elite política de 1930/1937.
José Batista Pereira 04/04/1898-PoA 02/04/1971-PoA		Faculdade de Engenharia	Engenheiro	Secretário Estadual de Obras Públicas e Saneamento 1946/1950		
José Diogo Brochado Rocha 15/08/1904-Porto Alegre 21/05/1981-Rio de Janeiro	Otávio Francisco da Rocha (pai- militar) Inácia Brochado da Rocha (mãe) Francisco de Paula Brochado da Rocha (irmão-político) Francisca Divan Brochado da Rocha (esposa)	Escola de Estado-Maior do Exército no Rio de Janeiro	Militar	Prefeito nomeado em Flores da Cunha 1930/1931 Prefeito nomeado em Viamão 1931/1932 Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946-04/03/1947	PRR PSD PTB	Nas eleições para Deputado Estadual do RS recebeu a maior votação do PTB: 20.446 votos Participou da Revolta de 5 de julho de 1922 quando foi expulso das forças armadas. Membro do Conselho do Plano diretor de Porto Alegre e do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951		
Leonel de Moura Brizola 22/01/1922- Carazinho XX/07/2004-Rio de Janeiro	José de Oliveira Brizola (pai-pequeno lavrador) Onívia de Moura Brizola (mãe) Neuza Goulart (esposa) João Goulart (cunhado)	Escola Municipal Fagundes dos Reis em Passo Fundo Colégio da Igreja Metodista em Carazinho Instituto Agrícola de Viamão Supletivo no Colégio Julio de Castilhos Escola de Engenharia da UFRGS - 1949.	Funcionário público	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	Seu pai morreu em 1923 durante a Revolução lutando pelas forças federalistas chefiadas por Assis Brasil Fundador do núcleo do PTB no RS.
Luciano Corrêa Machado 03/06/1913-Campo Novo	Gracindo Roque Machado (pai) Francisca Corrêa Machado (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Advogado	Prefeito de Três Passos 1945/1947 Deputado Estadual 03/03/1947-Jan./1951	PSD	
Luiz Alexandre Compagnoni 22/10/1913-Caxias do Sul	Lúcio Compagnoni (pai) Isabel Compagnoni	Ginásio do Carmo em Caxias do Sul Faculdade de Direito de Porto Alegre 1942	Advogado	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	AIB PRP	
Luiz Mércio Teixeira 26/12/1889-Dom Pedrito	Luis Carlos Teixeira (pai) Elvira Mércio Teixeira (mãe) Maria Vieira Teixeira (esposa)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico	Prefeito de Bagé Prefeito de Bagé 1936/1945 Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal – 23/09/1946- 30/01/1951.	PL PSD	Membro da Sociedade de Medicina de Bagé; do sindicato dos Médicos Brasileiros e da Associação Rural e Comercial de Bagé
Luiz Sarmiento Barata				Secretário Estadual de Educação 1946/1947		

Manoel de Souza Duarte 18/09/1884-Vacaria 30/11/1957-Rio de Janeiro	Amandio de Souza Duarte (pai) Maria Filomena Ramos Duarte (mãe)	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1909	Advogado	Intendente municipal de São Sepé e Vacaria Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946- 30/01/1951	PSD	Membro da Academia de Letras do RS; do IHGRS e do Instituto dos Advogados do RS.
Mem de Sá Azambuja 10/05/1905-Porto Alegre 14/03/1989-Rio de Janeiro			Professor	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PL	
Moacir Dorneles	Reinaldo Dorneles (pai) Ernestina Dornelest (mãe) Iná Ferreira Jost (esposa)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Funcionário público	Prefeito nomeado de São Lourenço do Sul 1939/1945 Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	
Nestor Jost 10/01/1917- Candelária	Augusto Jost (pai) Anna C. Wietzke (mãe)		Advogado	Prefeito de São Lourenço do Sul – 1940 Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	
Nicanor Ribeiro da Luz 10/11/1927-PoA	Luiz Luz (pai) Eulina Ribeiro Luz (mãe)	Faculdade de Direito da UFRGS - 1952	Advogado	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	
Nicolau de Araújo Vergueiro						Integrante da Elite política de 1930/1937
Octacílio de Moraes				Interventor Substituto 07/02/1946-26/03/1947 Secretário Estadual da Justiça e Segurança 1946/1947		

Odílio Martins de Araújo				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
Oscar Carneiro da Fontoura						Integrante da elite política de 1937/1945
Oswaldo Bastos Xx/xx/xxxx. Xx/xx/1947				Deputado Estadual 03/03/1947 xx/xx/1947 (?)	UDN	
Oswaldo Vergara 11/02/1883-Jaguarão	Felisberto Fernandes Vergara (pai) Mercedes Espinosa Vergara (mãe) Pedro Vergara (irmão-deputado federal-1935/1937 e 1946/1951-RS) Luiz Vergara (primo-secretário da República-1936/1945) Isabel Dias de Castro (esposa)	Faculdade de Direito de Porto Alegre	Advogado	Deputado Federal 17/11/1947 a 10/01/1950 período em que assumiu a vaga de Adroaldo Mesquita Costa Presidente do Conselho Administrado do Estado do RS. 1946/1947.	PSD	
Otto Alcides Ohlweiler Xx/xx/xxxx-Porto Alegre		Faculdade de Engenharia	Professor	Deputado Estadual 03/03/1947 Renunciou em 31/03/1947	PCB	
Ozório Tuiuty de Oliveira Freitas 24/05/1900-São Borja 22/09/1968-Porto Alegre	João de Oliveira Freitas (pai-militar) Ecilda Fagundes de Oliveira Freitas (mãe) Maria S. de Oliveira Freitas (esposa)	Colégio Militar de Porto Alegre Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro	Militar	Deputado Federal Constituinte 05/02/1946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946- 30/01/1951.	PRR UDN	Membro do Círculo Militar
Paulo Costa da Silva Couto	João Evangelista da Silva Couto (pai)	Faculdade de Direito	Funcionário público	Deputado Estadual 03/03/1947-	PTB	

23/12/1903-Rio Grande 10/04/1976-São Leopoldo	Minervina da Costa Couto (mãe) Éclair Couto (esposa)			Janeiro/1951		
Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara						Integrante da elite política de 1930/1937.
Pompílio Cilon Fernandes Rosa				Interventor 07/02/1946-26/03/1947		
Raimundo Fiorello Zanim				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
Raul Pilla				.		Integrante da elite política de 1930/1937
Reinaldo Roesch				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PSD	
Rodrigo Magalhães dos Santos				Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
Samuel Figueiredo da Silva 15/04/1884-Rio de Janeiro xx/xx/1975		Faculdade de Direito - 1905	Desembargador e presidente do Tribunal de Justiça/RS 1945/1947 e 1951/1954	Interventor 01/11/1945-07/02/1946		
Tarso de Moraes Dutra 15/05/1914-Porto Alegre 05/05/1983-Porto Alegre	Vicente de Paula Dutra (pai) Tarcila Moraes Dutra (mãe) Viriato Dutra (tio-político)	Faculdade de Direito de Porto Alegre - 1938	Funcionário público	Vereador em Irai Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PRL PSD	Membro da Ordem dos advogados
Teodomiro Porto da Fonseca Cachoeira do Sul	Marcos Gonçalves da Fonseca (pai) Luzia Mariana Porto	Secundário	Funcionário público	Prefeito de São Leopoldo-1928/1932 Deputado Federal	PRR PRL PSD	

	da Fonseca (mãe) Gregori Porto da Fonseca (irmão- secretário da Presidência da República- 1930/1934) Alzira Porto da Fonseca (esposa)			Constituinte 05/02/2946-18/09/1946 Deputado Federal 23/09/1946- 30/01/1951		
Unírio Carreira Machado 25/06/1919-Santo Ângelo	Marcílio Antônio Machado (pai) Universina Carreira Machado (mãe)	Faculdade de Direito da UFRGS - 1944		Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PTB	
Victor Oscar Graeff Xx/xx/xxxx- Carazinho Xx/xx/xxxx-Porto Alegre		Faculdade de Direito da UFRGS - 1930	Advogado	Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	UDN	
Walter Só Jobim						Integrante da elite política de 1930/1937 e 1937/1945
Wolfram Petry Metzler 15/09/1903-Porto Alegre 20/10/1957-Rio de Janeiro	Hugo Metzler (pai) Berta Petry Metzler (mãe)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre - 1926 Especialização em cirurgia na Alemanha Especialização em clínica médica na França	Médico	Vereador em Novo Hamburgo Deputado Estadual 03/03/1947- Janeiro/1951	PRP	

Siglas utilizadas:

PSD: Partido Social Democrático

PL: Partido Libertador

PCB: Partido Comunista Brasileiro

MTR: Movimento Trabalhista Renovador

Total dos integrantes: 100

Integrantes que participam de outras elites: 17

Prefeito	Deputado Federal	Deputado Federal										1	0,8
Representante dos empregados da indústria à Assembléia Nacional	Deputado Federal											1	0,8
Secretário de Estado	Deputado Estadual	Deputado Federal	Deputado Federal									1	0,8
Secretário de Estado	Secretário de Estado											1	0,8
Secretário de Estado	Constituinte Estadual	Deputado Estadual										1	0,8
Senador	Senador											1	0,8
Vice-prefeito	Deputado Estadual	Secretário de Estado	Deputado Federal									1	0,8
TOTAL												122	100,0

Fonte: Banco de Dados anexo I.

Anexo V
Quadro 3: Árvore das Funções Políticas – Período de 1937 a 1945

FUNCPO1	FUNPO2	FUNCPO3	FUNPO4	Nº	%
Secretário de Estado				7	29,2
Membro do Conselho Administrativo do Estado				5	20,8
Chefe de Polícia	Interventor	Senador		1	4,2
Chefe de Polícia				1	4,2
Desembargador	Presidente do Tribunal de Justiça do RS			1	4,2
Intendente	Secretário de Estado	Membro do Conselho Administrativo do Estado		1	4,2
Interventor	Interventor			1	4,2
Interventor	Secretário de Estado			1	4,2
Interventor				1	4,2
Membro do Conselho Administrativo do Estado	Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal	Constituinte Estadual	1	4,2
Secretário de Estado	Deputado Estadual			1	4,2
Secretário de Estado	Intendente	Governador	Deputado Federal	1	4,2
Secretário de Estado	Secretário de Estado	Secretário de Estado	Deputado Estadual	1	4,2
Vereador	Membro do Conselho Administrativo do Estado	Secretário de Estado		1	4,2
TOTAL				24	100,0

Fonte: Banco de Dados anexo II

Anexo VI
Quadro 4: Árvore das Funções Políticas – Período Pós-1945

FUNCPO1	FUNPO2	FUNCPO3	FUNPO4	FUNCPO5	FUNPO6	FUNCP O7	Nº	%
Deputado Estadual							36	41,9
Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal						5	5,8
Secretário de Estado							5	5,8
Deputado Estadual							4	4,7
Secretário de Estado							3	3,5
Vereador	Deputado Estadual						3	3,5
Prefeito	Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal					2	2,3
Deputado Estadual							2	2,3
Interventor							2	2,3
Prefeito	Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal					2	2,3
Prefeito	Deputado Estadual						2	2,3
Assembléia dos Representantes	Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal					1	1,2
Deputado Federal							1	1,2
Deputado Federal	Deputado Federal						1	1,2
Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal	Secretário de Estado	Deputado Federal				1	1,2
Intendente	Subchefe de polícia	Deputado Estadual					1	1,2
Intendente	Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal					1	1,2

Interventor	Secretário de Estado						1	1,2
Ministro	Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal					1	1,2
Ministro	Deputado Estadual						1	1,2
Ministro	Ministro	Deputado Federal	Embaixador	Ministro	Ministro	Senador	1	1,2
Prefeito	Secretário de Estado	Ministro					1	1,2
Prefeito	Deputado Estadual	Constituinte Estadual					1	1,2
Prefeito	Prefeito	Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal	Deputado Estadual			1	1,2
Prefeito							1	1,2
Prefeito	Deputado Federal	Deputado Federal	Deputado Federal Constituinte	Deputado Federal			1	1,2
Presidente da República							1	1,2
Secretário de Estado	Deputado Estadual						1	1,2
Sindicalista (Sindicato dos Metalúrgicos)	Presidente da União Sindical Pelotense	Deputado Federal Constituinte Suplente	Deputado Federal				1	1,2
Vereador	Prefeito	Deputado Estadual					1	1,2
Vereador	Sub-chefe de polícia	Prefeito	Deputado Estadual				1	1,2
TOTAL							86	100,0

Fonte: Banco de dados anexo III

Fontes usadas para a elaboração do quadro de integrantes da elite política rio-grandense

AITA, Carmen. AXT, Gunter. ARAUJO, Vladimir. *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821 – 1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996. p. 133-134.

ALMEIDA, Antonio da Rocha. *Vultos da pátria*. Porto Alegre: Globo, 1961. v. 1.

BEHAR, Eliyanu. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro ilustrado*. São Paulo: Columbia, 1959. v. 1, 4 e 6.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de; LATTMANN-WELTMANN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, 2000. v. 1, 2, 3, 4 e 5.

_____; _____ (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984.

BRASIL. Congresso Senado Federal. Secretaria de informação e documentação. *Dados biográficos dos senadores do RS: 1826-1999*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1999.

CAMARGO, Dilan D'Ornellas. *Centralização e intervenção: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul – o Conselho Administrativo de Estado – RS*. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (Dissertação de Mestrado).

COSTA. Alfredo R. da (Org.). *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1922. v. 1 e 2.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Nomes tutelares do ensino rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ Departamento de Assuntos Culturais, SEC/RS, 1977.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HERKENHOFF, Elly; HERKENHOFF, Rosa. *Famílias brasileiras de origem germânicas*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1975. v. 6.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978.

MOYA, Salvador; FOUQUET, Carlos. *Famílias brasileiras de origem germânicas*. São Paulo: Instituto Genealogia Brasileiro, Instituto Hans Staden, 1962, v. 1 e 2; 1964, v. 3; 1965, v. 4.

PIANTA, Dante. *Personalidades rio-grandenses*. Porto Alegre: [s/e], 1962.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Erus, [s.d.].

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

TERRA, Marcial G. *Biografia e memória*. Tupanciretã: [s.e.], 1961.

TIMM, Octacílio B., GONZALES, Eugenio (Orgs.). *Álbum ilustrado do Partido Republicano Castilhista*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

TRINDADE, Hélió et al. (Org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 532-539.

VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: [s.e.], Gráficas Irmãos Pongetti, 1937. v. 1.

VILLAS-BOAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade. Porto Alegre: Dist. Gaúcha, 1991.

Jornais

CORREIO DO POVO. Edições de 29/01/1960, 24/07/1948, 10/08/1957, 17/08/1957, 24/08/1957, 07/09/1957, 14/09/1957, 27/07/1975.

CORREIO SERRANO. Edição de 23/10/1957.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Edições de 13/04/1957, 25/06/1961, 09/11/1961, 01/08/1961.

FOLHA DA TARDE. Edição de 03/07/1975.

JORNAL DO DIA. Edição de 04/05/1958.

ZERO HORA. Edição de 13/12/1985.